

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO URBANA**

KARIME MASSIGNAN GRASSI VIEIRA

**DIREITO DOS MORTOS À CIDADE:
AVALIAÇÃO DA GESTÃO MUNICIPAL DA NECRÓPOLE**

**CURITIBA
2021**

KARIME MASSIGNAN GRASSI VIEIRA

**DIREITO DOS MORTOS À CIDADE:
AVALIAÇÃO DA GESTÃO MUNICIPAL DA NECRÓPOLE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Linha de pesquisa:
Planejamento e Projeto em
Espaços Urbanos e Regionais

Orientadora:
Profa. Dra. Letícia Peret Antunes Hardt

**CURITIBA
2021**

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central
Edilene de Oliveira dos Santos CRB/9 1636

V658d
2021
Vieira, Karime Massignan Grassi
Direito dos mortos à cidade : avaliação da gestão municipal da necrópole /
Karime Massignan Grassi Vieira ; orientadora: Letícia Peret Antunes Hardt.
-- 2021
312 p. : il. ; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba,
2021
Bibliografia: f. 249-271

1. Planejamento urbano. 2. Direito à cidade. 3. Mortos. 4. Sepultamento. 5.
Cemitérios – Curitiba (PR). 6. Saúde ambiental. I. Hardt, Letícia Peret Antunes. II.
Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Gestão
Urbana. III. Título.

CDD 20. ed. – 711.4

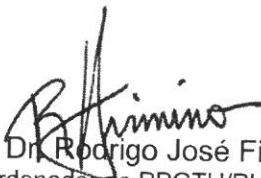
TERMO DE APROVAÇÃO

**“DIREITO DOS MORTOS À CIDADE: AVALIAÇÃO DA GESTÃO MUNICIPAL DA
NECRÓPOLE”**

Por

KARIME MASSIGNAN GRASSI VIEIRA

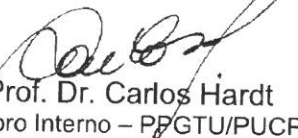
Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora no Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, área de concentração em Gestão Urbana, da Escola de Belas Artes, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.



Prof. Dr. Rodrigo José Firmino
Coordenador do PPGTU/PUCPR



Prof.ª Dra. Leticia Peret Antunes Hardt
Orientadora – PPGTU/PUCPR



Prof. Dr. Carlos Hardt
Membro Interno – PPGTU/PUCPR



Prof. Dr. Carlos Mello Garcias
Membro Interno – PPGTU/PUCPR



Prof.ª Dra. Samira Kauchakje
Membro Externo – UDESC



Prof. Dr. Tomas Antonio Moreira
Membro Externo – IAU/USP

Curitiba, 30 de agosto de 2021.

Às Alices, Iaras, Josés e outros brasileiros, por perspectivas de melhoria no planejamento do cemitério público.

DEDICO.

AGRADECIMENTOS

À admirável professora de Urbanismo dos tempos de faculdade e agora orientadora, Dra. Letícia Peret Antunes Hardt, cuja produtividade, assertividade e foco de trabalho tanto me impulsionaram, sendo ao mesmo tempo a brisa quente no final do meu inverno, representando para mim a crença em dias melhores, além de ser a própria chama escaudante que me fez acertar e acelerar o passo. Sua experiência no estudo da paisagem descortinou entendimentos acerca dos recursos de planejamento urbano. Subsidiando a inclusão da necrópole nos acontecimentos cotidianos não como elemento de livre mescla, mas como equipamento a ser planejado ao ter o todo como referência, auxiliou a estruturação do pensar. Nas perspectivas relacionais possíveis entre seus estudos, considerou-se debates e temas trabalhados que fossem, de certa forma, análogos à identidade desta pesquisa. Dentre outros, as desigualdades socioespaciais, questões sociopolíticas, acessibilidade, segurança, sustentabilidade e solidariedade mantiveram importantes relações. O reconhecimento do cemitério como elemento paisagístico impactante, internacionalmente visto em seu potencial culturalmente identitário, requerendo, por diversos motivos, cuidados de reavivamento, tornou fundamental a sua compreensão à luz da gestão integrada de cenários urbanizados.

À dedicação de minha professora de gestão e políticas públicas, a cientista política e social Dra. Samira Kauchackje, diva, cuja energia e positividade me direcionaram à temática do direito à cidade, ao aprendizado da pesquisa bibliométrica que tanto me encantou. Seu exemplo e sua contribuição enquanto orientadora original, antes de seu ingresso na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) no ano de 2019, e, na atual fase, como integrante da banca de defesa, foram fundamentais.

Ao grande mestre e também professor dos meus tempos de graduação, Dr. Carlos Mello Garcias. Responsável por meus primeiros passos no doutorado do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana (PPGTU), cuja história de vida remete aos tempos de colégio no Túlio de França, em União da Vitória, Paraná, onde foi aluno de meu amado avô, Renato Meister. Após longas conversas, orientações e leituras, apresentou-me o livro “O mapa fantasma – como a luta de

dois homens contra o cólera mudou o destino de nossas metrópoles”, cuja inspiração foi crucial ao direcionamento da tese, por tratar dos problemas decorrentes dos rejeitos humanos no ambiente urbano. As condições epidêmicas que assolaram Londres em 1854 ainda são, em parte, realidade no Brasil de contrastes. Seu aceite para composição das bancas de qualificação e defesa desta tese foi especial.

Ao professor Dr. Carlos Hardt, coordenador do PPGTU à época de meu ingresso. Sensível às questões humanas, além de profundo conhecedor das transformações urbanas, foi membro de minha banca de pré-qualificação, atualmente compondo a banca de defesa final, representando com maestria o grupo de exigentes e competentes docentes do Grupo Marista, por meio do qual tenho a satisfação de seguir agregando conhecimentos desde os tempos de ensino médio do Colégio Marista Santa Maria.

Ao professor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo em São Carlos (USP-SC), Doutor em estudos urbanos Tomás Antonio Moreira, por sua contribuição enquanto membro das bancas de qualificação e defesa.

Ao professor Dr. Rodrigo José Firmino, atual coordenador do PPGTU, cujo conhecimento em mecanismos inteligentes aguçou minha percepção sobre as possibilidades tecnológicas nos diversos setores da urbe, inclusive em atenção aos direitos dos mortos à cidade.

Ao professor Dr. Clóvis Ultramari, cujas “inflexões urbanas” instigaram discussões e pontos de vista originais, tanto quanto a proposta de seu livro “Como não fazer uma tese”.

Aos professores das disciplinas cursadas no programa, André Lemos, Denis Alcides Rezende, Edilberto Nunes de Moura, Fábio Duarte de Araújo Silva, Fábio Teodoro de Souza, Harry Alberto Bollmann, Luiz Márcio Spinosa, Mário Procopiuck e Zulma das Graças Lucena Schussel, além dos supramencionados, pelos inestimáveis conhecimentos repassados.

À competente e sempre impecável Pollyana Mara Schlenker, à frente da secretaria do PPGTU, aquela que motiva discentes e docentes a saírem do sedentarismo e explorarem os recursos da alimentação saudável. Suas palavras amigas, chazinhos e cafés foram tão importantes para manter o ritmo forte de dedicação às pesquisas quanto Lefèbvre na fundamentação teórica.

Aos meus pais, Rosania Meister Massignan e Sérgio Massignan, como principais incentivadores de toda a minha carreira estudantil e profissional. Jamais pouparam esforços para que fosse possível caminhar firme e reto na direção necessária a cada conquista. A Deus fica a minha gratidão pela imensurável graça de tê-los comigo sempre.

À minha alma gêmea, Job Grassi Vieira, com quem tenho o privilégio de conviver desde os tempos de colégio e que se reinventou, enfrentando cada percalço com coragem, honradez e dignidade – qualquer palavra será vã para agradecê-lo.

Aos meus amados filhos, Arthur, Natasha e Leonardo, pela compreensão das despedidas, do primeiro dia de escola em que não pude acompanhá-los, das infundáveis horas que passei envolvida, primeiro com o mestrado, depois com o doutorado. Foi grande o esforço e vocês me deram mais motivos para lutar com todas as forças, visando impactar positivamente nosso lar e a sociedade que investiu nessas pesquisas.

Aos meus avós, Nagibe Yared Meister (pelas orações, livros motivacionais, quibes e abraços) e Renato Meister (exemplo de retidão e competência), Antônia Glomb Massignan (amada e doce avó) e Guerino Massignan (filho de imigrantes italianos, de espírito guerreiro, que chegou a morar em um carroção vindo do Rio Grande do Sul, tornando-se comerciante de sucesso e vivendo até os 102 anos), e minha avó do coração Iracy Pontes Lima (sempre presente, uma leoa nos cuidados conosco, bordadeira de mão cheia). Todos me ensinaram incansavelmente o valor da família e do esforço pessoal; agora vivem no plano espiritual.

À Marília e Cyntia – juntas formamos o trio inseparável das “Irmãs Cajazeiras”. Melhores amigas e irmãs não se poderia ter. Além de tudo, conseguiram centenas de participantes ao divulgarem o questionário da pesquisa empírica, no que também contei com o suporte da minha cunhada Giuliane Grassi Perli, que prontamente ajudou na divulgação.

À Maria do Rocio Grassi Perli, amada sogra, que tantas vezes me recebeu de braços abertos em sua casa. Ouviu minhas angústias, amenizadas com taças de vinhos e prosas. Viu-me sensível nas despedidas de meus filhos e marido quando precisavam retornar a Porto União, nas tantas vezes em que permaneci em Curitiba devido aos compromissos assumidos na Pontifícia Universidade Católica do

Paraná (PUCPR). Mas também me viu feliz e com certeza me ajudou a subir cada degrau necessário à conquista dos objetivos propostos.

Ao meu sogro Luimar Perli (*in memorian*), pessoa maravilhosa, a qual tive o privilégio de conhecer. Um entusiasta do aprendizado, companhia para longas e deliciosas conversas, repletas de conhecimento.

À Ana Maria Osorio Guzmán, minha colega colombiana, grande amiga e parceira de todas as horas.

À Joyce Leonita da Silva, da biblioteca central da PUCPR, pelo treinamento recebido e apoio no aprendizado para elaboração da bibliometria.

À Clarissa Grassi Dias, a Kaika, pesquisadora cemiterial, colega de trabalho dos tempos do Centro Universitário Internacional Uninter, diretora do Departamento de Meio Ambiente Serviços Especiais (MASE), da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba.

À Klaus Ladgraf e Mona Youssef Hammoud, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), por disponibilizarem relevantes informações.

Aos colaboradores dos cemitérios públicos e particulares de Curitiba, cuja solicitude em responder meus questionamentos ajudou enormemente na pesquisa.

À gerência do Cemitério Vaticano em Curitiba, pelas informações prestadas.

Ao Gabriel, colaborador do multimeios e tecnologia da informação da PUCPR, por me socorrer diversas vezes com os *backups*, formatações e instalações de programas antivírus.

À Schirlei Mari Freder, pela amizade, dicas de pesquisa e companhia nos almoços e ensinamentos de vida.

À Djalma de Sá (*in memorian*), Patrícia Costa Pellizzaro, Juliana Machado, Patrícia Almeida, Roberson Araujo, Aline Neves, Evelise Zampier, Isabella Nascimento, Juliana Ferreira Montenegro, Márcio Machado, Ana Paula Coelho Schimaleski, Luíza Chiarelli, Luciane Cristina Ribeiro dos Santos, Katia Nakayama, Eduardo Gomes Pinheiro, Raquel Panke, Gisela Solheid Meister, Regina Maria Martins de Araújo Klein, Janaína Camile Pasqual Lofhagen, Tharsila Dallabona Fariniuk, Fabiano Fazion, Amanda Cerioni Belniaki, Debora Grobe, Rafael Milani Medeiros, colegas cujas vivências trouxeram grande aprendizado.

Aos colegas do Laboratório de Paisagem (LabPais) e do Laboratório de Prática e Pesquisa em Política: Representação e Relações Intergovernamentais (LapRe).

Aos integrantes da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC), por todas as contribuições que ampliaram muito meus conhecimentos sobre a questão cemiterial no Brasil e no mundo, em especial à Elaine Seguezzi. A visão de professores, colegas e autores de diversas áreas foram importantes durante o processo de construção deste trabalho.

À coordenação do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Vale do Iguaçu (Uniguaçu), onde lecionei durante o doutorado, bem como aos colegas professores, por compatibilizarem nossos horários de aula, facilitando meus deslocamentos para os compromissos em Curitiba.

Aos pesquisadores cujas publicações foram úteis no compartilhamento de conhecimento.

A Adriano de Souza, atleta paralímpico, campeão mundial de petra e conterrâneo de União da Vitória. Seu exemplo motivador foi de grande valia para que fosse possível atingir minha meta de concretizar esta tese, diante de todas as dificuldades enfrentadas – primeiro, o alto nível de dificuldade da própria tarefa de elaboração da pesquisa, além da pandemia, cuidados com os filhos, trabalho, cansaço, frustrações, coloquei para mim mesma o objetivo de me dedicar à sua elaboração todos os dias, buscando trabalhar no mesmo grau de intensidade com que ele se dedicasse ao seu treinamento.

Aos 526 respondentes do formulário de pesquisa, pela sua disponibilidade.

À PUCPR, pela excelência do ensino, organização e estrutura, instituição onde cursei graduação em Arquitetura e Urbanismo, pós-graduação *lato sensu* em Estética e História da Arte e doutorado em Gestão Urbana.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de apoio ao doutoramento.



Funeral de um lavrador
Chico Buarque

Esta cova em que estás com palmos medida
É a conta menor que tiraste em vida
É a conta menor que tiraste em vida

É de bom tamanho nem largo nem fundo
É a parte que te cabe deste latifúndio
É a parte que te cabe deste latifúndio

Não é cova grande, é cova medida
É a terra que querias ver dividida
É a terra que querias ver dividida

É uma cova grande pra teu pouco defunto
Mas estarás mais ancho que estavas no mundo
Estarás mais ancho que estavas no mundo

É uma cova grande pra teu defunto parco
Porém mais que no mundo te sentirás largo
Porém mais que no mundo te sentirás largo

É uma cova grande pra tua carne pouca
Mas a terra dada, não se abre a boca
É a conta menor que tiraste em vida
É a parte que te cabe deste latifúndio
É a terra que querias ver dividida
Estarás mais ancho que estavas no mundo
Mas a terra dada, não se abre a boca

RESUMO

Dentre inúmeros problemas das áreas urbanizadas no Brasil, cabe destaque àqueles relacionados ao destino dos mortos. Partindo da indagação sobre os níveis de interferência de processos socioespaciais e sociopolíticos no acesso à necrópole, o objetivo geral da pesquisa consiste em avaliar a sua gestão municipal pela perspectiva do direito à cidade, em aspectos teóricos e práticos, sintetizando a análise por meio de estudo de caso sobre os cemitérios públicos de Curitiba, Paraná. Com estrutura multimétodos, natureza aplicada, feição exploratória e abordagem qualiquantitativa, a tese é organizada em conjunto de artigos, categorizados em dois eixos principais. O primeiro – teórico-conceitual – foi desenvolvido por meio de levantamentos bibliométricos e revisões sistemáticas de fontes secundárias. Nesse enquadramento, são apresentados quatro textos, relacionados a dimensões da temática, para reconhecimento da inserção do tema no cenário internacional e em âmbito nacional; à tônica dos debates, para identificação das abordagens predominantes nas discussões sobre o assunto no país; às relações da necrópole com a urbe, para interpretação das interações entre ambas em seus diferentes aspectos; e aos transcurtos da realidade brasileira, para distinção das suas particularidades. O segundo eixo – empírico-analítico – foi voltado ao estudo de caso da capital paranaense, organizado em dois artigos. Um foi dirigido à análise das características socioespaciais dos cinco cemitérios públicos curitibanos, considerando fatores referentes à ocupação territorial e à estratificação social, bem como modelos adotados e suas repercussões. O outro foi direcionado à sistematização de condições sociopolíticas da administração cemiterial, avaliando suas dinâmicas no município, além de externalidades, interfaces e paradigmas envolvidos. Em ambos os momentos, foram inventariados dados oficiais e interpretadas respostas de questionários aplicados à população. Estes foram divulgados por meio de mídias digitais de acesso irrestrito e captação aleatória de entrevistados, sendo selecionados posteriormente os de Curitiba, em leitura da visão local. Os resultados teóricos evidenciam fatores históricos e atuais que demonstram diferenciadas sociabilidades, conflitos e culturalidades das áreas de sepultamento na ocupação do território citadino, inclusive com indicativos de incertezas em relação ao seu futuro. Também são apuradas questões de saúde humana e de qualidade ambiental, além de responsabilidades e representações de poder. Por sua vez, os produtos empíricos comprovam a hipótese aventada de que a gestão municipal da necrópole repercute negativamente na extensão do direito à cidade em função da organização dissociativa entre processos socioespaciais e sociopolíticos. Conclui-se, portanto, pelas necessidades de aprimoramento do planejamento urbano e de adequação de diretrizes públicas para enfrentamento das adversidades diagnosticadas.

Palavras-chave: cemitérios municipais; características socioespaciais; condições sociopolíticas; cenário internacional; realidade brasileira; Curitiba, Paraná.

ABSTRACT

Among numerous problems in urbanized areas in Brazil, those related to the fate of the dead are highlighted. Starting from the question about the levels of interference of socio-spatial and sociopolitical processes in the access to the necropolis, the general objective of the research is to evaluate its municipal management from the perspective of the right to the city, in theoretical and practical aspects, synthesizing the analysis through study case study on public cemeteries in Curitiba, Paraná. With a multi-method structure, applied nature, exploratory feature and qualitative-quantitative approach, the thesis is organized in a set of articles, categorized into two main axes. The first – theoretical-conceptual – was developed through bibliometric surveys and systematic reviews of secondary sources. In this framework, four texts are presented, related to the dimensions of the theme, to recognize the insertion of the theme in the international scenario and in the national scope; the tonic of the debates, to identify the predominant approaches in the discussions on the subject in the country; the relationship between the necropolis and the city, for the interpretation of the interactions between both in their different aspects; and the ways of the Brazilian reality, to distinguish their particularities. The second axis – empirical-analytical – was focused on the case study of the capital of Paraná. In this context, it was organized into two articles. One was aimed at analyzing the socio-spatial characteristics of the five public cemeteries in Curitiba, considering factors related to territorial occupation and social stratification, as well as adopted models and their repercussions. The other was directed to the systematization of sociopolitical conditions of the cemetery administration, evaluating its dynamics in the municipality, in addition to externalities, interfaces and paradigms involved. In both moments, official data were inventoried and responses to questionnaires applied to the population were interpreted. These were disseminated through digital media with unrestricted access and random capture of interviewees, and those from Curitiba were later selected, in a reading of the local vision. The theoretical results show historical and current factors that demonstrate different sociabilities, conflicts and culturalities of the burial areas in the occupation of the city's territory, including indications of uncertainties regarding their future. Human health and environmental quality issues are also investigated, as well as responsibilities and representations of power. In turn, the empirical products confirm the hypothesis that the municipal management of the necropolis has a negative impact on the extension of the right to the city due to the dissociative organization between socio-spatial and socio-political processes. It is concluded, therefore, by the need to improve urban planning and the adequacy of public guidelines to face the diagnosed adversities.

Keywords: *municipal cemeteries; socio-spatial characteristics; sociopolitical conditions; international scene; Brazilian reality; Curitiba, Paraná.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-1:	Diagrama de estrutura geral da pesquisa	33
Figura 1-2:	Vista aérea do cemitério municipal São Francisco de Paula em Curitiba.....	38
Figura 1-3:	Vista aérea do cemitério municipal Água Verde em Curitiba.....	38
Figura 1-4:	Vista aérea do cemitério municipal Boqueirão em Curitiba.....	39
Figura 1-5:	Vista aérea do cemitério municipal Santa Cândida em Curitiba.....	39
Figura 1-6:	Vista aérea do cemitério municipal Zona Sul em Curitiba.....	40
Figura 2-1:	Diagrama do eixo teórico-conceitual na estrutura geral da pesquisa	47
Figura 2.1-1:	Representação esquemática de exemplo da aplicação de operador booleano AND ao conjunto de palavras-chave do levantamento bibliométrico no cenário internacional	54
Figura 2.1-2:	Representação de nuvem de palavras-chave referentes aos textos encontrados no levantamento bibliométrico em âmbito nacional – 2000-2019	71
Figura 2.3-1:	Vistas do túmulo de Iara, em Porto União, Santa Catarina, com escrita improvisada e sem identificação oficial (imagem à esquerda – julho de 2020), e com numeração impessoal (imagem à direita – dezembro de 2020)	113
Figura 2.3-2:	Vistas de reprodução de características da urbe na necrópole em Porto União, Santa Catarina.....	119
Figura 2.3-3:	Imagens aéreas da ocupação interna dos cemitérios municipais Água Verde (à esquerda) e São Francisco de Paula (à direita) em Curitiba, Paraná, cercados por incremento de áreas edificadas	121
Figura 2.3-4:	Vistas da convivência entre necrópole e urbe nas cidades de La Paz, Bolívia (Cementerio General – imagem à esquerda) e de Bogotá, Colômbia (Cementerio Central – imagem à direita)	124
Figura 2.3-5:	Diagrama de relações entre principais indicadores de influências sobre o destino do corpo com prováveis descasos.....	126
Figura 2.4-1:	Representação de nuvem de palavras-chave referentes à gama de agentes envolvidos na gestão cemiterial pública nacional	141
Figura 2.4-2:	Vistas de cenários inadequados em cemitérios brasileiros comprometedores da saúde humana e da qualidade ambiental	151
Figura 3-1:	Diagrama do eixo empírico-analítico na estrutura geral da pesquisa	174
Figura 3.2-1:	Recorte de tela virtual de visualização de solução para controle de débitos relacionados às sepulturas em Maringá, Paraná	230
Figura 4-1:	Diagrama de detalhamento da estrutura geral da pesquisa	243

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1-1: Comparativo de resultados quantitativos de artigos por bases de periódicos e pares de palavras-chave segundo levantamento bibliométrico no cenário internacional – 2010-2019	59
Gráfico 2.1-2: Comparativo de resultados quantitativos de artigos por bases e países segundo levantamento bibliométrico no cenário internacional – 2010-2019	60
Gráfico 2.1-3: Comparativo de resultados de proporcionalidade de artigos por continente segundo levantamento bibliométrico no cenário internacional – 2010-2019	61
Gráfico 2.1-4: Comparativos de resultados quantitativos de artigos por países da Europa e da América segundo levantamento bibliométrico no cenário internacional – 2010 a 2019	62
Gráfico 2.1-5: Comparativo de proporcionalidade de palavras-chave na base Scopus por pares de palavras-chave segundo levantamento bibliométrico no cenário internacional – 2010-2019	64
Gráfico 3.1-1: Perfil geral dos respondentes do questionário aplicado.....	181
Gráfico 3.1-2: Comparativo de resultados percentuais de componentes e de antiguidade dos cemitérios municipais de Curitiba – 2020.....	185

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1-1:	Comparativo de resultados quantitativos por bases de periódicos e pares de palavras-chave segundo levantamento bibliométrico no cenário internacional – 2000-2019.....	58
Tabela 3.1-1:	Dados quantitativos dos cemitérios municipais de Curitiba – 2020	184
Tabela 3.1-2:	Resultados dos questionários aplicados sobre variáveis socioespaciais sob o foco econômico	191
Tabela 3.1-3:	Resultados dos questionários aplicados sobre variáveis socioespaciais sob o foco populacional	193
Tabela 3.1-4:	Resultados dos questionários aplicados sobre variáveis socioespaciais sob o foco cultural	196
Tabela 3.1-5:	Resultados dos questionários aplicados sobre variáveis socioespaciais sob o foco histórico	198
Tabela 3.1-6:	Resultados dos questionários aplicados sobre variáveis socioespaciais sob o foco religioso.....	200
Tabela 3.2-1:	Valores de registro de despesas de departamentos institucionais de Curitiba, com destaque para o Departamento de Cemitérios – década de 1920.....	213
Tabela 3.2-2:	Resultados dos questionários aplicados sobre condições sociopolíticas sob o foco da necropolítica.....	216
Tabela 3.2-3:	Resultados dos questionários aplicados sobre condições sociopolíticas sob o foco do planejamento urbano	219
Tabela 3.2-4:	Resultados dos questionários aplicados sobre condições sociopolíticas sob o foco das ciências sociais interdisciplinares	220
Tabela 3.2-5:	Resultados dos questionários aplicados sobre condições sociopolíticas sob o foco da geografia	223
Tabela 3.2-6:	Resultados dos questionários aplicados sobre condições sociopolíticas sob o foco do trabalho público.....	225
Tabela 3.2-7:	Resultados dos questionários aplicados sobre condições sociopolíticas sob o foco da saúde ocupacional ambiental pública.....	226
Tabela 3.2-8:	Resultados dos questionários aplicados sobre condições sociopolíticas sob o foco da legislação	228

LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1-1: Ensaio de variações para definição dos termos de busca bibliométrica nas bases de periódicos	53
Quadro 2.1-2: Conjunto exemplificativo de palavras-chave estruturantes do levantamento bibliométrico no cenário internacional	54
Quadro 2.1-3: Conjunto exemplificativo de palavras-chave estruturantes do levantamento bibliométrico em âmbito nacional	56
Quadro 2.1-4: Síntese geral de palavras-chave de teses e dissertações nacionais resultantes do levantamento bibliométrico em âmbito nacional – 2000-2019	68
Quadro 2.4-1: Síntese ilustrativa de relações técnicas entre variáveis de análise de cemitérios municipais brasileiros	157
Quadro 3.1-1: Painel de variáveis socioespaciais estruturantes da pesquisa	178
Quadro 3.1-2: Estrutura do questionário relacional de variáveis socioespaciais em dados comparativos	179 e 189
Quadro 3.2-1: Painel de variáveis sociopolíticas estruturantes da pesquisa	212
Quadro 3.2-2: Marcos administrativos de planos urbanísticos e cemitérios municipais de Curitiba – 1854 a 2014	214
Quadro 3.2-3: Painel de paradigmas incidentes sobre sistemas de sepultamento	234

LISTA DE SIGLAS

ABEC	Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ASCE	Association of Significant Cemeteries in Europe
BBiB	Berlin-Brandenburg Institut of Advanced Biodiversity Research
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDLA	Centro de Estudios y Documentación Latinoamericanos
CEPAL	Comisión Económica para América Latina y el Caribe
CETESB	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CM	Cemitério Metropolitano
CMMA	Conselho Municipal do Meio Ambiente
CMS	Conselho Municipal de Saúde
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMPDEC	Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONCITIBA	Conselho da Cidade de Curitiba
COVID-19	<i>Coronavirus disease 2019</i>
CREA	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
CVCO	Certificado de Vistoria de Conclusão de Obras
CVC	Câmara de Vereadores de Curitiba
CVS	Certificado de Vistoria de Segurança
EST	Faculdades Escola Superior de Teologia
EU	European Union
FCC	Fundação Carlos Chagas
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FN	Funerária Net
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GGTES	Gerência-Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde
GVIMS	Gerência de Vigilância e Monitoramento em Serviços de Saúde

GP	Gazeta do Povo
FUMC	First United Methodist Church
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IMAP	Instituto Municipal de Administração Pública
IML	Instituto Médico Legal
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPPUC	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
MASE	Meio Ambiente Serviços Especiais
MCIDADES	Ministério das Cidades
MEC	Ministério da Educação
MS	Ministério da Saúde
NC	Nationwide Children's
NOR	<i>Natural organic reduction</i>
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OSHA	Occupational Safety and Health Administration
PDP	Plano de Desenvolvimento de Pessoas
PDP	Portal Domínio Público
PIB	Produto Interno Bruto
PMC	Prefeitura Municipal de Curitiba
PMP	Prefeitura Municipal de Piracicaba
PMSP	Prefeitura Municipal de São Paulo
PNCC	Programa Nacional de Capacitação das Cidades
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGTU	Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
RICP	Red Iberoamericana de Cementerios Patrimoniales
RMC	Região Metropolitana de Curitiba
RSL	Revisão Sistemática de Literatura
SAGMACS	Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais

SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
SARS-CoV-2	<i>Severe acute respiratory syndrome coronavirus 2</i>
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SEMAC	Secretaria Municipal da Ação Cultural
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC – e Procuradoria Geral do Município – PGM), do Estado	
SEPLAD	Secretaria Municipal de Planejamento
SEUC	Sistema de Equipamentos Urbanos de Curitiba
SFM	Serviço Funerário Municipal
SIG	Sistema de Informações Geográficas
SMF	Secretaria Municipal de Finanças
SMG	Secretaria Municipal de Governo
SINCEP	Sindicato dos Cemitérios e Crematórios Particulares do Brasil
SINCEPAR	Sindicato dos Cemitérios Particulares do Estado do Paraná
SINVSA	Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SMMA	Secretaria Municipal do Meio Ambiente
SMOP	Secretaria Municipal de Obras Públicas
SMU	Secretaria Municipal de Urbanismo
SVO	Serviço de Verificação de Óbito
TCA	Tese em conjunto de artigos
TJ	Tribunal de Justiça
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UN	United Nations
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo
WHO	World Health Organization
WoS	Web of Science

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	24
1.1	PROBLEMÁTICA	25
1.2	JUSTIFICATIVAS	28
1.3	OBJETIVOS	31
1.4	ORIGINALIDADE	31
1.5	ESTRUTURA.....	32
1.5.1	Eixo teórico-conceitual	34
1.5.2	Eixo empírico-analítico	37
	REFERÊNCIAS ESPECÍFICAS	43
2	DIREITO DOS MORTOS À CIDADE: FUNDAMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS	46
2.1	RECONHECENDO DIMENSÕES DA TEMÁTICA	46
2.1.1	Considerações iniciais	48
2.1.2	Referenciais teóricos	51
2.1.3	Procedimentos metodológicos	52
2.1.4	Resultados analíticos	56
2.1.4.1	Inserção do tema no cenário internacional.....	57
2.1.4.2	Inserção do tema em âmbito nacional.....	67
2.1.4.3	Discussão das dimensões temáticas.....	74
2.1.5	Considerações finais	76
	REFERÊNCIAS ESPECÍFICAS	78
2.2	IDENTIFICANDO PARADIGMAS E PERSPECTIVAS	83
2.2.1	Considerações iniciais	83
2.2.2	Referenciais teóricos	84
2.2.3	Procedimentos metodológicos	86
2.2.4	Resultados analíticos	87
2.2.4.1	Necrópoles: o longo passado de relações entre urbes e direitos	87
2.2.4.2	Cemitérios: as adversidades contemporâneas entre cidades e direitos.....	89

2.2.4.3	Mortos: as incertezas de direitos nas cidades do futuro.....	93
2.2.5	Considerações finais	101
	REFERÊNCIAS ESPECÍFICAS	103
2.3	INTERPRETANDO RELAÇÕES ENTRE NECRÓPOLE E URBE.....	109
2.3.1	Considerações iniciais	109
2.3.2	Referenciais teóricos	111
2.3.3	Procedimentos metodológicos	114
2.3.4	Resultados analíticos	114
2.3.4.1	Invisibilidade do corpo inanimado.....	114
2.3.4.2	Atributos da <i>pólis</i> na necrópole	119
2.3.4.3	Sociabilidades e culturalidades dos cemitérios	124
2.3.4.4	Representações de poder necropolitano.....	127
2.3.5	Considerações finais	129
	REFERÊNCIAS ESPECÍFICAS	131
2.4	DISTINGUINDO PROCESSOS DA REALIDADE BRASILEIRA	135
2.4.1	Considerações iniciais	136
2.4.2	Referenciais teóricos	138
2.4.3	Procedimentos metodológicos	138
2.4.4	Resultados analíticos	139
2.4.4.1	Cemitério como assunto diversificado no Brasil	140
2.4.4.2	Questões de saúde humana e qualidade ambiental.....	147
2.4.4.3	Ocupação dos espaços urbanos por cemitérios	153
2.4.4.4	Responsabilidades do poder público e da sociedade civil.....	159
2.4.5	Considerações finais	164
	REFERÊNCIAS ESPECÍFICAS	166
3	GESTÃO MUNICIPAL DA NECRÓPOLE	
	EM CURITIBA, PARANÁ:	
	RESULTADOS EMPÍRICO-ANALÍTICOS	173
3.1	ANALISANDO CARACTERÍSTICAS SOCIOESPACIAIS	173
3.1.1	Considerações iniciais	174
3.1.2	Referenciais teóricos	177
3.1.3	Procedimentos metodológicos	178

3.1.4	Resultados analíticos	182
3.1.4.1	Direito à cidade em números.....	182
3.1.4.2	Variáveis socioespaciais de gestão da necrópole	188
3.1.4.3	Repercussões dos modelos de cemitérios municipais	190
3.1.5	Considerações finais	202
	REFERÊNCIAS ESPECÍFICAS	204
3.2	SISTEMATIZANDO CONDIÇÕES SOCIOPOLÍTICAS	208
3.2.1	Considerações iniciais	208
3.2.2	Referenciais teóricos	209
3.2.3	Procedimentos metodológicos	210
3.2.4	Resultados analíticos	211
3.2.4.1	Dinâmicas sociopolíticas municipais e necropolitanas	212
3.2.4.2	Externalidades e interfaces da gestão e uso dos cemitérios públicos....	215
3.2.4.3	Paradigmas intervenientes na gestão dos cemitérios	231
3.2.5	Considerações finais	235
	REFERÊNCIAS ESPECÍFICAS	237
4	CONCLUSÃO	242
	REFERÊNCIAS	249
	APÊNDICES	272
	APÊNDICE A:	
	RESULTADOS DE LEVANTAMENTO PRÉVIO DE IDENTIFICAÇÃO	
	BIBLIOMÉTRICA POR PARES DE TERMOS DE BUSCA NAS	
	BASES DE PERIÓDICOS SELECIONADAS – 2010 A 2019	272
	APÊNDICE B:	
	RESULTADOS BIBLIOMÉTRICOS INTERNACIONAIS POR PAÍSES	
	NAS BASES DE PERIÓDICOS SELECIONADAS – 2010 A 2019.....	273
	APÊNDICE C:	
	RESULTADOS BIBLIOMÉTRICOS NACIONAIS POR BASES DE	
	PERIÓDICOS SELECIONADAS – 2010 A 2019.....	274

APÊNDICE D:	
RESULTADOS BIBLIOMÉTRICOS NACIONAIS IDENTIFICADOS NO PORTAL DOMÍNIO PÚBLICO (PDP) – 2010 A 2019	282
APÊNDICE E:	
MODELO DE QUESTIONÁRIO APLICADO	283
APÊNDICE F:	
RESULTADOS DE RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO APLICADO.....	295
ANEXO	312
ANEXO A:	
DEFINIÇÕES OFICIAIS ADOTADAS NO TEXTO	312

1 INTRODUÇÃO

Em meados de julho de 2021, o mundo já havia sepultado mais de 4 milhões de pessoas em função da pandemia da *coronavirus disease* 2019 (COVID-19) (WHO, 2021). Frente a essa fatalidade, estudos sobre a necrópole e as questões que representam o destino dos mortos no ambiente urbano têm se tornado particularmente importantes e evidenciam relações essenciais entre cientistas, gestores, urbanistas e sanitaristas, dentre muitos outros profissionais.

Ritos obrigatórios organizados pela sociedade dão atenção à pessoa em suas várias fases, inclusive quando é modificado o seu estado natural devido à cessação da vida. O Artigo 3º da Lei Federal N° 9.434, de 04 de fevereiro de 1997, dispõe que a morte se dá com a paralisação da atividade encefálica, de modo que o ente físico deixa de existir, mas seu corpo continua sendo titular de direitos (BRASIL, 1997).

Imposto o silêncio, a inumação dependerá dos recursos municipais, quando a opção for por cemitérios públicos, ou sociais e familiares, a depender do círculo relacional e das posses pessoais. O encaminhamento do corpo significa mais para a sociedade do que o simples ato do seu depósito para reciclagem, pois os seres humanos tendem a estabelecer relações de aspecto simbólico, vinculando a matéria sem vida às virtudes do indivíduo.

Certeau (2014[1980], p.19) interpreta esses significados como “mecanismos de resistência”, que podem ser entendidos como recursos que permitem a continuidade da memória da pessoa. A recepção dada ao *de cuius*¹, bem como a longevidade da lembrança, dependem desses procedimentos. É com a articulação de questões emocionais e práticas que a gestão urbana lida ao tratar do encaminhamento do corpo inanimado.

1

No vocabulário forense, significa “falecido” (CARLETTI, 2017[1985]).

As necrópoles dão mostras de que o complexo processo de enraizamento – ou desenraizamento – social é heterogêneo, vigorando distribuições que esboçam a sintonia das relações desses espaços com a cidade. Nesse contexto, a presente tese, parametrizada pela linha de pesquisa em Planejamento e Projeto em Espaços Urbanos e Regionais do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana (PPGTU) da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), parte da assertiva da existência de inúmeros problemas no tratamento de cemitérios, notadamente públicos, nas urbes contemporâneas. Para o detalhamento da temática, seu desenvolvimento compreende duas partes – fundamentação teórica e experimentação empírica² – baseadas em teores socioespaciais e sociopolíticos referentes a esses espaços.

1.1 PROBLEMÁTICA

Preliminarmente, é conveniente lembrar que as relações entre cemitério e cidade mudam conforme o tempo e o local, não sendo questão exclusiva de alguns territórios, nem tampouco suas diretrizes representam unanimidades. Sob as óticas do planejamento urbano e da qualidade de vida, Jacobs (2011[1961], p.256) compara pontos de vista sobre apropriações do solo no século XX, quando funerárias e cemitérios eram apresentados como exemplos máximos dos “horrores que se insinuam pelos bairros que não dispõem de rígido controle de usos”. Houve quem defendesse essa ingerência, oferecendo resistência às lembranças da morte na urbe, e os que não a viam como empecilho à vitalidade cidadina, mas como sugestão a regulamentações.

Giddens (2002[1991], p.109) cita que, no fim do século XIX, a Inglaterra era a sociedade economicamente mais avançada do planeta. No entanto epidemias produtoras de milhares de óbitos constituiu um lugar comum naquele país, lembrando a situação vivida pelo mundo no momento atual, com colapso de muitas necrópoles. Johnson (2008) também relata o surto de cólera que assolou Londres em 1854, historicamente marcada pelo problema no bairro Soho, onde morreram 500 pessoas em 10 dias em consequência da contaminação da água do poço que abastecia a área.

²

Ver Subseção 1.5 – Estrutura.

Acerca do Brasil Colônia, Priore (2016, p.386) expõe conhecimentos sobre a vida de moradores da Capitania de São Paulo, narrando situações como a de Maria Leite, “tão pobre e tão carregada de filhos que pedia uma cova pelo amor de Deus”. Distante da indigência, Ariès (2013[1954]) comenta que, no século XIX, para os mais abastados, o local de inumação, o epitáfio e o funeral poderiam ser definidos em testamento, quando o indivíduo, ao cuidar da própria morte, poderia definir seu espaço previamente.

Reis (2012[1991], p.171) recorda que, sendo cristão, nas Igrejas “[...] não só Deus e sua corte de santos nelas habitavam, mas também os mortos”, cujos corpos eram preferencialmente enterrados *ad sanctos*³, ou seja, dentro da Igreja e o mais próximo possível do altar. Rodrigues (1997, p.89) também cita que esta prática de enterramento intramuros começou a ser proibida em 1801, quando, no Rio de Janeiro por carta régia, ordenava-se a construção de “campos santos” – cemitérios mantidos pelo clero. Se, por um lado, o intuito era higienista, por outro, Reis (2012[1991], p.22) conta que, em 1836, houve uma revolta popular em Salvador, nomeada “Cemiterada”, em que o povo ignorante foi manipulado por religiosos para se opor à concessão dos serviços de sepultamento extramuros em monopólio por 30 anos a uma companhia privada.

Contemporaneamente, uma das principais adversidades encontradas pelas necrópoles é sua situação de saturação. Esses locais, entretanto, mantêm imprescindíveis serviços aos cidadãos, mas na maior parte do território nacional, inclusive em Curitiba, Paraná, adotada como estudo de caso desta pesquisa, políticas de estruturação relacionadas à destinação do *de cuius* produzem diferenciados resultados adversos (NECKEL et al., 2017). Face aos intensos processos de urbanização, pressionados por interesses orientados por grupos sociais com força política, falhas de planejamento e gestão, controvérsias legislativas e atrasos tecnológicos afetam socioespacial e politicamente a oferta e qualidade dos cemitérios.

³ Literalmente, tem o sentido de “junto aos santos” (PETRUSKI, 2006).

A rede cemiterial particular tem sido a alternativa para a população sem acesso ao sepultamento público ou que prefere a organização e modelos de cemitérios oferecidos por setores privados. Dificuldades no provimento de vagas para novos titulares nas concessões de terrenos, ineficiência no controle da demanda e problemas de ordem construtiva, inclusive com consequências ambientais, comprometem a qualidade dos serviços oferecidos.

Problema que “está no cerne de uma definição mais precisa e consistente do termo sustentabilidade urbana” (NETTO; VARGAS; SABOYA, 2012, p.262), a análise pertinente aos cemitérios recai sobre este elemento, cujo funcionamento é capaz de interferir na dinâmica urbanística, impactando a qualidade de vida. O controle no tratamento e alocação de resíduos oriundos da morte humana, considerando sua velocidade de acumulação, conjugada com dificuldades de equacionamento, originou novas possibilidades, cuja adoção tarda a ocorrer no país e na própria capital paranaense.

Em casos mais graves, essa dinâmica afeta a população, inclusive em outros aspectos além das medidas físicas. A aparência fúnebre da conhecida estética dos muros e lápides dos cemitérios convencionais, as diferenças sociais expressas nos critérios de distribuição e espacialidade, os gastos públicos na manutenção e na garantia de segurança, e os parâmetros de uso e ocupação do solo, dentre outros assuntos, permanecem na pauta que deve fomentar trabalhos técnico-científicos, com vistas a refletir demandas da comunidade.

A dinâmica dos ambientes urbanos multifuncionais da atualidade impacta nos processos e tomadas de decisões, que oscilam entre assertivas de reordenamento, condição que não é diferente para os cemitérios. Frente à necessidade constante de resolução de problemas inerentes à coletividade, no contexto cotidiano das cidades, os de âmbito público têm sido, há muito tempo, negligenciados e mantidos em técnicas ultrapassadas e com providências insuficientes.

Embora seja assunto de interesse global, a condição dos cemitérios públicos é precária no Brasil. Na maioria das cidades, independente do porte, os cidadãos são expostos a constrangimentos e dificuldades, ferindo direitos como o *jus sepulchri*⁴.

⁴ Termo jurídico para “direito à sepultura” (CARLETTI, 2017[1985]).

Limitações dos espaços de sepultamento, procrastinação da expansão e da modernização dos serviços funerários, transferência de ônus aos serviços particulares e alto grau de contaminantes em contato com o solo e águas subterrâneas, além de fatores legais e sociais, são apenas algumas das problemáticas que orientam esta tese. Nessa perspectiva, a **pergunta de pesquisa** pode ser sintetizada da seguinte forma: em que medida o acesso à necrópole, interpretado como um direito à cidade, reflete questões socioespaciais e sociopolíticas? Alguns argumentos, adiante explicitados, contextualizam essa orientação.

1.2 JUSTIFICATIVAS

Regidas por códigos e normas, as cidades dos vivos e dos mortos se misturam com a vida cotidiana e mudanças acontecem também em períodos de crise. Como citado, a Igreja conseguiu manter o domínio intramuros sobre os corpos até que pressões higienistas forçaram a publicação de leis obrigando a construção cemiterial (RODRIGUES, 1997), subordinando os novos “campos santos” ao poder governamental.

No Artigo 99 da Lei Federal N° 10.406, de 10 de janeiro de 2002, o cemitério é citado entre os bens públicos de uso especial, integrando políticas de desenvolvimento urbano executadas no âmbito do poder municipal pelo estabelecimento de normas e diretrizes (BRASIL, 2002). É regido localmente por instrumentos reguladores dos municípios, como códigos de obras, de posturas e de vigilância sanitária, além de leis de zoneamento de uso e ocupação do solo, por exemplo (SILVA, 2008). De maneira similar, o alinhamento das formas e a programação das transformações dependem da sociedade. Como um microcosmo urbanístico (CYMBALISTA, 2002), a necrópole espelha a construção social replicada da “cidade dos vivos”, exemplificada pela destinação de recursos e valores, bem como pela sua própria organização espacial.

A condição desse equipamento urbano repercute na qualidade de vida dos cidadãos e, na medida em que proliferam problemas, os gestores públicos têm a incumbência de resolver mais este uso do território urbanizado. Tão antigo quanto a vida nas cidades, o cemitério representa o direito que o cidadão tem de vivenciar as

qualidades urbanísticas, com oportunidade de destinar seus mortos condignamente, sem comprometimento de sua própria saúde, vistas as repetidas constatações de contaminação dos subprodutos da decomposição dos corpos.

Imerso em um complexo sistema e envolto em paradigmas, é um assunto com o qual a maioria das pessoas espera se envolver poucas vezes na vida. Ou seja, é uma seara na qual muitos preferem não entrar, a não ser quando estritamente necessário. No entanto a magnitude de problemas que o cercam afeta direta e constantemente o ambiente urbanizado, cerceando ou ampliando direitos, inclusive aqueles referentes à cidade, foco desta análise.

Sob as vertentes do planejamento urbano e da problematização das relações entre cemitério e diversidade de direitos inerentes à coletividade, argumentos devem ser trazidos ao debate dos desafios à promoção de qualidade no atendimento à sociedade brasileira. O conhecimento da produção científica possibilita repensar a necrópole em diferentes áreas de estudo, com demandas variadas.

Tanto o interesse nacional e internacional na discussão do assunto e a diversidade de significação do objeto de análise para pesquisadores e suas diferentes visões, quanto à disposição para reflexão sobre demais itens relacionais, como fatores ambientais, sociais, culturais, religiosos e legais, por exemplo, fundamentam o **recorte temático** de condução da pesquisa para a identificação de alternativas como meios de tratativa da gestão de necrópoles municipais. Entendendo os seres humanos como modificadores do ambiente e acreditando que os recursos devam ser otimizados, justifica-se o trabalho pela necessidade de interpretação de agendas investigativas e de estruturas existentes para alinhamento técnico dos cemitérios públicos brasileiros, em especial os de Curitiba.

Emergentes em planejamento, alavancados por necessidades e desafios, a gestão e métodos de organização cemiterial estão defasados por diversas mudanças, desde a passagem da necrópole “da tradição” – perpetuada por séculos de religiosidade - para a “da saúde”, evitando a proliferação de doenças (AIRES; GUTIERREZ, 2010). Com este argumento em vista, procura-se, com esta investigação, mostrar que há desalinhamento técnico na gestão dos cemitérios públicos e que iniciativas de estudos para implantação de soluções alternativas contemporâneas exigem vontade política e o despertar da sociedade para suas próprias necessidades.

Alinhando teoria à prática, como teste da aplicação de discussões, tem-se a possibilidade de examinar as condições sociopolíticas e socioespaciais em um caso, definido, como já comentado, para a capital paranaense como beneficiária. Como critérios preliminares para a escolha deste **recorte geográfico**, podem ser arrolados os temas encontrados na revisão sistemática de literatura.

Consecutivamente, justifica-se essa delimitação espacial diante da intenção de desenvolver estudo que ofereça informações quantitativas e qualitativas, como as encontradas em Curitiba, com certa organização para contagem, exame e reconhecimento de dados e oferta de mapas e matérias relacionadas à temática e veiculadas em meios de comunicação de massa, além de materiais para consulta disponibilizados em espaço virtual (legislação, imagens e história, por exemplo). Além disso, o território curitibano abriga ocorrência considerável de unidades cemiteriais públicas e particulares, de tipologias variadas, possibilitando comparativos entre modelos e domínios, apesar de a presente pesquisa ter foco nos cemitérios municipais.

De modo complementar, cabe destacar a facilidade de acesso físico para verificação *in loco* da situação dos cemitérios de Curitiba por esta cidade constituir a sede do programa de doutoramento. Cabe mencionar, ainda, seu porte enquanto capital, o qual pode ser aliado a renomadas instituições de ensino e pesquisa, nas quais foram previamente identificados meandros da temática. Esses atributos podem ser associados à curiosidade em verificar como uma urbe considerada “modelo”, nacional e internacionalmente, acolhe a ideia do caráter público da necrópole e as responsabilidades pelas respectivas demandas.

Vale lembrar que o aumento populacional elevou consideravelmente as demandas por espaço nas cidades, provocando a justaposição de zonas residenciais e cemiteriais, tornando a verticalidade uma solução alternativa para atender às necessidades espaciais em áreas urbanizadas (HARIYONO, 2015; NECKEL et al., 2017). Todavia as soluções devem ser analisadas conjuntamente, reduzindo impactos socioambientais reconhecidamente provenientes do sepultamento de corpos e procurando modos de “aumentar a vida, para controlar seus acidentes, suas eventualidades, suas deficiências” (FOUCAULT, 1997[1976], pela mediação de conflitos entre as cidades dos vivos e dos mortos.

Frente ao anteriormente exposto, formula-se a **hipótese** orientadora da tese de que a gestão municipal da necrópole repercute negativamente na extensão

do direito à cidade em função da organização dissociativa entre processos sociopolíticos e socioespaciais. Esse é o direcionamento que orienta os intuitos de desenvolvimento da investigação.

1.3 OBJETIVOS

Com foco na necessidade de melhoria dos sistemas de administração governamental de condições cemiteriais urbanas, o **objetivo geral** da pesquisa consiste em avaliar a gestão municipal da necrópole pela perspectiva do direito à cidade, em aspectos teóricos e práticos, sintetizando a análise por meio de estudo de caso sobre os cemitérios públicos de Curitiba, Paraná. Para tanto, constituem seus **objetivos específicos**:

- a) reconhecer a inserção do tema no cenário internacional e em âmbito nacional;
- b) identificar as abordagens predominantes nas discussões sobre o assunto em escala nacional;
- c) interpretar as interações entre cemitérios e cidade em seus diferentes aspectos;
- d) distinguir questões centrais da temática no Brasil;
- e) analisar as características socioespaciais dos cemitérios em Curitiba;
- f) sistematizar as condições sociopolíticas da gestão de cemitérios públicos do município de Curitiba.

O próprio enunciado dessas metas revela contornos inovadores de análise da temática. Porém outros aspectos, adiante detalhados, merecem menção quanto ao ineditismo da investigação.

1.4 ORIGINALIDADE

A formação do gestor urbano o coloca em contato com demandas de variadas culturas e estratos sociais, resultantes de anseios heterogêneos. No contexto daquilo que é básico, como o “homem diante da morte” (ARIÈS, 2003[1975]), a pesquisa teórico-empírica parte do pressuposto de que, neste campo, em que a emotividade tem imperado no Brasil, a tecnologia e o planejamento não

têm apresentado eficiência suficiente no tratamento das questões cemiteriais. Na conjuntura brasileira, capitalista e pós-industrial, os arranjos em nome da sociedade podem não atender à expectativa geral quanto à gestão do espaço dentro do que se espera como fim justo, democrático e sustentável, o que é condizente com princípios do Estatuto da Cidade (Lei Federal Nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – BRASIL, 2001).

Em respeito à complexidade da dor do luto e ao bem-estar na convivência urbana com as necrópoles, este trabalho é impelido à verificação de aspectos práticos que exigem a atenção dos cidadãos, na medida em que são obrigados a lidar com a morte. A partir de interesse pessoal e da observação das características próprias e do caráter público dos cemitérios municipais, constata-se o quanto o assunto é evitado pelas pessoas. O desgosto de falar sobre o tema envolve alternância de motivos. No entanto a natureza da interação tradicional dos indivíduos com seus mortos, em sua maioria dispostos em estruturas funerárias convencionais, requer esforços visando a profundas melhorias.

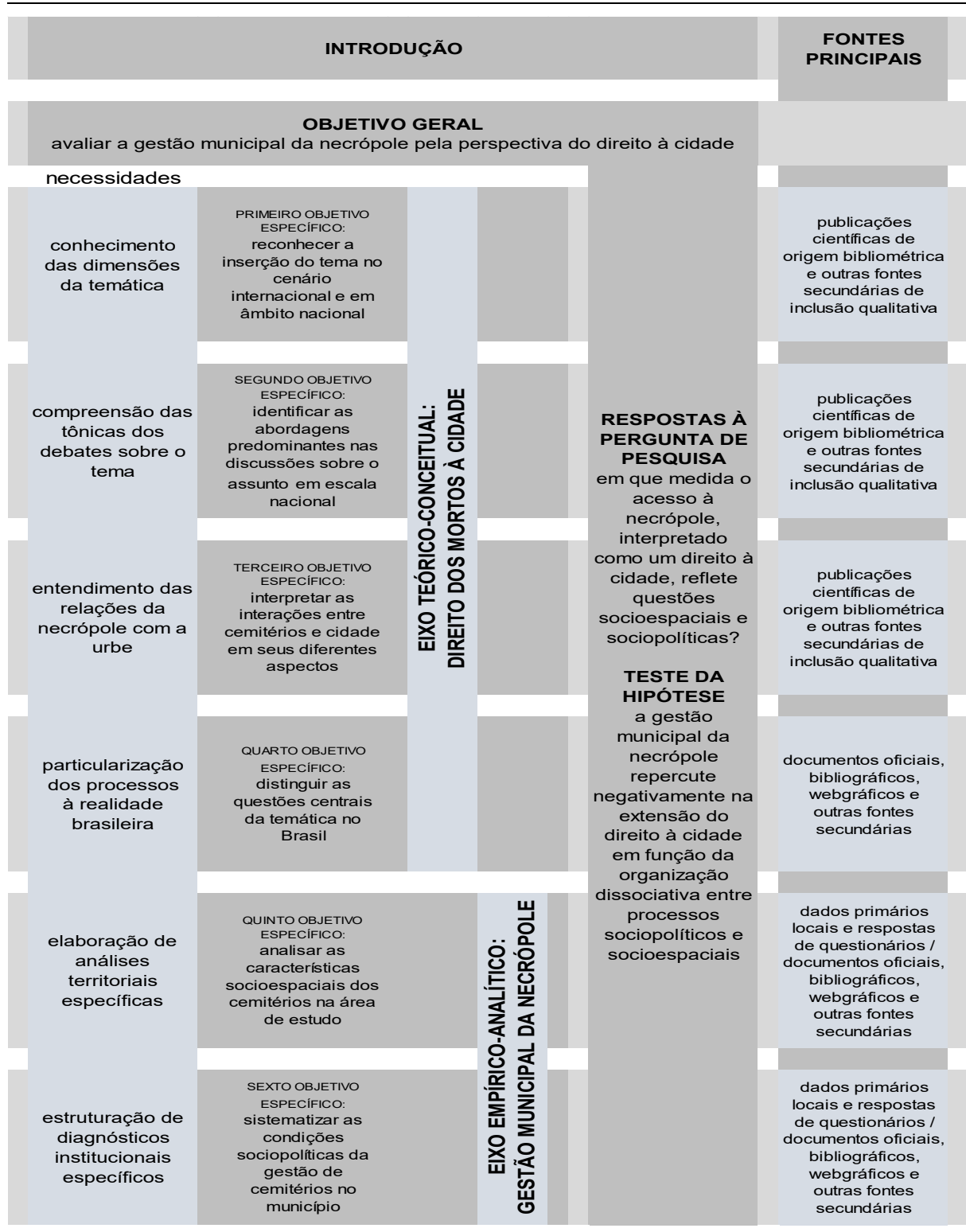
Em síntese, a originalidade deste trabalho reside tanto na ótica de análise do cemitério público enquanto extensão do “direito à cidade” (LEFÈBVRE, 2009[1968]), sob a visão de jurisdição de vivos e mortos, quanto na representatividade da academia no fornecimento de informações quantitativas, como proporções entre fluxo e demanda, e qualitativas, como relações entre condições socioculturais, espaciais e políticas. Em sua estruturação, o estudo embasa perspectivas da gestão pública e, além de inovações na contribuição com aspectos relacionais entre cemitérios e desigualdade socioeconômica, apresenta expectativas sociais sistematizadas para fundamentação de escolhas pela sociedade em geral.

1.5 ESTRUTURA

Como antes comentado, o presente documento é constituído de dois eixos centrais: teórico-conceitual e empírico-analítico (Figura 1-1). A pesquisa é desenvolvida conforme a normativa para tese em conjunto de artigos (TCA – PPGTU, 2017), sendo formada por seis textos⁵ complementares entre si, cada um relacionado a uma parte do trabalho.

⁵ Esses textos sofrem ajustes de conteúdos e formas segundo normas das respectivas revistas.

Figura 1-1:
Diagrama de estrutura geral da pesquisa



Fonte: Elaborada com base nos procedimentos metodológicos adotados.

1.5.1 Eixo teórico-conceitual⁶

Composto por quatro subseções, este eixo tem início com a abertura teórica dedicada ao **conhecimento das dimensões da temática**⁷, visando explorar o domínio do conhecimento sobre a necrópole no ambiente antrópico moderno, por meio do uso de técnicas bibliométricas de interpretação do conteúdo recente de acervo em bases de dados, considerando direitos de vivos e mortos no compartilhamento e usos do espaço urbano. Sabendo-se que os cemitérios acompanham a trajetória das cidades e que sua importância tem se perpetuado, apesar das transformações nos modos de habitação, verifica-se, em artigos nacionais e internacionais, a partir análise exploratória de conteúdo, a aplicação dos esforços científicos no debate em questão.

Essa primeira abordagem traz a cooperação de autores de diversos países que discutem ações em torno da necrópole e da urbe, com alcances diferenciados sobre o direito dos mortos à cidade dos vivos. A princípio, este primeiro artigo visa responder à seguinte questão investigativa: quais são as principais dimensões da temática abordada?

Visando à **compreensão das tônicas dos debates sobre o tema**⁸, a segunda subseção de fundamentação teórica é direcionada à relação entre um sujeito composto, formado por trabalhos acadêmicos e artigos científicos, e a caracterização de um objeto, correspondente ao estágio atual de debates brasileiros sobre relações entre cemitério e cidade.

⁶ A título de esclarecimento introdutório, são adotados nesta tese definições baseadas em especificações da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Paraná (SEMA), por meio da sua Resolução N° 002/2009, a qual estabelece critérios técnicos para implantação ou regularização de cemitérios destinados ao sepultamento de cadáveres humanos no estado (SEMA-PR, 2009). Esses termos estão dispostos no Anexo A.

⁷ Pertinente ao primeiro objetivo específico da pesquisa de reconhecer a inserção do tema no cenário internacional e em âmbito nacional (ver Subseção 1.3).

⁸ Condizente com o segundo objetivo específico da pesquisa de identificar as abordagens predominantes nas discussões sobre o assunto em escala nacional (ver Subseção 1.3).

Com o pensamento central de que as características identificadas nos textos dêem visibilidade aos problemas enfrentados no país, monitorando ações, disseminando conhecimentos, compartilhando experiências e funcionando como estratégia de melhoria, interpreta-se que os achados científicos possam ser utilizados para fins práticos. Os resultados podem, então, conformar canais de inovação provenientes de informações técnicas, servindo como ponte entre produtos da ciência e necessidades da sociedade. Nesse sentido, a circulação de ideias poderia transformar teses em planos concretos e em decisões do planejamento estratégico, abrindo perspectivas de contribuição à gestão de cidades.

Para além dos preceitos genéricos, examina-se, nesta discussão, a necrópole como elemento do planejamento urbano, de interesse comum, com a meta de identificar o rumo das ações técnicas nacionais dedicadas aos cemitérios públicos, cujas condições sociopolíticas e socioculturais se mostram insuficientes e são anteriores à sobrecarga gerada pela pandemia da COVID-19, mas que pode servir como impulso para soluções inovadoras.

Pelo exame de artigos científicos e acadêmicos, dentre outras fontes, constata-se tecnicamente o que, por meios midiáticos e na prática já se percebe, ou seja, por motivos diversos, há riscos e ineficiências na gestão e planejamento dos cemitérios urbanos brasileiros atuais. Esses aspectos são contrários ao estabelecido como objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (ONU-BR, 2018), do qual o Brasil faz parte e visa, dentre outras metas, reduzir desigualdades, promover justiça, buscar eficiência das instituições e trabalhar na construção de cidades e comunidades sustentáveis.

Os ensaios, os sistemas de monitoramento de impactos, as condições dos conjuntos históricos, a vulnerabilidade à saúde, os problemas de falta de espaço e os estudos arqueológicos, dentre outros resultados dos trabalhos consultados, refletem a precariedade em que se encontram os cemitérios brasileiros, bem como os avanços, indicando assuntos que têm motivado a academia. Nesse contexto, a questão investigativa do segundo artigo é: quais são as tônicas dos debates sobre o tema no país?

A terceira subseção de fundamentos teórico-conceituais, elaborada no âmbito da gestão urbana em caráter interdisciplinar, visa ao **entendimento das relações da necrópole com a urbe**⁹ em seus diferentes aspectos e representa anseios de melhoria contínua em atenção à pessoa humana, em especial aos sistemas envolvidos no destino do corpo inanimado. Embora sejam estabelecidos pontos de contato, alimentados por um conjunto de ideias que se conecta no decorrer da discussão, dois círculos de interlocução organizam os conceitos principais da pesquisa.

O primeiro fundamenta conceitos e interpretações dessas relações, organizadas em torno dos espaços da morte e seus rituais e costumes. O segundo é direcionado à interlocução de ideias sobre a sociedade que constrói e vive a cidade, ao mesmo tempo concebendo e alimentando a existência do cemitério, sob peculiaridades do cotidiano. Nessas circunstâncias é circunscrita a questão investigativa do terceiro artigo: quais são os principais relacionamentos estabelecidos entre a necrópole e a urbe?

Compreendendo um estudo de compreensão das políticas nacionais pela **particularização dos processos à realidade brasileira**¹⁰, a quarta subseção visa contribuir na construção do ambiente cemiterial vigente no Brasil, distinguindo procedimentos, normativas e variáveis na gestão da necrópole. Em se tratando desse ambiente, depreendem-se questões tanto por parte da administração pública, regente da coordenação de políticas, quanto da ciência, promotora de estudos sobre a cidade, assim como da própria população civil, interlocutora para ações rotineiras de regulação de atividades e empreendimentos.

Entendido como *locus* da ação legal, política e social, são aventadas possibilidades para o espaço público destinado aos cemitérios pelo reconhecimento de marcos regulatórios vigentes, processos de racionalização e orientação de usos espaciais referentes aos sistemas de repositórios cicláveis de corpos inumados, analisando-se, ainda, a interação das normativas com as práticas cotidianas.

⁹ Atinente ao terceiro objetivo específico da pesquisa de interpretar as interações entre cemitérios e cidade em seus diferentes aspectos (ver Subseção 1.3).

¹⁰ Inerente ao quarto objetivo específico da pesquisa de distinguir as questões centrais da temática no Brasil (ver Subseção 1.3).

Em uma vertente de transição para o eixo empírico-analítico, a interação foi intermediada pela aplicação de questionários, enviados à população por meios digitais de divulgação, aliados à observação *in loco* de cemitérios municipais e somados ao levantamento informativo em fontes virtuais e por artigos científicos relacionados à temática cemiterial, incluindo, dentre outros, os abordados nas subseções anteriores.

Em suma, a contribuição às bases teóricas considera que a maioria das necrópoles brasileiras foi planejada no século anterior e apresenta capacidade excedida, seguindo modelos arriscados em termos de qualidade ambiental e de saúde humana. Nessa conjuntura, a questão investigativa que orienta o quarto artigo é: quais são os processos que cercam a realidade da temática no Brasil?

Torna-se, assim, importante a análise sobre sua adaptação às novas dinâmicas sociais oriundas da constante expansão da urbanização, das flutuações populacionais, das mudanças socioeconômicas e, conseqüentemente, dos problemas relacionados à gestão dos cemitérios públicos municipais sob o ponto de vista do cidadão. Nesse sentido, o segundo eixo da tese é voltado à avaliação de condições empíricas de Curitiba.

1.5.2 Eixo empírico-analítico

Como antes mencionado, o empirismo da pesquisa resulta do processo de avaliação da gestão municipal da necrópole pela perspectiva do direito à cidade, cujas características socioespaciais e condições sociopolíticas são observadas em relação aos cinco cemitérios públicos existentes na capital paranaense, ilustrados nas imagens aéreas das Figuras 1-2 a 1-6, as quais são apresentadas em ordem de antiguidade desses espaços. Cabe esclarecer que, além destes, há atualmente dezoito particulares no município.

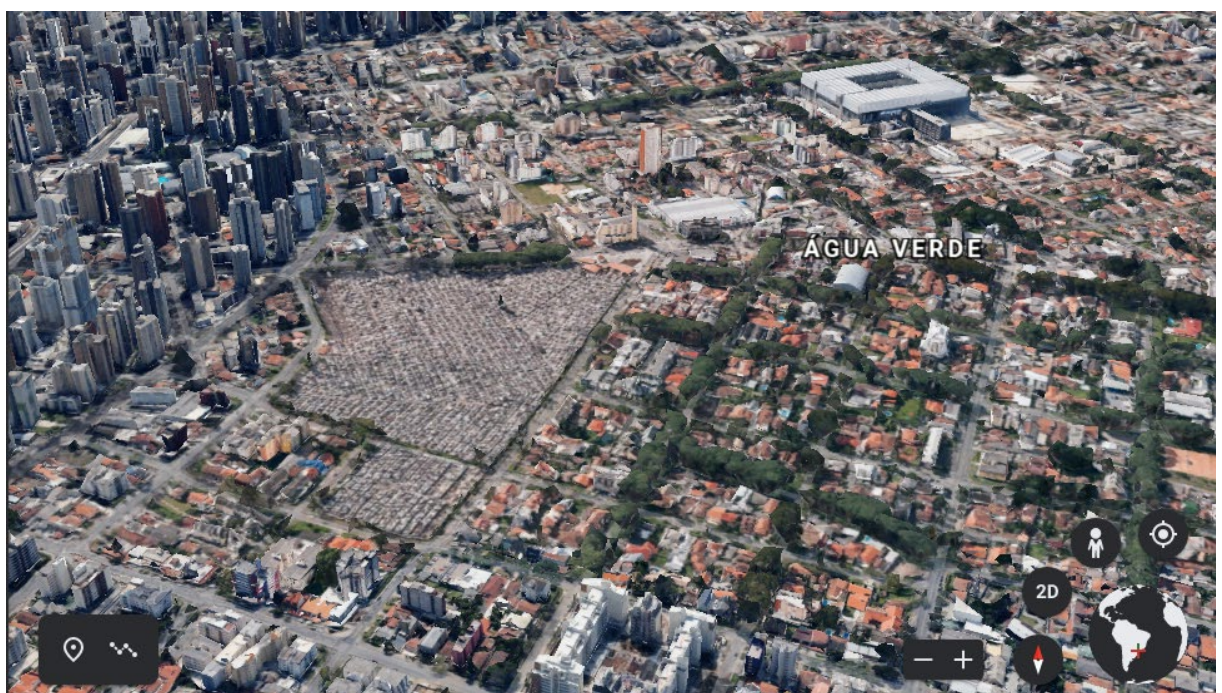
Observa-se que os perímetros dos cemitérios brasileiros, independentemente de estarmos olhando pontualmente para uma determinada localidade, são diferenciados na paisagem, tanto em função do adensamento construtivo interno e da escala reduzida das construções, quanto pelo destaque do terreno protegido, formando manchas de ocupação diferenciada. Comum no Brasil, essa identidade os representa e os destaca em meio ao todo paisagístico das áreas urbanizadas.

Figura 1-2:
Vista aérea do cemitério municipal São Francisco de Paula em Curitiba



Fonte: GOOGLE EARTH (2021)
Nota: Fundado em 1854.

Figura 1-3:
Vista aérea do cemitério municipal Água Verde em Curitiba



Fonte: GOOGLE EARTH (2021)
Nota: Fundado em 1888.

Figura 1-4:
Vista aérea do cemitério municipal Boqueirão em Curitiba



Fonte: GOOGLE EARTH (2021)
Nota: Fundado em 1950.

Figura 1-5:
Vista aérea do cemitério municipal Santa Cândida em Curitiba



Fonte: GOOGLE EARTH (2021)
Nota: Fundado em 1957.

Figura 1-6
Vista aérea do cemitério municipal Zona Sul em Curitiba



Fonte: GOOGLE EARTH (2021)

Nota: Fundado em 1996 (desde 2014 sob administração da Prefeitura Municipal de Curitiba).

Tendo em conta a contribuição teórica das subseções precedentes, as duas últimas, componentes do eixo empírico-analítico, servem ao enquadramento originado pelo estudo de construção sociopolítica, complementando o contributo de avaliação, suscitando a discussão de problemas locais. O princípio da primeira subseção desta estrutura axial – **elaboração de análises territoriais específicas**¹¹ – considera o fato de que, em diferentes países do mundo, o debate em torno da gestão de cemitérios tem ocorrido de maneira diversificada, dadas as emergências sociopolíticas, econômicas e socioculturais pertinentes a cada nação. No tocante à realidade nacional, nas ocorrências entre necrópole e urbe, população e municipalidade são tratadas no meio científico por áreas de estudo, constituindo, neste estágio da tese, meio de identificação de desafios e oportunidades para o planejamento urbano e regional.

¹¹ Referente ao quinto objetivo específico da pesquisa de analisar as características socioespaciais dos cemitérios em Curitiba (ver Subseção 1.3).

Visando a análises territoriais específicas, em contribuição para o aperfeiçoamento de formas de ocupação territorial e consequente bem-estar social, explora-se, no estudo de caso de Curitiba, aspectos socioespaciais de dados e indicativos. Reitera-se que, embora necessário às cidades e cidadãos, o cemitério não é algo que o brasileiro costume discutir, bem como não tem sido prioridade de debates em tempos anteriores à COVID-19, necessitando estruturação para enfrentamento das suas problemáticas. Tal qual a urbe estrategicamente planejada proposta por Castells e Borja (1996, p.166), que “unifica diagnósticos, concretiza atuações públicas e privadas e estabelece um marco coerente de mobilização e de cooperação dos atores sociais urbanos”, também a necrópole precisa de respostas cooperativas.

Com o objetivo de ampliar a discussão, informações sobre cemitérios, quando relacionados ao meio urbanizado, foram coletadas por intermédio de levantamento bibliométrico em revistas científicas de bases indexadas. Em termos quantitativos, avolumam-se pesquisas principalmente da área arqueológica e de manutenção histórica, além de expressivos números de estudos relacionados ao controle ambiental, à promoção de espaços verdes, tanto em termos de biodiversidade quanto de práticas sustentáveis de destinação do corpo, e outras derivadas da relação entre necrópole e urbe. Entretanto, diante do que pode ser constatado no cotidiano dos cemitérios públicos brasileiros, a gestão e condições de uso propriamente ditos são fatores que precisam ser mais bem explorados, dada a sua importância socioespacial.

Embora em artigos científicos e demais fontes secundárias, as tratativas do cemitério como ponto focal atraíam aumento gradativo de interesse, como elemento de entendimento do uso do território na esfera local, resultados empírico-analíticos sobre a percepção de condições infraestruturais e de gestão governamental da necrópole podem contribuir para o aperfeiçoamento de formas de ocupação territorial e equilíbrio socioespacial. Visando à essa análise específica, baseada na cientificidade de publicações, somadas a informações de órgãos municipais e a visitas a cemitérios públicos e particulares, acreditando-se haverem entendimentos a serem explorados em prol do bem-estar social, desenvolveu-se estudo de caso para a capital paranaense, observando-se o senso popular de que representa um “modelo”.

Sob o pressuposto de que a gestão municipal da necrópole repercute negativamente na extensão do direito à cidade em função da organização dissociativa entre processos sociopolíticos e socioespaciais, a partir de duplo registro qualiquantitativo configurando faceta prática, fez-se a aplicação para a testagem dos aspectos relativos à sociedade e ao espaço, a partir do sistema de administração de cemitérios públicos em Curitiba. Assim, sabendo-se que a falta de espaço para sepultamento nesses locais no território brasileiro constitui um fenômeno real, pretendeu-se aperfeiçoar a sua abordagem interpretativa, com base na seguinte questão investigativa: quais são, na área de estudo, as principais condições socioterritoriais relacionadas à temática da pesquisa?

A segunda subseção empírico-analítica é dirigida à **estruturação de diagnósticos institucionais específicos**¹² e frisa a ponderação de Ariès (2003[1975]) de que o espaço destinado aos mortos sofre constantes mudanças ao longo dos tempos – da condição de vizinho das igrejas ao longo da Idade Média na Europa, para a fase da monumentalidade nos séculos XVIII e XIX, longe das habitações, passando aos cemitérios-parque e crematórios na contemporaneidade. Desse modo, vai ao encontro de questionamentos sobre a condição em que se encontra a gestão cemiterial no âmbito público brasileiro quanto ao acompanhamento das melhorias técnicas disponíveis.

Procurando sistematizar condições sociopolíticas das quais resultam a gestão municipal da necrópole, traz-se a realidade local de Curitiba, a partir de mescla de informações científicas, de planos urbanísticos e dos agentes diretamente interessados na cidadania, representados por levantamento de opinião pública. Compreendendo pressões, como a explorada por Cunha Filho (1998, p.9), “sobre os formuladores de políticas”, aproxima-se do entendimento sobre os processos decisórios, “com o intuito de gerar, manter ou extinguir demandas”. Nessa direção, esta pesquisa tem o sentido de compreender as dinâmicas que contribuem para dispersão de usuários do sistema municipal de cemitérios para o particular.

12

Concernente ao sexto objetivo específico da pesquisa de sistematizar as condições sociopolíticas da gestão de cemitérios no município de Curitiba (ver Subseção 1.3).

A observação avança no entendimento do rumo das políticas públicas, no alinhamento do citado Estatuto da Cidade, para o qual deve ser observado o cumprimento de sua função social, da observação criteriosa no uso da propriedade urbana, dos direitos do usuário à mesma, bem como de sua gestão democrática (CYMBALISTA, 2006). Portanto a questão investigativa desta parte da tese é: quais são os diagnósticos mais relevantes acerca de condições institucionais específicas? Esta indagação e as precedentes orientam os próprios debates sobre fundamentos teórico-conceituais e resultados empírico-analíticos da pesquisa.

REFERÊNCIAS ESPECÍFICAS

- AIRES, Anderson Pires; GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. Tradição e saúde e as mudanças nas necrópoles de Pelotas/RS. **Cadernos de História da Ciência** [online], São Paulo, SP, BR: Instituto Butantan, v.6, n.2, p.110-135, 2010. https://bibliotecadigital.butantan.gov.br/arquivos/173/PDF/5_Aires.pdf.
- ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias**. Tradução de Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro, RJ, BR: Ediouro, 2003. (Título original: *Essais sur la mort en Occident: du Moyen Âge à nos jours*. Paris, FR: Seuil, 1975) ISBN 978-8520941317
- ARIÈS, Philippe. **O tempo da história**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo, SP, BR: Editora da Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2013. (Título original: *Le temps de l'histoire*. Ville de Monaco, MN: Le Rocher, 1954]. ISBN 978-8539304714
- BRASIL. Lei Federal N° 9.434, de 04 de fevereiro de 1997. Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, BR, 04 fev. 1997. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9434.htm
- BRASIL. Lei Federal N° 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os Artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Estatuto da Cidade. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, BR, 11 jul. 2001. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm
- BRASIL. Lei Federal N° 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, BR, 10 jan. 2002. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm
- CARLETTI, Amilcare. **Dicionário de latim forense**. 10.ed.rev. São Paulo, SP, BR: Livraria e Editora Universitária de Direito – LEUD, 2017[1985]. ISBN 978-8574560342

- CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. Tradução de Omar Ribeiro Thomaz. **Novos Estudos** [online], São Paulo, SP, BR: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP, n.45, p.152-166, jul. 1996. [http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/CASTELLS,%20Manuel%20%20BORJA,%20Jordi.%20As%20cidades%20como%20atores%20pol%C3%ADticos.%20Novos%20Estudos.%20CEBRAP%20N.%C2%BA%2045,%20julho%201996.%20\(pp.152-166\)_0.pdf](http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/CASTELLS,%20Manuel%20%20BORJA,%20Jordi.%20As%20cidades%20como%20atores%20pol%C3%ADticos.%20Novos%20Estudos.%20CEBRAP%20N.%C2%BA%2045,%20julho%201996.%20(pp.152-166)_0.pdf)
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. 22.ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ, BR: Vozes, 2014. (Título original: *L'invention du quotidien: 1. Arts de faire*, Paris, FR: Gallimard, 1980) ISBN 978-8532611482
- CUNHA FILHO, Valter Fernandes da. **Cidade e sociedade: a gênese do urbanismo moderno em Curitiba (1889-1940)**. 1998. 171f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, PR, BR, 1998. <https://hdl.handle.net/1884/27079>
- CYMBALISTA, Renato. **Cidades dos vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do estado de São Paulo**. São Paulo, SP, BR: Annablume; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, 2002. ISBN 978-8574193137
- CYMBALISTA, Renato. A trajetória recente do planejamento territorial no Brasil: apostas e pontos a observar. **Revista Paranaense de Desenvolvimento** [online], Curitiba, PR, BR: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, n.111, p.29-45, jul./dez. 2006. <http://www.ipardes.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/60/63>.
- FOUCAULT, Michel. *Il faut défendre la société: Cours au Collège de France 1975-1976*. (rev.ed.). Paris, FR: Gallimard; Seuil, 1997[1976]. ISBN 978-2020231695
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro, RJ, BR: Jorge Zahar, 2002. (Título original: *Modernity and self-identity: Self and society in the Late Modern Age*. Palo Alto, CA, US: Stanford University Press, 1991) ISBN 978-8571106697
- GOOGLE EARTH. **Imagens aéreas e oblíquas de Curitiba, Paraná, Brasil**. 2021.
- HARIYONO, Wahyu P. *Vertical cemetery*. **Procedia Engineering**, Amsterdam, NL: Elsevier BV, n.118, p.201-214, 2015. <https://doi.org/10.1016/j.proeng.2015.08.419>
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3.ed. Tradução de Carlos Silveira Mendes Rosa. São Paulo, SP, BR: WMF Martins Fontes, 2011. (Título original: *The death and life of great American cities*. New York, NY, US: Vintage, 1961). ISBN 978-8578274214
- JOHNSON, Peter. *The modern cemetery: A design for life*. **Social & Cultural Geography**, Abingdon, UK: Routledge, v.9. n.7, p.777-790, 2008. <https://doi.org/10.1080/14649360802383154>
- LEFÈBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 5.ed. São Paulo, SP, BR: Centauro, 2009. (Título original: *Le droit à la ville*. Paris, FR: Anthropos, 1968). ISBN 978-8588208971

NECKEL, Alcindo; COSTA, Carlos; MARIO, Débora Nunes; SABADIN, Clarice Elvira Saggin; BODAH, Eliane Thaines. Dano ambiental e ameaça à saúde pública por cemitérios: uma proposta de cemitério ideal diante da crescente expansão urbana.

Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana, Curitiba, PR, BR: Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PPGTU-PUCPR, v.9, n.2, p.216-230, maio/ago. 2017. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.009.002.ao05>

NETTO, Vinicius de Moraes; VARGAS, Júlio Celso; SABOYA, Renato Tibiriçá de. (Buscando) Os efeitos sociais da morfologia arquitetônica. **Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, PR, BR: Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PPGTU-PUCPR, v.4, n.2, p.261-282, jul./dez. 2012. <https://doi.org/10.7213/urbe.7400>

ONU-BR – Organização das Nações Unidas Brasil. **Plataforma Agenda 2030**: os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável. 2018. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>. Acesso em: 11 jul. 2021.

PETRUSKI, Maura Regina. A cidade dos mortos no mundo dos vivos – os cemitérios. **Revista de História Regional [online]**, Ponta Grossa, PR, BR: Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, v.1, n.2, p.93-108, inv. 2006. <https://revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2232>

PPGTU – Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana. **Normativa para teses de doutorado em formato de conjunto de artigos**. Curitiba, PR: Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, 2017.

PRIORE, Mary Del. **Histórias da gente brasileira**: volume 1 – colônia. São Paulo, SP, BR: Leya, 2016. ISBN 978-8544103852

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. 6.reimp. São Paulo, SP, BR: Companhia das Letras, 2012[1991]. ISBN 978-8571641914

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos nas cidades dos vivos**: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, BR: Departamento Geral de Documentação da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1997. ISBN 978-8585815035

SEMA-PR – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná. Resolução SEMA-PR N° 002, de 23 de abril de 2009. Dispõe sobre o licenciamento ambiental de cemitérios, estabelece condições e critérios e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado do Paraná**, Poder Executivo, Curitiba, PR, BR, 23 abr. 2009. <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=144336>

SILVA, Carlo Henrique Dantas da. **Plano diretor**: teoria e prática. São Paulo, SP, BR: Saraiva, 2008. ISBN 978-8502068506

WHO – World Health Organization. **WHO coronavirus disease (COVID-19) dashboard**. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em: 22 jul. 2021.

2 DIREITO DOS MORTOS À CIDADE: FUNDAMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS

Compreendendo distinções de conteúdo cognitivo, este eixo do trabalho, detalhado na Figura 2-1 e organizado em quatro artigos inter-relacionados, perpassa valores ordenados para o objeto analítico e suas variantes. Ao investigar o desenvolvimento do saber científico familiar à necrópole e refletido nos variados campos do saber, vislumbra-se a identificação da diversidade pertinente aos cemitérios dentro das categorias propostas pelas bases de dados, sendo, no entanto, contíguas ao alinhamento da investigação. Portanto o primeiro artigo da tese, adiante apresentado, é voltado ao discernimento dos principais enfoques acerca dos temas em estudo.

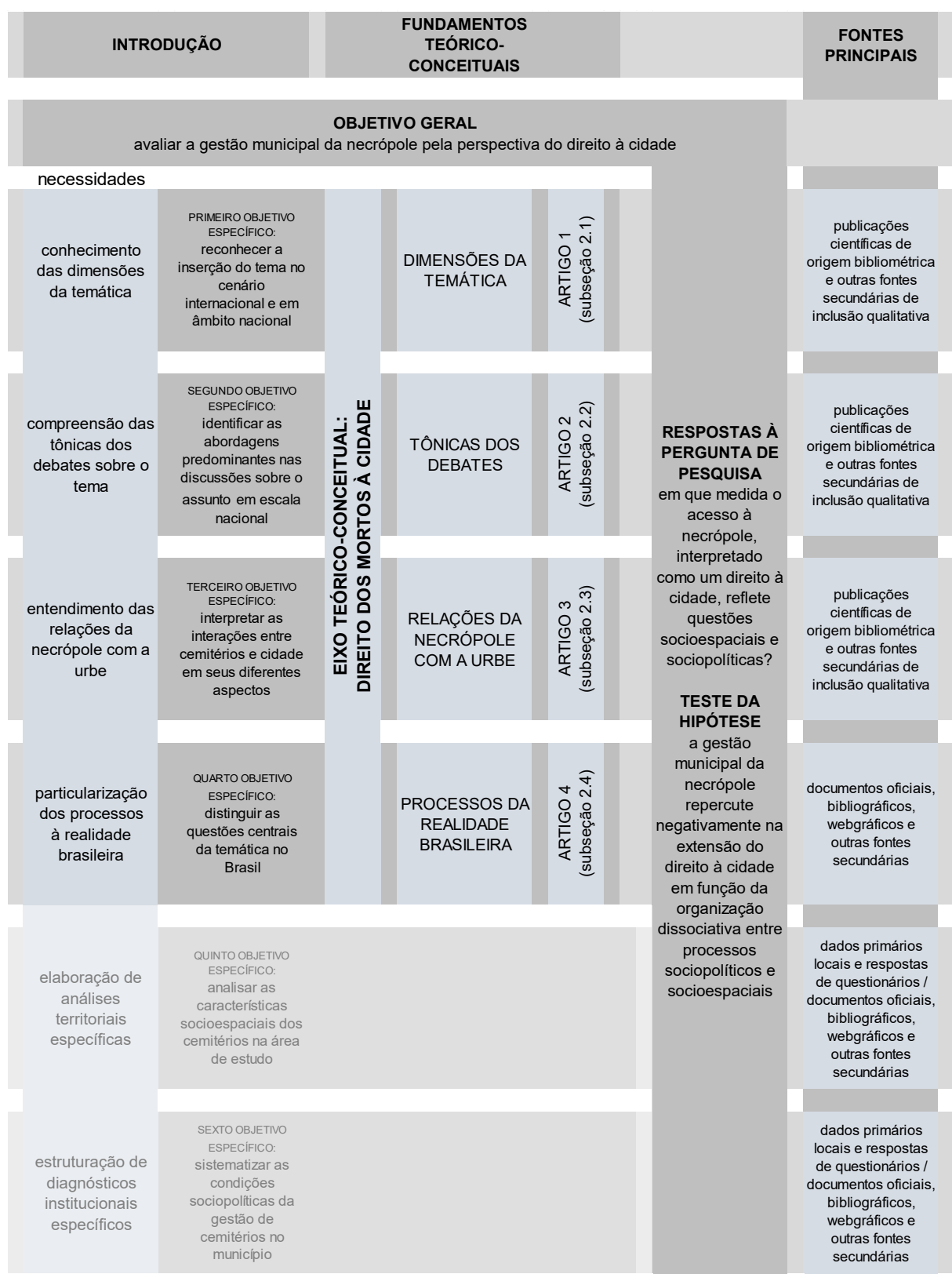
2.1 RECONHECENDO DIMENSÕES DA TEMÁTICA

Este texto inicial corresponde a uma parte do conjunto de seis artigos estruturados no formato proposto para esta tese¹. Nesta subseção, realizou-se levantamento bibliométrico de exploração, de modo a possibilitar a interpretação dos contextos dos assuntos relativos aos estudos em que direitos à cidade e dos mortos tenham sido objetos. Determinou-se o período compreendido entre 2010 e 2019, identificando-se diversas categorias de enquadramento dos textos pertinentes, após selecionadas as suas bases de busca. Essa composição resulta, portanto, do interesse em distinguir, em meio ao escopo bibliográfico geral, pesquisas científicas mais recentes, restritas à década citada, publicadas em artigos, dentre as categorias de documentos, sem refinamento por nação na primeira etapa.

Contextualizando a discussão sobre a realidade brasileira, no segundo momento, as buscas tiveram como propósito a observação direta dos resultados concentrados no país, para o qual se procedeu a distinção. Na sequência, o artigo inicia com explicações sobre a abordagem realizada.

¹ Ver Subseção 1.5 – Estrutura.

Figura 2-1:
Diagrama do eixo teórico-conceitual na estrutura geral da pesquisa



Fonte: Elaborada com base nos procedimentos metodológicos adotados.

2.1.1 Considerações iniciais

Habitar a cidade dos mortos é condição *sine qua non* à maioria dos grupos humanos do mundo e tem sido estudada por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. O cemitério compartilha espaços, mesclando-se aos outros usos necessários à urbanidade. Elemento marcante na paisagem urbana, para muitas comunidades é instrumento de construção e recuperação da memória social, fazendo parte das políticas públicas, interferindo na qualidade ambiental e exigindo recursos. Em âmbito brasileiro, Schwartz (2005, p.111) comenta que: “percepções e teses notáveis a respeito da cultura do país são decapitadas periodicamente, e problemas a muito custo identificados e assumidos ficam sem o desdobramento que lhes poderia corresponder”.

Além da questão por si só, pensar em aspectos de gestão e planejamento de cemitérios e os problemas que representam as formas como são destinados os corpos dos mortos no ambiente urbano, no momento, sepultando-se milhares de pessoas em curto espaço temporal em função da pandemia da *coronavirus disease* 2019 (COVID-19), mostra-se problemática sobre a qual urge o debate entre cientistas, gestores públicos e sanitaristas, dentre outros profissionais.

Sabendo-se que os cemitérios acompanham a trajetória de vida das cidades e que sua importância tem se perpetuado, apesar das transformações nos modos de habitar, pretende-se com este trabalho, reconhecer a inserção do tema em artigos nacionais e internacionais, em análise exploratória de conteúdo, visando verificar onde estão aplicados esforços científicos ao se discutir necrópole e urbe na contemporaneidade.

Dedica-se, então, à exploração do domínio do conhecimento sobre o espaço dos corpos inanimados no ambiente antrópico moderno por meio do uso de técnica específica para levantamento de informações, a partir do conteúdo recente do acervo em bases de dados pré-definidas. A análise exploratória ocorreu a partir de aspectos do acervo envolvendo títulos, palavras-chave, resumos, corpo de textos, países e campos de conhecimento dos artigos científicos identificados. Estrutura-se como vertente processual da pesquisa, considerando direitos de vivos e mortos no compartilhamento e uso do espaço urbano.

A consulta às bases internacionais e nacionais resultou na identificação de países, pesquisadores e preocupações voltados à discussão de variáveis que evidenciassem particularidades, bem como universalidades entre as sociedades ao valorizarem determinadas áreas e problemas investigativos. Assim, pretendeu-se, em um primeiro momento, reconhecer a inserção do tema cemitério-cidade no cenário mundial e em âmbito brasileiro por meio de textos científicos no intervalo de uma década, compreendida entre os anos 2010 e 2019. Em seguida, buscou-se conhecer possíveis diferenças de resultados em função das seis diferentes combinações de variáveis.

Na primeira parte, tem-se o cenário internacional, trazendo-se a cooperação de diversos países que no século XXI discutem ações em torno de cemitério e urbe, com alcances diversos sobre o direito dos mortos à cidade dos vivos. Esse quadro corrobora com a informação de Giddens (2002[1991]) sobre sociedades de épocas anteriores, economicamente avançadas para seu tempo (século XIX) e que enfrentaram dificuldades ao destinar incorretamente corpos de pessoas falecidas em decorrência de doenças transmissíveis inclusive no pós-morte, provocando aumento exponencial de óbitos. Esse fato se assemelha à situação de sociedades do século XXI, que enfrentam a atual pandemia da COVID-19. Busca-se, assim, distanciar a realidade futura da referência de Johnson (2008[2006]) sobre as consequências alarmantes do cólera na Londres dos anos 1800.

Na segunda parte, caminha-se para a compreensão entre um sujeito composto, formado por teses, dissertações e artigos científicos, e a caracterização de um objeto, o estágio atual exclusivo às discussões brasileiras para a relação cemitério-cidade. A ideia é que as características identificadas nos textos deem visibilidade aos problemas enfrentados pela sociedade especificamente no território brasileiro, monitorando ações, disseminando conhecimentos, compartilhando experiências e funcionando como uma estratégia de melhoria. Entende-se que a pesquisa científica deva ser utilizada para fins práticos, como um canal de inovação proveniente de informações técnicas, servindo como ponte entre os conhecimentos científicos e as necessidades da sociedade. Acredita-se que a circulação de ideias possa transformar teses em planos concretos e em decisões do planejamento estratégico, abrindo perspectivas de contribuição à gestão urbana.

Antes de discutir qualquer resultado, frisa-se o fato de que problemáticas alusivas aos cadáveres humanos não são exclusivas de alguns poucos países, nem

períodos de tempo. As diretrizes seguidas em cada caso representam pontos de vista de planejadores e técnicos não unânimes. Jacobs (2011[1961], p.256) compara, sob a ótica do planejamento urbano, entendimentos relacionados a usos do solo nos Estados Unidos por funerárias e cemitérios. Alguns defendiam a necessidade de implantação de regras rígidas para atuação e outros não interpretavam as regulamentações como altamente necessárias.

Elemento abordado de diferentes maneiras na literatura, é contextualizado por Priore (2016, p.386), quando a autora divide com o leitor conhecimentos sobre a vida de moradores da capitania de São Paulo à época do Brasil Colônia, narrando situações de penúria. Distante da indigência, está a colocação de Ariès (2014[1977]), contando que, no século XIX, para os mais abastados, o local de inumação, o epitáfio e o funeral poderiam ser definidos em testamento, quando o indivíduo, ao cuidar da “morte de si mesmo”, poderia definir seu espaço previamente. Reis (2012[1991], p.171) relembra a importância na localização dos corpos de mortos ilustres o mais próximo possível dos altares-mores nas igrejas católicas do século XIX. De modo semelhante, Rodrigues (1997, p.89) recorda o tempo em que o enterramento intramuros foi proibido no Rio de Janeiro de 1801, por motivos higienistas.

Aos poucos, os cemitérios brasileiros do final dos anos 1800, passaram a ser regidos por normas e códigos mais rígidos pela proximidade que a cidade dos mortos mantinha com a dos vivos (RODRIGUES, 1997, p.104), subordinando os novos locais de sepultamento ao poder público. Novas políticas surgiram, então, para subsidiar os serviços funerários.

No Artigo 99 do Código Civil de 2002, consta que o cemitério está entre os bens públicos de uso especial e que sobre ele incidem políticas de desenvolvimento no arcabouço municipal, estabelecendo normas de regulamentação e atenção (BRASIL, 2002). São instrumentos reguladores municipais, por exemplo, os códigos de obras, de posturas e de vigilância sanitária, bem como as leis de zoneamento (SILVA, 2008, p.130), dentre outras diretrizes legais. De maneira similar, o alinhamento das formas e programação das transformações para ambas dependem da sociedade.

Como parte diminuta de um universo maior que é a urbe como um todo (CYMBALISTA, 2002), o cemitério espelha a construção social replicada da “cidade dos vivos”, exemplificada pela destinação de recursos, valores e organização. Para

além dos preceitos genéricos, nesta discussão se examina a necrópole como um elemento de interesse comum do planejamento urbano, com o intuito de identificar o rumo das ações técnicas nacionais dedicadas aos cemitérios públicos, cujas condições sociopolíticas e socioculturais se mostram insuficientes e são anteriores à sobrecarga gerada por uma nova epidemia, desta feita a da COVID-19, mas que pode servir como impulso para inovação.

Diante das considerações anteriores, o **objetivo** deste estudo consiste em reconhecer a inserção do tema no cenário internacional e em âmbito nacional². Seu alcance possibilita a formulação de respostas à seguinte **questão investigativa**: quais são as principais dimensões da temática abordada? Para tanto são adiante explicitados referências de teorias apropriadas à pesquisa.

2.1.2 Referenciais teóricos

Os textos encontrados nas bases referenciadas nos procedimentos metodológicos constituem as fontes principais deste trabalho. Além destas, em âmbito qualitativo, há referências nacionais importantes para uma investigação que trata do reconhecimento de aspectos nos quais o destino do corpo inanimado é aventado, por serem constantemente citados em artigos científicos dos repositórios pesquisados, sem, contudo, limitar-se a elas ou reduzir as contribuições de outras.

Da mesma forma, na perspectiva internacional, cabe mencionar Philippe Ariès, importante historiador francês, comumente citado em textos sobre morte e suas relações com a História humana (ARIÈS, 2003[1975]; 2014[1977]), além dos conterrâneos de mesma formação, Jacques Le Groff, especialista em Idade Média e Antropologia, referência em identidade e preservação da memória (LE GROFF, 2014[1988]), inclusive no que diz respeito ao morto, e Michel de Certeau, conhecedor do cotidiano (CERTÉAU, 2011[1975]). O polonês Zygmunt Bauman, dos campos da Sociologia e da Filosofia, trata de aspectos da tangibilidade da morte e das tentativas das pessoas de moderar suas características (BAUMAN, 1998[1997]), auxiliando no entendimento dos processos que envolvem a gestão da necrópole.

²

Pertinente ao primeiro objetivo específico da tese (ver seção 1 – Introdução).

O filósofo camaronês Achille Mbembe oferece argumentos críticos quanto ao sujeito, morte, cidadania e estados de exceção (MBEMBE, 2016), sendo um dos principais criadores da necropolítica. Observa-se que tem sido contemporaneamente adotado de modo recorrente na bibliografia de estudos urbanos e direito à cidade. Esses são alguns dos autores cujas obras contribuíram no reconhecimento da temática pesquisada, representando referências no assunto e suporte à aplicação de métodos e técnicas, detalhadas na sequência.

2.1.3 Procedimentos metodológicos

Nesta pesquisa quali-quantitativa, foi adotada a técnica de bibliometria, por meio do qual se investigou o conteúdo de uma década de estudos científicos em bases de dados internacionais e nacionais, resultando na identificação de nações voltadas à discussão cemitério-cidade e suas variáveis, evidenciando particularidades entre as sociedades ao valorizar determinadas áreas de conhecimento. Complementarmente, utilizou-se a revisão sistemática de literatura (RSL).

O método bibliométrico foi aplicado em três bases de dados: Scielo (2010-2019), orientada à realidade nacional, e Scopus (2010-2019) e Web of Science (WoS, 2010-2019), voltadas à produção internacional, sendo a segunda mais ampla quanto às referências com resumos e citações de literatura científica revisada (*peer-review*), com a terceira apresentando volume de publicações e diversidade na classificação por áreas de estudo.

Para tanto, estruturaram-se previamente variações dos termos de busca em português e em inglês (Quadro 2.1-1), visando à definição do melhor filtro possível na identificação de artigos apropriados para a discussão proposta. Estruturou-se em torno de seis pares de palavras-chave para cada uma das bases, formando 18 conjuntos de dados, correspondendo às respostas às análises da gestão municipal da necrópole pela perspectiva do direito à cidade.

Quadro 2.1-1:
Ensaio de variações para definição dos termos de busca bibliométrica nas bases de periódicos

PORTUGUÊS		INGLÊS	
singular	plural	singular	plural
necrópole	necrópoles	<i>necropolis</i>	<i>necropolises</i>
cemitério	cemitérios	<i>cemetery, graveyard</i>	<i>cemeteries, graveyards</i>
cidade	idades	<i>city</i>	<i>cities</i>
urbano	urbanos	<i>urban</i>	<i>urbans</i>
inumação	inumações	<i>inhumation</i>	<i>inhumations</i>
sepulcrário	sepulcrário	x	x
sepulcro	sepulcros	<i>tomb, sepulcher, grave</i>	<i>tombs</i>
sepultamento	sepultamentos	<i>burial</i>	<i>burials</i>
funerário	funerários	<i>funeral</i>	<i>funerals</i>
túmulo	túmulos	<i>tomb, grave</i>	<i>tombs, graves</i>
sepultura	sepulturas	<i>tomb, sepulcher, grave</i>	<i>tombs, graves</i>
vala	valas	<i>grave</i>	<i>graves</i>
cidade dos mortos	idades dos mortos	<i>city of the deads</i>	<i>cities of the deads</i>
cemitério urbano	cemitérios urbanos	<i>urban cemetery</i>	<i>urban cemeteries</i>
direito funerário	x	<i>funeral rights</i>	x
direito à cidade	direitos às cidades	<i>right to the city</i>	<i>rights to the cities</i>
enterramento	enterramentos	<i>burial, inhumation, interment</i>	<i>burials, inhumations, x</i>

Fonte: Elaborado com base nos procedimentos metodológicos aplicados à bibliometria.

Os termos listados no Quadro 2.1-1 são provenientes de intensa busca bibliográfica prévia realizada como teste quantitativo para reconhecimento da inserção temática. Inicialmente, foram levantados dados quantitativos a partir do termo composto “*right to the city*” em combinação com cada um dos demais arrolados; esta inserção, no entanto, não gerou resultados satisfatórios. Após

dezenas de tentativas, chegou-se à conclusão que seria apropriado desmembrar o termo inicialmente proposto, de forma que fosse possível conhecer estudos científicos que tratassem de questões nas quais o cemitério e a cidade estivessem de algum modo relacionados. Na sequência, verifica-se a estrutura definitiva utilizada para levantamento de dados quantitativos (Quadro 2.1-2) para sua posterior interpretação qualitativa.

Quadro 2.1-2:

Conjunto exemplificativo de palavras-chave estruturantes do levantamento bibliométrico no cenário internacional

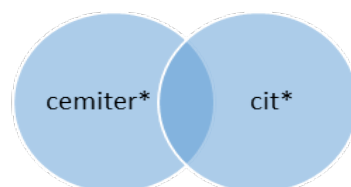
SCIELO	cit*	urban*	WEB OF SCIENCE	cit*	urban*	SCOPUS	cit*	urban*
<i>cemeter*</i>	quantidade	quantidade	<i>cemeter*</i>	quantidade	quantidade	<i>cemeter*</i>	quantidade	quantidade
<i>graveyard*</i>	quantidade	quantidade	<i>graveyard*</i>	quantidade	quantidade	<i>graveyard*</i>	quantidade	quantidade
<i>necropol*</i>	quantidade	quantidade	<i>necropol*</i>	quantidade	quantidade	<i>necropol*</i>	quantidade	quantidade

Fonte: Elaborado com base nos procedimentos metodológicos aplicados à bibliometria.

Todos os pares de palavras-chave foram buscados em inglês, idioma de interface da investigação, embora a configuração padrão seja por várias línguas. Ao indicar dois termos adjacentes formando os pares aplicáveis à pesquisa, estes receberam o operador booleano AND, recuperando periódicos cujos títulos ou temas contenham os vocábulos de interesse (Figura 2.1-1), sendo o equivalente a AND representado na imagem geométrica elipsoide central. O final de cada um dos termos foi retirado e substituído pelo símbolo asterisco, de maneira que suas variações fossem contempladas.

Figura 2.1-1:

Representação esquemática de exemplo da aplicação de operador booleano AND ao conjunto de palavras-chave do levantamento bibliométrico no cenário internacional



Fonte: Elaborada com base nos procedimentos metodológicos aplicados à bibliometria.

A análise qualitativa iniciou com o reconhecimento de autoria e país de origem de cada texto, como ferramenta analítica das publicações; posteriormente, procedeu-se a identificação das palavras-chave, revelando as motivações dos autores, seguida da leitura dos respectivos resumos e do teor completo, quando da sua pertinência. A seleção das bases se deu a partir do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2000-2019) e a catalogação dos artigos foi realizada no *software* Mendeley, com posterior geração de gráficos.

Para o âmbito nacional do segundo item dos fundamentos teórico-conceituais sobre o direito dos mortos à cidade, optou-se, igualmente, por seguir na linha metodológica quantitativa, sintetizada por meio de bibliometria (PRITCHARD, 1969). No interesse de maior aproximação dos debates com o alinhamento do trabalho, da mesma forma que na interpretação de informações globais, para os dados exclusivamente nacionais a análise qualitativa foi complementar no apoio metodológico, seguida de RSL. Refinadas para o país, foram destacadas as publicações dedicadas ao conhecimento do cenário em que se encontra a discussão da gestão da necrópole pela perspectiva do direito à cidade no âmbito das pesquisas científicas.

Para identificação criteriosa e reproduzível da fonte de dados, as informações foram extraídas de documentos no formato de artigos científicos, referenciados em quatro bases retiradas do citado portal: Scielo, Scopus, Web of Science (adotando-se a abreviação WoS) e Portal Domínio Público (PDP): Teses e Dissertações CAPES³. Para identificação das abordagens predominantes nas discussões ocorridas em território nacional sobre o tema, utilizou-se o filtro para o Brasil, em período cronológico definido entre os anos 2010 e 2019, sendo, no entanto, estendido para duas décadas (2000 a 2019) para a base PDP (2000-2019), devido à escassez de documentos⁴.

³ Ver Apêndice A.

⁴ Os dados dispostos no Apêndice D foram refinados para o Brasil, catalogados a partir da base PDP para a década de 2000 a 2019.

Na busca por um modelo efetivo, procurou-se textos que atendessem cemitérios em alinhamento com direitos dos mortos e à cidade, porém sem sucesso. Testou-se, ainda, outros termos singulares e plurais, sinônimos, desta feita escritos em português e inglês. Após a experiência dos estudos prévios, foram estabelecidos os critérios de acesso nas três bases, com exceção do PDP, com formulação e aplicação de um grupo de seis variáveis, mediadas por operadores aplicados aos termos (Quadro 2.1-3). O operador booleano “AND” e o uso de asterisco na finalização da palavra foram utilizados de modo que fossem consideradas tanto no singular quanto no plural: “*cemeter** AND *cit**” (“cemitério* AND “cidade*”), “*cemeter** AND *urban**” (“cemitério* AND “urban*”), e assim sucessivamente.

Quadro 2.1-3:

Conjunto exemplificativo de pares de palavras-chave estruturantes do levantamento bibliométrico em âmbito nacional

PALAVRAS-CHAVE	<i>cit*</i> cidade*	<i>urban*</i> urban*
<i>cemeter*</i> cemitério*	quantidade	quantidade
<i>graveyard*</i> cemitério*-parque	quantidade	quantidade
<i>necropol*</i> necrópole*	quantidade	quantidade

Fonte: Elaborado com base nos procedimentos metodológicos aplicados à bibliometria.

Para o PDP, foi aplicada sistemática adaptada ao sistema de entrada das palavras-chave, cuja busca é diferente das demais bases. Com apoio na experimentação, por meio de testes prévios, definiu-se o filtro cemitério(s), em português, como apropriado, encontrando-se 21 textos, e necrópole(s), para o qual houve um apenas. Foram testados sinônimos – sepultura(s), cidade(s) dos mortos, campo(s) santo(s), crematório(s) e outros, porém não houve resultados positivos. Assim, o período de busca foi ampliado neste portal, considerando-se as pesquisas científicas nacionais a partir do ano 2000. Esse conjunto de informações bibliométricas é analisado na sequência.

2.1.4 Resultados analíticos

A partir da aplicação dos procedimentos antes explicitados, a análise dos resultados foi processada tanto para outros países quanto para o Brasil. Sua discussão é realizada nos subitens subsequentes.

2.1.4.1 Inserção do tema no cenário internacional

Os resultados encontrados na associação de variáveis indicam a existência de olhares multidisciplinares para o equipamento urbano em questão, cujos diferentes aspectos conduzem ao direito à cidade. Retratam o fato de que o cemitério está associado tanto a esforços práticos quanto simbólicos, quando vai além de sua função final. Atendem requisitos de memória, representam comunidades e geram conflitos. Do abandono à falta de espaço e contaminação, esses locais estão permeados de simbologias, sendo agentes na promoção de memória coletiva e representação social, compostos de objetos materiais e imateriais dos mortos e seus grupos. Integrados à paisagem da cidade, sua existência – concreta e abstrata – é construída coletivamente.

Pesquisado inicialmente como “direito à cidade” e “cemitério”, por este conjunto de palavras-chave se verificou a inexistência de caracteres como princípio norteador de artigos. A aferição por apenas “cidade” resultou em um universo de 523 mil artigos, contra 293 mil para “urbano”, dispersos dentre os variados interesses urbanísticos. A partir da configuração composta por seis pares de termos que poderiam ser capazes de contribuir para avaliação de discussões em torno da necrópole, encontrou-se um total de 2.064 artigos pertinentes, excluindo-se posteriormente 61 duplicados.

Algumas constatações foram feitas sobre os termos de busca e a Tabela 2.1-1 contém um comparativo de resultados quantitativos entre as bases e o par de palavras-chave. Quando associados à cidade ou urbano, o termo “graveyard*” apresenta limitação quantitativa, já “necropol*” está geralmente associado às áreas de Arqueologia e História. Sugere-se que este termo possa ser aplicado quando se deseja ampliar conhecimentos sobre patrimônio histórico, porém deve ser evitado quando se pretende encontrar volume de publicações visando à gestão eficiente do espaço ou ao desenvolvimento de ações orientadas ao planejamento de áreas destinadas aos cemitérios.

Tabela 2.1-1:

Comparativo de resultados quantitativos por bases de periódicos e pares de palavras-chave segundo levantamento bibliométrico no cenário internacional – 2010-2019

PARES DE PALAVRAS-CHAVE	WEB OF SCIENCE	SCOPUS	SCIELO	TOTAL
<i>cemeter*</i> AND <i>cit*</i>	431	383	33	847
<i>cemeter*</i> AND <i>urban*</i>	311	332	21	664
<i>graveyard*</i> AND <i>cit*</i>	39	34	3	76
<i>graveyard*</i> AND <i>urban*</i>	30	26	2	58
<i>necropol*</i> AND <i>cit*</i>	146	141	8	295
<i>necropol*</i> AND <i>urban*</i>	57	64	3	124
TOTAL	1.014	980	70	2.064

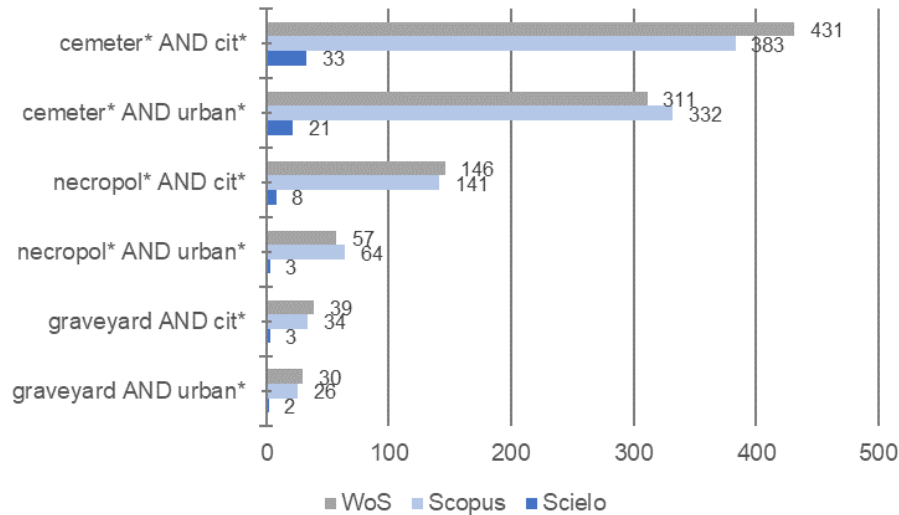
Fonte: Elaborada com base nos procedimentos metodológicos aplicados à bibliometria.

Quanto às bases, a WoS apresenta maior quantidade de títulos (1.014), seguida de Scopus (980) e Scielo (70). Assim, o par “*cemeter** e *cit**” é o que possui valores mais expressivos e foi tomado como referência para analisar o resultado como indicador da progressão do tema no tempo, inclusive por ser fato comum às demais. Por outro lado, “*graveyard** e *urban**” representa a menor proporção de publicações. Considerando a década 2010-2019, 2017 contempla o ápice, com a maior contagem de registros e 2019 segue na segunda posição.

Conforme a aplicação dos seis conjuntos de variáveis às bases de pesquisa, combinadas aos pares, verifica-se mudança expressiva nos resultados (Gráfico 2.1-1), mostrando que podem ser estrategicamente utilizados nas buscas por informações, podendo ser mais ou menos favoráveis em termos quantitativos ou qualitativos.

Gráfico 2.1-1:

Comparativo de resultados quantitativos de artigos por bases de periódicos e pares de palavras-chave segundo levantamento bibliométrico no cenário internacional – 2010-2019



Fonte: Elaborado com base nos procedimentos metodológicos aplicados à bibliometria.

A WoS se mostra estratégica para o desenvolvimento deste estudo, principalmente quando aliados os termos “*cemeter**” e “*cit**” e, ainda, “*cemeter**” e “*urban**”, quando consideradas as participações da base e dos pares como decisivas em quantidade. Para Estados Unidos e Inglaterra, associar “cidade” e “cemitério” constitui condição importante nas publicações. Inclusive para o Brasil, esta combinação é relevante, tendo sido observado que na base Scopus, a utilização destas duas variáveis a colocam na sétima posição em números de artigos publicados.

Em termos gerais, independente da base, quantitativamente é mais indicado o termo “*cit**”, sendo maiores as oportunidades de discussão quando comparado a “*urban**”. A combinação “*graveyard**” e “*necropol**” surte melhores resultados quantitativos.

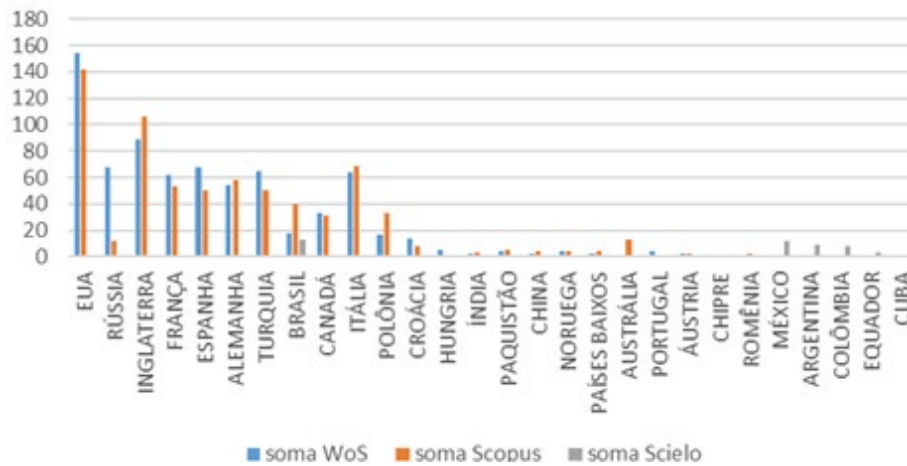
Por outro lado, essa relação não serve para o Brasil, cujo pior desempenho na Scielo foi quando “*graveyard**” esteve associado a “*urban**”. Percebe-se que a narrativa para a primeira palavra tem maiores chances de contemplar ciências ambientais, biodiversidade, sustentabilidade a partir de espaços verdes em cemitérios e estudos relacionados à ecologia, flora e fauna. Alemanha e Hungria produzem mais utilizando este termo. Assim como há maiores oportunidades para trabalhos relacionados à necropolítica quando “*necropol**” estiver

compondo as palavras-chave selecionadas, principalmente para Espanha, Itália e Turquia.

Quanto aos países e suas publicações⁵, podem ser comparados os dados de duas das três bases, uma vez que para Scielo esta comparação não é representativa, apesar da importância de suas informações. Em dados gerais (Gráfico 2.1-2), a supremacia é dos Estados Unidos, constituindo a nação com maior quantidade de artigos científicos, seguido por Inglaterra, Itália e Espanha. Quando os dados são analisados por bases, há diferenças. Para WoS, as cinco maiores produções são de Estados Unidos, Inglaterra, Rússia, Espanha, Turquia e Itália. Já na Scopus, por mais que se repitam os dois primeiros colocados, além deles são mais produtivos Itália, Alemanha e França. Ainda, Brasil, México, Argentina e Colômbia são os principais produtores de artigos na Scielo; no entanto os dados deste repositório são inferiores quando comparados aos das demais e representam pouco mais de 3% do total.

Gráfico 2.1-2:

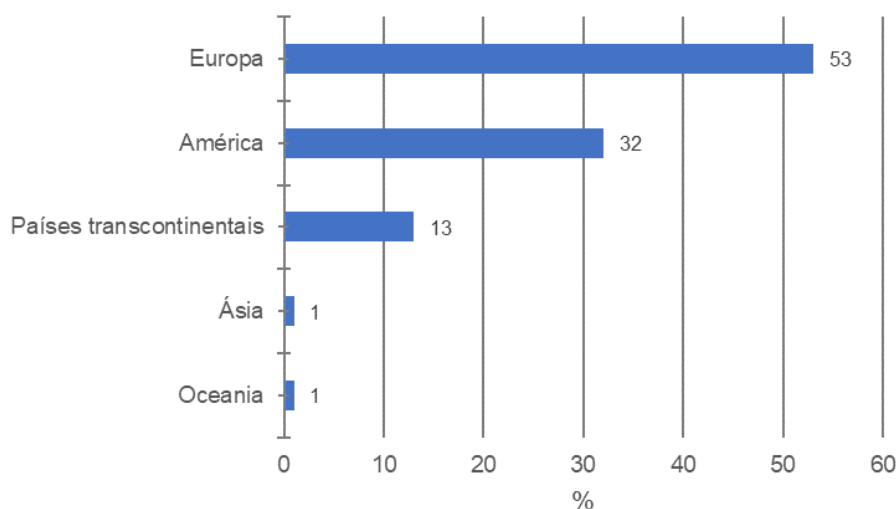
Comparativo de resultados quantitativos de artigos por bases e países segundo levantamento bibliométrico no cenário internacional – 2010-2019



Fonte: Elaborado com base nos procedimentos metodológicos aplicados à bibliometria.

Analisados por continente, a Europa alcança resultados expressivos na publicação de artigos científicos, passando dos 52% do total (Gráfico 2.1-3). A América, principalmente com Estados Unidos, Brasil e Canadá, representa cerca de 31%.

Gráfico 2.1-3:
Comparativo de resultados de proporcionalidade de artigos por continentes segundo levantamento bibliométrico no cenário internacional – 2010-2019



Fonte: Elaborado com base nos procedimentos metodológicos aplicados à bibliometria.

Dois países são considerados transcontinentais – Rússia e Turquia, sendo que a segunda apresenta surpreendentes 115 artigos, contra os também expressivos 80 produzidos na primeira, que é o país mais extenso do globo. A Ásia apresenta dois extremos: na Índia, o conjunto de tradições religiosas tem a cremação como parte de rituais de transcendência; desse modo, os cemitérios tradicionais não são representativos.

Os textos sobre a China mostram que a tecnologia avançou, acompanhando processos de intensa urbanização, sendo a verticalização e cremação importantes referências; porém o volume de publicações não alcança o de outras nações. A Oceania é representada pela Austrália, com 14 artigos, representando menos de 1%.

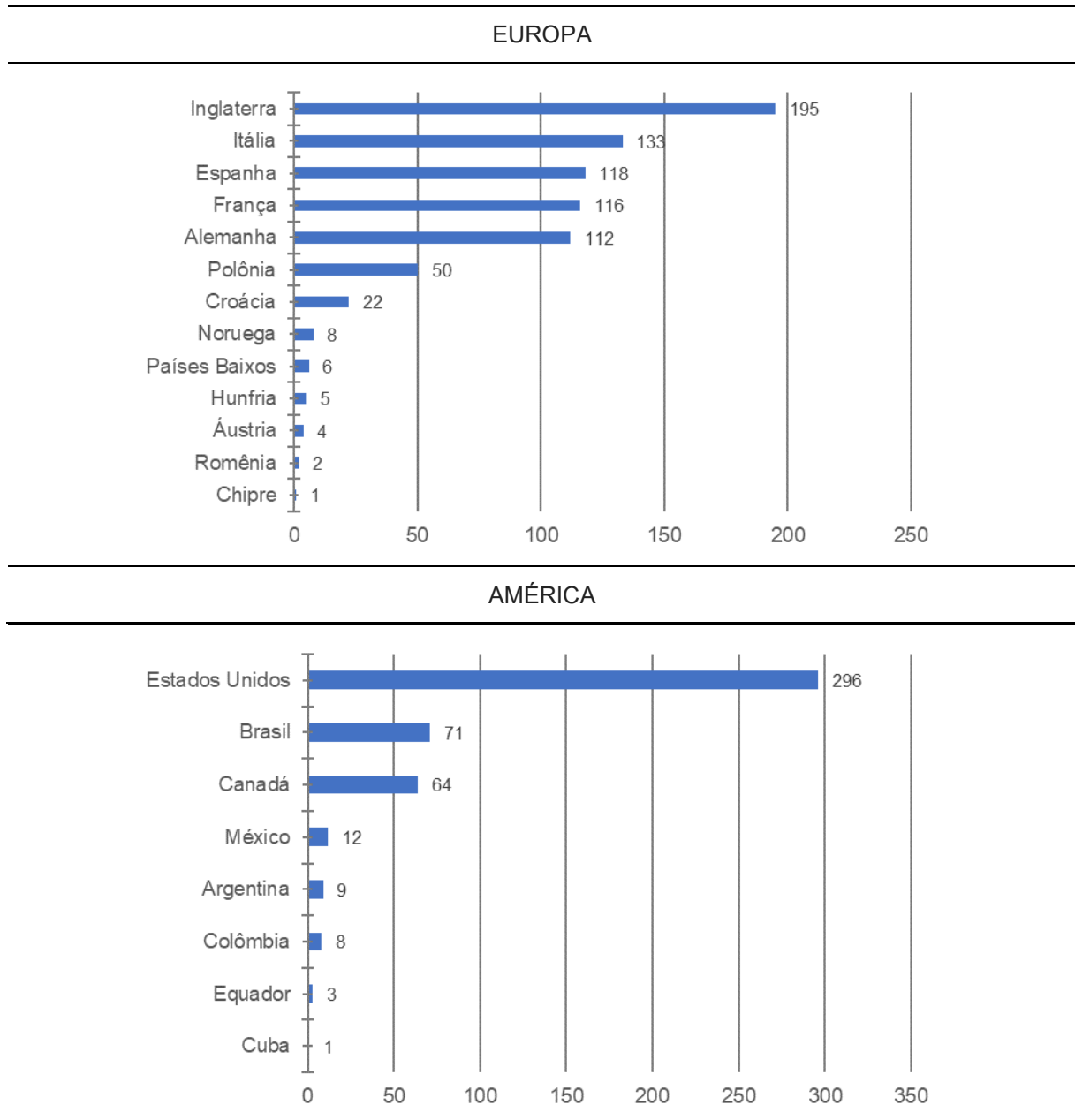
Diante de dados comparativos gerados por meio de bibliometria, países que apresentam baixa representatividade, como publicações provenientes da África e Antártida, não aparecem no Gráfico 2.1-3, embora possam existir discussões não menos importantes. É o caso da África do Sul, Congo, Etiópia, Mali e Nigéria, no continente africano, com ênfase nas Ciências Sociais. Dentre outras avaliações, cemitérios estão entre problemas de saúde e higiene pública, planejamento urbano, violência e necropolítica (NDEMBA, 2010).

Os dados que alimentam o Gráfico 2.1-3 se relacionam como mais expressivos em termos quantitativos no Gráfico 2.1-4, mostrando os países onde

houve maior concentração de esforços voltados à produção de artigos científicos para a temática cemitério-cidade e suas variáveis, entre os anos 2010 e 2019.

Gráfico 2.1-4:

Comparativos de resultados quantitativos de artigos por países da Europa e da América segundo levantamento bibliométrico no cenário internacional – 2010 a 2019



Fonte: Elaborado com base nos procedimentos metodológicos aplicados à bibliometria.

Em função da desigualdade em área territorial, há que se destacar o esforço da Europa, que soma menor extensão se comparada à América ou Ásia, compensando em produtividade. Em outros aspectos, o método de bibliometria permite, ainda, outras categorias analíticas, que podem ser comparadas como campos de estudo. O acervo de artigos WoS enfatiza os de Arqueologia,

Antropologia e História, cuja soma representa quase 49% do total. Nos outros dois repositórios, essa predominância se mantém.

Contudo a ocorrência de considerações em variáveis sociopolíticas e socioambientais para planos de gestão dos cemitérios em contribuição com o direito dos mortos à cidade não está contida nas áreas de maior volume de artigos, mas em outros campos, como Estudos Ambientais (Environmental Studies) e Urbanos (Urban Studies), além de Multidisciplinaridade em Humanidades (Humanities Multidisciplinary).

Embora em Estudos Ambientais o foco principal esteja em oportunizar infraestrutura verde, visando melhoria do ecossistema em áreas destinadas a cemitérios, sejam parques (*graveyards*) ou tradicionais, e suas relações com a cidade, são temas repetitivos aqueles que abordam impactos ao ambiente causados por esses locais e os usos territoriais (FAYE; CHANNAC; 2016; KLAUFUS, 2016).

Para Estudos Urbanos, reforça-se a ideia de promover diferentes utilizações e funções em atividades não convencionais para cemitérios, como turismo e ações culturais, além do destaque para aspectos de biodiversidade e conservação ambiental. Com pertinência ao presente trabalho, cabe menção a Allam (2019), que analisa ética e moralidade nos usos da terra em práticas de enterro impulsionadas por motivos religiosos. Há países em que a tecnologia atua fortemente no apoio ao planejamento territorial, destacando-se os asiáticos por utilização de sistema de informações geográficas (SIG) na identificação de regiões mais propícias à implantação cemiterial.

Considerando as categorias da base Scielo, o acervo enfatiza, nesta ordem: Antropologia, História, Ciências Sociais Interdisciplinares e Multidisciplinaridade em Humanidades. A produção brasileira é dominante, sendo expressiva também a do México, da Argentina e da Colômbia. É significativa a importância atribuída aos cemitérios enquanto mecanismo de manutenção da memória social de comunidades, cujas representações fazem parte do patrimônio cultural. A motivação está na discussão entre “*cemeter**” e “*cit**”, mais do que em “*cemeter**” e “*urban**”, ou qualquer outra associação.

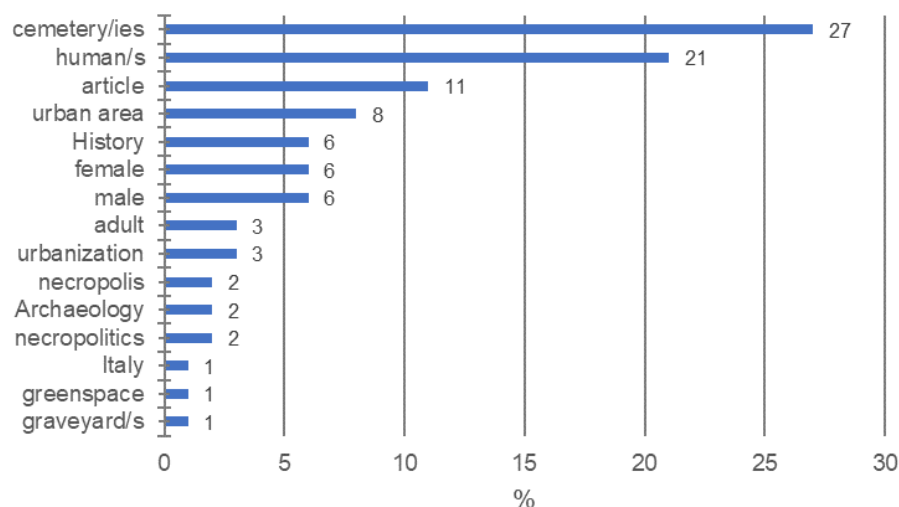
O acervo da base Scopus aponta aumento crescente de artigos relacionados à “*cemeter**” e “*cit**” e suas variações, com destaque para 2019. Enfatiza as áreas do conhecimento relacionadas com Ciências Sociais e Ambientais, além de Artes e Humanidades, variando conforme a aplicação do termo. Assim, por

exemplo, a predominância desses campos do conhecimento não ocorre quando há associação de “graveyard” com “urban*”, pois Ciências Ambientais, Agricultura e Ciências Biológicas têm maior ênfase entre Reino Unido, Alemanha e Paquistão. Quando aquele termo está associado à “cidade”, a Alemanha continua entre as maiores interessadas, seguida por China, Índia, Reino Unido e Estados Unidos.

Outra esfera de identificação de atributos dos artigos encontrados está no predomínio de palavras-chave. O Gráfico 2.1-5 resulta da análise daquelas identificadas na base Scopus, cujas definições refletem mobilizações comuns às demais, embora haja variações entre elas, bem como para os termos utilizados, sendo, em alguns casos, utilizados sinônimos. Há dominância do vocábulo “cemetery*” em todas as bases, considerando-se variações entre singular e plural, complementações como nomes de cidades ou civilizações, a exemplo de “cementerios-Bogotá”, ou outros complementos como “urbano” e “vertical”.

Gráfico 2.1-5:

Comparativo de proporcionalidade de palavras-chave na base Scopus por pares de palavras-chave segundo levantamento bibliométrico no cenário internacional – 2010-2019



Fonte: Elaborado com base nos procedimentos metodológicos aplicados à bibliometria.

Um segundo termo, porém, não pode ser citado de forma absoluta como o primeiro, sendo definido conforme a base e as variáveis de busca, mas variações do radical “archaeo” são frequentes, como “bio-archaeology” e “ecuadorian archaeology”. São também utilizadas de modo substancial, as variações ou complementações sobre o termo “história”, como “critical history”.

As palavras-chave evidenciam o interesse em retratar a realidade de cada localidade, sendo comum a associação a países ou cidades, sendo a Itália

predominante, o que pode estar relacionado ao volume produzido por este país, representando o terceiro em publicações, bem como o interesse em pesquisar o legado cristão (são exemplos: “*christian*”, “*catholic*” e “*early christian*”) ou ainda aquele relacionado ao Império Romano, como “*late urban Roman population*”.

Em nível não hierárquico, mas como opções de debate, são escolhidas diferenciações conforme o que se deseja discutir. Quando o artigo é sobre civilizações antigas ou monumentos, “*necropolis*” pode ser uma palavra-chave. Para áreas afins à Medicina e à Odontologia, variações de “*human(s)*” e definições entre macho ou fêmea, ou adulto ou criança, podem estar relacionadas às palavras-chaves.

A análise de documentos produzidos por afiliação demonstra que centros de pesquisas ligados a universidades e faculdades reúnem esforços globais ligados ao planejamento de ações socioculturais e sociopolíticas. Além dessas, há institutos e centros de apoio investigativo cuja exploração do conhecimento técnico oferece suporte substancial, como, por exemplo, o Berlin-Brandenburg Institut of Advanced Biodiversity Research (BBiB), o Centro de Estudios y Documentación Latinoamericanos (CEDLA) e o First United Methodist Church (FUMC), dentre outros.

Os resultados identificados dentro do recorte pesquisado e nas bases selecionadas, o período e os termos de busca, apontam que as relações entre cemitério e cidade são discutidas por grande diversidade de áreas. No entanto, quando a diretriz de pesquisa for eficiência e gestão nos usos da terra ocupadas por esses equipamentos, praticamente 67% dos artigos da WoS, por exemplo, não se relacionam diretamente, sendo prioritariamente voltados aos campos de conhecimento sobre Florestas, Paleontologia, Biodiversidade e Conservação, Arte, Ciências das Plantas, Arqueologia, Antropologia, História e Ecologia.

Outras ainda podem tangenciar esta especificidade, tais como Teologia, Patologia, Medicina Tropical, Parasitologia, Biologia Evolucionária e Geociências, somando quase 14%; porém, dentre estas últimas, apenas a primeira contribui para os resultados alcançados. Dessa maneira, restam menos de 20% de áreas com maiores perspectivas de participação direta, como Arquitetura e Estudos Ambientais e Urbanos.

Embora a análise quantitativa mostre maior produção de conteúdo por Estados Unidos, Inglaterra e Itália, ao interpretar qualitativamente os dados,

percebem-se outras discussões de textos pertinentes à gestão e uso territorial mais próximas do tema tratado neste trabalho. Importantes pontos de conexão de processos, planejamento e medidas de desempenho de gestão para a “cidade dos mortos” podem ser identificados em pesquisas na Colômbia, México, Brasil, Inglaterra e Romênia, dentre outras nações, em favor de orientações futuras quanto à garantia da qualidade do solo e águas subterrâneas, bem como à aplicação de tecnologias como SIG na localização de áreas apropriadas à implantação de cemitérios e outras dinâmicas.

Na América do Norte, os Estados Unidos, e na Europa, a Inglaterra, a Itália, a Espanha e a França, representam a maioria na produção dos artigos encontrados nas buscas, mas este elenco varia conforme sejam alternados os seis pares de termos aplicados como filtros de busca. Quanto à produtividade, caso fosse considerada a extensão do território, este critério não serviria de orientação quantitativa, pois, na atualidade, a Rússia é o maior país do mundo, cujo peso geopolítico se alastra pelas nações de fronteira.

A América é significativa em dimensão territorial; no entanto sua produtividade é superada pela da Europa. Habitada inicialmente por povos paleoindígenas, dos quais pouco restou em referências sobre rituais de enterramento, a Arqueologia, a Antropologia e a História são campos de evidente destaque.

A mesma situação é constatada para Turquia, Itália, Espanha e França. Contemporaneamente, o contexto turco foi precedido por uma série de impérios que remontam aos assentamentos neolíticos. Os territórios italiano, espanhol e francês foram dominados pelo Império Romano e a seus cemitérios é dada ênfase, bem como a tumbas e artefatos funerários. Este pode ser um entendimento que justifique o volume europeu de produções, assim como o aumento do número de artigos nas áreas de Arqueologia, História e Artes (inseridas na base Scopus em Multidisciplinaridade em Humanidades) nos países supracitados.

Há claro contraste conforme a aplicação dos termos; por exemplo, quando “*necropol**” é uma referência de busca, Artes e Sociologia crescem em produtividade e quando alusão é “*graveyard*” – o que para o Brasil seria a tipologia de cemitério-parque ou cemitério-jardim, a Ecologia é assunto de destaque para Estudos Urbanos e Ciências Ambientais, variando a nomenclatura conforme a base consultada.

As áreas denominadas pela WoS de Antropologia e Arqueologia, e categorizadas pela Scopus entre as Ciências Sociais, Artes e Humanidades, representam juntas mais de 55% dos artigos para “*cemeter**” e “*cit**”, estando entre os mais prolíficos os Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Itália e Brasil. Quando se limita ao país, são percebidos interesses mais específicos.

Na Scopus, onde a Alemanha se destaca, junto com Estados Unidos, além dos campos mencionados anteriormente, em artigos sobre “*cemeter**” ou “*graveyard*” e “*cit**” ou “*urban**”, os assuntos estão mais relacionados à biodiversidade e à sustentabilidade, ou seja, a Ciências Ambientais, Agrícolas e Biológicas, além da Medicina. Para a Itália, “*necropol**” é mais representativo do que “*graveyard*”; conseqüentemente Artes e Humanidades predominam, seguidas de Ciências Sociais. Para publicações no Brasil, tem-se como ordenamento de interesse neste repositório: Medicina, Terra e Ciências Planetárias e Ambientais.

Diagnostica-se, então, um ambiente internacional com contribuições significativas, como no caso da Malásia, em que Sien e Ramachandiran (2019) estudam as cidades inteligentes e a introdução de novas iniciativas que impactam a qualidade de vida, a exemplo do portal *e-cemiteriy*, um sistema de gerenciamento cemiterial. Na Rússia, Molyarenko (2017) indica dificuldades na manutenção e organização dos cemitérios públicos, como a falta de terra para expansão e insuficiência de recursos financeiros para manutenção dos serviços, em meio a outros problemas. Consecutivamente, os resultados bibliométricos são interpretados para o contexto brasileiro.

2.1.4.2 Inserção do tema em âmbito nacional

Perante a afirmação de Ariès (2003[1975], p.20-21) de que “as transformações do homem diante da morte são extremamente lentas por sua própria natureza ou se situam entre longos períodos de imobilidade”, o que se depreende sobre as pesquisas brasileiras é que os cemitérios estão em processo de discussão, com mobilização entre diferentes propósitos e campos do conhecimento. O estágio encontrado de debates nos repositórios consultados sobre a condição desse equipamento urbano na atualidade do país oferece impulso para a formulação de políticas públicas em diferentes escalas de estudos, tanto pontuais quanto locais e regionais. O PDP, base de dados contendo teses e dissertações, tem como editor o

Ministério da Educação (MEC) e está dividido em quatro categorias multi e interdisciplinares: Meio Ambiente e Agrárias; Sociais e Humanidades; Engenharia, Tecnologia e Gestão; e Saúde e Biológicas. O acervo disponibilizado evidencia que não há resultados para a pesquisa brasileira em nível de doutorado tendo cemitério(s) ou necrópole(s) como palavras-chave na última década.

Todavia são identificadas quatro teses para a anterior, concentradas entre os anos 2007 e 2009, e 17 dissertações de mestrado. Da observação das palavras-chave dispostas no Quadro 2.1-4, extrai-se que a produção discente sublinha interesses na área Social e Humanidades, registrando práticas de séculos anteriores, geralmente ligadas a uma localidade específica e fortemente comprometida com história, religiosidade, patrimônio e cultura visual, além de iconografia.

Quadro 2.1-4:

Síntese geral de palavras-chave de teses e dissertações resultantes do levantamento bibliométrico em âmbito nacional – 2000-2019

almas	doença	patrimônio cultural
arquitetura	efluente industrial	política social
arquitetura tumular	emoção	Porto Alegre
arte funerária	engenharia cemiterial	práticas e representações artísticas
Campinas	expectativa de vida	religiosidade
casas de misericórdia	Franciscanos	Rio de Janeiro
cemitério(s)	higienismo	romarias
cemitérios e meio ambiente	história	salubridade
cemitério da Saudade	história da assistência	Salvador
cemitério do Araçá	hospital(is)	santificação
cemitério dos Pretos Novos	hospital do isolamento	Santos
cemitério horizontal	isolamento	São Paulo
cemitérios oitocentistas	lazarentos	saúde pública
cemitérios públicos	luto	séculos XVIII e XIX
cidade	Maringá	século XIX
ciganos	memória	sepultamento
coagulação/floculação	mercado fúnebre	sepultamento de escravos africanos
configuração urbanística	método da eletroresistividade	sociabilidade
conservação de metais	morrer	teorias médicas
consumo fúnebre	morte	teste de jarros
cultura	necrochorume	tratamento físico-químico
dádiva	Nossa Senhora do Desterro	túmulo
demografia	Ordem Venerável do Carmo	urbanismo
Dia de Finados	patrimônio	urbanização

Fonte: Elaborado com base nos procedimentos metodológicos aplicados à bibliometria.

Providências técnicas que contribuem com a busca de soluções para melhoria da gestão de necrópoles na atualidade são oferecidas pelo Programa de Engenharia Urbana da Universidade Estadual de Maringá (UEM), com a dissertação de Martim (2010), em levantamento geossistêmico de interpretação das relações entre o costume de enterrar os corpos em covas horizontais e a contaminação de águas e solo. Na mesma linha, o Programa de Geociências e Meio Ambiente da Universidade Estadual Paulista (UNESP) tem, em Silva (2008), a ótica da eletrorresistividade mapeando contaminação por necrochorume de água subterrânea no aquífero freático do cemitério de Vila Rezende, em Piracicaba, Brasil. São ainda discutidos o mercado fúnebre, o tratamento de efluentes e a normatização de sepultamentos.

Após concluída a busca no PDP, diagnosticou-se a existência de outras teses e dissertações além das registradas neste portal. Seu mecanismo de abastecimento depende da disponibilização de fontes em ambiente virtual que já estejam em domínio público ou que tenham sua divulgação autorizada, o que acreditou-se ser um limitador para o fator quantitativo. Dessa maneira, verificou-se em outros repositórios que o material disponibilizado nesta base não representa a totalidade de produções nacionais.

Conhecendo-se a importância da complementaridade das informações para garantia da abrangência desta análise, iniciou-se a próxima etapa do processo de revisão sistemática para expansão dos resultados. O material encontrado indica a existência de 65 artigos entre Scopus (27), WoS (23) e Scielo (15), o que permitiu avanços, uma vez que nenhum dos trabalhos vistos no PDP, bem como seus autores, é repetido nestas outras bases.

Ainda é preciso esclarecer que, na verdade, esses 65 artigos se resumem a 36 quando excluídas as duplicações, sendo a repetição fator comum entre os repositórios consultados. Entre outras ocorrências, o texto de Xavier et al. (2018) consta registrado não só no trio de bases, como ainda é visto outras duas vezes devido ao sistema de busca convencionado no presente estudo, utilizando variáveis.

Quando a entrada na base se dá pela aplicação dos pares de palavras “cemitério-cidade” e “cemitério-urbano”, acessa-se, entre outros, o texto acima referido. Observa-se sua representação no contexto de áreas de pesquisa similares, mostrando que o trabalho é condizente tanto com Ciências Ambientais quanto com

Engenharia Ambiental, bem como com o tratamento de problemas especificamente relacionados aos recursos hídricos.

A inexistência de resultados obtidos por meio da aplicação dos outros pares de vocábulos indica a existência de particularidades na discussão, para a qual eletrorresistividade, necrochorume e contaminação são palavras-chave que não se aplicam às investigações brasileiras tendo “necrópole”, por exemplo, como termo de busca. No cerne dos debates, os artigos identificados por meio da variável “cemitério-cidade” representam quase 54% do total. Isso mostra alinhamento entre as pesquisas brasileira e estrangeira quando excluída a restrição do país nos critérios de busca.

Da mesma maneira, com relação à constância, os periódicos nacionais indexados apresentam fluxo anual de trabalhos, com exceção de 2012 (característica do Brasil, apenas), com aumento nos anos mais próximos a 2019. Por outro lado, no caso brasileiro, a Scopus tem maior representatividade, diferente da busca internacional com os mesmos filtros, para a qual WoS é a base mais significativa.

O conjunto de palavras-chave dos três repositórios⁶ está disposto na Figura 2.1-2 e indica interesses variados, reforçando, no entanto, a formulação de conteúdos para as áreas de Medicina; Ciências Sociais e Ambientais; História e Estudos Culturais. As atividades relacionadas ao exame de reflexos dos cemitérios no meio urbano, bem como a realização de registros históricos, têm sido valorizadas no Brasil, constatando-se a aplicação de recursos e incentivos públicos.

6

Ver Apêndice C.

Figura 2.1-2: Representação de nuvem de palavras-chave referentes aos textos encontrados no levantamento bibliométrico em âmbito nacional – 2000-2019



Fonte: Elaborada com base nos procedimentos metodológicos aplicados à bibliometria.

Em termos quantitativos, entre as organizadoras, as instituições públicas de ensino superior são grande maioria, destacando-se Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), além da Fundação Oswaldo Cruz, (FIOCRUZ) como as mais produtivas dentro deste recorte. Agências financiadoras brasileiras como CAPES, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação Carlos Chagas (FCC) e Ministério da Saúde (MS), são fortes apoiadores. Mesclam-se a financiadores estrangeiros, como Nationwide Children's (NC), European Union (EU) e World Health Organization (WHO), havendo interesse em pesquisas específicas relacionadas à morte propriamente dita, como mortalidade infantil e investigações *post-mortem* ligadas aos campos da Microbiologia e da Genética.

Por outro lado, estudos antropológicos e urbanísticos são temas que movimentam a área de História como memória e representação da morte em locais fúnebres. A vulnerabilidade ambiental relacionada ao risco de contaminação a partir de inadequações construtivas dos túmulos é temática também recorrente e reflete interesses internos.

Outra questão evidenciada nesses campos de conhecimento, semelhante ao trabalho de Martim (2010) feito em Maringá, Paraná, e identificado no PDP, é que estudos culturais podem comparar “cidades dos mortos” com “cidades dos vivos”, da mesma forma que Cymbalista (2002). Entre outros temas abordados que poderiam estar se referindo a ambas as urbes, estão aqueles que tratam das qualidades físicas dos espaços urbanos, de diretrizes e políticas públicas, de questões sociais (como imigração, exclusão e gentrificação), de relações identitárias (como religião e patrimônio) ou de diversificação no uso espacial (como exploração para fins turísticos).

Após a leitura exploratória dos textos selecionados pela bibliometria, constituindo-se no aprofundamento das abordagens e na busca das respectivas fontes, e depois da revisão sistemática com identificação da bibliografia nas bases de referência descritas, observou-se a necessidade de verificação além do inventário de informações contidas na estrutura proposta.

Assim se constata a existência de autorias importantes não registradas nas coleções principais das bases, a exemplo da Associação Brasileira de Estudos

Cemiteriais (ABEC), com destaque para algumas autoras. Nos respectivos repositórios institucionais, identificou-se, para Castro (2008; 2013), dissertação e tese elaboradas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com foco, no mesmo estado, em Joinville e Blumenau, respectivamente.

Situação semelhante é diagnosticada para Carvalho (2009; 2015), com suas pesquisas de mestrado e doutorado realizadas na UFRGS, com ótica na capital gaúcha, Porto Alegre. Por sua vez, as dissertações e teses de Borges (1991), sobre marmoristas de Ribeirão Preto, São Paulo, de Rigo (2015), sobre teologia, e de Rodrigues (1997; 2005), sobre história, são relacionadas à USP, às Faculdades Escola Superior de Teologia (EST – São Leopoldo, Rio Grande do Sul) e à Universidade Federal Fluminense (UFF, Niterói, Rio de Janeiro).

Quanto às referências utilizadas por autorias identificadas pelas quatro bases, há variações conforme a área de publicação do artigo, tese ou dissertação. Obras dos campos de Antropologia, Ciências Sociais, Estudos Urbanos e História tendem a tratar de características locais e identitárias, analisando mudanças culturais, procurando preservar e registrar dados históricos.

É frequente a fonte documental referente à comunidade, como mapas, estatutos e processos, além de citações de legislação aplicada. São valorizadas fontes nacionais, como as de Cymbalista (2002), Motta (2009) e Reis (2012[1991]), sem, no entanto, limitar-se a elas, valendo recordar das internacionais antes mencionadas, como Ariès (2014[1977]), Bauman (1998[1997]), Certeau (2011[1975]), Le Groff (2014[1988]) e Mbembe (2016).

Sob a ótica das Ciências Ambientais, importante ramo de estudos relacionados a cemitérios, buscando a mitigação de impactos em diagnósticos da situação cemiterial, mais do que em livros, as obras identificadas na análise bibliométrica têm se apoiado em estudos científicos nacionais. As razões para este tipo de embasamento teórico podem ser consequência de questões construtivas, do volume de corpos, de condições geográficas, dos costumes culturais e de regulamentação, cuja realidade brasileira denota particularidades. Um trabalho de referência é o de Xavier et al. (2015), o qual examina a poluição e os impactos gerados pela implantação incorreta de cemitérios.

De acordo com os dados gerados pela aplicação do método de revisão sistemática de literatura, em bases pré-definidas e entre teses, dissertações e

artigos, verifica-se a sustentação de propósitos de debates sociopolíticos e socioculturais para a relação cemitério-cidade, como adiante abordado.

2.1.4.3 Discussão das dimensões temáticas

Os procedimentos metodológicos antes descritos assumem papel importante na identificação de fontes, pelas possibilidades tanto de estabelecimento de critérios homogêneos de pesquisa quanto de flexibilização quando da aplicação de variáveis nas buscas, favorecendo a identificação de interconexões entre os assuntos tratados. Assim a disponibilidade de estudos de reconhecimento científico com identidade nacional aponta problemas na gestão do espaço do corpo inanimado.

Isso mostra que a resposta brasileira à valorização da temática encontra fronteiras definidas, com paisagens características e um senso popular sobre o “lugar do morto”, o que Hall (2019[1996], p.72) poderia chamar de “tradições inventadas que ligam passado e presente, em mitos de origem que projetam o presente de volta ao passado [...]”. Evidências têm mostrado que o modelo predominante de cemitério público herdado dos colonizadores europeus e os modos de administração se tornaram ineficientes e que os conceitos precisam ser revistos.

Dessa herança deriva o fato de que os espaços da morte brasileiros estejam pautados no gosto individual há séculos, formando paisagens heterogêneas e fragmentadas dentro das cidades dos vivos (CYMBALISTA, 2002). Parte desta heterogeneidade procede do que Valladares (1972, p.279) observa sobre o predomínio existente no século XIX. Nesta época, havia forte desejo da classe dominante em empregar seu capital refletido na aspiração pela individualidade do corpo na sepultura, a fim de se distinguir e se monumentalizar.

Some-se aos aspectos culturais também o fato de que a maioria dos cemitérios públicos brasileiros foram alocados na região central das áreas urbanizadas, mantendo-se assim até os dias atuais, salvo iniciativas pontuais. Portanto as cidades dos mortos são aquelas sitiadas por outras construções que limitam sua expansão territorial.

Por terem acompanhado a fundação das urbes, associam-se às suas histórias, o que, somado a outras questões, compromete a eficiência da gestão para sua função primeira que é abrigar corpos inumados. Essa proximidade com a

“cidade dos vivos” faz com que haja necessidade de revisão do modelo. Por este motivo, Neckel et al. (2017) estudam a verticalização, havendo, nos cenários nacional e internacional, tendência ao aumento da receptividade aos crematórios, prática até então desprezada pelos governantes brasileiros.

Do Brasil, há, entre outros estudos apontando problemas de saúde pública gerados no ambiente cemiterial, o de Barbosa et al. (2014). Ao pesquisarem a ocorrência de acidentes por escorpião em cemitérios, estes autores mostram a vulnerabilidade à saúde do cidadão.

Em outra área, embora ainda pertinente às condições e circunstâncias vivenciadas por seres humanos e seu ecossistema, Buque e Ribeiro (2015), Gomes, et al. (2016) e Xavier et al. (2018), dentre outros, trazem elementos de referência para análise da precariedade ambiental nos usos do solo por necrópoles.

Os resultados encontrados indicam que os pesquisadores brasileiros estão cientes da necessidade de múltiplos enfrentamentos visando à melhoria de perspectivas na relação cemitério-cidade. As áreas de Saúde Ambiental, Ciências Ambientais e Microbiologia compõem relevante campo analítico. Entretanto boa parte das pesquisas se concentra em setores que se afastam da gestão do espaço para sepultamentos em si, enfatizando registros históricos e análises iconográficas, havendo necessidade de expansão deste domínio para providências técnicas na organização do local dos mortos.

Observe-se o fato de que, embora problemas envolvendo gestão dos cemitérios públicos, como falta de vagas, insuficiência de políticas e falhas de planejamento, acompanhem a história das cidades brasileiras, em contextos pandêmicos, como o vivenciado atualmente, podem facilmente se tornar transtornos difíceis de serem manejados rapidamente, visto que a normalidade é a dificuldade de acesso.

Examinando, nos artigos, teses e dissertações, os problemas acumulados em vista da adoção do modelo cemiterial tradicional, possivelmente não haja respostas rápidas para a crise de espaço, diante dos séculos de repetição de um formato de enterramento horizontalizado e patrimonialista. Os estudos mostram problemas decorrentes de estratégias públicas historicamente adormecidas e ausência do Estado, enquanto a relação da população com a necrópole experimenta o enfrentamento de dificuldades variadas, seja na destinação do corpo, fazendo valer seu direito à cidade, seja na convivência com agentes contaminantes

provenientes dos cemitérios. Essas assertivas embasam as reflexões seguintes acerca da temática.

2.1.5 Considerações finais

Considera-se que o uso da técnica de bibliometria explorada potencializa a apropriação de conhecimentos no campo da produção científica, oferecendo suporte oportuno para reconhecimento da inserção do tema cemitério-cidade no cenário internacional e em âmbito nacional no intervalo de tempo proposto. Verifica-se, ainda, que a aplicação de combinações em pares de variáveis gera resultados complementares, sendo possível constatar variações quantitativas e qualitativas conforme as palavras-chave aplicadas, o que indica a possibilidade de reordenação de interesses de pesquisa conforme a dupla de termos seja buscada separadamente.

Também se diagnosticam regionalidades por países. Os mesmos pares aplicados às três bases de pesquisa no cenário internacional geram resultados com certa similaridade; todavia evidenciam informações complementares, mostrando que tanto as nações quanto os repositórios apresentam características e critérios próprios na mobilização do conhecimento.

Interpreta-se que grande esforço é dedicado à abordagem do cemitério como fonte de conhecimento antropológico e histórico, sendo elemento que acompanha a evolução até a vida social moderna. Além de propagar avanços socioculturais que possam refletir na gestão municipal da necrópole pela perspectiva do direito à cidade, estudos sociopolíticos e socioespaciais indicam sua inclusão na construção de ambientes urbanos sustentáveis.

Nessa conjuntura, os resultados práticos demonstram que o cemitério gera alta probabilidade de impactos. Visto por outro enfoque, representa tanto referências da ancestralidade humana, pelos registros de Antropologia, Arqueologia e História, quanto a combinação de problemas que atinge pesquisadores de outras áreas, como planejadores urbanos, gestores públicos e profissionais da saúde, dentre outros.

Pela mensuração da cobertura dos temas em periódicos científicos internacionais e nacionais, embora se tenha constatado progressão crescente no tempo, depara-se com quantidade limitada de considerações em variáveis

sociopolíticas e socioambientais para embasamento de planos de gestão cemiterial. No entanto há consistência para avaliação da amplitude de dados em assuntos dominantes dentro da temática dos cemitérios. Por esses motivos, considera-se atingido o objetivo de reconhecer a inserção do tema no cenário internacional e em âmbito nacional⁷, contribuindo para o mapeamento de esforços na capacitação necropolítica municipal, pela perspectiva do direito à cidade.

Interpreta-se que momentos decisivos como os vivenciados desde 2019 em função da pandemia da COVID-19 revelam grandes riscos à urbanidade, ao indivíduo e à coletividade, acarretando mudanças no direcionamento de ações e pesquisas. A necrópole pós-pandêmica há que ser amplamente discutida, tanto como entendimento do cemitério como um “direito à cidade” quanto com relação à minimização dos riscos à saúde e ao ambiente.

Dessa e de outras formas, as necrópoles exercem influência na formação do espaço e disputam áreas com outras necessidades de uso e ocupação do solo, de modo que, além da ideia de sepultar, as relações entre cemitério e cidade se desdobram sobre diversos campos do conhecimento. Entre planejamento territorial, análise de resíduos lançados no ambiente, comprometimento da saúde pública e questões sociais, o intercâmbio entre os achados científicos e as políticas para o manejo do território ocupado otimizam procedimentos.

Mas o custo da ineficiência do cemitério aumenta pelo desperdício de recursos, de modo que a utilidade do presente levantamento está em evitar essas condições. Como estratégia na construção de alicerces para resolução de problemas reais, os resultados desta pesquisa, ao mesmo tempo informam e representam perspectivas futuras para a gestão e planejamento cemiterial.

Assim podem ser apresentadas respostas à questão investigativa sobre quais são as principais dimensões da temática abordada. A análise das informações fornecidas pelo método adotado (bibliometria seguida de RSL) esboça que o estágio atual no tratamento do tema está objetivamente voltado à necrópole como um sistema multifacetado que oferece riscos e demanda recursos, sendo composto por determinações legais e características socioculturais e sociopolíticas.

7

Pertinente ao primeiro objetivo específico da tese (ver Seção 1 – Introdução).

Por constituir um tema complexo, ainda há cobertura insuficiente de publicações com viés em gestão ou tecnologia, demonstrando fragilidade nos relacionamentos entre academia e municipalidade na busca pelo desempenho otimizado dos cemitérios públicos. Embora os estudos técnicos não sejam o único canal na estruturação de projetos, ainda assim é um importante instrumental.

Em função do baixo índice de pesquisas encontrado em repositórios digitais para esses locais, questiona-se o reconhecimento dos problemas por parte da sociedade e o real interesse governamental no apoio ao desenvolvimento de diretrizes tecnológicas para a área, bem como a forma de organização para reposição ou entrada dos dados nos portais oficiais.

Como meio de interação entre o conhecimento técnico em repositórios digitais e a sociedade, entende-se que os resultados alcançados evidenciam a necessidade de reconhecimento da inserção do tema com vistas ao aprofundamento sobre os direitos dos mortos à cidade. Refinados tanto para o cenário internacional quanto para o quadro do país e sintetizados pelo apoio metodológico, espera-se que sirvam como instrumentos de revisão para questões que ainda permanecem na pauta dos principais problemas urbanísticos contemporâneos.

REFERÊNCIAS ESPECÍFICAS

ALLAM, Zaheer. *The city of the living or the dead: On the ethics and morality of land use for graveyards in a rapidly urbanised world*. **Land Use Policy**, London, UK: Elsevier, v.87, n.104037, s.p., Sep. 2019.
<https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2019.104037>

ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente**: da Idade Média aos nossos dias. Tradução de Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro, RJ, BR: Ediouro, 2003. (Título original: *Essais sur la mort en Occident: du Moyen Âge à nos jours*. Paris, FR: Seuil, 1975) ISBN 978-8520941317

ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. Tradução de Luiza Ribeiro. São Paulo, SP, BR: Editora da Universidade Estadual Paulista – EdUNESP, 2014. (Título original: *L'Homme devant la mort*. Paris, FR: Seuil, 1977) ISBN 978-8539305353

BARBOSA, Amanda Duarte; SILVA, José Ailton da; CARDOSO, Maria de Fátima Eyer Cabral; MENESES, José Newton Coelho; CUNHA, Maria da Consolação Magalhães; HADDAD, João Paulo Amaral; NICOLINO, Rafael Romero; MAGALHÃES, Danielle Ferreira de. Distribuição espacial de acidentes escorpiónicos em Belo Horizonte, Minas Gerais, 2005 a 2009. **Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia**, Belo Horizonte, MG, BR: Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, v.66, n.3, p.721-730, jun. 2014.
<https://doi.org/10.1590/1678416-7116>

- BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro, RJ, BR: Jorge Zahar, 1998. (Título original: *Postmodernity and its discontents*. New York, NY, US: Polity Press, 1997) ISBN 978-8571104648
- BORGES, Maria Elizia. **Arte tumular: a produção dos marmoristas de Ribeirão Preto no período da Primeira República**. 1991. 444f. Tese (Doutorado em Arte) – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, SP, BR, 1991. <https://repositorio.usp.br/item/000719495>
- BRASIL. Lei Federal N° 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, BR, 10 jan. 2002. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm
- BUQUE, Lina Ivette Bartolomeu; RIBEIRO, Helena. Panorama da coleta seletiva com catadores no município de Maputo, Moçambique: desafios e perspectivas. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, SP, BR: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo – FSP-USP; Associação Paulista de Saúde Pública – APSP, v.24, n.1, p.298-307, 2015. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902015000100023>
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portal de periódicos**. 2010-2019. Disponível em: [https://www.periodicos-capes.gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?](https://www.periodicos-capes.gov.br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?) Acesso em: 25 jan. 2021.
- CARVALHO, Luiza Fabiana Neitzke de. **A Antiguidade Clássica na representação do feminino: pranteadoras do Cemitério Evangélico de Porto Alegre (1890-1930)**. 2009. 255f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, BR, 2009. <http://hdl.handle.net/10183/15708>
- CARVALHO, Luiza Fabiana Neitzke de. **História e arte funerária dos cemitérios São José I e II em Porto Alegre (1888-2014)**. 2015. 458f. Tese (Doutorado em Artes Visuais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, BR, 2015. <http://hdl.handle.net/10183/122577>
- CASTRO, Elisiana Trilha. **Aqui também jaz um patrimônio: identidade, memória e preservação patrimonial a partir do tombamento de um cemitério (o caso do Cemitério do Imigrante de Joinville/SC, 1962- 2008)**. 2008. 210f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, SC, BR, 2008. <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91822>.
- CASTRO, Elisiana Trilha. **Aqui jaz uma morte: atitudes fúnebres na trajetória da empresa funerária da Família Haas de Blumenau**. 2013. 399f. Tese. (Doutorado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, SC, BR, 2013. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/107130>
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 3.ed. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro, RJ, BR: Forense Universitária, 2011. (Título original: *L'Écriture de l'histoire*. Paris, FR: Gallimard, 1975). ISBN 978-8530935733

- CYMBALISTA, Renato. **Cidades dos vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do estado de São Paulo.** São Paulo, SP, BR: Annablume; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, 2002. ISBN 978-8574193137
- FAYE, Benoit; CHANNAC, Frederique. *A hedonik approach to burial plot value in French cemeteries.* **Urban Studies**, London, UK: Sage, v.54, n.12, p.2835-2855, 2016. <https://doi.org/10.1177/0042098016655036>
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade.** Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro, RJ, BR: Jorge Zahar, 2002. (Título original: *Modernity and self-identity: Self and society in the Late Modern Age.* Palo Alto, CA, US: Stanford University Press, 1991) ISBN 978-8571106697
- GOMES, Bruno Casanova Vilaverde, KUMMER, Gislaine; PEREIRA, Márcia Maria da Silva Monteiro; IZÁRIO FILHO, Hécio José; SALAZAR, Rodrigo Fernando dos Santos; VASCONCELLOS, Noeli Júlia Schüssler de. Potencial toxicológico de metais presentes em solos de cemitérios de Santa Maria – RS. **Revista Ambiente & Água**, Taubaté, SP, BR: Instituto de Pesquisas Ambientais em Bacias Hidrográficas – IPABH, v.11, n.1, p.145-155, 2016. <http://dx.doi.org/10.4136/ambi-agua.1723>
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 12.ed. Rio de Janeiro, RJ, BR: Lamparina, 2019. (Título original: *The question of cultural identity.* London, EN, UK: Sage, 1996) ISBN 978-8583160076
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades.** 3.ed. Tradução de Carlos Silveira Mendes Rosa. São Paulo, SP, BR: WMF Martins Fontes, 2011. (Título original: *The death and life of great American cities.* New York, NY, US: Vintage, 1961) ISBN 978-8578274214
- JOHNSON, Steven. **O mapa fantasma: como a luta de dois homens contra o cólera mudou o destino de nossas metrópoles.** Tradução de Sérgio Lopes. Rio de Janeiro, RJ, BR: Jorge Zahar, 2008. (Título original: *The ghost map: The story of London's most terrifying epidemic – and how it changed science, cities, and the modern world,* 2006) ISBN 978-8537800553
- KLAUFUS, Chistien. *Deathscape politics in Colombian metropolises: Conservation, grave recycling and the position of the bereaved.* **Urban Studies**, London, UK: Sage, v.53, n.12, p.2453-2468, Sep. 2016. <https://doi.org/10.1177/0042098015593012>
- KLAUFUS, Chistien. *The dead are killing the living: Spatial justice, funerary services, and cemetery land use in urban Colombia.* **Habitat International**, London, UK: Elsevier, n.54-1, p.74-79, 2016. <https://doi.org/10.1016/j.habitatint.2015.11.032>
- LE GROFF, Jacques. **História e memória.** Tradução de Bernardo Leitão. 7.ed.rev. Campinas, SP, BR: Editora da Universidade Estadual de Campinas – EdUNICAMP, 2014. (Título original: *Histoire et mémoir.* Paris, PT: Gallimard, 1988) ISBN 978-8526810082
- MARTIM, Aline Giseli. **Análise do levantamento geossistêmico do cemitério público horizontal urbano do município de Maringá, Estado do Paraná.** 2010. 191f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá, PR, BR, 2010. <http://www.peu.uem.br/AlineMartim.pdf>

QUEBRA de página introduzida para evitar quebra da referência MBEMBE, Achille. **Politiques de l'inimitié**. Paris, FR: La Decouverte, 2016. ISBN 978-2707188182

MOLYARENKO, Olga. *Local mass-media and the problems of municipal cemeteries. Asia and Africa Today* [online]: Department of Historical and Philological Sciences of Russian Academy of Sciences – RAS, v.26. n.3. p.142-164, 2017. <https://publications.hse.ru/en/articles/207252377>

MOTTA, Antônio. **À flor da pedra**: formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros. Recife, RE, BR: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2009. ISBN 978-8570194824

NDEMBA, Roger Ekongo. *Cemeteries off in Kisangani: The example of a hidden debate on the management of public spaces in the DRC. Africa Development* [online], Dakar, SN: Council for the Development of Social Science Research in Africa – CODESRIA, v.35, n.4, p.179-193, Jan. 2010. https://www.researchgate.net/publication/296727896_Cemeteries_off_in_Kisangani_The_example_of_a_hidden_debate_on_the_management_of_public_spaces_in_the_DRC.

NECKEL, Alcindo; COSTA, Carlos; MARIO, Débora Nunes; SABADIN, Clarice Elvira Saggin; BODAH, Eliane Thaines. Dano ambiental e ameaça à saúde pública por cemitérios: uma proposta de cemitério ideal diante da crescente expansão urbana. **Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, PR, BR: Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PPGTU-PUCPR, v.9, n.2, p.216-230, maio/ago. 2017. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.009.002.ao05>

PDP – Portal Domínio Público. **Publicações**. 2000-2019. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br>. Acesso em: 18 maio 2021.

PRIORE, Mary Del. **Histórias da gente brasileira**: volume 1 – colônia. São Paulo, SP, BR: Leya, 2016. ISBN 978-8544103852

PRITCHARD, Alan. *Statistical bibliography or bibliometrics?* **Journal of Documentation** [online], Bingley, UK: Emerald, v.24, n.4, p.348-349, 1969. <https://www.semanticscholar.org/paper/Statistical-bibliography-or-bibliometrics-Pritchard/0be426317b9001813ece55e91c77281e9bd48205?sort=relevance&pdf=true>.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. 6.reimp. São Paulo, SP, BR: Companhia das Letras, 2012[1991]. ISBN 978-8571641914

RIGO, Kate Fabiani. **Vamos começar pelo fim?** A pedagogia cemiterial como projeto educativo no espaço escolar. 208f. Tese (Doutorado em Teologia) – Faculdades EST, São Leopoldo, RS, BR, 2015. <http://dspace.est.edu.br:8080/xmlui/handle/BR-SIFE/593>

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos nas cidades dos vivos**: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, BR: Departamento Geral de Documentação da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1997. ISBN 978-8585815035

RODRIGUES, Cláudia. **Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro, RJ, BR: Arquivo Nacional, 2005. <https://www.academia.edu/25526254/>

SCHWARTZ, Roberto. **Cultura e política**. São Paulo, SP, BR: Paz e Terra, 2005. ISBN 978-8577530816

SCIELO – Scientific Electronic Library Online. **Periódicos**. 2010-2019. Disponível em: <https://www.scielo.org/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

SCOPUS. **Database**. 2010-2019. Disponível em: <https://www.scopus.com/standard/marketing.uri>. Acesso em: 25 jan. 2021.

SIEN, Thien Ee; RAMACHANDIRAN, Chandra. *Conceptualizing smart city initiative via e-cemetery portal*. **Journal of Advanced Research in Dynamical and Control Systems**, Irvine, CA, US [online]: Institute of Advanced Scientific Research – IASR, v.11, n.1 (special), p.1416-1422, 2019. <https://www.jardcs.org/abstract.php?id=250>.

SILVA, Carlo Henrique Dantas da. **Plano diretor: teoria e prática**. São Paulo, SP, BR: Saraiva, 2008. ISBN 978-8502068506

SILVA, Robson Willians da Costa. **Aplicação do método da eletrorresistividade na investigação e mapeamento da contaminação por cemitérios: o exemplo do cemitério de Vila Rezende, Piracicaba, SP**. 2008. 156f. Dissertação (Mestrado em Geociências e Meio Ambiente) – Universidade Estadual Paulista – UNESP, São Paulo, SP, BR, 2008. https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/99873/silva_rwc_me_rcla.pdf?sequence=1. 2008

VALLADARES, Clarival do Prado. **Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros**. Rio de Janeiro, RJ, BR: Conselho Federal de Cultura – CFC, 1972. (2v.)

WoS – Web of Science. **Platform**. 2010-2019. Disponível em: <https://clarivate.com/webofsciencegroup/solutions/webofscience-platform/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

XAVIER, Cleber Carmino; AMORIM, Marleide Rodrigues; VALENTINI, Carla Maria Abido; FARIA, Rozilaine Aparecida Pelegrine Gomes. *Diagnosis of the current situation of the cemeteries in Cuiaba-MT from the perspective of environmental management: case study the Cemetery Parque Bom Jesus of Cuiaba and São Gonçalo Municipal*. **Revista Eletrônica em Gestão Educação e Tecnologia Ambiental** [online], Santa Maria, RS, BR: Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, v.19, n.3, p.450-461, 2015. <https://periodicos.ufsm.br/reget/article/view/17199>

XAVIER, Fernanda.Vieira; MALAGUTTI FILHO, Walter; SILVA, Robson Willians da Costa; MOREIRA, César Augusto. Emprego da sondagem elétrica vertical integrada às análises químicas e microbiológicas no diagnóstico preliminar da contaminação do solo e da água subterrânea no cemitério municipal da cidade de Rio Claro (SP). **Engenharia Sanitária e Ambiental**, Rio de Janeiro, RJ, BR: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES, v.23, n.2, p.333-344, 2018. <https://doi.org/10.1590/s1413-41522018152375>

2.2 IDENTIFICANDO PARADIGMAS E PERSPECTIVAS

Decorrente do anterior, o segundo artigo que compõe a tese¹ é voltado à compreensão das tônicas dos debates sobre o tema. Além de tratar do passado das necrópoles no contexto das relações entre cidades e direitos, também aborda suas adversidades contemporâneas.

Com adaptações às normas do periódico *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, de Málaga, Espanha, este artigo foi publicado em fevereiro de 2021 sob o título “Necrópole em perspectiva: paradigmas urbanos e direito à cidade” (VIEIRA; HARDT, 2021). Prospectando tempos vindouros, são discutidas suas condições no futuro. É nesse conjunto de direcionamentos que são iniciadas as reflexões acerca de paradigmas e perspectivas que envolvem a temática abordada.

2.2.1 Considerações iniciais

A atual dinâmica dos ambientes multifuncionais impacta tomadas de decisões que oscilam entre assertivas e necessidades de reordenamento das cidades, condição que também inclui as necrópoles. Em função da constante premência de resolução de problemas inerentes à sociedade brasileira, os cemitérios públicos têm sido, há muito tempo, negligenciados no cotidiano urbano e mantidos sob técnicas ultrapassadas e providências insuficientes. Embora seja assunto de interesse global, a situação desses espaços é precária na maioria dos centros urbanizados do Brasil. Independente dos seus portes, com exposição da população a constrangimentos e dificuldades, muitas vezes fere, dentre outros, o direito à sepultura (*jus sepulchri*) (BARROS; PINHEIRO, 2018).

¹ Conteúdo com adaptações às normas do periódico publicado em:
<https://www.eumed.net/es/revistas/contribuciones-ciencias-sociales/febrero-2021/necropole-em-perspectiva-paradigmas-urbanos-e-direito-a-cidade>

Como adiante apresentado, o exame de textos científicos de diversos tipos referenda a constatação técnica do que já se percebe a partir de meios midiáticos e da prática, ou seja, por motivos diversos, há riscos e ineficiências no planejamento e gestão dos atuais cemitérios urbanos brasileiros (NECKEL et al., 2017). Esse fato vai de encontro ao estabelecido como objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UN, 2015b), do qual o Brasil é signatário.

Dentre outros intuitos, os ODS visam reduzir desigualdades, promover justiça, buscar eficiência das instituições e construir cidades e comunidades sustentáveis (UN, 2015b). Análises de cunho ensaístico, monitoramentos de impactos, avaliações de conjuntos históricos, interpretações de vulnerabilidades sanitárias, exames de problemáticas espaciais e estudos de bens arqueológicos, dentre outros resultados de pesquisas, refletem precariedades dos cemitérios brasileiros, bem como avanços em relação ao tema, indicando assuntos que têm motivado o envolvimento da academia.

Nesse contexto, o **objetivo** deste trabalho é identificar as abordagens predominantes nas discussões sobre o assunto em escala nacional². O atingimento dessa meta viabiliza a determinação de respostas à seguinte **questão investigativa**: quais são as tônicas dos debates sobre o tema no país? Fundamentando o desenvolvimento do estudo, uma breve síntese de referências sobre teorias, apresentadas na sequência, subsidiam o desenvolvimento do estudo.

2.2.2 Referenciais teóricos

Johnson (2008) alerta que as condições deletérias de espaços cemiteriais repercutem na qualidade de vida dos cidadãos e, na medida em que proliferam problemas, aos gestores urbanos cabe a incumbência de resolver adequadamente este uso do território urbanizado. Praticamente tão antigo quanto a vida nas cidades, o cemitério representa um dos direitos do cidadão de vivenciar as qualidades urbanísticas.

² Condizente com o segundo objetivo específico da tese (ver Seção 1: Introdução).

Torna-se, assim, oportunidade de destinar mortos condignamente, sem comprometimento de condições de saúde, dadas as repetidas constatações de contaminação oriunda de subprodutos da decomposição dos corpos (NECKEL et al., 2017). Imerso em um complexo sistema e envolto em paradigmas, o cemitério é um assunto com o qual a maioria das pessoas espera se envolver poucas vezes, constituindo uma seara na qual muitos preferem não entrar, a não ser quando estritamente necessário. No entanto a magnitude de problemas que o cercam afeta direta e constantemente a urbe (CYMBALISTA, 2002), cerceando ou ampliando direitos.

Sob o ponto de vista urbanístico, este artigo salienta a discussão do “direito à cidade”, problematizando relações entre necrópoles e diversidade de garantias inerentes à coletividade no meio urbanizado. Os argumentos trazidos revelam desafios que os cemitérios públicos representam ao planejamento urbano quanto àquele direito, sob a hipótese de aproximação dos debates à promoção de qualidade no atendimento nacional.

Pretende-se, assim, evidenciar possibilidades de conhecimento da produção científica para repensar a necrópole em diferentes contextos, com demandas variadas. Limitações dos espaços de sepultamento, procrastinação da modernização dos cemitérios públicos, transferência de ônus aos serviços particulares, alto grau de contaminantes em contato com o solo e águas subterrâneas, e questões raciais e médicas, são alguns exemplos dos vários problemas apontados.

Em síntese, o intuito principal é avançar na estruturação de subsídios para adequação espacial e redução de impactos socioambientais reconhecidamente provenientes do sepultamento de corpos humanos, por se acreditar nos efeitos positivos provenientes do acesso ao conhecimento produzido cientificamente no âmbito das relações entre cemitério e cidade.

O desenvolvimento da articulação da queixa sobre direito à cidade onde convivem vivos e mortos é analisado fundamentalmente a partir de dois marcos teóricos internacionais sobre o tema, desenvolvidos pelo britânico David Harvey (2004[2003]) e pelo francês Henri Lefèbvre (2009[1968]). Compreendendo a problematização das relações entre cemitério e urbe, reconhece-se a existência de mecanismos de controle sobre os mortos, incorporando a denominação de biopolítica, representada pelo crítico de origem francesa Michel Foucault

(1997[1976]; 2004[1979]), que, analisando a necessidade de destinação do corpo, faz menção à necropolítica, sob o referencial do camaronês contemporâneo Achille Mbembe (2006).

Dentre outras fontes científicas, destacam-se as contribuições do sociólogo espanhol Manuel Castells (2004[1972]), inseridas de forma qualitativa junto a outros autores relacionados a grandes universidades nacionais, cujos trabalhos foram captados a partir de bibliometria, seguida de revisão sistemática de literatura (RSL) em quatro bases de dados, como adiante explicitado.

2.2.3 Procedimentos metodológicos

Embora com estratégia multimétodos, a pesquisa, em abordagem qualitativa e natureza exploratória, adota fundamentalmente a técnica de revisão sistemática de literatura, precedida de resultados bibliométricos em nível nacional e internacional. A investigação iniciou com a associação dos termos “*right to the city*” (direito à cidade) e “*cemetery*” (cemitério) em bases de dados selecionadas (SCIELO, 2010-2019; SCOPUS, 2010-2019; Web of Science – WoS, 2010-2019; além do Portal Domínio Público – PDP, 2000-2019), o que gerou números restritos. Assim, procedeu-se à composição de seis pares de variáveis “*cemetery* AND cit**” (cemitério* E cidade*), “*cemetery* AND urban**” (cemitério* E urban*), “*necropol* AND cit**” (necrópole* E cidade*), “*necropol* AND urban**” (necrópole* E urban*), “*graveyard* AND cit**” (cemitério* E cidade*), “*graveyard* AND urban**” (cemitério* E urban*), que orientaram as buscas naqueles mesmos repositórios.

Com a aplicação de operadores booleanos, limitados a artigos publicados entre 2010 e 2019, foram encontrados 2.064 artigos. Com base nesses mesmos parâmetros, a discriminação para o Brasil resultou em 86 trabalhos científicos. Os títulos, palavras-chave e resumos dos textos encontrados foram interpretados para seleção daqueles com maior aderência à temática em estudo, notadamente com referência a “direito à cidade”, resultando em quatro dezenas de fontes, com representação na década de 2010 a 2019, das áreas de Ciências Sociais, Estudos Urbanos, Cultura, Antropologia e História, além de Neurociência, Parasitologia, Psiquiatria e Ciências Ambientais. Com fundamentação neste material e em outras fontes complementares, o desenvolvimento da articulação da convivência entre vivos e mortos é adiante analisado.

2.2.4 Resultados analíticos

O conteúdo levantado é tratado nos subitens subsequentes a partir de três recortes temporais: passado, com breve contextualização da evolução das necrópoles até o início do século XXI; presente, com interpretação de questões atuais inerentes aos cemitérios, notadamente no Brasil; e futuro, com reflexão sobre tendências alternativas para as cidades dos mortos.

2.2.4.1 Necrópoles: o longo passado de relações entre urbes e direitos

As “cidades dos mortos” tiveram sua origem em tempos pré-históricos (até cerca de 3000 a.C.) e precederam as próprias “cidades dos vivos”, as quais constituíram um dos mais relevantes produtos do processo de sedentarismo, que, condicionado pela evolução agrícola, fomentou o início do fenômeno de urbanização (BENEVOLO, 2006[1975]). Os núcleos urbanizados promoveram a formação da sociedade propriamente dita, com estabelecimento de direitos e deveres para seus habitantes.

Não obstante a prática da cremação por algumas civilizações na Idade Antiga (3000 a.C. a 476), em várias cidades, que tiveram expressiva expansão neste período, eram definidos diferentes espaços para o enterramento dos mortos. Ao mesmo tempo, áreas externas aos perímetros urbanos eram destinadas a sepultamentos rituais, caracterizando verdadeiras necrópoles. Segundo Erasmo (2012), diferentes sociedades da Antiguidade abordaram a morte de modos culturalmente diversos, com direitos também diferenciados.

Na Idade Média (476 a 1453), os cemitérios “não apenas se situavam dentro das cidades, como também se localizavam dentro das igrejas, centro da vida comunitária” (RODRIGUES, 2014, p.127). Esse fato é associado à ampla subserviência da sociedade à religião católica, o que inclui os direitos humanos, interpretados, à época, de maneira dissemelhante ao seu entendimento atual (TIERNEY, 2006).

O peso da discussão sobre a cidade compartilhada entre vivos e mortos, passando por mudanças em momentos críticos, é evidenciado por Pezzini (2010) quando destaca a proibição de enterrar em igrejas urbanas e o uso de novos

cemitérios fora da cidade como uma das alterações promovidas na Idade Moderna (1453 a 1789), especialmente durante a Era da Razão, ocorrida na Europa nos anos 1700. O mesmo autor analisa os efeitos paralelos de ações em momentos conflituos e que acarretaram a qualificação espacial a partir da busca de melhorias nas relações com os falecidos no meio urbanizado. “Os ideais da Revolução Francesa – igualdade, liberdade e fraternidade –, palavras de ordem da burguesia em ascensão, tornaram-se a partir do fim do século XVIII, os fundamentos dos chamados ‘direitos humanos’” (COIMBRA; LOBO; NASCIMENTO, 2008, p.91).

No âmbito do processo de colonização do denominado “Novo Mundo” iniciado na Idade Moderna, Pereira (2007) discorre sobre graves problemas socioculturais no Brasil do século XVIII – especialmente de cunho escravagista e sociopolítico, como o desrespeito na forma como era destinado o corpo. O *locus* do estudo é o Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro, que, entre 1772 e 1830, destinava-se ao sepultamento de escravos que morriam antes de serem vendidos, sem conhecimento sobre as causas da morte. Desembarcados dos navios na Baía de Guanabara, os mortos eram enterrados nus e em cova rasa, envoltos em esteiras, sem receber qualquer ritual religioso, por mais que a maioria fosse católica.

Esse processo mostra a limitação no “direito à cidade”, o qual, à época, não era estendido à toda a sociedade, uma vez que o escravo não era visto como cidadão. Na Europa, “até meados do século XIV, a ideia que predominava a respeito da morte era de que esta era uma viagem espiritual da alma, sendo comum o sepultamento dos corpos nas catacumbas e no interior e proximidades das igrejas” (BAUM; BECEGATO, 2018), ou seja, havia certo cuidado no tratamento da questão. Porém as formas de enterramento no Brasil do século XVIII mostram que as condições para uns e outros eram muito diferentes, pois, aparentemente, apenas os europeus ou descendentes brancos tinham alma.

Além disso, no território brasileiro, havia precariedade nos cuidados com a saúde e higiene, pois inexistiam parâmetros primários para destinação dos corpos. Posteriormente, no século XIX, avançaram os estudos de medicina urbana em constantes crises de mortalidade, momento em que os cemitérios públicos começaram a ser implementados no país (MACHADO, 2006). Após epidemias de tifo e tuberculose no século XVIII, “políticas públicas relacionadas à sanidade ambiental e higiênica dos sepultamentos começaram a ser desenvolvidas, sendo vedada a prática dos sepultamentos nas igrejas” (AQUINO; CRUZ, 2010).

Por volta do final da segunda metade do século XIX, o gosto pela sepultura individualizada tornou-se importante referência para as elites brasileiras urbanas, que logo se adaptariam aos novos padrões de uso e apropriação dos espaços cemiteriais, assim como de suas lógicas de enterramento. Havia alguns anos já construídos, os primeiros cemitérios brasileiros secularizados passaram a concorrer entre si pela grandiosidade e luxo exibidos na construção de seus túmulos e jazigos (MOTTA, 2009, p.75).

Nestes locais, tem sido padrão predominante os túmulos individualizados e de caráter perpétuo, em espaços horizontais. As distinções dentro de prerrogativas econômicas e políticas, quanto à localização e escala dos túmulos, bem como à decoração das lápides, foram – e ainda são – exemplos de demonstração de poder. Jorge (2006) fornece detalhes do urbanismo no Brasil Império, abordando especificamente casos do Estado de São Paulo do século XIX, analisados entre hospitais, casas de misericórdia, leprosários e cemitérios. O estudo apresenta teorias médicas interferindo na configuração urbanística da época, quando a insalubridade assumiu o foco de preocupações que adentraram a Idade Contemporânea (a partir de 1789).

Evidencia-se, pois, que ao longo da história até a contemporaneidade, o tratamento e destino do sepultado teve seus percalços, partindo da improvisação para o monopólio eclesiástico, passando pela dominação estatal, secularizada, chegando até as vigentes relações mistas, de caráter público-privado. Da mesma maneira como no manuseio dos cadáveres durante o Período Iluminista, que passaram dos hipogeus aos cemitérios modernos e à acumulação das populações e cloacas, a inquietação político-sanitária apresenta certa continuidade no Brasil do século XXI. Tanto o setor privado – comerciantes, igrejas e seus religiosos – quanto o agente governamental passam por desafios para suplantar rituais e práticas predominantes, mesmo que desta ancoragem resulte insalubridade e ineficiência, dentre outros problemas presenciados na atualidade.

2.2.4.2 Cemitérios: as adversidades contemporâneas entre cidades e direitos

Ao final da década de 1960, Lefèbvre (2009[1968]) desenvolve o conceito de “direito à cidade”, defendendo a prerrogativa de não exclusão de determinadas classes sociais dos benefícios da vida urbana e apoiando a recuperação coletiva do espaço urbanizado. Nessa época, já preocupava o crescimento exponencial dessas áreas pelo significado da degradação das relações humanas, menosprezadas pela

emergência das condições produtivas e pelo advento do aparato técnico, com desmantelamento de práticas sociais. Na trajetória conceitual, o termo não se encerra em um campo disciplinar, vista a variedade de temas difundidos a partir dos debates iniciais do autor quanto à industrialização e à urbanização.

Difundidas na década seguinte em obra de Castells (2004[1972]), dentre outros estudiosos de questões urbanísticas, essas discussões englobam críticas ao planejamento urbano e respectivas demandas públicas. Enquanto grupos humanos são impactados por soluções inadequadas de uso e ocupação do solo e pelo vazio de pensamento acerca de formas territoriais possíveis, como instrumentos de resolução da “cidade dos vivos”, os autores argumentam que também devem ser articulados recursos para minimização dos problemas relativos à “cidade dos mortos”, uma vez que ambas as populações desfrutam do mesmo espaço físico.

No Brasil, a fim de minimizar possíveis conflitos, os direitos e deveres inerentes ao uso e ocupação do solo constam na Constituição Federal de 1988, que estabelece ser de competência dos Municípios a organização e prestação “diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, dos serviços públicos de interesse local [...]” (BRASIL, 1988, Artigo 30, Inciso V), entre os quais são incluídos os cemitérios públicos. A Carta Magna ainda esclarece ser de competência municipal “promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo” (BRASIL, 1988, Artigo 30, Inciso VIII).

De modo similar, o Estatuto da Cidade (Lei Federal N° 10.257/2001 – BRASIL, 2001) institui instrumentos para aplicação de políticas urbanas. Dentre estes, ressalta-se o plano diretor, por meio do qual o planejamento municipal tem a incumbência de disciplinar o parcelamento e uso do solo, inclusive abrangendo o zoneamento ambiental.

Fundamentando a Nova Agenda Urbana para a Conferência Habitat III, a Unidade de Política I, que trata dos direitos à cidade para todos, recomenda que as urbes estejam livres de discriminação, com inclusão cidadã e participação política. Além de cumprirem sua função social, devem oferecer espaços públicos e economia inclusiva, respeitando o meio ambiente, a igualdade de gênero e a diversidade cultural (UN, 2015a).

Nesse mesmo sentido, o Estatuto da Cidade destaca o direito a cidades sustentáveis como aquele que promove garantias “à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 2001, Artigo 2º, Inciso I). Também reforça a ideia de planos diretores como instrumentos de efetivação de direitos – políticos, sociais, culturais, econômicos e civis, o que contempla o *jus sepulchri* – à totalidade dos habitantes das áreas urbanizadas.

Recentemente, os ODS (UN, 2015b) indicam as necessidades de tomada de providências técnicas, angariação de fundos e envolvimento de entidades, com coordenação de atividades. Com a meta central de melhorar os índices de desenvolvimento humano, apesar de não serem específicos para problemas referentes aos cemitérios públicos, também não os excluem.

Dentre as prioridades apontadas pelos ODS, destacam-se a de criar “cidades e comunidades sustentáveis” e a de alcançar “paz, justiça e instituições eficazes” (UN, 2015b), vislumbrando-se a importância da cooperação técnica e de apoio institucional entre governos, o que se entende que deva incluir assuntos relativos aos sepultamentos em cemitérios. No entanto há que se refletir sobre meios disponíveis no Brasil para combater a problemas globais, onde há enfrentamento diário de adversidades locais e a realidade é pautada na falta de vagas e na prevalência de precariedades de gestão e infraestrutura nas necrópoles (NECKEL et al., 2017).

Ainda são preocupantes algumas dificuldades do país relacionadas ao descarte de corpos e aos riscos ambientais provenientes da existência de contaminantes do solo e água, bem como da insuficiência de mecanismos de controle. Mesmo ressalvando o fato de que resultados do cemitério nem sempre são negativos e podem até ser benéficos, Pires (2009) evidencia que o sistema convencional na destinação dos cadáveres humanos confronta o direito dos mortos à cidade com interferências químicas, físicas e biológicas causadas por efeitos adversos da matéria em decomposição.

Há de se pensar no enfrentamento dos mais diversos impactos que estes empreendimentos, espaços públicos, (...ou privados?) nos causam. Principais para uns e não para outros, seriam os impactos ambientais, podendo ser camuflados diante de tantos outros causados, como por exemplo os impactos legais, sociais (carentes e indigentes), físicos (falta de espaço), imobiliário (especulação, desvalorização); impactos de vizinhança (implantação); comercial (concorrência entre as funerárias); violência (espaço de crimes e roubos), saúde pública (disseminação de doenças) (PIRES; GARCIAS, 2008, p.1).

Essa é uma faceta do tema que é explorada continuamente no meio científico, avaliando a contaminação principalmente de solo e águas subterrâneas em cemitérios convencionais brasileiros. Mas os problemas persistem, sem perspectivas de significativas melhorias em curto prazo.

Apesar de todo o avanço e alterações ocorridas na história cemiterial, devido à forma com que foram estabelecidos até o final do século XX, a maioria dos cemitérios existentes no Brasil encontra-se na condição de fonte poluidora, causando danos ao meio ambiente e possivelmente à saúde humana (BAUM; BECEGATO, 2018, p.162).

Em avaliação de aspectos construtivos e de vulnerabilidade das águas subterrâneas nesses espaços em Curitiba, Paraná, Born, Oliveira e Cubas (2014) identificam suscetibilidade do aquífero em quatro deles, inclusive com danos nas estruturas dos jazigos. Em estudos de patogenias derivadas do descontrole de vetores, como mosquitos em recipientes de cemitérios, González et al. (2019) dão mostras da variedade do que pode ser discutido em termos ambientais.

Em resposta às repetidas constatações de contaminação provenientes da atividade, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) editou, no início dos anos 2000, a Resolução Nº 335, de 03 de abril de 2003, que dispõe sobre o licenciamento ambiental desses espaços e aborda questões envolvendo tanto aspectos construtivos quanto regulamentação cemiterial (CONAMA, 2003). Dentre suas alterações pelas resoluções Nºs 368, de 28 de março de 2006, e 402, de 17 de novembro de 2008, cabe destaque à atual competência dos órgãos estaduais e municipais relativa à adequação dos mesmos (CONAMA, 2006; 2008).

Também previsto no Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), o estudo de impacto de vizinhança deve avaliar conjuntamente interferências ambientais e sociais. Este instrumento é, portanto, fundamental para a instalação de determinados empreendimentos, o que se aplica aos cemitérios devido aos seus elevados potenciais impactantes, podendo alterar significativamente o ambiente.

Alinhada à angústia de Foucault (1997[1976]) pelo “lugar nenhum”, Freire (2005) trata das emoções e sociabilidades que encobrem o luto, observadas no cemitério Morada da Paz, no Rio Grande do Norte, o que, de certo modo, encaixa-se nos princípios de Lefèbvre (2009[1968]) ao tentar dar voz àqueles que passam por mudanças significativas de vida. Independente de qual seja a fonte da ruptura de laços sociais, com perda tanto do vínculo físico pela finitude da vida quanto de atividade laboral, aquilo que fragiliza a noção de sujeito *versus* sociedade conecta esses entendimentos.

Porém, além desse contexto ambiental e sanitário, debates sobre o direito dos mortos à cidade evidenciam que o cemitério, que até o século XIX era tratado pela sociedade como uma questão de fé e prestígio, na contemporaneidade tem sido entendido sob variadas óticas, como: elemento histórico, a ser valorizado em termos patrimoniais (CYMBALISTA, 2002); objeto de diretrizes do planejamento urbano, que requer soluções viáveis à população para otimização do espaço e compatibilização com os demais usos do território (KLAUFUS, 2016; MARR, 2019); temática de viés político-social, pelas suas manifestações e implicações com a sociedade (MOTTA, 2009); e item com potencial econômico, traduzido em gastos quando público e em lucro quando privado (GURGEL, 2008).

Em âmbito geral no Brasil, predomina a visão patrimonial sobre cemitérios, com variações entre interesses, ora na preservação de monumentos, como fonte histórica ou como mecanismo de manutenção de memórias sociais relacionadas à religiosidade, gênero ou raça, por exemplo, ora no uso da terra em suas várias vertentes, como no caso da exploração do potencial geoturístico das necrópoles (KUZMICKAS; DEL LAMA, 2015). Por outro lado, diante da pandemia da *coronavirus disease 2019* (COVID-19) e das suas relações com espaços cemiteriais, as atenções científicas têm sido ainda mais voltadas às áreas de medicina e saúde, reforçando as perspectivas de ampliação da ótica interdisciplinar do tema em tempos pósteros.

2.2.4.3 Mortos: as incertezas de direitos nas cidades do futuro

De modo geral, a ciência trata do cemitério em questões locais específicas, mas também tem incluído nas pautas contemporâneas de discussão, em paralelo ao sepultamento de refugiados e de imigrantes oriundos de

deslocamentos forçados, milhões de vítimas da COVID-19. A leitura crítica da recente produção científica revela informações comparativas de realidades semelhantes à brasileira, como a de países sulamericanos, por exemplo, e diferenciadas, como a de nações mais desenvolvidas em termos tecnológicos, resultantes de fatores sociais, culturais, religiosos, econômicos, administrativos, políticos e jurídicos, dentre outros.

Vale comentar que, diante da atual pandemia, os cemitérios adquiriram forte protagonismo, além do interesse que despertavam outrora. Uma rápida pesquisa na base Web of Science no dia 17 de setembro de 2020 comprova que a busca pela palavra “*cemetery*” resulta em 6.731 artigos publicados no ano, com aumento de mais de 4% em relação a 2019, havendo, inclusive, textos relacionando diretamente necrópole e COVID-19, o que, obviamente, era inexistente como temática no período anterior.

A análise comparada entre pesquisas nacionais e internacionais permite a aferição de que os modelos de apropriação dos espaços e de adoção de tecnologias refletem diferenças a serem superadas entre o Brasil e diversos outros países em termos de instalação da infraestrutura, de parâmetros urbanísticos e de serviços e investimentos públicos, dentre variados aspectos. Na China, por exemplo, as autoridades têm dedicado esforços para que a população aceite mudanças, superando o conceito de enterramento tradicional, uma vez que este país enfrenta problemas de falta de áreas devido ao rápido adensamento de cidades como Pequim e Xangai. Enterros no mar e aplicativos digitais para envio de velas e flores para crematórios virtuais são algumas dessas tentativas; porém, Wu (2015, p.244) explica ser ainda “muito difícil para um chinês comum saber que não será enterrado na terra”.

Embora cemitérios étnicos e religiosos sejam comuns no Canadá e algumas religiões possam impor limitações quanto às práticas, como povos indígenas e crentes ortodoxos, a insuficiência de espaço disponível para uso em sepulturas também estimula a propensão para cremação. Também há tendência crescente para cuidados ambientais, afetando, por exemplo, a tinta utilizada em caixões, a redução dos custos de gás para a cremação e a substituição do formaldeído no processo de embalsamamento, devido à sua longevidade e interferência na zona freática e nos solos cemiteriais (WAUGH, 2017).

Ainda a título de exemplificação, a Índia hinduísta tem na cremação um recurso eficiente, mas, em âmbito geral, este país ainda enfrenta problemas de saúde pública (SHOWKAT, 2016). Para a atividade crematória, devem ser consideradas práticas de monitoramento para controle da poluição do ar, como do grau de enegrecimento da fumaça emitida e da amostragem contínua de gases e vapores, à semelhança ao que preconiza o CONAMA em sua Resolução N° 316/2002 (CONAMA, 2002), que estabelece procedimentos e critérios para o funcionamento de sistemas de tratamento térmico de resíduos, em alinhamento com órgãos estaduais e municipais.

Os Estados Unidos e o Reino Unido, por sua vez, desenvolvem a ideia de “cemitérios naturais”, ditos “ecológicos”. No primeiro caso, Washington é o primeiro estado americano a legalizar o denominado “*natural organic reduction*” (NOR – redução orgânica natural), ou “*natural cycles*” (ciclos naturais), sinônimos de compostagem humana (THE GUARDIAN, 2019).

Hariyono (2015), porém, propõe repensar a terra como local de sepultamento. Todavia é preciso cautela, uma vez que esta proposta é anterior às atuais adversidades impostas à destinação dos mortos pela COVID-19 e com os temores pela proliferação do vírus. No entanto, além desta ideia, o autor também defende que, perante a sustentabilidade no manejo do solo, a verticalidade seja provavelmente a primeira opção a ser adotada, apresentando-a como prática adequada à modernidade pela ocupação reduzida de espaço e, portanto, com custos mais baixos de implantação.

Nesse cenário tendencial, do qual a morte faz parte, o medo de “habitar lugar nenhum” (CRESTANI; ULTRAMARI; OLIVEIRA, 2017, p.71) se manifesta na busca pela continuidade da existência, traduzindo novas matizes às relações com os temores urbanos citados por Foucault (1997[1976]). Na intenção de marcar trajetórias, Oliveira e Junqueira (2016) citam representações sociais de imigrantes sírio-libaneses expressas em cemitérios de Corumbá, Mato Grosso do Sul, cujos vestígios de permanências demonstram a pluralidade e a complexidade do destino final do ser humano no âmbito da continuidade de direitos pós-morte associada às dinâmicas urbanísticas.

Mesmo que as condições do momento presente sejam muito diferentes daquelas de sociedades anteriores e provavelmente também diversas das futuras, pesquisas sobre condições de mortos urbanos têm tendencialmente lembrado

conceitos de “biopolítica”, apresentada na década de 1970 por Foucault (1997[1976]; 2004[1979]). Seus princípios teóricos encerram a problematização das relações entre cemitério e cidade como parte do reconhecimento da existência de mecanismos de controle sobre os corpos, atentando para direitos dos cidadãos, que podem, no caso brasileiro, ser relacionados à prevenção da contaminação de ambientes, à recuperação de áreas degradadas e ao planejamento dos espaços destinados ao sistema de sepultamentos.

Como forma de estruturação de novas pesquisas sobre as condições dos cemitérios, a visão da biopolítica tem nos estudos de Klaufus (2016) e de Marr (2019) representantes que analisam usos territoriais. Para o primeiro autor, os efeitos da administração pública e privada sobre os usuários da “paisagem da morte” revelam que o fator “tempo” distingue mortos ilustres dos demais. Aqueles são os que não podem ser relocados, geralmente conservados nos túmulos monumentais localizados em áreas centrais das cidades, de modo diferente dos segundos, que podem ser removidos e são participantes da reciclagem de sepulcros, alocados em regiões suburbanas.

Por outro lado, a colaboração de Marr (2019) é estruturada na “biopolítica neoliberal” de gestão da pobreza urbana, conectando a constituição de um corpo social à modernidade, em processos de poder que atuam sobre a comunidade. Enquanto este autor analisa a quebra ou continuidade de vínculos patriarcais e religiosos na distribuição espacial dos mortos, a gestão biopolítica de encaminhamento do corpo contaminado com o vírus da COVID-19 pressupõe a necessidade de estratégias imunológicas, também de proteção comunitária, porém não fundamentada em questões identitárias. Esses são direitos complementares a serem reforçados nas cidades.

Por mais que Klaufus (2016), em um contexto latino-americano, conduza seus estudos em Bogotá e Medellín, Colômbia, e Marr (2019) realize os seus no cerne do Programa de Estudos Asiáticos da Universidade da Flórida, Estados Unidos, e mesmo que ambos se concentrem em hipóteses locais, suas visões representam tendências inovativas que merecem reflexões conjuntas.

Mais recentemente, Mbembe (2016) expandiu os conceitos foucaultianos para a chamada “necropolítica”, com base na análise de necessidades de destinação dos mortos, tanto em termos sociais e morais, quanto sob óticas econômicas e legais, incluindo bases jurídicas. A partir de vivências

contemporâneas da sociedade heterogênea, na qual aspectos da vida humana são regulamentados pelos agentes governamentais, os corpos inanimados constituem questões sociopolíticas, especialmente quando consideradas as falhas na constituição de diretrizes públicas do planejamento urbano e da gestão territorial, o que requer perspectivas de resolução.

Vários anos antes, Maricato (1985) não faz referência direta aos cemitérios ou à condição dos mortos urbanos, nem ao “direito à cidade”, mas lembra que os habitantes das urbes não querem apenas terra, mas também a afirmação da sua cidadania. Sua leitura pode ser vinculada ao conceito de necrocidadania articulado por Symanski (2016), ao tratar da política racial nos contextos da escravidão africana no Brasil, por meio de pesquisa arqueológica em cemitérios brasileiros, entrando, assim, na seara da necropolítica de Mbembe (2016). Nos casos citados, o cidadão é protagonista da história construída nos centros urbanizados contemporâneos e a conexão dessas ideias formam um todo plausível para discussões futuras em torno da coletividade e da urbanidade inclusiva para o falecido.

Os resultados da discussão do “direito dos mortos à cidade” também apontam diversos paradigmas da necropolítica em suas vertentes inerentes às necessidades sociais e morais que recaem sobre o sistema de sepultamento brasileiro, revelando questões raciais, como a segregação em diferentes momentos. Nessa conjuntura, far-se-á imprescindível o diálogo interdisciplinar, reunindo preocupações que, mesmo de épocas e modos diferentes, representam políticas do corpo e da cidade. Vale destacar, ainda, a existência de variadas discussões sobre sistemas diferenciados no Brasil, que, como comentado, são quase que restritos aos cemitérios horizontais, tanto com enterramento quanto com sepultamento em lápides e gavetas mortuárias.

Da visualização de relações ambientais nocivas das necrópoles horizontalizadas tradicionais, que passam por problemas primários, há alternativas recomendáveis, como, por exemplo, as sugeridas por Silva (2008), referente ao método de eletrorresistividade no mapeamento da contaminação em Piracicaba, São Paulo; por Xavier et al. (2015), pertinente à avaliação da situação ambiental em Cuiabá, Mato Grosso; por Gomes et al. (2016), relativa à medição do potencial toxicológico de metais presentes em solos de Santa Maria, Rio Grande do Sul; e por Xavier et al. (2018), relacionada ao emprego da sondagem elétrica vertical em

análises químicas e biológicas no entendimento da poluição edáfica e de águas subterrâneas em Rio Claro, São Paulo.

De qualquer modo, é inquestionável a necessidade de adoção de sistemas inteligentes de gestão cemiterial. Uma das alternativas consiste na verticalização, defendida, a partir de estudo de caso sobre contaminação físico-química em Marau, Rio Grande do Sul, por Neckel et al. (2017). Esses autores propõem a necrópole vertical como a proposta ideal para a futuridade diante da constante expansão urbana. Essa ideia é compartilhada por Hariyono (2015), que argumenta que o aumento populacional eleva consideravelmente as demandas por espaço nas cidades, provocando a justaposição de zonas residenciais e cemiteriais, tornando a verticalidade uma solução alternativa para atendimento às necessidades espaciais.

Outra opção consiste na exploração do potencial da cremação, pela redução da área necessária para alocação dos mortos em urnas funerárias. Um dos pontos favoráveis deste modelo é a facilidade organizacional, embora ainda haja muito a ser discutido, como os impactos ambientais e o fato de, no território brasileiro, a maioria dos poucos crematórios existentes ser particular. Adicionalmente, há o fato de que “a concessão ao setor privado, por meio de permissão pública, não é regra no Brasil” (NEVES; DAMO, 2016, p.8).

Entretanto investigações apontam progressiva, porém tardia, adesão à cremação no país, em que pese a sua ampla adoção em outras nações. Note-se que a procura por esses serviços tem aumentado no país. Segundo reportagem da Carta Capital (2018), havia em março de 2018 na capital de São Paulo, 22 cemitérios municipais e apenas um crematório; contudo a proporção anual era de 45,7 mil sepultamentos e 10 mil cremações. Por decorrência, essa parece, a princípio, uma tendência inexorável.

Outros estudos sobre usos inteligentes da terra apontam, no caso dos crematórios, facilidades que caminham par e passo com a identidade das cidades contemporâneas, em vista de ocuparem fatias menores do espaço territorial, representando custos menores, além de sua popularidade por enterros “informais” em locais diferentes dos cemitérios tradicionais e geração de impactos ambientais facilmente passíveis de controle (BENNETT; DAVIES, 2015). Maricato (2011), em outro contexto, ressalta o fato de que parcelas populacionais não são mais absorvidas pelas áreas urbanizadas, propondo arenas de debate e mobilização da

sociedade civil relacionadas com a agenda nacional. Assim, é possível traçar um paralelo com a questão vivenciada nos cemitérios, quando a população também não cabe mais na cidade dos mortos, o que antecipa a visão de sérios problemas em breve.

Por outro lado, para Faye e Channac (2016), as áreas destinadas ao sepultamento são analisadas por sua possibilidade de abrigarem florestas, como oportunidade para promover infraestrutura verde, por exemplo. Ao considerarem a biodiversidade, conservação e diversidades funcionais, incorporam o cemitério como parte de um ecossistema urbano.

Contrastes de padrões socioeconômicos, desigualdades de oportunidades e concentrações polarizadas de esforços e investimentos públicos fazem da necrópole um reflexo da própria urbe. Nos projetos das cidades brasileiras, é evidente a similaridade entre ambas, como na descrição de Motta (2009, p.77), que observa que “visto no conjunto, o esquema predominante é o do traçado dividido em quadras regulares, entrecortadas por grandes alamedas e pequenas ruas [...]”, embora as semelhanças ultrapassem as linhas da malha urbanizada.

Como na cidade dos vivos, a desigualdade tornara-se ainda mais flagrante no espaço póstumo. Havia os bons e os maus lugares. Os mais caros e cobiçados, situados nas grandes alamedas ou avenidas centrais, cuja presença era notada e admirada por todos os que chegavam ao local, eram destinados àqueles que podiam pagar mais para ter o privilégio de um lugar especial e também de uma concessão perpétua, isto é, um patrimônio material transmissível como qualquer um outro: uma casa, um terreno, ou outros bens imóveis. Já os lugares mais recônditos, situados nas extremidades ou quadras laterais desses cemitérios, destinavam-se aos que tinham um poder aquisitivo menor, muitas vezes sem a concessão de transmissão (MOTTA, 2009, p.77).

Esta citação conduz à reflexão sobre o sistema cultural que respalda decisões na distribuição dos espaços na cidade, o que, de certa maneira, legitima desigualdades de direitos sociais, reiterando mecanismos de manutenção na necropolítica, baseada em princípios biopolíticos. A primeira é analisada por Mbembe (2016) no contexto dos negros em nível mundial, significando o poder de diferenciar quais indivíduos podem viver ou morrer, enquanto a segunda tem feição eurocêntrica, com Foucault (2004[1979]) a definindo como uma força regulatória de populações e conjuntos de pessoas.

Futuramente, a problemática das necropolíticas deverá, como colocam Vázquez, Toneli e Oliveira (2019), compreender diretrizes públicas e interseccionalidade como modo de discussão da transcidadania em contradição à transfobia, o que representa a alimentação de preconceitos em sistemas excludentes. Enquanto para Mbembe (2016) o foco está na questão racial, para os autores, o gênero representa a centralidade. Em ambos os casos, da união da coletividade e conflitos, a democracia deve constituir o âmago das questões, na busca por agendas governamentais inclusivas, cujas iniciativas garantam legitimidade aos direitos minoritários como uma abordagem do “direito à cidade”.

Outro fato que merece reflexões é a falta de vagas em espaços públicos, que progressivamente tornará mais necessária a contratação de serviços particulares, o que, por um lado, ajudará a desafogar o sistema cemiterial. Por outro, no entanto, significará custos para os enlutados, aumentando sua angústia e sofrimento para além da dimensão afetiva. Representando os direitos dos vivos diante da exploração do capital, Neves e Damo (2016) observam influências de dinâmicas e consumos sobre decisões. Do ponto de vista legal, a ordem jurídica para a precificação tem origem nos Municípios, que estabelecem diretrizes para operação.

Em meio à pandemia da COVID-19, a problematização dos direitos sociais sob o ponto de vista da situação dos cemitérios brasileiros direciona a adaptação da gestão governamental ao desenvolvimento orientado para estratégias de melhorias dos serviços públicos, em ações futuras de planejamento urbano e de administração cemiterial. Com a passagem do tempo, sociedades e discursos são reformulados, mas remanescem problemas universais a serem resolvidos.

Porém os milhões de óbitos decorrentes – e ainda previsíveis – da *severe acute respiratory syndrome coronavirus 2* (SARS-CoV-2 – síndrome respiratória aguda grave do coronavírus 2) têm alavancado debates há muito tempo necessários à gestão de cemitérios. Nesse momento, as questões religiosas e preferências político-ideológicas que limitavam a adoção de práticas alternativas, como as cremações, estão sendo suplantadas pela preocupação com contaminação do ar, da água e do solo por esses corpos, bem como pela falta de espaço para a sua destinação.

Ainda cabe destaque ao prognóstico do aumento significativo de esforços coletivos organizados, funcionando não como sistemas autorreguláveis, mas visando à melhoria das condições das necrópoles e afins. Além das variadas fontes de informações e das inúmeras oportunidades de investigação, há apoio, inclusive, em redes sociais.

Nesse cenário, há grupos nacionais e internacionais criados para problematizar, discutir e compartilhar interesses em dados e imagens tendo a morte como assunto comum, como aqueles voltados, por exemplo, à Arqueologia e à Historiografia em cemitérios históricos e patrimoniais, e a estudos cemiteriais propriamente ditos, inclusive como lugares invisíveis no urbano, muitos deles criados antes da pandemia. O acesso a essas congregações é tanto restrito, do qual fazem parte pesquisadores, quanto aberto, formado por leigos e estudiosos, dentre outros interessados.

Nessa conjuntura, cabe destaque àquelas que não visam lucro financeiro, como a Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC), a Association of Significant Cemeteries in Europe (ASCE) e a Red Iberoamericana de Cementerios Patrimoniales (RICP), dentre outras, além de instituições comerciais, com ou sem fins lucrativos, e de organizações governamentais, como a Occupational Safety and Health Administration (OSHA). Invariavelmente, seus trabalhos permanecerão suscitando reflexões sobre a problemática das relações da necrópole com o direito à cidade.

2.2.5 Considerações finais

Permitindo o alcance do objetivo de identificar as abordagens predominantes nas discussões sobre o assunto em escala nacional, os resultados encontrados demonstram que, além de sua longevidade, o tema das necrópoles tem relevância crescente, com forte propensão a se manter como uma das prioridades na pauta dos direitos à cidade. Desde tempos pretéritos, suas relações intrínsecas têm encontrado mais afastamentos que convergências, especialmente diante dos desafios enfrentados pelo caso brasileiro. Todavia o desenvolvimento técnico como estratégia necropolítica se torna fundamental para a produção de soluções e para a tomada de decisões governamentais, tanto em nível local quanto nas escalas urbana e regional.

Também deve ser destacada a importância atribuída aos cemitérios como reforço histórico e antropológico das sociedades, visto que, em diversos continentes, há organizações dedicadas ao assunto. Suas ações, aliadas à produção técnico-científica mundial, evidenciam disparidades sociais e organizacionais que afetam o acesso aos sepultamentos em cemitérios públicos, com direitos violados não exclusivamente no Brasil.

Contudo a diversidade de discussões, associada ao gerenciamento pelas autoridades públicas e ao envolvimento da sociedade civil, caminha para melhorias de políticas coletivas. A especificidade cemiterial em meio a esse conjunto variado de debates sobre o “direito à cidade” revela que o planejamento urbano deve ser acompanhando de mudanças significativas, considerando a sucessão de problemas para a busca de urbes técnica, social e juridicamente eficientes.

As respostas antes apontadas para a questão investigativa sobre quais são as tônicas dos debates sobre direitos dos mortos à cidade no país, em pertinentes aspectos da realidade apresentada pela gestão municipal, possivelmente ganharam impulsos nos questionamentos promovidos pela pandemia da COVID-19. Esta doença representa, em parte, um novo ciclo na história das necrópoles, na mesma – ou em maior proporção – dos anos que a antecederam e resultaram na secularização dos cemitérios, na proibição dos enterros caseiros e na legalização dos serviços.

Momentos de crise oferecem oportunidades de medição da eficácia dos serviços públicos e de avaliação dos fatores de comprometimento das funções cemiteriais, que, no caso do setor público brasileiro, correspondem a falhas no gerenciamento de fluxos, à insuficiência de esclarecimentos à sociedade, a lapsos na fiscalização das condições de sepultamento, à obsolescência de técnicas de destinação de corpos e à migração forçada da população para túmulos particulares, dentre várias outras questões relevantes que permeiam a contemporaneidade e cuja continuidade é prognosticada para o futuro, como a falta de entendimento dos cidadãos sobre seus direitos.

Por sua vez, o esforço científico observado nos resultados da revisão sistemática de literatura, apoiada por dados bibliométricos, carece de contrapartida prática para que as soluções construtivas aconteçam na mesma proporcionalidade dos argumentos teóricos sobre os paradigmas diagnosticados. Os contrastes organizacionais e tecnológicos entre as opções atualmente disponíveis para

destinação do corpo inanimado marcam disparidades, que demandam investimentos diversos, por meio de medidas respaldadas pelo conhecimento técnico-científico e por planos de ações intersetoriais para adequação dos locais de sepultamento.

Se o discurso de autoridades e cientistas do momento é sobreviver ao “apocalipse” iminente, a principal meta futura consiste na superação da crise provocada pela COVID-19, que inclui a dificuldade da destinação dos seres inanimados dela resultantes. Conclui-se, portanto, que, em uma relação recíproca, tanto há submissão do corpo sem vida às políticas da cidade quanto o primeiro submete a segunda a novos paradigmas, estando, em ambos os casos, a urbe e o morto imbricados em direitos.

REFERÊNCIAS ESPECÍFICAS

- AQUINO, José Rembrant Fontes de; CRUZ, Manoel Jeronimo Moreira. Os riscos ambientais do cemitério do Campo Santo, Salvador, Bahia, Brasil. **Cadernos de Geociências** [online], Salvador, BA, BR: Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia – UFBA, v.7, n.1, p.19-30, 2010. <https://cienciasmedicasbiologicas.ufba.br/index.php/cadgeoc/article/view/4094/2998>
- BARROS, Marcos Antonio Loschiavo de; PINHEIRO, Gabriel Calil. A proteção ampliada dos direitos fundamentais no judiciário: um estudo de caso do reconhecimento pelo Tribunal de Justiça de São Paulo acerca do direito fundamental funerário. **Espaço Jurídico Journal of Law**, Joaçaba, SC, BR: Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, v.9, n.1, p.181-200, 2018. <http://dx.doi.org/10.18593/ejll.v19i1.11040>
- BAUM, Camila; BECEGATO, Valter Antônio. A atividade cemiterial nos municípios brasileiros: impactos ambientais, ordenamento jurídico e perspectivas futuras. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, DF, BR: Universidade de Brasília – UnB, v.9, n.3, p.160-170, 2008. <https://doi.org/10.18472/SustDeb.v9n3.2018.18185>
- BENEVOLO, Leonardo. **Storia della città**. 6.ed. Bari, IT: Laterza, 2006[1975]. (v.1-4) ISBN 978-8842008880
- BENNETT, Gemma; DAVIES, Peter J. *Urban cemetery planning and the conflict role of local and regional interests*. **Land Use Policy**, London, UK: Elsevier, v.42, p.450-459, Jan. 2015. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2014.08.011>
- BORN, Cristiane Maria; OLIVEIRA, Cintia Mara Ribas de; CUBAS, Selma Aparecida. Avaliação dos aspectos construtivos e vulnerabilidade das águas subterrâneas em áreas de cemitérios municipais de Curitiba (Paraná). **Revista Brasileira de Ciências Ambientais** [online], Rio de Janeiro, RJ, BR: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES, n.32, p.88-105, 2014. http://www.rbciamb.com.br/index.php/Publicacoes_RBCIAMB/article/view/251

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, BR, 05 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. Lei Federal Nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os Artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Estatuto da Cidade. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, BR, 10 jul. 2001. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm

CARTA CAPITAL. **Quais são e onde estão os cemitérios públicos em São Paulo?** 2018. (29 mar.: s.a.). Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/32xsp/quais-sao-e-onde-estao-os-cemiterios-publicos-em-sp/>. Acesso em: 20 ago. 2019.

CASTELLS, Manuel. **La cuestión urbana**. 5.ed. Tres Cantos, ES: Siglo XXI, 2004[1972]. ISBN 978-9682321733

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; LOBO, Lilia Ferreira; NASCIMENTO, Maria Lívia do. Por uma invenção ética para os Direitos Humanos. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, RJ, BR: Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, v.20, n.2, p.89-102, 2008. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652008000200007>

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente. Resolução Nº 316, de 29 de outubro de 2002. Dispõe sobre procedimentos e critérios para o funcionamento de sistemas de tratamento térmico de resíduos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Ministério do Meio Ambiente, Brasília, DF, BR, 20 nov. 2002. https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-316-2002_97677.html

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente. Resolução Nº 335, de 03 de abril de 2003. Dispõe sobre o licenciamento ambiental de cemitérios. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Ministério do Meio Ambiente, Brasília, DF, BR, 28 maio 2003. https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-335-2003_98855.html

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente. Resolução Nº 368, de 28 de março de 2006. Altera dispositivos da Resolução Nº 335, de 03 de abril de 2003, que dispõe sobre o licenciamento ambiental de cemitérios. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Ministério do Meio Ambiente, Brasília, DF, BR, 29 mar. 2006. https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-368-2006_103471.html

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente. Resolução Nº 402, de 17 de novembro de 2008. Altera os artigos 11 e 12 da Resolução Nº 335, de 03 de abril de 2003. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Ministério do Meio Ambiente, Brasília, DF, BR, 18 nov. https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-402-2008_107234.html

CRESTANI, Andrei; ULTRAMARI, Clovis; OLIVEIRA, Jelson. **Que cidades restam em nós?** Diálogo sobre a cidade: entre filosofia, arquitetura e urbanismo. Curitiba, PR, BR: PUCPRes; Champagnat, 2017. ISBN 978-8554945008

CYMBALISTA, Renato. **Cidades dos vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do estado de São Paulo.** São Paulo, SP, BR: Annablume; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, 2002. ISBN 978-8574193137

ERASMO, Mario. **Death: Antiquity and its legacy.** London, UK: I.B. Tauris, 2012. ISBN 978-0195380972

FAYE, Benoit; CHANNAC, Frederique. *A hedonik approach to burial plot value in French cemeteries.* **Urban Studies**, London, UK: Sage, v.54, n.12, p.2835-2855, 2016. <https://doi.org/10.1177/0042098016655036>

FOUCAULT, Michel. **Il faut défendre la société: Cours au Collège de France 1975-1976.** (rev.ed.). Paris, FR: Gallimard; Seuil, 1997[1976]. ISBN 978-2020231695

FOUCAULT, Michel. **La naissance de la biopolitique: Cours au Collège de France 1978-1979.** (rev.ed.). Paris, FR: Gallimard; Seuil, 2004[1979]. ISBN 978-2020324014

FREIRE, Milena Carvalho Bezzerra. **O som do silêncio: a angústia social que encobre o luto: um estudo sobre isolamento e sociabilidade entre enlutados do cemitério Morada da Paz (Natal/RN).** 2005. 144f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional, Cultura e Representações) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal, RN, BR, 2005. https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/13762/1/SomSil%C3%A0AancioAng%C3%B0Astia_Freire_2005.pdf

GOMES, Bruno Casanova Vilaverde, KUMMER, Gislaine; PEREIRA, Márcia Maria da Silva Monteiro; IZÁRIO FILHO, Hécio José; SALAZAR, Rodrigo Fernando dos Santos; VASCONCELLOS, Noeli Júlia Schüssler de. Potencial toxicológico de metais presentes em solos de cemitérios de Santa Maria – RS. **Revista Ambiente & Água**, Taubaté, SP, BR: Instituto de Pesquisas Ambientais em Bacias Hidrográficas – IPABH, v.11, n.1, p.145-155, 2016. <http://dx.doi.org/10.4136/ambi-agua.1723>

GONZÁLEZ, Mikel A.; RODRÍGUEZ SOSA, María Altagracia; VÁSQUEZ BAUTISTA, Yohan Enmanuel, DIÉGUEZ FERNÁNDEZ, Lorenzo; PRADA, Miguel Borge de; GUERRERO, Kelvin A.; ALARCÓN-ELBAL, Pedro María. *Micro-environmental features associated to container-dwelling mosquitoes (Diptera: Culicidae) in an urban cemetery of the Dominican Republic.* **Revista de Biología Tropical**, San José, CR: Universidad de Costa Rica – UCR, v.67, n.1, p.132-145, 2019. <http://dx.doi.org/10.15517/rbt.v67i1.33158>

GURGEL, Wildoberto Batista. **Direitos sociais dos moribundos: controle social e expropriação da morte nas sociedades capitalistas.** 2008. 312f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão –UFMA, São Luís, MA, 2008. <http://tede.bc.ufma.br:8080/jspui/handle/tede/1526>

HARIYONO, Wahyu P. *Vertical cemetery.* **Procedia Engineering**, Amsterdam, NL: Elsevier BV, n.118, p.201-214, 2015. <https://doi.org/10.1016/j.proeng.2015.08.419>

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo, SP, BR: Loyola, 2004. (Título original: *The new imperialism.* Oxford, UK: Oxford University Press, 2003). ISBN 978-8515029716

JOHNSON, Peter. *The modern cemetery: A design for life.* **Social & Cultural Geography**, Abingdon, UK: Routledge, v.9, n.7, p.777-790, 2008. <https://doi.org/10.1080/14649360802383154>

JORGE, Karina Camarheiro. **Urbanismo no Brasil Império: a saúde pública na cidade de São Paulo no século XIX (hospitais, lazaretos e cemitérios)**. 2006. 224f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas, Campinas, SP, BR, 2006.

http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_arquivos/7/TDE-2007-03-14T105857Z-1284/Publico/Karina%20Jorge.pdf

KLAUFUS, Chistien. *The dead are killing the living: Spatial justice, funerary services, and cemetery land use in urban Colombia*. **Habitat International**, London, UK: Elsevier, n.54-1, p.74-79, 2016. <https://doi.org/10.1016/j.habitatint.2015.11.032>

KUZMICKAS, Luciane; DEL LAMA, Eliane Aparecida. Roteiro geoturístico pelo Cemitério da Consolação, São Paulo. **Geociências [online]**, Rio Claro, SP, BR: Universidade Estadual Paulista – UNESP, v.34, n.1, p.41-54, 2015. <http://www.ppegeo.igc.usp.br/index.php/GEOSP/article/view/8489>

LEFÈBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 5.ed. São Paulo, SP, BR: Centauro, 2009. (Título original: *Le droit à la ville*. Paris, FR: Anthropos, 1968). ISBN 978-8588208971

MACHADO, Silvestre Sales. Análise ambiental dos cemitérios: um desafio atual para a administração pública. **Revista de Ciências Humanas [online]**, Florianópolis, SC, BR: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina – EdUFSC, v.6, n.1, jan./jun. 2006. <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/3577>

MARICATO, Erminia. Direito à terra ou direito à cidade? **Vozes – Revista de Cultura [online]**, Petrópolis, RJ, BR: Vozes, v.79, n.6, p.405-411, 1985. <https://erminiamaricato.files.wordpress.com/2016/12/vozes.pdf>.

MARICATO, Erminia. Nossas cidades estão ficando inviáveis. **Desafios do Desenvolvimento [online]**, Brasília, DF, BR: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, v.8, n.66, s.p., 2011. https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2508%3Acatid%3D28&Itemid=23

MARR, Matthew D. *The Ohaka (Grave) Project: Post-secular social service delivery and resistant necropolitics in San'ya, Tokyo*. **Ethnography**, London, UK: Sage, 46613811984539, 2019. <https://doi.org/10.1177/1466138119845393>

MBEMBE, Achille. **Politiques de l'inimitié**. Paris, FR: La Decouverte, 2016. ISBN 9782707188182

MOTTA, Antônio. Formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, SP, BR: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, v.24, n.71, p.73-93, out. 2009. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092009000300006>

NECKEL, Alcindo; COSTA, Carlos; MARIO, Débora Nunes; SABADIN, Clarice Elvira Saggin; BODAH, Eliane Thaines. Dano ambiental e ameaça à saúde pública por cemitérios: uma proposta de cemitério ideal diante da crescente expansão urbana. **Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, PR, BR: Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PPGTU-PUCPR, v.9, n.2, p.216-230, maio/ago. 2017. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.009.002.ao05>

NEVES, Marcos Freire de Andrade; DAMO, Arlei Sander. Dinheiro, emoção e agência: uma etnografia no mercado funerário de Porto Alegre. **Mana: Estudos de Antropologia Social**, Rio de Janeiro, RJ, BR: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, v.22, n.1, p.7-36, 2016. <https://doi.org/10.1590/0104-93132016v22n1p007>

OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de; JUNQUEIRA, Nathalia Monseff. Representações sociais de sírios e libaneses em Corumbá, MS: comércio, casamento e cemitério. **Revista Transporte y Territorio**, Buenos Aires, AG: Universidad de Buenos Aires – UBA, n.15, p.288-403, 2016. <https://doi.org/10.34096/rtt.i15.2867>

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. **À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ, BR: Garamond; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, 2007. ISBN 978-8576171232

PEZZINI, Francesco. *Disciplina della sepoltura nella Napoli del Settecento*. *Note di Ricerca. Studi Storici* [online], Roma, IT: Fondazione Gramsci, v.51, n.1, p.155-208, 2010. <https://www.jstor.org/stable/41057785>

PIRES, Anna Sylvia. **Avaliação das necrópoles: estudo de caso – Curitiba – PR**. 2009. 110f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, PR, BR, 2009. http://www.biblioteca.pucpr.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1421

PIRES, Anna Sylvia; GARCIAS, Carlos de Melo. São os cemitérios a melhor solução para a destinação dos mortos? In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, IV, Brasília, DF, BR, 2008. **Anais eletrônicos...** Brasília, DF, BR: ANPPAS, 2008, p.1-9. <https://silo.tips/download/sao-os-cemiterios-a-melhor-soluao-para-a-destinaao-dos-mortos>

RODRIGUES, José Carlos. **O corpo na história**. 3.reimp. Rio de Janeiro, RJ, BR: Editora da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, 2014. ISBN 978-8575415559

SHOWKAT, Nayeem. *Coverage of sanitation issues in India*. **Sage Open**, Thousand Oaks, CA, US: Sage, e.6, n.4, p.1-6, 2016. <https://doi.org/10.1177/2158244016675395>

SILVA, Robson Willians da Costa. **Aplicação do método da eletrorresistividade na investigação e mapeamento da contaminação por cemitérios: o exemplo do cemitério de Vila Rezende, Piracicaba, SP**. 2008. 156f. Dissertação (Mestrado em Geociências e Meio Ambiente) – Universidade Estadual Paulista – UNESP, São Paulo, SP, BR, 2008. https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/99873/silva_rwc_me_rcla.pdf?sequence=1

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. *Introduction: Archaeology of African diaspora contexts in Brazil*. **Journal of African Diaspora Archaeology and Heritage**, London, UK: Taylor and Francis, v.5, n.2, p.63-70, 2016. <https://doi.org/10.1080/21619441.2016.1204795>

THE GUARDIAN. *Human composting could be the future of deathcare*. 2019 (s.d.). Disponível em: <https://www.theguardian.com/society/2020/feb/16/human-composting-could-be-the-future-of-deathcare>. Acesso em: 02 fev. 2020.

TIERNEY, Brian. *Dominion of self and natural rights before Locke and after*. In: MÄKINEN, Virpi, KORMAN, Petter. (Ed.) *Transformations in Medieval and Early-Modern rights discourse*. Dordrecht, NL: Springer, 2006, 173-203. ISBN 978-9048170746

UN – United Nations. *The New Urban Agenda*. 2015a. Disponível em: <https://habitat3.org/the-new-urban-agenda/>. Acesso em: 02 fev. 2020.

UN – United Nations. *Transforming our world: The 2030 Agenda for Sustainable Development*. 2015b. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 02 fev. 2020.

VÁZQUEZ, Claudia Lazcano; TONELI, Maria Juracy Figueiras; OLIVEIRA, João Manuel de. Necropolítica, políticas públicas interseccionais e cidadania trans. *Ex Aequo*, Lisboa, PT: Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres – APEM, n.40, p.141-156, 2019. <http://dx.doi.org/10.22355/exaequo.2019.40.09>

VIEIRA, Karime Massignan Grassi; HARDT, Letícia Peret Antunes. Necrópole em perspectiva: paradigmas urbanos e direito à cidade. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, Málaga, ES: Servicios Académicos Intercontinentales – Eumed.net, v.1, n.2, p.1-20, Feb. 2021. <https://doi.org/10.51896/CCS/IWAB5984>

WAUGH, Earle. *Funeral practices in Canada*. 2017. Disponível em: <https://www.thecanadianencyclopedia.ca/en/article/funeral-practices>. Acesso em: 15 jul. 2019.

WU, Keping. Ghost city: *Religion, urbanization and spatial anxieties in contemporary China*. *Geoforum*, Oxford, UK: Pergamon, n.65, p.243-245, 2015. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2015.08.005>

XAVIER, Cleber Carmino; AMORIM, Marleide Rodrigues; VALENTINI, Carla Maria Abido; FARIA, Rozilaine Aparecida Pelegrine Gomes. *Diagnosis of the current situation of the cemeteries in Cuiaba-MT from the perspective of environmental management: case study the Cemetery Parque Bom Jesus of Cuiaba and São Gonçalo Municipal*. *Revista Eletrônica em Gestão Educação e Tecnologia Ambiental [online]*, Santa Maria, RS, BR: Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, v.19, n.3, p.450-461, 2015. <https://periodicos.ufsm.br/reget/article/view/17199>

XAVIER, Fernanda Vieira; MALAGUTTI FILHO, Walter; SILVA, Robson Willians da Costa; MOREIRA, César Augusto. Emprego da sondagem elétrica vertical integrada às análises químicas e microbiológicas no diagnóstico preliminar da contaminação do solo e da água subterrânea no cemitério municipal da cidade de Rio Claro (SP). *Engenharia Sanitária e Ambiental*, Rio de Janeiro, RJ, BR: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES, v.23, n.2, p.333-344, 2018. <https://doi.org/10.1590/s1413-41522018152375>

2.3 INTERPRETANDO RELAÇÕES ENTRE NECRÓPOLE E URBE

A partir dos valores envolvidos, os modos de fazer e as distâncias socioeconômicas e culturais que se traduzem em forma de estrutura urbanística, este terceiro artigo visa interpretar, sob variados aspectos, a cultura urbana pelos seus relacionamentos com um de seus elementos – o cemitério. Essas questões são analisadas a partir de variáveis propostas, divididas entre teorias sobre essas relações e a interpretação das dinâmicas existentes, para entendimento das interações da necrópole com a cidade, segundo as ponderações preliminares abaixo expostas.

2.3.1 Considerações iniciais

Com caráter interdisciplinar, a gestão urbana deve atender aos anseios de melhoria contínua em atenção à pessoa humana, em especial aos sistemas envolvidos no destino do corpo inanimado. Uma forma de atenção que lhe é dispensada é proveniente da legislação brasileira. Tartuce (2005) frisa que o Artigo 12 do Código Civil (BRASIL, 2002) legitima a tutela jurídica da personalidade do morto, reconhecendo ao cônjuge ou companheiro(a), ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau, o direito a danos morais à imagem da pessoa morta, pois se considera que também foram lesados.

Sabendo-se que o sistema é composto também por culturalidades, em respeito ao falecido são organizados ritos contumazes pela sociedade, por vezes entendidos como obrigatórios por seus entes queridos e voltados ao cidadão em suas várias fases, inclusive quando se modifica seu estado natural devido à cessação da vida. Esses costumes incluem a preparação do corpo, da sua vestimenta e invólucro, do velório e da decoração do espaço, com presença ou não de religiosos na cerimônia de despedida. Também compreendem a oferta de itens aos presentes, como bebidas e alimentos, e a definição do local de sepultamento, dentre outros aspectos.

Assim, se “metaforicamente, morte pode significar o fim” (GONÇALVES, 2006, p.21), existem outras perspectivas além dos critérios médicos. Na prática

urbana, não corresponde ao término, uma vez que não há o desaparecimento imediato do componente corporal.

A partir do diagnóstico clínico de encerramento da vida, há encaminhamento do corpo para sepultamento, geralmente seguindo rituais sociais e religiosos. Gonçalves (2006, p.22) esclarece que alguns desses eventos são consequências do antigo medo de erro de ser considerado morto alguém que de fato não está e “assim enterrar um indivíduo vivo”.

Para o mesmo autor, esse temor, denominado “tafofobia”, era grande em meados do século XVIII, atenuando nos anos 1800, mas perdura até a atualidade, mesmo com a possibilidade de realização de autópsias que assegurem como definitiva essa condição. Alguns exemplos desses costumes é a exposição do falecido com o rosto descoberto e a realização do velório, ou seja, o intervalo de tempo em que há vigilância do defunto até o funeral.

Dentre os papéis desempenhados pela necrópole, destaca-se sua capacidade de acolher mudanças em tempos de incertezas e novas realidades, acompanhando a cidade em parte das transformações contemporâneas. No entanto a continuidade de suas funções depende da alimentação de certos fatores que são constituídos de maneira plural pela sociedade e que refletem práticas culturais, as quais derivam da associação de variáveis, incluindo relações sociais.

A partir de registro qualitativo, com faceta teórico-conceitual, este trabalho visa ao entendimento de relações estabelecidas entre necrópole e urbe que alimentam seus modos de interação, possibilitando a sua interpretação sob diferentes aspectos. Os resultados encontrados retratam relacionamentos entre necrópole e urbe no momento atual, com foco principal na realidade brasileira, atualizadas por fatos, observações e narrativas que transitam entre questões sociopolíticas e socioculturais emergentes, contribuindo na associação de variáveis relacionais.

Tais resultados transmitem o contexto da gestão urbana, acolhida por diversas áreas do conhecimento, como Administração, Antropologia, Arquitetura, Engenharias, História e Urbanismo, dentre outras. À vista disso, esta pesquisa representa anseios de melhoria contínua em atenção à pessoa humana, em especial, aos sistemas envolvidos no destino do corpo inanimado.

O cuidado na destinação do morto se encontra fortemente arraigado aos processos culturais, tanto no Brasil quanto no exterior. No entanto o padrão de urbanidade na organização da atenção à pessoa humana em suas várias fases influencia práticas, bem como resulta no nível organizacional em torno de direitos individuais e coletivos.

Diante dessas colocações, o **objetivo** deste estudo é interpretar as interações entre cemitérios e cidade em seus diferentes aspectos¹. Sua concretização é dirigida à geração de respostas à seguinte **questão investigativa**: quais são os principais relacionamentos estabelecidos entre a necrópole e a urbe? Nesse âmbito, vale-se de teorias pertinentes à temática, cujo escopo é disposto na sequência.

2.3.2 Referenciais teóricos

A fim de compreender relações objetivas e subjetivas que conformam direitos à cidade no tocante a cemitérios, destacam-se alguns materiais como referências teóricas fundamentais. Para entendimento de processos sociais, memória e trocas simbólicas, adotam-se fundamentalmente conceitos de Jacques Le Groff (2014[1988]), Manuel Castells (2013[1996]) e Pierre Bourdieu 2011[1977]), respectivamente. Também são essenciais Philippe Ariès (2014[1977]), na discussão de conceitos relacionados aos conhecimentos sobre a necrópole, e Milton Santos (2005[1993]), na perspectiva urbanística brasileira.

Há uma diversidade de áreas jurídicas que asseguram condições cabíveis aos reclamantes em segmentos que tangem questões funerárias. No caso em que a pessoa física deixa de existir, seu corpo continua sendo titular de direitos, visto que na prática urbana, a morte do indivíduo não corresponde literalmente ao seu fim.

A título de exemplo, esses direitos são estendidos à interpretação de critérios médicos de determinação da causa *mortis* de alguém, cujo diagnóstico pode ser questionado. Outra exemplificação é referente a dúvidas sobre o legado líquido da herança ou dívidas, sobre as quais podem ser tomadas as medidas cabíveis.

¹ Referente ao terceiro objetivo específico da tese (ver Seção 1: Introdução).

As providências quanto à inumação e ao velório são exemplos de persistência. Como as interações póstumas ocorrem como continuidades da passagem da pessoa pela vida na cidade, são apresentadas interpretações e informações de pesquisa mediadas por referências de teóricos da área jurídica, como Thiago Bravo (2014) e Flávio Tartuce (2005), de observadores da cidade, como Roberto Luís de Monte-Mór (2006), e de representantes da Geografia, como Milton Santos (2005[1993]), além de historiadores, como Jacques Le Goff (2014[1988]) e demais referências.

Imposto o silêncio, a existência do indivíduo inumado depende dos recursos municipais, quando a opção for por cemitérios públicos, e dos recursos sociais e familiares, a depender do círculo relacional do indivíduo, o que Certeau (2014[1980], p.19) nomeia de “mecanismos de resistência”. Estes podem ser entendidos como recursos para permanência da memória do morto, aos quais recepção dada ao corpo e a longevidade da respectiva lembrança são vinculadas.

As necrópoles dão mostras de que são complexos os processos de interações, de encaminhamento de modelos e práticas e de enraizamento social, por vezes desiguais, vigorando distribuições que esboçam sintonias de áreas cemiteriais com espaços urbanizados. Dentre outros aspectos, as distâncias socioeconômicas e culturais são visíveis e se pretende interpretar possíveis interações entre cemitérios e urbes em seus diferentes aspectos, considerando a realidade brasileira e sua origem colonial, moldadas sob pressões de sistemas hegemônicos de construção de valores, erigindo as “cidades da cidade” (MONTE-MÓR,2006). Estas são analisadas a partir de variáveis propostas, divididas entre teorias sobre suas relações e respectivas dinâmicas.

O comum urbano de Hardt e Negri (2009) alicerça pontos de contato, alimentados por um conjunto de ideias que se conectam no decorrer da discussão. Círculos de interlocução organizam os conceitos principais desta pesquisa: com o primeiro fundamentando interpretações acerca dos relacionamentos entre cemitério e urbe, organizadas em torno da morte, seus rituais, espaços e costumes, incluindo-a como algo comum no tempo e na história humana (ARIÈS, 2014[1977]). O segundo reúne ideias sobre a sociedade que constrói e vivencia a cidade, e que concebe e alimenta a existência da necrópole, com base peculiaridades do cotidiano (DA MATTA, 1997).

Com foco nessa problemática, tem-se o intuito de analisar interações de cemitérios públicos com outras regiões das cidades em seus diferentes aspectos, relacionados ao protagonismo de questões sobre diferenças e igualdades sociais. Dentre essas diferenças, cabe destaque ao tratamento de determinadas áreas físicas dos espaços cemiteriais, tanto pela organização diferenciada, escala de construção e tamanho dos locais destinados às famílias ou indivíduos, quanto pela apresentação de túmulos.

Relacionada à visão do comum de Hardt e Negri (2009) e à lógica da mercadoria de Dardot e Laval (2015), a Figura 2.3-1 demonstra o local atualmente destinado ao corpo de uma pessoa de nome “lara”, ocupante temporária de uma das gavetas do cemitério municipal de Porto União, Santa Catarina, oferecendo contribuições à narrativa que propõe revelar atributos experimentados na *pólis* de modo semelhante aos da necrópole. A efemeridade de lara contrasta com a perpetuidade de mortos ilustres, reproduzindo características habitualmente vistas nas cidades brasileiras.

Figura 2.3-1:

Vistas do túmulo de lara, em Porto União, Santa Catarina, com escrita improvisada e sem identificação oficial (imagem à esquerda – julho de 2020), e com numeração impessoal (imagem à direita – dezembro de 2020)



Fonte: Acervo pessoal

Oka e Laurenti (2018, p.238) alertam para conceitos importantes que revelam, em parte, a “oposição fundante entre natureza e cultura”, como reflexo de tantas outras adversidades sociais. Desde a sua origem colonial, as áreas urbanizadas no país são moldadas sob pressões de sistemas hegemônicos de construção de valores, gerando diferentes cidades dentro do mesmo núcleo urbano (MONTE-MÓR, 2006). Uma dessas constituições cidadinas é a própria necrópole,

termo utilizado como sinônimo de “cemitério” neste trabalho, cujas opções de métodos e técnicas são adiante abordadas.

2.3.3 Procedimentos metodológicos

Em termos metodológicos, a pesquisa foi efetivada a partir de registros qualitativos, com faceta teórico-conceitual. Nesse contexto, seus procedimentos são vinculados à revisão sistemática de fontes secundárias.

Por meio dos processos adotados, interpretam-se interações do cemitério com a cidade em seus diferentes aspectos. Da visão do comum (HARDT; NEGRI, 2009) à subordinação da necrópole e à lógica da mercadoria, competição e propriedade (DARDOT; LAVAL 2015), as reflexões seguintes são elaboradas sobre incógnitas referentes ao próprio ser humano sem vida.

2.3.4 Resultados analíticos

Em síntese, neste item são discutidas quatro vertentes principais acerca da temática em estudo. Inicialmente, é tratada a invisibilidade do corpo inanimado e seu anonimato, para, na sequência, ser debatida a agregação de atributos na “necro-*pólis*” e respectivos reflexos sobre a desigualdade urbana.

Após, são interpretadas relações entre a culturalidade e a sociabilidade dos cemitérios e o descaso dispensado a esses locais. Finalmente, a representação de poder necropolitano é associada à segregação socioespacial.

2.3.4.1 Invisibilidade do corpo inanimado

A humanidade lida com a morte de variadas formas, conforme tempo, lugar e cultura, dentre outras condicionantes. Em qualquer situação, está ligada a reminiscências individuais e coletivas. Le Groff (2014[1988]) esclarece que memória é uma conjuntura social, dependente da pessoa que lembra e dos fatos recordados.

Manipulações conscientes ou não selecionam alguns episódios a serem rememorados e outros a serem descartados, em um processo de construção de identidades (LE GROFF, 2014[1988]). Na tentativa de eternizar alguém, prolongando

sua lembrança, é costume, em muitas sociedades, a construção de sepulturas e recintos similares, por vezes em escalas metafísicas.

Dillmann (2013) analisa a estética da morte traduzida em esculturas, afirmando que os túmulos são ícones de lembrança dos mortos cultuados pelos vivos. Referindo-se a necrópoles francesas do início do século XX, Ariès (2014[1977], p.208) afirma que “a morte começou a esconder-se, apesar da aparente publicidade que a rodeia no luto, no cemitério, na vida como na arte ou na literatura: esconde-se sob a beleza”.

Por outro lado, há no Brasil situações mais modestas, com sepulcros sem indicativos, dificultando a identificação do sujeito, ou seja, sem nome em lápide ou indicações de credo, foto ou datas de referência. Esse é o caso de inúmeros sepultados localizados em charneiras compartilhadas, revezados por sistemas de rodízio, reforçando a condição desequilibrada de posses, quando considerada estrutura sociocultural predominante no país. Em seus cemitérios públicos, é comum prevalecerem valores hierárquicos e patriarcais, em que as diferenças de classes socioeconômicas ficam em destaque.

Em uma retrospectiva da história brasileira, “na contraposição dos jazigos, frequentemente monumentais das grandes famílias, denotando o poder dos senhores de engenho [...], com as covas rasas dos escravos [...]” (BRESCIANI, 2002, p.41), a materialidade tumular não só selava os destinos opostos de parcelas da população em sua última morada, como também denotava a sistematização de famílias patriarcais.

Sobre condições socioeconômicas, Aragão (2011) comenta que o túmulo majestoso, da mesma forma que o palacete, o sobrado alto e a casa-grande de engenho, era símbolo de *status*, prestígio e riqueza, enquanto o simples era comparado ao cortiço, ao mucambo e à senzala, evidenciando a pobreza e a situação social de dominados. O primeiro era, em grande parte, ornado com figuras de mármore e bronze, mesmos produtos nobres de construção das casas mais ricas; o segundo era marcado “pela cruz de madeira, [...] com materiais menos valorizados” (ARAGÃO, 2011, p.94).

Atualmente, mesmo na invisibilidade, a quase anônima lara compartilha do solo urbano tanto quanto um morto “ilustre”. Contudo, para os dois, são esperadas melhorias no longo do processo de urbanização. O “direito à cidade”, discutido por Lefèbvre (2009[1968]), deve caber a ambos.

O que se verifica, no entanto, são diferenças de intensidade. De qualquer modo, a presença do morto se fez notar desde os primeiros registros feitos pela humanidade (MUMFORD, 2001[1961]), fosse ao lado da casa, passando para dentro das igrejas, nos cemitérios rurais, nas necrópoles, levado para franjas urbanas ou ameaçado de extinção pela cremação.

Notados na infraestrutura e nos exemplos de renovação urbana, refletindo o sucesso – ou não – de políticas e organizações e denotando virtudes da modernidade, os cemitérios acompanham o crescimento das cidades. Na atualidade, há um paradoxo importante, pois o morto, independente de características como gênero, cor, renda ou cultura, vem progressivamente perdendo prestígio na vida cotidiana, sendo cada vez menos visitado, mesmo estando totalmente inserido na malha urbanizada.

Sobre esse aspecto, pode-se conjecturar se o motivo da perda de prestígio reside na vontade de evitar o contato com o cemitério pelo mal-estar infringido pela ideia da morte, ou se o afastamento aumenta conforme sejam reduzidos os vínculos familiares. Cemitérios como o de Cuiabá, Mato Grosso, denotam redução de visitas no Dia de Finados, fato atribuído a várias hipóteses (OLHAR DIRETO, 2009), a exemplo da expansão da fé, pois, mesmo sendo de maioria católica, o Brasil é oficialmente um Estado laico, adotando posição neutra no campo religioso.

A doutrina evangélica, por sua vez, não acompanha aquela data como referência para homenagem aos mortos, da mesma maneira que os espíritas, para os quais há crença na reencarnação. De outra maneira, a não visitação pode ser reflexo do estilo de vida da família pós-moderna, em sociedades transformadas por sequências históricas que culminaram na revolução da tecnologia da informação e da sociedade em rede (CASTELLS, 2013[1996]), enfatizando culturas que mudaram da abordagem holística para a tecnologicamente evoluída.

Considerando o domínio desses recursos por essas sociedades e a disseminação de conhecimentos por intermédio da formação de redes transcontinentais de informação, as facilidades aumentam as possibilidades de ampliação das distâncias físicas entre pessoas e se transformam em paradigmas tecnológicos (CASTELLS, 2013[1996]). No âmbito das necrópoles, há, por conseguinte, a apropriação de inovações subjugando a importância do lugar geográfico, como na oferta de velórios virtuais (CM, 2020) e de cerimônias

transmitidas pela mediação de técnicas de transferência de dados. À margem dessas opções do desenvolvimento, para não restar no anonimato, o nome de Iara foi escrito à mão no seu túmulo (ver imagem esquerda da Figura 2.3-1), como o de vários outros anônimos observados em cemitérios do país.

Dentre as situações próximas aos usuários pelas quais as relações entre necrópole e urbe são afetadas, como resposta ao sistema falho dos cemitérios públicos brasileiros convencionais, impulsionando usuários para a rede privada, estão os problemas enfrentados pela população frente ao respaldo legal e administrativo. Critérios legislativos federais estabelecem a competência do Município como responsável por regular e manter os serviços funerários municipais, registrando-os em seus planos locais, fiscalizando e regulamentando inclusive o funcionamento dos particulares.

No regime jurídico de concessão, que garante o direito real de uso da área destinada à sepultura (*jus sepulchri* – BRASIL, 1967), há aquelas de caráter temporário (geralmente em gavetas provisórias, com prazo de exumação variando entre dois até quatro anos), e perpétuas, cujas formas de acesso prevêm novas titularidades por reversão, ampliação, permuta, desistência ou irregularidade, além da outorga autorizada para permissionário ou herdeiro. No entanto a aplicabilidade dos critérios de utilização resta prejudicada em vista das longas listas de espera em solicitações para ocupação de terrenos, o que pode ser conferido mediante consultas às próprias administrações cemiteriais, bem como em notícias verificadas na mídia impressa e eletrônica (SILVA, 2019).

Em relação à legislação, há divergências na interpretação e demora na aplicação de leis e regulamentos específicos, contribuindo para consolidação de ineficiências. Segundo Bravo (2014), a morte tem implicações em diversas áreas jurídicas. Enquanto os cemitérios públicos oferecem jazigos sob o regime de concessão, com direito real de uso, os particulares são regidos pelo direito real de propriedade, o que revela desigualdades estruturais.

Nos primeiros, o problema não reside apenas no jazigo de uso temporário, mas também é relevante no perpétuo, devido a divergências na compreensão do regimento. Seja por falhas administrativas na transferência de restos mortais nos prazos estipulados, liberando espaços para novos sepultamentos (BRAVO, 2014), seja para tomada de providências quando solicitadas, a distinção das regras prejudica a eficiência do sistema.

Embora vacilante, a existência de normativas representa o cidadão e dá visibilidade ao corpo inanimado. Para Motta (2009), em um espaço que deveria ser público, a materialidade da morte permanece camuflada sob a cultura visual, prejudicando a reciclagem do jazigo, pois a tendência é que permaneça em uso por muito mais tempo do que o cidadão no túmulo ao lado, estabelecido sob o sistema de rodízio.

Em outro contexto, a colocação de Ariès (2014[1977], p.208) de que a morte “esconde-se sob a beleza” dos túmulos, contribui, de forma indireta, para que a contemplação estética se imponha sobre quaisquer questionamentos. Seguindo esta métrica, o sistema cemiterial largamente adotado no Brasil até então dá mostras de defasagem.

Em Curitiba, Paraná, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente disponibiliza publicamente listagens de famílias inscritas, procurando adquirir terreno nos seus cinco cemitérios municipais (SFM-PMC, 2020). Em média, ultrapassam mil inscritos disputando vagas anualmente. O órgão responsável adverte não ter previsão para atendimento das solicitações.

A ineficiência pode ser atribuída, dentre outros motivos, às falhas de vistoria, notificação e aplicação de sanções; aos modelos de sepultamento horizontalizados em detrimento da verticalização; às insuficiências no dimensionamento da capacidade, à lentidão dos rodízios nos jazigos perpétuos e à não reabertura para novos sepultamentos em túmulos abandonados ou irregulares. No Tocantins, em maio de 2019, uma ação proposta pela Defensoria Estadual cedeu direito a uma família enlutada de Araguaína para realizar cremação em cemitério particular (FN, 2019), uma vez constatada a inexistência de vagas públicas na cidade.

Depreende-se, assim, ser necessária a obrigatoriedade da organização do espaço para a existência do cemitério patrimonial. Também é primordial que a Administração Pública e a população façam valer o direito que o corpo inanimado tem de ocupar sua fatia de terra no espaço da cidade, evitando desigualdades estruturais que propiciam a invisibilidade e o anonimato a que lara é submetida. Esses requisitos são adiante abordados.

2.3.4.2 Atributos da *pólis* na necrópole

Do elevado interesse despertado no período higienista a ícones de poder com a arte funerária do final do século XIX e início dos anos 1900, tanto na Europa como no Brasil, os cemitérios “eternizavam o homem e perpetuavam sua memória” (DILLMAN, 2013, p.1). Chegam à atualidade como representantes de direitos humanos em decorrência da pandemia da *coronavirus disease 2019* (COVID-19) e são porta-vozes das dificuldades sociais. Nesse contexto, é reflexo da *pólis* como *lócus* de mudanças de estilo e técnicas construtivas, acompanhando a história do desenvolvimento e destacando a relevância atribuída a certos fins e modos de vida das sociedades.

A Figura 2.3-2 denota o anseio de reprodução de situações de *post mortem* (pós-morte) a partir do experienciado em vida, como o ato de construir a última morada à semelhança de arquiteturas reconhecíveis na cidade. “Na vida como na arte” (ARIÈS, 2014[1977], p.208), a vontade de prolongar a narrativa do ambiente e do *status* vividos pelo falecido e sua família são expressos tanto na técnica construtiva quanto nos materiais de revestimento, com vistas à reafirmação da cultura perceptível expressa pelo jazigo.

Figura 2.3-2:
Vistas de reprodução de características da urbe na necrópole em Porto União, Santa Catarina



Fonte: Acervo pessoal

Tais construções sepulcrais apresentam, dentre suas finalidades, tentativas de diminuição da distância entre vivos e mortos. Esse tipo de situação é descrito por Catroga (2002, p.16) como “conjunto de recordações e de imagens associadas a representações, as quais conotam valores”, sem, no entanto, implicar que a memória que se deseja criar nesse espaço “seja espelho ou transparência da realidade-passado”.

Outras observações podem ser feitas a partir da visualização das edificações ilustradas na Figura 2.3-2, facilmente encontradas em cemitérios brasileiros, assim como na “cidade dos vivos”, tais como a necessidade de adaptação ao processo de verticalização, a convivência de estilos arquitetônicos e as diferenças entre classes sociais. As imagens fotografadas são representativas do cenário urbano cotidiano, no qual moradias sem reboco se avizinham às que demonstram vinculação com maior poder aquisitivo, paralelo que pode ser constatado no cemitério em jazigos revestidos de materiais nobres e duráveis. Na mesma gleba, podem acontecer, ainda, túmulos como o de Lara, sem qualquer tratamento que indique que tenha alcançado qualidade de vida, sendo submetida a padrões de desigualdade mesmo após a sua morte.

Impregnadas de significados, as necrópoles estruturam cenas particulares e coletivas sobre as cidades. Lynch (2011[1960]) identifica que, na dependência das vivências pessoais, formam-se imagens percebidas pelo indivíduo, facilitadas por elementos contidos nos caminhos percorridos e na conformação de limites e setores, bem como na existência de pontos nodais e marcos. De várias maneiras, o cemitério contribui para a memória do espaço, seja pelo silêncio na cadência de muros, seja na identificação de referências reconhecíveis como peculiares, como cruzes e túmulos perfilados, por exemplo.

Santos (2005[1993]) aponta a cidade como palco de conflitos crescentes, cuja identificação de especificidades circunscritas passa a ser imprescindível para que suas problemáticas sejam mensuradas. Desse modo, o que também caracteriza necrópoles urbanas brasileiras, marcadas pela mercantilização espacial e pelo crescimento populacional, é o incremento de áreas edificadas, com forte intensidade principalmente no decorrer do século XX, continuando até a atualidade.

Nesse interstício, o aumento potencializado pelo fenômeno urbano cercou as glebas ocupadas por cemitérios públicos, que reproduzem, em outra escala, a própria estrutura física da cidade, como pode ser visto em dois exemplos de Curitiba, Paraná (Figura 2.3-3). Porém com as mesmas adaptações da urbe, deixam de crescer em capacidade e modernização, em escalas e proporções semelhantes.

Figura 2.3-3:
Imagens aéreas da ocupação interna dos cemitérios municipais Água Verde (à esquerda) e São Francisco de Paula (à direita) em Curitiba, Paraná, cercados por incremento de áreas edificadas



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2021).

Em se tratando de capacidade, Rosa (2003) confirma a condição de estagnação dos cemitérios públicos de Florianópolis, Santa Catarina, atribuindo à falta de antecipação em políticas de planejamento os problemas que os levaram ao esgotamento, afirmando que:

o que se verificou, a princípio, foi que, enquanto a ocupação espacial da cidade alastrou-se, a estrutura da maioria dos cemitérios manteve-se a mesma da época colonial portuguesa, conservando o estilo açoriano de sua localização, no centro das pequenas comunidades, posteriormente transformadas em distritos da capital (ROSA, 2003, p.11).

Para a mesma autora, um momento importante no adensamento da cidade e afunilamento da estrutura física dos cemitérios públicos foi quando passaram a atuar como agentes de indução urbanística ao receberem infraestrutura para sua viabilização. Villaça (2001[1998]) compartilha da ideia ao reforçar que acredita no fato de que a organização de redes de serviços urbanos facilita o aporte crescente de edificações, induzindo áreas à expansão territorial.

Nesse ponto, a necrópole não refletiu necessariamente as mudanças da *pólis*, visto não ter acompanhado o desenvolvimento instrumental em termos de melhorias e ordenamento como ocorrido nas “cidades dos vivos”. O cemitério público tem se mantido em processo de inércia há décadas, aceitando deficiências programáticas que travam a tarefa principal de acolher os mortos urbanos no grau em que lhe é solicitado.

Se ambas – necrópole e urbe – não caminham *pari passu* nesses aspectos, há outras situações de similitude na representação de realidades. A identificação de falhas na infraestrutura coloca a primeira como fonte potencial de impactos ambientais, somando-se aos demais agentes poluidores do ar, do solo e da água (BACIGALUPO, 2012).

O menosprezo de dinâmicas urbanísticas nocivas pode ser visto como verossimilhança entre necrópole e urbe e remete a desequilíbrios sociais. Se a ocorrência de lápides sem identificação, como no caso do túmulo da lara, assemelha-se às situações de casas sem número e de ruas sem nome da parte invisível e marginalizada da sociedade, também lapsos ambientais diminuem o padrão de urbanidade em ambos os espaços (ARAGÃO, 2011).

“Evidenciando uma situação de decadência” (ARAGÃO, 2011, p.13), há inúmeros outros aspectos comparativos entre cemitério e cidade, que vão desde problemas de acessibilidade, do mesmo modo que ocorre no meio urbanizado, com rampas e escadarias íngremes, trajetos sem pavimentação ou iluminação, até as relevantes questões subentendidas de gênero, pela relação patriarcal na titularidade dos permissionários. Também podem ser destacadas, por exemplo, a desatenção da Municipalidade quanto à necessidade de novos investimentos na reorganização e fiscalização dos espaços, e a desconformidade de recursos humanos em desacordo com normas trabalhistas, lembrando o “patriarcalismo rural e escravocrata” (FREYRE, 2006[1933], p.35).

Do improvisado da sepultura em cova rasa às ocupações irregulares, como quando os túmulos estão em locais em desacordo com normas vigentes, há contrariedades. Uma das tantas regras ignoradas no país é a previsão da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente N° 335, de 03 de abril de 2003, de que “a área de sepultamento deverá manter um recuo mínimo de cinco metros em relação ao perímetro do cemitério [...]” (CONAMA, 2003, Artigo 5°, Inciso IV).

Da demarcação desse limite físico à produção espacial, composta por vários elementos, a paisagem no entorno dos cemitérios é marcada por longas cadências, criando espaços por vezes ermos, escuros, pouco vigiados e até abandonados. À semelhança da cidade dos vivos, podem ser citadas as áreas urbanas ocupadas por fins únicos, como as zonas comerciais, as quais perdem vivacidade no período noturno.

Magrini (2011) adverte que ambientes urbanizados influenciam diretamente atos violentos e extensões muradas são vistas com temeridade por urbanistas. Essa geração de trajetos sem interação com o ambiente interno, longe dos “olhos na rua”, preconizados por Jacobs (2011[1961]), interferem na geração de “vigilância natural” oferecida por vizinhos e transeuntes.

Da Matta (1997) lembra que o muro caracteriza grande parte da arquitetura nacional, estando presente em condomínios residenciais e *shoppings centers*, por exemplo, integrando sistemas socioculturais. Se, por um lado, sua existência é motivada pelo desejo de privacidade, de outro, representa o medo da violência, refletindo os modos de viver e de agir, a disponibilidade tecnológica e a arquitetura de determinadas épocas. Marca a dualidade do interior e do exterior, uma realidade de contrastes “diferentes, mas juntos” (DA MATTA, 1997, p.16).

Ademais, o dualismo próprio das cidades brasileiras é expresso nas diferenças de qualidade entre cemitérios públicos e privados. Em geral, os segundos têm presteza no fornecimento dos serviços e na produção de qualidade paisagística, como comprovam a beleza do tipo “jardim”.

Em contraposição, no amontoado complexo dos primeiros, faltam gavetas para os indigentes, como no caso do Espírito Santo (XIMENES, 2020), assemelhando-se aos conjuntos de casas populares, alocados nas franjas urbanas, em bairros menos nobres, onde provavelmente residia Iara, cujas características socioeconômicas supostamente lhe impediram de ter uma nova moradia minimamente digna. Para Helene (2019, p.951), essas condições são “ainda mais dramáticas quando se é mulher”.

Por outro lado, por questões de higiene, o morto deveria estar cada vez mais longe da vida urbana. No entanto, no Brasil, como em outros países da América Latina, a necrópole é mantida em áreas centrais das cidades, compondo o conjunto tradicional formado pela proximidade física entre edificações de referência, como nos casos apresentados na Figura 2.3-4.

Figura 2.3-4:

Vistas da convivência entre necrópole e urbe nas cidades de La Paz, Bolívia (Cementerio General – imagem à esquerda) e de Bogotá, Colômbia (Cementerio Central – imagem à direita)



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2021).

Essa convivência entre *pólis* e necrópole é rotineira em muitas cidades latino-americanas. Vista com normalidade, faz parte do senso comum de urbe e oferece subsídios ao entendimento, por similitude, do grau de desenvolvimento – ou não – do país. Inclusive, a imagem do cemitério boliviano expõe o paradoxo da desigualdade socioeconômica, típico de países subdesenvolvidos, nos quais há diferenças abissais entre classes. A grande concentração de moradias populares observada no plano de fundo da imagem repercute na área cemiterial, com a sobreposição de gavetas comunitárias.

Essas cenas evidenciam influências ultrapassadas de padrões histórico-culturais e sociais, pela aceitação de agregação de atributos nem sempre desejáveis da *pólis* na necrópole. Esses quadros repercutem, como no caso de Iara, nas mesmas desigualdades urbanísticas censuráveis nos espaços externos aos muros cemiteriais.

2.3.4.3 Sociabilidades e culturalidades dos cemitérios

O interesse em manter a proximidade entre vivos e mortos é narrado por Mumford (2001[1961]) ao tratar das origens, transformações e perspectivas das cidades na história. O autor afirma a existência de morada permanente em cavernas e covas assinaladas por montes de pedras desde os antigos acampamentos nômades do Paleolítico. Também assinala que provavelmente havia sociabilidade em torno desses marcos fúnebres, para onde os vivos retornavam com o

propósito de estabelecer algum tipo de comunhão com os espíritos ancestrais ou, de outro modo, aplacá-los.

Além do simples depósito de corpos inanimados, a necrópole é formada por ícones, com símbolos que representam algo, e por rituais que dela fazem parte e que são rememorados em determinado contexto social. Segundo Halbwachs (2013[1950]), lembranças são coletivas e processadas por outros, mesmo que sejam relacionadas a grupos restritos ou a objetos visualizados por poucos. Para o autor, essa situação é devida ao fato de o ser humano jamais estar isolado.

Halbwachs (2013[1950]) formula, então, a categoria de “memória coletiva”. Seu entendimento ultrapassa a dimensão individual, isolada, possibilitando que as recordações do sujeito não sejam apenas suas e que existam porque são compartilhadas e mantidas por grupos sociais.

Atualmente nesses espaços fúnebres, vivenciam-se experiências diversas. Os cemitérios estão presentes em guias de visitação turística de várias cidades (GP, 2017), como nos exemplos do Recoleta em Buenos Aires, Argentina; do P re-Lachaise em Paris, França, do Highgate em Londres, Reino Unido, e do São João Batista no Rio de Janeiro, no próprio Brasil, dentre outros famosos.

No caso brasileiro, seja como para encontro de familiares e amigos, principalmente no Dia de Finados, o cemitério é local de oferendas. Homenagens póstumas são vistas sob os formatos de coroas de flores e de cruzeiros, assim como velas são acesas diante de túmulos, além de símbolos de diversas categorias étnico-religiosas. Ainda constitui espaço para rituais específicos, como procissões dos católicos e ritos de umbanda e candomblé, dentre outros.

Em suma, a religião interfere na alternativa de sepultamento, havendo diferenças significativas entre os costumes de vários povos. Todavia o túmulo de lara não permite o reconhecimento de qualquer indicativo nesse sentido, como sintoma do descaso com a sua cultura ou f .

Além das religiosas, questões emocionais balizam experiências diversificadas. A coloca o de fotos reforça a ideia de valoriza o individual e pertencimento, com familiares zelosos em rela o   escolha dos caixões e demais preparativos. Para Ari s (2014[1977]), os impulsos nos processos de mudança de enterramentos v o além do significado de separa o entre alma e corpo. Há “em cada sociedade, maneiras de morrer e de enterrar, maneiras que vão mudando

conforme os passos que cada sociedade dá em direção à estrada do tempo [...]” (SILVA, 2005, p.21).

À luz das sociabilidades e culturalidades que contribuem na organização e existência dos cemitérios, Corrêa (2002[1989]) cita razões para a preservação de formas e conteúdo que incluem a criação de novos fatores de permanência por meio do aparecimento gradativo de economias de aglomeração, ou seja, disponibilizando vantagens previamente inexistentes. A Figura 2.3-5 ilustra os principais indicadores que influenciam o destino do corpo, representando forças atuantes que contribuem para a expressão de resultados daquilo que se visualiza para necrópoles urbanas. Metaforicamente, também são especificados prováveis descasos no caso do túmulo de lara.

Figura 2.3-5:

Diagrama de relações entre principais indicadores de influências sobre o destino do corpo com prováveis descasos



Fonte: Elaborada com base em Corrêa (2002[1989]).

Evidentemente, as indicações desses prováveis despreços em relação ao gênero feminino são apenas baseadas em situações comuns enfrentadas por suas representantes brasileiras. A aplicabilidade de elementos deste diagrama na destinação do morto é condicionada a fatores anteriores ao episódio, na ocorrência de deficiências no sistema de atendimento à saúde, na discriminação estrutural determinada culturalmente e no predomínio histórico de reconhecimento masculino

no estabelecimento de políticas públicas, que se efetivam majoritariamente pela dominação dos homens nas posições de poder. Crenças de desvalor dificultam a competitividade das mulheres e podem influenciar a tomada de decisão no processo de destinação do falecido.

As dificuldades de acesso e desigualdades não são restritas a este gênero. Contudo há um sistema arraigado à cultura nacional, quando a atuação de influências auxilia na esquematização de entendimentos sobre a destinação do corpo inanimado, subordinando-as a forças de domínio e a fraquezas de submissão.

2.3.4.4 Representações de poder necropolitano

Nas necrópoles, são comuns os símbolos utilizados para denotar o poderio, seja de um indivíduo ou de certo grupo familiar, cujos corpos estejam ali sepultados. Em referência a outro contexto, Bourdieu (2011[1977], p.31), consciente do poder simbólico, fala de características capazes de “exibir no mais alto grau o maior número de propriedades do objeto construído”.

Artefatos carregados de simbologias têm nos jazigos e vielas dos cemitérios um privilegiado campo a ser explorado. O entendimento sobre o que é poderoso em um mausoléu brasileiro não é rigorosamente compreendido em todas as culturas, cada qual com expressões individualizadas a partir dos seus próprios discursos.

A compreensão de particularidades existentes em representações relativas ao poder e à morte conduz ao contexto da pesquisa de Ribeiro (2008, p.8) sobre cemitérios da região cacauera do sul da Bahia, a qual, entre os séculos XIX e XX, “teve a sua identidade cultural constituída mediante a formação, patrocinada por membros de suas elites, de uma memória que remete às suas origens como área de fronteira agrícola”. Dentre outros elementos, essa lembrança é constituída por ritos, arquitetura e iconografia. Para aquele autor, grupos familiares e políticos consagraram os rituais de enterramento como “capital simbólico relevante para o exercício do poder local” (RIBEIRO, 2008, p.269).

Em função de artifícios concretizados em meios favoráveis, caracterizados por um “tipo-ideal”, como um “guia para a construção das hipóteses” (BOURDIEU, 2011[1977], p.31), há materialização do poderio. A escala, a localização, a formação de condomínios familiares (clãs), a figura dos patriarcas, os

materiais nobres de revestimento, o tipo de cuidado na pavimentação das vias, os objetos utilizados na delimitação espacial, a presença de mobiliário, a existência de ícones reveladores de renda e o volume e frequência de oferendas são características marcantes em partes das necrópoles que distinguem econômica, social e culturalmente os membros de determinados círculos.

A falta da quase totalidade desses predicados possibilita a identificação da classe social segregada de Iara. Vovelle (2004[1982]) entende a história da morte em dois níveis: a “consumada” – o fato por si mesmo – e a “vivida”, composta por gestos e ritos que a acompanham, discorrendo que:

[...] a história da morte [...] revela suas dificuldades como uma história de silêncios. O peso do silêncio se verifica em dois níveis. Primeiro, no campo comum a todos os que se esforçam, no campo da história social e da história das mentalidades, tanto para dirigir seu olhar às massas anônimas quanto aos poderosos do mundo. Apesar do que repetiram as velhas artes de morrer e as danças macabras sobre a morte niveladora e equalizadora, que reduz todos os homens ao mesmo destino, nada há de mais desigual ou desigualitário do que a última passagem. Os vestígios que ela deixa são testemunhos para os ricos, porém muito menos para a massa anônima dos pobres [...] (VOVELLE, 2004[1982], p.137-138).

O peso funcional da sepultura carrega esforços para manter a proporcionalidade de determinada posição atingida em vida. Certas características aproximam as classes média e alta, em túmulos de maior escala – ostentosa ou não – posicionados nas vias principais, com a inclinação ao uso de granito no revestimento dos túmulos, retratos emoldurados em metal dourado e um sobrenome principal identificando o clã, por exemplo, quando não aparece o nome completo do patriarca propriamente dito precedido pelo vocábulo “família”, em uma manifestação claramente machista. O grupo de menor poder aquisitivo geralmente se expressa, em suas sepulturas de menor porte, pela presença de outros elementos de pouco destaque, como pinturas sobre alvenaria de tijolos, recobrimento cerâmico e flores artificiais. O túmulo de Iara sequer tem a maioria dessas representações.

Depreende-se, portanto, que os cemitérios carregam perspectivas sociais. De acordo com o tipo de sepultura – perpétua ou temporária, coletiva ou individual –, com a qualidade dos materiais de revestimento e com a presença de elementos artísticos, dentre várias outras particularidades, “a pompa e a singeleza traduzem as desigualdades e fornecem um mapa social do espaço da morte” (CORRÊA, 2002[1983], p.19). A expressão de diferenças tem no componente econômico apenas parte da responsabilidade por essa adversidade, havendo posições

transitórias, como sociais, políticas, culturais, religiosas e administrativas, que são impostas na paisagem antropizada das necrópoles e para as quais cabem reflexões analíticas.

2.3.5 Considerações finais

Partindo da motivação da perspectiva da necrópole como ente participativo da vida urbana cotidiana e da sua capacidade de interferência no meio natural e no contexto antrópico, percebe-se a existência de processos a serem assimilados pela população e pelos gestores urbanos, racionalizando seus usos. Esse local abriga invisibilidades de várias frentes: sociais, ao constituir campos distintivos; políticas, ao permitir negociações extemporâneas; religiosas, ao se vincular a credos peculiares; e cultural, por se relacionar com costumes e símbolos, além de outras configurações. Nesse direcionamento, o anonimato do túmulo de Iara merece profundas reflexões acerca das diferenças estruturantes da realidade brasileira, que, conforme comentado, são relacionadas com renda e escolaridade, mas, sobretudo, com gênero, raça ou cor das pessoas.

Como agente participativo das dinâmicas urbanas e fonte potencial de impactos diversos, incluindo os de caráter poluidor, destaca-se a necessidade de assimilação e racionalização de processos a serem atendidos, por parte tanto de gestores públicos quanto da sociedade civil. Atuais condições de usos do solo, em que a desobediência a regras, a insuficiência de recursos e a falta de atenção de representantes governamentais, dentre outras “justificativas”, mostram o quanto deve ainda ser discutido sobre as relações entre necrópole e urbe. A improvisação na resolução problemas cotidianos, a indisponibilidade de vagas e o precário estado de conservação são algumas das muitas falhas simultâneas identificadas nos atributos dos cemitérios municipais e das cidades no país, sendo flagrantes as desigualdades em ambas as situações.

A oferta de locais para alocação dos corpos inumados é compromisso dos Municípios, que devem organizar suas funções intrínsecas. No cotidiano dos cemitérios, os instrumentos legais para solução de problemas são, de modo recorrente, suplantados por soluções de ordem prática, quando as necessidades são resolvidas a partir do que é possível fazer com o tempo e recursos disponíveis.

Essa é uma das questões que reflete culturalidades das necrópoles urbanas, nas quais podem ser visualizadas responsabilidades, interferências e atores no território nacional. De um lado, o Poder Público pouco tem feito para gerir satisfatoriamente suas competências, relegando suas funções específicas a terceiros. Por outro, os cidadãos têm aceitado a desordem. Como resultante, depara-se com a desatenção para com esse espaço de fundamental relevância nas cidades contemporâneas, frequentemente diagnosticada nos tempos atuais de eventos pandêmicos. O descaso é também irrefutável quando jazem figuras anônimas, transformadas em apenas mais alguns números.

Os principais relacionamentos estabelecidos entre a necrópole e a urbe se distinguem entre as representações que o poder necropolitano reforça em meio aos processos discriminatórios em praticamente todo o seu processo histórico urbano. Denota-se, portanto, o imperativo de elaboração de estudos prévios interdisciplinares como recurso técnico-científico fundamental à análise das relações entre cemitérios e cidades.

Seus teores devem promover o entendimento da importância de revisão urgente dos assuntos centrais da presente pesquisa, com diversidade de abordagens sistematicamente associadas para a construção de universos temáticos. Nesse sentido, vale mencionar que a formação palimpséstica dos territórios urbanizados permitiu que o nome de Lara, inscrito manualmente de modo muito simples, fosse recentemente apagado para receber outra “camada” de informação que a segregou ainda mais.

Pela concretização do objetivo de interpretar as interações entre cemitérios e cidade em seus diferentes aspectos, conclui-se que, no escopo das respostas à questão investigativa, devem ser contempladas muitas mudanças para readaptação de formas e funções da necrópole em meio a urbe. Sob a ótica urbanística propriamente dita, há sucessivas ampliações de efervescências socioculturais, políticas e econômicas, maximizando os desafios formadores da complexidade do mundo compartilhado entre vivos e mortos. Sob a vertente cemiterial, há que ser considerado o direito do cidadão de ocupar, de maneira justa, todos os espaços públicos urbanos, o que inclui esses equipamentos municipais destinados aos corpos sem vida, buscando dignidade para as incontáveis laras brasileiras.

REFERÊNCIAS ESPECÍFICAS

- ARAGÃO, Solange de. Jazigos e covas rasas: o livro que Gilberto Freyre não escreveu? **Oculum Ensaios**, Campinas, SP, BR: Programa de Pós-Graduação em Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade de Campinas – PUC-Campinas, n.13, p.88-96, jan/jun. 2011. <https://doi.org/10.24220/2318-0919v0n13>
- ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. Tradução de Luiza Ribeiro. São Paulo, SP, BR: Editora da Universidade Estadual Paulista – EdUNESP, 2014. (Título original: *L'Homme devant la mort*. Paris, FR: Seuil, 1977) ISBN 978-8539305353
- BACIGALUPO, Rosiane. Cemitérios: fontes potenciais de impactos ambientais. **História, Natureza e Espaço**, Rio de Janeiro, RJ, BR [online]: Grupo de Pesquisa do Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Baixada Fluminense da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – NIESBF-UERJ, v.1, n.1, s.p., dez. 2012. <http://dx.doi.org/10.12957/hne.2012.4461>
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução de Sérgio Miceli. 7.ed. São Paulo, SP, BR: Perspectiva, 2011. (Título original: *L'économie des échanges symboliques*. Paris, FR: Persée, 1977) ISBN 978-8527301404
- BRASIL. Decreto-Lei Federal N° 271, de 28 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre loteamento urbano, responsabilidade do loteador, concessão de uso e espaço aéreo e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, BR, 28 fev. 1967. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0271.htm
- BRASIL. Lei Federal N° 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, BR, 11 jan. 2002. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm
- BRAVO, Thiago. **Direito funerário – cemitérios**. 2014. Disponível em: <https://thibravo.jusbrasil.com.br/artigos/169156416/direito-funerario-cemiterios>. Acesso em: 13 out. 2020.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. A casa em Gilberto Freyre: síntese do ser brasileiro? In: CHIAPPINI, Lígia; BRESCIANI, Maria Stella Martins. (Org.). **Literatura e cultura no Brasil: identidades e fronteiras**. São Paulo, SP, BR: Cortez, 2002, p.39-51. ISBN 978-8524908750
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação – economia, sociedade e cultura**. Tradução de Roneide Venancio Majer. 23.ed. São Paulo, SP, BR: Paz e Terra, 2013. (Título original: *The network society: the information age - economy, society and culture*. Cambridge, MA, US: Blackwell, 1996). ISBN 978-8577530366
- CATROGA, Fernando. Recordar e comemorar. A raiz tanatológica dos ritos comemorativos. **Mimesis [online]**, Bauru, SP: UniSagrado, v.23, n.2, p.13-47, 2002. https://secure.unisagrado.edu.br/static/biblioteca/mimesis/mimesis_v23_n2_2002_art_01.pdf

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. 22.ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. (Título original: *L'invention du quotidien*: 1. *Arts de faire*, Paris, FR: Gallimard, 1980) ISBN 978-8532611482

CM – Cemitério Metropolitano. **Velório online**: novidade para agora e depois da pandemia. São Vicente, SP, BR, jul. 2020. Disponível em: <http://cemiteriometropolitano.com.br/velorio-online-novidade-para-agora-e-depois-da-pandemia/>. Acesso em: 10 out. 2020.

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente. Resolução Nº 335, de 03 de abril de 2003. Dispõe sobre o licenciamento ambiental de cemitérios. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Ministério do Meio Ambiente, Brasília, DF, BR, 28 maio 2003. https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-335-2003_98855.html

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4.ed. São Paulo, SP, BR: Ática, 2002[1989]. ISBN 978-8508032600

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 1997. ISBN 978-8532507600

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Común**: ensayo sobre la revolución en el Siglo XXI. Barcelona, ES: Gedisa, 2015. ISBN 978-8497848800

DILLMANN, Mauro. A morte esconde-se sob a beleza dos túmulos: fotografias do arquivo da Irmandade São Miguel e Almas de Porto Alegre. **Revista Memória em Rede [online]**, Pelotas, RS, BR: Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, v.3, n.9, p.327-344, jul./dez. 2013.

<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/9459/6206>

FN – Funerária.Net. **Prefeitura tem que pagar sepultamento particular por falta de vagas no cemitério público**. 2019. Disponível em: <https://funerarianet.com.br/noticias/prefeitura-tem-que-pagar-sepultamento-particular-por-falta-de-vagas-no-cemiterio-publico/>. Acesso em: 10 out. 2020.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 51.ed. São Paulo, SP, BR: Global, 2006[1933]. ISBN 978-8526008694

GONÇALVES, José António Saraiva Ferraz. **A boa morte**: ética no fim da vida. 2006. 251f. Dissertação (Mestrado em Bioética) – Universidade do Porto – UP, Porto, PT, 2006. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/22105/3/A%20Boa%20Morte%20%20tica%20no%20Fim%20da%20Vida.pdf>

GOOGLE EARTH. **Imagens aéreas e oblíquas de Curitiba, Paraná, Brasil**. 2021.

GP – Gazeta do Povo. **Do Rio ao Japão, conheça dez cemitérios famosos pelo mundo**. 2017 (Curitiba, PR, BR: 03 nov. – Redação). Disponível em:

<https://www.gazetadopovo.com.br/viver-bem/turismo/cemiterios-mais-famosos/>. Acesso em: 15 dez. 2020.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. 2.ed. São Paulo, SP: Centauro, 2013. (Título original: *La mémoire collective*. Paris, FR: Les Press Universitaires de France, 1950). ISBN 978-8588208742

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Commonwealth**. Cambridge, MA, US: Harvard University Press, 2009. ISBN 978-0674060289

HELENE, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, SP, BR: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, v.21, n.46, p.951-974, set./dez. 2019. dez 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4612>

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3.ed. Tradu o de Carlos Silveira Mendes Rosa. São Paulo, SP, BR: WMF Martins Fontes, 2011. (Título original: *The death and life of great American cities*. New York, NY, US: Vintage, 1961) ISBN 978-8578274214

LE GROFF, Jacques. **História e memória**. Tradu o de Bernardo Leitão. 7.ed.rev. Campinas, SP, BR: Editora da Universidade Estadual de Campinas – EdUNICAMP, 2014. (Título original: *Histoire et mémoire*. Paris, PT: Gallimard, 1988) ISBN 978-8526810082

LEF BVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradu o de Rubens Eduardo Frias. 5.ed. São Paulo, SP, BR: Centauro, 2009. (Título original: *Le droit à la ville*. Paris, FR: Anthropos, 1968). ISBN 978-8588208971

LYNCH, Kevin Andrew. **A imagem da cidade**. 3.ed. Tradu o de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo, SP: WMF Martin Fontes, 2011. (Título original: *The image of the city*. Cambridge, MA, US: Massachusetts Institute of Technology – MIT – Press, 1960) ISBN 978-8578274726

MAGRINI, Maria Angélica de Oliveira. A busca por segurança nas cidades contemporâneas: reflexões a partir da violência e da insegurança urbana. In: S mpo io Nacional de Geografia – SIMPURB, XII, Belo Horizonte, MG, BR, 2011. **Anais...** Belo Horizonte, MG, BR: Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 2011, s.p. <https://scholar.google.com.br/citations?user=SmdcidsAAAAJ&hl=pt-BR>

MONTE-M R, Roberto Luís de. A cidade e o urbano. In: BRANDÃO, Carlos Ant nio Leite. (Org.) **As cidades da cidade**. Belo Horizonte, MG, BR: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais – EdUFMG, 2006, p.185-197. ISBN 978-8570415059

MOTTA, Ant nio. Formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, SP, BR: Associa o Nacional de Pós-Gradua o e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, v.24, n.71, p.73-93, out. 2009. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092009000300006>

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transforma es e perspectivas**. Tradu o de Neil Ribeiro da Silva. 5.ed. São Paulo, SP, BR: WMF Martins Fontes, 2001. (Título original: *The city in history: Its origins, its transformations, and its prospects*. San Diego, CA, US: Harcourt, Brace & World, 1961) ISBN 978-8533624092

OKA, Mateus; LAURENTI, Carolina. Entre sexo e gênero: um estudo bibliográfico-exploratório das ciências da saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, SP, BR: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo – USP; Associa o Paulista de Saúde Pública – APSP, v.27, n.1, p.238-251, jan.-mar. 2018. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902018170524>

OLHAR DIRETO. **Diminui frequência de visitas a cemitérios no dia de finados**. 2009 (02 nov.: Ronaldo Couto). Disponível em: <https://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=60725¬icia=diminui-frequencia-de-visitas-a-cemiterios-no-dia-de-finados>. Acesso em: 10 out. 2020.

RIBEIRO, André Luiz Rosa. **Urbanização, poder e práticas relativas à morte no sul da Bahia, 1880-1950**. 2008. 281f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, BA, BR, 2008.
<http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11238>

ROSA, Edna Teresinha da. **A relação das áreas de cemitérios públicos com o crescimento urbano**. 2003. 112f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, SC, BR, 2003.
<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/86568>

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5.ed. São Paulo, SP, BR: Editora da Universidade de São Paulo – EdUSP, 2005[1993]. ISBN 978-8531408601

SFM-PMC – Serviço Funerário Municipal – Prefeitura Municipal de Curitiba.
Listagem de inscritos: terrenos. 2020. Disponível em:
<http://obituarios.curitiba.pr.gov.br/publico/cemiterios.aspx>. Acesso em: 10 ago. 2020.

SILVA, Érika Amorim da. **O cotidiano da morte e a secularização dos cemitérios em Belém na segunda metade do século XVIII (1850-1891)**. 2005. 234f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo, SP, BR, 2005.
<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/13175/1/ErikaASilva.pdf>

SILVA, Yuno. **MP vai avaliar dificuldade de vagas para indigentes**. 2019 (24 maio). Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/mp-vai-avaliar-dificuldade-de-vagas-para-indigentes/448928>. Acesso em: 10 out. 2020.

TARTUCE, Flávio. Os direitos da personalidade no novo Código Civil. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, PI: JusBrasil, ano 10, n.878, s.p., nov. 2005.
<http://jus.com.br/artigos/7590>

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2.ed. São Paulo, SP, BR: Studio Nobel; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP; Lincoln Institute, 2001[1998]. ISBN 978-8575530757

VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. 2.ed. Tradução de Maria Julia Goldwasser. São Paulo, SP: Brasiliense, 2004. (Título original: *Idéologies et mentalités*. Paris, FR: Gallimard, 1982) ISBN 978-8511140590

XIMENES, Lionel. **Mais de 60 corpos de indigentes estão à espera de enterro digno no Espírito Santo**. 2020 (Espírito Santo, BR, 07 jan). Disponível em:
<https://www.agazeta.com.br/colunas/leonel-ximenes/mais-de-60-corpos-de-indigentes-estao-a-espera-de-enterro-digno-no-es-0120>. Acesso em: 11 out. 2020.

2.4 DISTINGUINDO PROCESSOS DA REALIDADE BRASILEIRA

Esta subseção compreende o quarto artigo entre os seis estruturantes da tese, correspondendo ao último da fundamentação teórica. Diante da intenção de diferenciar diretrizes urbanísticas, são reunidas referências deste campo do conhecimento, observando suas representações. Tendo em mente os principais instrumentos de regulação e controle na organização cemiterial em território nacional, parte-se do entendimento de que a produção do espaço urbanizado é um processo constante, que gera consequências para as relações socioculturais, econômicas e políticas, conceito introdutório do Programa Nacional de Capacitação das Cidades (PNCC – MCIDADES, 2016), estruturado sobre uma coleção de cadernos técnicos componentes do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), dentre os quais há consta o relativo ao estudo de impacto de vizinhança, importante instrumento quando se trata do tema sobre cemitérios.

Considerando as necessidades urbanas, depreende-se que o processo de urbanização apresenta ônus, tornando fundamental sua justa medida para maior alcance de benefícios, especialmente frente ao fato de que envolve elementos dinâmicos. Pela identificação das adversidades responsáveis pela atual situação dos cemitérios públicos brasileiros, sistematiza-se, nesta subseção, as ferramentas que interferem diretamente na sua gestão.

Embora haja formas de mitigação, a necrópole por si mesma apresenta fatores de geração de impactos urbanos, de modo que o artigo adiante exposto visa ao discernimento dos principais fatores influentes no espaço cemiterial no Brasil, possibilitando, a partir dessa identificação, conhecer tanto a materialidade da morte, por meio das responsabilidades, leis e entendimentos específicos relativos à destinação dos corpos, quanto a espacialidade do óbito, nas formas de usos da terra para sepultamentos em âmbito público. Essas ponderações embasam os princípios do texto desenvolvido.

2.4.1 Considerações iniciais

Este é um estudo de compreensão das políticas nacionais que contribuem na construção do ambiente cemiterial vigente no Brasil, com distinção de processos relacionados à administração pública, regente da gestão de cidades e da coordenação de políticas urbanas; à produção científica, promotora de estudos de impactos urbanísticos; e à sociedade civil, indutora de interferências em campos de ação rotineiros para regulação das atividades e empreendimentos. Inserida “[...] no cerne de uma definição mais precisa e consistente do termo sustentabilidade [...]” (NETTO; VARGAS; SABOYA, 2012, p.262), a análise pertinente aos cemitérios recai sobre esta questão, cujo funcionamento é capaz de interferir na dinâmica cidadina, impactando a qualidade de vida da população.

Entendido como *lócus* da atividade legal, política e social, para o espaço público destinado às necrópoles, há diferenciadas possibilidades de realização desta ação a partir do conhecimento dos marcos regulatórios vigentes, dos processos de racionalização e da orientação dos usos do território referentes aos sistemas de repositórios cicláveis de corpos inumados, bem como da avaliação das interações das normativas com as práticas cotidianas. No presente trabalho, a vertente empírico-analítica desses relacionamentos foi intermediada pela aplicação de questionário, divulgado digitalmente à população, aliada à observação *in loco* de cemitérios municipais, somada a levantamentos informativos em meios digitais e em artigos científicos relacionados à temática cemiterial, selecionados em pesquisa anterior, por intermédio de revisão sistemática de literatura (RSL).

Sob a perspectiva crítica de análise do cemitério público e de sua incorporação como produto concebido e atuante em benefício da coletividade, entende-se que as orientações proporcionadas por diretrizes normativas devem servir para efetivação de direitos sociais e ambientais. Nesse sentido, devem auxiliar na composição de metas universais, como os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), vinculados à Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU – UN, 2021).

Dentre as 17 metas de sustentabilidade e prosperidade para o planeta e para as pessoas, cabe observar que as condições dos cemitérios podem apresentar ligação direta ou indireta com mais de uma delas, como as de números 3, que

almeja a boa saúde e bem-estar do cidadão; 6, que procura meios de destinação de água limpa e saneamento; 9, cabendo ao tema o que diz respeito à inovação e infraestrutura; 10, que visa reduzir desigualdades; 11, que busca a construção de urbes e comunidades sustentáveis; 15, que é voltada à perpetuação da vida sobre a terra; e 17, que é direcionada à proposição de parcerias. Avaliando a necrópole pela perspectiva do direito à cidade, cabe ressaltar a importância de trabalhar semelhantes propósitos, corroborando com o conceito de “salvar o planeta da degradação, sobretudo por meio do consumo e da produção sustentáveis [...]” (ONU-BR, 2018, s.p.).

Com base nos elementos legais, identificam-se agentes compulsórios na rotina da gestão técnica e administrativa das cidades dos mortos, visando alcançar o direito ao desenvolvimento sociotécnico, somado às políticas governamentais. Analisadas as diretrizes vigentes para atendimento e observado o panorama dos cemitérios públicos, presume-se a redundância do modelo de abordagem por parte dos agentes, necessitando esforços conjuntos que impliquem na conexão sistemática dos fatores relacionais, para garantir a continuidade do serviço.

A contribuição proposta às questões teóricas e práticas parte da assertiva de que a maioria dos cemitérios brasileiros foi planejada no século anterior e tem capacidade excedida, seguindo modelos arriscados em termos ambientais e de saúde humana, sendo importante a análise da sua adaptação a novas dinâmicas sociais decorrentes da constante urbanização, de flutuações populacionais, mudanças socioeconômicas e, conseqüentemente, problemas relacionados à administração desses equipamentos sob a ótica do cidadão. Para a necrópole, distinguem-se – enquanto assunto diversificado – considerações como agente causador de impactos e ocupante do espaço urbano, carente de questionamentos quanto a marcos regulatórios para sua gestão, analisando-se responsabilidades do poder público e da sociedade civil na destinação dos corpos sem vida.

Diante dessas colocações, o **objetivo** deste estudo é distinguir questões centrais da temática no Brasil¹, baseado na seguinte **questão investigativa**: quais são os processos que cercam a realidade brasileira sobre o assunto? Para a viabilização das suas respostas, parte-se referências de teorias sobre os temas envolvidos.

¹ Inerente ao quarto objetivo específico da tese (ver Seção 1 – Introdução).

2.4.2 Referenciais teóricos

Os principais assuntos estruturantes deste trabalho compreendem o cemitério, como tema diversificado no Brasil; aspectos de saúde humana e qualidade ambiental; a ocupação dos espaços citadinos por necrópoles; e as responsabilidades do poder público e da sociedade civil sobre essas questões. Nesse contexto, destacam-se as contribuições de Justino Adriano Farias da Silva (2000), tratando de direitos funerários sob perspectivas aplicadas, e de Leziro Marques Silva (1998), no tocante à organização político-sanitária. Para a utilização de territórios citadinos por necrópoles, vale menção à abordagem de Roberto Lobato Corrêa (2000; 2002[1989]; 2012) sobre o espaço urbano e a formação espacial como apoio importante ao debate.

Na fundamentação teórico-conceitual, contribuem mais expressivamente os estudos supracitados. Porém trabalhos de outros pesquisadores também foram efetivos em sua construção, compondo a base de referenciais do texto. O prosseguimento do estudo foi baseado na determinação de métodos e técnicas para o seu desenvolvimento.

2.4.3 Procedimentos metodológicos

Com caráter exploratório, descritivo e analítico, além de natureza interpretativa, a pesquisa teve como *locus* o território brasileiro. Os procedimentos utilizados para investigação do problema foram, em um primeiro momento, a identificação de dados necessários ao conhecimento dos marcos regulatórios vigentes nos âmbitos municipal, estadual e federal, a partir de investigação teórica e consulta a agentes da administração pública, bem como da iniciativa privada, atuantes no setor cemiterial.

No segundo momento, observou-se a aplicabilidade de normativas, identificando práticas contrárias, conferidas de duas formas. Na primeira, com vistas à diversificação de realidades, analisou-se, em visita técnica, dois cemitérios públicos de Curitiba, capital do Paraná – o Água Verde e o São Francisco de Paula, outro no mesmo estado – o Cemitério Municipal de União da Vitória, e, ainda, em Santa Catarina – o Cemitério Municipal de Porto União.

Além disso, realizou-se levantamento em meio digital, identificando-se ambientes cemiteriais por meio do Google Earth (2021), sendo observados quatro pontos principais: diversidade na tratativa do tema; questões de saúde humana, interferências na qualidade ambiental, ocupação dos espaços urbanos e responsabilidade do poder público e da sociedade civil. Na sequência, procedeu-se à análise comparativa para interpretação da interação de normativas às práticas cotidianas.

Para um terceiro momento de pesquisa e com a intenção de observar a percepção do usuário, foi aplicado um formulário *online*², por meio do sistema gratuito Google Forms. Justificados pela intenção de captar diferentes realidades e pontos de vista, os critérios de seleção da amostra foram baseados na diversificação de gênero, idade, escolaridade e cidade de moradia.

O envio do formulário foi efetivado de modo tanto controlado para pessoas específicas, por WhatsApp e *e-mail*, como indiscriminado para mensuração geral, com postagem do *link* para acesso no Facebook. Um total de 526 participantes responderam ao questionário, cujas variáveis consideraram observações conflitivas identificadas no primeiro e segundo passos. A partir da observação da legislação, procurou-se identificar como a relação cemitério-cidade tem sido vivenciada na prática diária e de que maneira a sociedade percebe realidade cotidiana, o que é adiante detalhado.

2.4.4 Resultados analíticos

Conforme anteriormente mencionado, neste item é abordado o cemitério tanto pela sua diversidade interpretativa no país quanto pelos seus condicionantes sanitários e ambientais. Subsequentemente, tem-se o tratamento deste objeto, por um lado, pela ótica da sua ocupação dos espaços urbanos e, por outro, pela vertente de responsabilidades do poder público e da sociedade civil.

²

Ver Apêndice E.

2.4.4.1 Cemitério como assunto diversificado no Brasil

Os resultados empírico-analíticos encontrados denotam diretrizes vigentes que dizem respeito ao ordenamento e controle do uso do solo, identificando normatizações para as necrópoles brasileiras e ensejando uma sequência de leis e entendimentos específicos relativos à destinação dos corpos e à espacialidade da morte. Seja na vigilância sobre as formas de utilização da terra, na gerência do espaço disponível, na administração da infraestrutura e do meio ambiente, os cemitérios requerem normatização por motivações diversas.

De modo abrangente, esses equipamentos são tratados como item da política urbana na Constituição Federal, pela constatação da necessidade de “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes” (BRASIL, 1988, Artigo 182). De maneira diversificada, seguem especificidades, podendo ser tratados pela área da Assistência Social, por diversos campos do Direito (Constitucional, Funerário e Penal, por exemplo), pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), por agências ambientais estaduais e de planejamento municipais, além do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN – para os cemitérios patrimoniais), observadas, ainda, questões hidrossanitárias, geográficas, de saúde pública, trânsito e registro civil, dentre outras.

Durante o processo investigativo, foram observadas variadas demandas, as quais requerem programas normativos específicos. Desta especificidade temática, decorre a abertura de rede significativa de atores. A Figura 2.4-1 oferece uma noção geral sobre o expressivo volume de agentes envolvidos no funcionamento e trâmites da gestão cemiterial. Em meio a essa complexidade e às conexões formadas pelas demandas geradas, o que se estima distinguir é sobre quem recaem as responsabilidades de regulamentação.

Figura 2.4-1:

Representação de nuvem de palavras-chave referentes à gama de agentes envolvidos na gestão cemiterial pública nacional



Fonte: Elaborada com base em dados da revisão sistemática de literatura.

Embora a intenção seja considerar o momento presente, verifica-se que o material disposto apresenta um marco inicial no ano de 1890, período do Governo Provisório na então recente proclamação da República, proibindo, intervenções da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagrando a plena liberdade de cultos e extinguindo o padroado “com todas as suas instituições, recursos e prerrogativas” (BRASIL, 1890, Artigo 4º), o que marcou a laicização do Estado. Os cemitérios passaram, então, a ter caráter secular, mudando o domínio para o setor público, sendo administrados pelas autoridades municipais. O Parágrafo 10 do Artigo 141 da Constituição de 1937 manteve a secularização, bem como a gestão sob a égide dos Municípios (BRASIL, 1937), admitindo, porém, a possibilidade do seu estabelecimento por particulares, estando, no entanto, sujeitos à fiscalização das autoridades competentes.

Com a promulgação desse texto constitucional, transferiu-se ao Governo o poder político-administrativo da gestão dos cemitérios e, a partir dela, gradativamente, transmitiu-se à Administração Municipal a responsabilidade de cuidar da maior parte dos aspectos fúnebres. No entanto houve fervorosa resistência à perda de influência eclesiástica na determinação da localização desses equipamentos, cujos locais passaram a ser determinados pelo Estado (SILVA, 2000, p.580).

Não raro, grupos familiares abastados e doadores de propriedades para edificação de igrejas tinham direito a sepulcros privilegiados. Em 1831, quando foi editada a lei que proibia a instalação de sepultura dentro dos templos e foram construídos novos cemitérios, “permitiu-se a qualquer família a construção, sem luxo, de um carneiro (sepulcro construído de alvenaria, em grandes blocos lineares, acima do solo, geralmente com quatro andares de compartimentos)” (SILVA, 2000, p.580).

Esta transição ocorreu em um período posterior ao enfraquecimento dos poderes tradicionais, em decorrência das agitações sociais, das pregações liberais e do crescimento da liberdade de imprensa, somadas às mudanças na representatividade política e alterações nos conceitos de cidadania (REIS, 2012[1991]). Segundo Silva (2015, p.37), pouco antes da mudança de competência na administração cemiterial, teve início amplo questionamento das ingerências da Igreja nos serviços do Governo, tendo sido as necrópoles alvos de intensos debates, aquecidos a partir da segunda metade do século XIX. Medidas como a de 1869 em Goiás, na qual foi baixada “uma resolução transferindo para o zelador do Cemitério São Miguel as atribuições do capelão” (SILVA, 2015, p.37), foram reduzindo o poder de interferência eclesiástica.

Embora tenha ocorrido como desfecho de um processo, a transferência de poder administrativo não foi unanimemente aprovada, havendo opositores das ideias secularizantes. Entre grupos católicos, havia o entendimento de que a função estando a cargo da Igreja, ajudaria no encaminhamento da alma. Silva (2015, p.42) faz sugestão pacificadora, sugerindo que a retirada do encargo de administração do clero não significaria um “abandono e/ou fim da presença religiosa nessas cerimônias, tampouco que a salvação da alma não mais preocupasse os testadores”, pois “os cuidados com os destinos no além” teriam continuidade.

Rodrigues (2005, p.341) compartilha do mesmo fundamento, advertindo quanto a problemática de culpar a secularização pela redução do Cristianismo, pois seria um erro “supor que as transformações operadas neste padrão de cristianização implicaram a eliminação dos conteúdos cristãos e/ou da religiosidade dos fiéis”. Porém, para o autor, seria positivo o fato de terem rompido, em certa medida, com o que Silva (2015, p.42) nomeia de “pedagogia do medo”, em atos que acompanhavam os procedimentos fúnebres, como doações nos testamentos, as quais supostamente ajudariam no “bem-morrer” de um católico. Na Colônia e no Império brasileiros, o catolicismo se estabeleceu como religião oficial. Conforme narra Carmo (2018), a união entre Igreja e Estado fez com que a morte e tudo que a envolvia fosse exclusividade do clero.

Decerto, com o catolicismo imposto no Brasil e sob o jugo de uma aliança entre a casa real portuguesa e o Vaticano, possibilitou ao império português legitimar seus interesses temporais e seus métodos de atuação, sob o pretexto da salvação de almas e da difusão da fé e cultura cristã (CARMO, 2018, p.158).

Determinado o marco da transferência administrativa, gradualmente o campo político-jurídico foi se ampliando. Em 1988, a Constituição Federal estabeleceu a competência do Município para organizar e prestar, diretamente, ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, entre os quais estão incluídos os de saneamento e cemitérios (BRASIL, 1988). No entanto os agentes de regulação que normatizam o funcionamento cemiterial estão distribuídos entre os três níveis de governo – federal, estadual e municipal.

O Artigo 5º do texto constitucional especifica o direito a uma destinação digna (BRASIL, 1988). As complementaridades e particularidades nas tratativas de gestão foram distribuídas entre as diferentes competências e atribuições, fixadas por normas legislativas, havendo funções cabíveis à União e aos Estados, sendo os serviços funerários municipais os maiores responsáveis pela prestação deste tipo de atendimento à população. Cabe aos Municípios administrar cemitérios e crematórios públicos, além de fiscalizar os pertencentes a entidades particulares, agindo em conformidade com as leis ordinárias e demais normativas locais.

Cabe à gestão dos cemitérios a responsabilidade sobre concessão de sepulturas para inumação (sepultamento) e ossários; a autorização para exumações e reinumações; a permissão e fiscalização de construções funerárias, a escrituração dos cemitérios e o controle dos serviços executados. Ainda compete a esse serviço

municipal, a administração de fornos crematórios e os procedimentos para cremação de restos mortais, quando cabível.

Publicado em 10 de julho de 2001, o Estatuto da Cidade (Lei Federal N 10.257/2001 – BRASIL, 2001), regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo diretrizes gerais da política urbana e dando outras providências. Este dispositivo legal encarrega o poder municipal do gerenciamento adequado do ordenamento territorial, visando à sustentabilidade cultural, social, política, econômica, institucional e ambiental.

Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental (BRASIL, 2001, Artigo 1º, Parágrafo único).

Dentro das diretrizes gerais, estabelece, no seu Artigo 2º, a garantia do direito a cidades sustentáveis, com o saneamento ambiental exercendo importância fundamental para a qualidade de vida dos seus habitantes. Igualmente, determina que haja cooperação entre os diversos setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento aos interesses sociais, e ordenação e controle da ocupação do solo.

Também define que se deve evitar a “proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes”, as utilizações “inadequadas em relação à infraestrutura urbana”, a “deterioração das áreas urbanizadas” e a “poluição e a degradação ambiental” (BRASIL, 2001, Artigo 2º, Alínea VI). Desse modo, a seleção de locais adequados ao sepultamento de corpos em cidades implica tanto no desenvolvimento técnico e na participação de profissionais habilitados, quanto na distribuição justa e organizada de usos do solo.

Quanto aos fundamentos técnicos, deve existir integração de informações entre instituições. Para a questão ambiental, há o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), a quem compete dispor sobre o licenciamento de cemitérios. Suas resoluções visam atender aos dispostos na Constituição Federal e na Lei Federal N° 6.938, de 31 de agosto de 1981 (BRASIL, 1981; 1988), quanto a “controlar o lançamento no meio ambiente de poluentes, proibindo o lançamento em níveis nocivos ou perigosos para os seres humanos e outras formas de vida” (CONAMA, 2005, Preâmbulo).

Essa finalidade é compatível com os objetivos do Artigo 225 da Constituição Federal, cujo Inciso IV do Parágrafo 1º recomenda que deve ser exigido, por lei, o estudo prévio de impacto ambiental para empreendimentos que causem danos significativos ao meio. Alinhado aos cuidados quanto aos riscos à saúde pública e ao ambiente, o Parágrafo único do Artigo 5º da Resolução CONAMA N° 316, de 29 de outubro de 2002 (CONAMA, 2002) disciplina processos de tratamento térmico, importando aqui o sistema crematório, prevendo, dentre outras especificidades, que o transporte dos seus resíduos deverá atender a política ambiental do Ministério dos Transportes.

Neste enquadramento específico, tem-se o envolvimento de outros agentes, como os previstos no Artigo 24 da mesma resolução, que dispõe que a implantação do sistema de tratamento térmico de resíduos de origem urbana deve ser precedida por ações integradas com o de coleta e estar de acordo com planos municipais de seu gerenciamento. Da variedade de agentes e cuidados no atendimento diversificado, depreende-se a importância do assunto.

De modo a ampliar o entendimento sobre a diversificação na tratativa dessa temática, toma-se, como exemplo, o Plano Municipal de Saneamento Básico de Curitiba (CURITIBA, 2017), que trata, em seu volume IV, do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e atende as respectivas leis federais (BRASIL, 2007; 2010). Elencando a rede de atores participantes do projeto, estão a Prefeitura Municipal e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA). Para elaboração do plano, foi instituída comissão coordenada pela SMMA e composta por representantes governamentais, acadêmicos e da sociedade civil.

Embora trabalhando em torno do interesse comum de formatar documento de gerência para resíduos sólidos gerados na urbe, observa-se diversificação na tratativa de cada ator, compondo um rol de secretarias municipais (de Finanças – SMF, de Governo Municipal – SMG, de Planejamento – SEPLAD, de Obras Públicas – SMOP, da Saúde – SMS – e de Urbanismo – SMU), além de outras entidades do Município (Câmara de Vereadores de Curitiba – CVC, Companhia de Habitação Popular de Curitiba – COHAB, Conselho da Cidade de Curitiba – CONCITIBA, Conselho Municipal de Saúde – CMS, Conselho Municipal do Meio Ambiente – CMMA, Coordenadoria Municipal da Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC – e Procuradoria Geral do Município – PGM), do Estado (Companhia de Saneamento do

Paraná - SANEPAR) e da União (ANVISA, CONAMA e Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA), dentre outras de categorias distintas, porém, de atuação complementar, visando à eficiência na identificação e organização de dados técnicos.

Uma das preocupações latentes do tema sob os pontos de vista legal e técnico é a distinção de processos, prezando pela eficiência dos serviços. O SISNAMA, por exemplo, trata dos resíduos de serviços de saúde potencialmente infectantes quanto a classificação, acondicionamento e identificação em necrotérios, funerárias e serviços onde se realizem atividades de embalsamamento. A ANVISA cuida para que seja minimizada a exposição aos agentes biológicos contaminantes como rejeitos radioativos.

Os esforços investigativos na tratativa da temática são diversificados, tanto no Brasil quanto internacionalmente. Verificam-se múltiplas referências, congregadas em áreas, como a avaliação de impactos ambientais decorrentes da atividade cemiterial e respectivas questões jurídicas (BAUM; BECEGATO, 2018), os problemas de saúde humana (PACHECO, 2000), as práticas dos Direito Funerário e do Direito de Família (HOSN, 2014; SILVA, 2000), as questões relativas ao túmulo propriamente dito (ADISSI, 2010) e as análises de consequências da ocupação dos espaços urbanos por cemitérios (CYMBALISTA, 2002; SILVA, 1998).

Em bibliometria realizada em estágio inicial de elaboração da investigação, verificou-se que, nas bases Scopus, Scielo e Web of Science, as categorias privilegiadas com maior quantitativo de pesquisas entre os anos 2010 e 2019, as áreas que conjugam os termos “*cemeter**” (“cemitério*”) e “*cit**” (“cidade*”) ou derivam da sua combinação com variações das palavras “*necropol**” (“necrópole*”), “*urban**” (“urban*”) e “*graveyard**” (equivalente em português a “cemitério*-jardi*”) demonstram maior permeabilidade nos periódicos com conteúdos voltados a Ciências Sociais e Ambientais, Estudos Culturais, História e Medicina.

As atividades relacionadas ao estudo de reflexos dos cemitérios no meio urbano, bem como a realização de registros históricos, têm sido valorizadas no Brasil, constatando-se a aplicação de recursos e incentivos públicos mais fortemente nestas áreas. Recentemente, devido à pandemia da *coronavirus disease* 2019 (COVID-19), intensificaram-se os estudos relacionados a contaminantes e bioindicadores, mantendo-se, ainda, a relação dialética das necrópoles com a memória social.

A arte funerária integra o campo da História Social e tem recebido atenção de pesquisadores, professores e membros de instituições como a Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC), fundada em 2004, que protagonizam publicações de artigos, edições de livros, lançamentos de catálogos temáticos e realização de debates e encontros internacionais e nacionais. Todavia restam questionamentos a serem debatidos.

2.4.4.2 Questões de saúde humana e qualidade ambiental

Diversos órgãos nacionais, inclusive o Ministério da Saúde, propõem normas, coordenam atividades e executam ações de monitoramento dos fatores abióticos e biológicos com potencial repercussão em aspectos de interesse sanitário. O Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental (SINVSA), por exemplo, compreende um conjunto de medidas e serviços prestados por entidades públicas e privadas e propõe a prevenção e controle de aspectos de risco no que diz respeito a:

- I. água para consumo humano,
- II. ar,
- III. solo,
- [...]
- IV. contaminantes ambientais e substâncias químicas,
- VII. fatores físicos,
- VIII. ambiente de trabalho (MS, 2005, Artigo 1°).

Dentro do ordenamento jurídico, a Resolução CONAMA N°335, de 03 de abril de 2003 é uma das tratativas de maior influência na adoção de medidas para solucionar problemas referentes ao meio, provendo normativas específicas para cemitérios. Em síntese, rege as condições mínimas necessárias para este tipo de empreendimento atuar dentro dos parâmetros de licenciamento ambiental (CONAMA, 2003).

Complementar à anterior, a citada Resolução CONAMA N°316/2002 considera “que o princípio da precaução é o fundamento do desenvolvimento sustentável” (CONAMA, 2002, *caput*) e regulamenta os sistemas de tratamento térmico de resíduos, ou seja, aqueles cuja operação seja realizada acima da temperatura mínima de oitocentos graus Celsius.

Dada à periculosidade da instalação dos crematórios, busca a redução das emissões totais de poluentes com propriedades tóxicas, com vistas a "disciplinar os processos de tratamento térmico de resíduos e cadáveres" (CONAMA, 2002, Artigo 1º), enquanto fontes potenciais de risco ambiental e de emissão de poluentes perigosos, podendo constituir agressões à saúde e ao meio quando não estiverem corretamente instalados, operados e mantidos.

São ações que visam garantir direitos à função social das urbes como a garantia expressa no Estatuto da Cidade quanto ao "bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental" (BRASIL, 2001, Artigo 1º, Parágrafo único). O mesmo instrumento institui que:

a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas [...] (BRASIL, 2001, Artigo 39).

A finalidade do Direito Urbanístico, em parte transcrito acima, preconiza a necessidade de planejamento do espaço urbano, somando-se à tomada de consciência quanto à determinadas situações, cujas melhorias também dependem da organização e capacitação de cada Município e da própria sociedade.

Lezire (2016), em desenvolvimento de tecnologia relacionadas à hidrogeoambiente-sanitarismo e contaminação ambiental por resíduos, principalmente o necrochorume por cadáveres, idealiza a elaboração de normas técnicas específicas para projetos de necrópoles, como as da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), ensejando a edição da Resolução CONAMA Nºs 335/2003, bem como das de Nºs 368, de 28 de março de 2006, e 402, de 17 de novembro de 2008 (CONAMA, 2003; 2006; 2008), sendo detentor de patentes na descontaminação de cemitérios horizontalizados, verticalizados e crematórios, com necroxidantes. O pesquisador investigou a situação de 600 áreas cemiteriais do país (75% municipais e 25% particulares) e constatou que de 15% a 20% delas apresentam contaminação do subsolo pelo necrochorume, líquido formado quando os corpos se decompõem, com cerca de 60% das observações em necrópoles públicas.

Silva et al. (2006) compararam cemitérios a aterros, ressaltando que aqueles podem ser ainda mais impactantes, produzindo gases como o metano, que podem ser lançados ao ar livre, provocando odores e contribuindo para o efeito estufa, com presença de organismos patógenos, poluição visual e demais efeitos adversos. Mota Júnior (2012, p.37) complementa que seria como “um aterro com grande quantidade de lixo hospitalar que carrega consigo bactérias e vírus de todas as espécies, que foram, provavelmente, a *causa mortis*”.

Silva et al. (2006) destacam doenças de veiculação hídrica ligadas aos corpos contaminados. A hepatite infecciosa, a febre tifoide e o cólera, de alta letalidade, estão entre as principais no Brasil, podendo o transporte de necrochorume e patógenos ser acelerado com as águas das chuvas. Esses indicativos ratificam a necessidade de atuação dinâmica do Estado no cumprimento de direitos e garantias.

Pelos princípios constitucionais, a administração pública deve obedecer a “princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência” quanto às patologias relacionadas à inumação (BRASIL, 1988, Artigo 37). A ANVISA é o órgão do Ministério da Saúde responsável por oferecer alertas, informes, comunicados para prevenção e vigilância epidemiológica de infecções oriundas do manuseio de corpos de indivíduos potencialmente contaminados, bem como de eventos adversos, tanto nos serviços da saúde quanto nos demais prestadores que possam manter contato físico. Assim, pretende prestar auxílio para gerenciamento de riscos e para desenvolvimento da percepção a respeito de perigos à saúde, especialmente sob a ótica sanitária (ANVISA, 2020) Em nota técnica, oferece protocolos para minimização da chance de exposições de familiares e profissionais da saúde e de funerárias quanto à *severe acute respiratory syndrome coronavirus 2* (SARS-CoV2) no manejo de corpos no contexto do novo coronavírus.

No entanto, das interfaces entre processos e mecanismos técnicos de controle, aos instrumentos de coordenação, como planos municipais e regionais de saneamento e de tratamento de resíduos sólidos, representam desafios, pois dependem da gestão integrada dos órgãos competentes. O arcabouço legal existe, porém, pode ser vacilante quanto à adoção de medidas incidentes, por exemplo, sobre cemitérios antigos.

Mesmo sendo previsto que “os órgãos estaduais e municipais de meio ambiente deverão estabelecer [...] critérios para adequação dos cemitérios existentes [...] (CONAMA, 2003, Artigo 11), a aplicação desta determinação depende dos Município e Estados. Cabe mencionar outras disposições pouco específicas, como “os resíduos sólidos, não humanos, resultantes da exumação dos corpos deverão ter destinação ambiental e sanitariamente adequada” (CONAMA, 2003, Artigo 9°).

Significa que as municipalidades precisam estar capacitadas para tais finalidades. As dificuldades são ainda maiores para cemitérios clássicos, conforme lembra Pacheco (2000) no caso de São Paulo, com exemplares construídos no século XIX, ocasionando impactos estético-urbanísticos e sanitários.

Para medir o problema, tome-se a publicação da agência de notícias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), de que em 2017, mais de 41% dos municípios brasileiros não haviam elaborado, àquela época, seus planos de saneamento básico, por meio dos quais são apresentados diagnósticos, objetivos e metas, dentre outras finalidades. Apenas cerca de 28% possuíam políticas municipais que traçavam diretrizes gerais para esses serviços, revelando a significativa insuficiência de preparo de municipalidades brasileiras.

Segundo Hochman (2012[1998]), há conhecimento de elos de interdependência da saúde na transmissibilidade de doenças e iniciativas de enfrentamento das situações de carência desde as bases da política da saúde pública no Brasil da Primeira República. Há casos, como o de São Paulo, em que foram desenvolvidas iniciativas autônomas de enfrentamento sanitário, “cruciais para o alargamento da presença do Estado” (HOCHMAN, 2012[1998], p.13).

Entrando na seara regulatória do controle de qualidade do ambiente construído, percebe-se que, de modo geral, os cemitérios estão sujeitos cotidianamente, não somente a ações regulatórias, mas também àquelas provenientes das suas utilizações pelos cidadãos. As negativas, derivadas do mau uso, resultam de vandalismo, descuido, abandono e redundâncias na abordagem fiscalizatória, acarretando cenários como os da Figura 2.4-2, constituindo, ao mesmo tempo, características estéticas desagradáveis e agravos à saúde humana e ambiental.

Figura 2.4-2:

Vistas de cenários inadequados em cemitérios brasileiros comprometedores da saúde humana e da qualidade ambiental



Fonte: Acervo pessoal

É senso comum que o teor das imagens mostradas fazem parte da rotina dos visitantes dos cemitérios públicos brasileiros e que há diferenças destes para os serviços oferecidos por particulares. Em pesquisa realizada por meio da citada aplicação de questionário a 526 pessoas, observa-se que, em termos de qualidade de ambiente e serviços, a organização da prefeitura municipal quanto aos cemitérios públicos das cidades dos entrevistados está entre insatisfatória e mediana para aproximadamente 46% deles.

Quando questionados sobre os motivos que os levaram a realizar sepultamento de familiar em cemitério particular, mais de 43% dos respondentes procuravam modelos diferentes do tradicionalmente oferecido pela rede pública. Cerca de 27% afirmam que foram motivados pela eficiência dos privados e quase 12% alegam que a falta de vagas nos municipais fez com que procurassem os particulares.

Confirma-se, assim, o descontentamento do usuário quanto à estrutura oferecida pelos agentes governamentais à população que precisa contar com os serviços públicos de sepultamento. Há respostas que extrapolam o poder regulamentar da administração pública e são transferidas à outras esferas.

No caso de necessidade de atuação do Poder Judiciário, tome-se o exemplo do Decreto Municipal N° 1.202/2011, que institui o Regulamento dos Cemitérios de Curitiba. Este instrumento legal disciplina, por meio do Artigo 33, que cabe aos servidores públicos legalmente investidos a guarda e policiamento dessas

áreas cemiteriais, sendo autorizado o serviço de segurança terceirizado (CURITIBA, 2011).

Deparando-se com uma suposta reclamatória, onde o prejudicado alega a ocorrência de ato criminoso em sepultura familiar de cemitério público, resta a dúvida sobre quais procedimentos da legislação seriam cabíveis. Para a situação de o interessado provar que o fato tenha gerado, por exemplo, dor, sofrimento e sentimentos íntimos relacionados à falta no dever de vigilância e cuidado na guarda dos túmulos, cabe ação indenizatória por danos morais e materiais ao reclamante, por responsabilidade subjetiva do Município, cuja representação recai sobre outro responsável, ou seja, o Poder Judiciário. Caso semelhante foi julgado em 2011 no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, em que o magistrado aplicou jurisprudência, dando ganho de causa ao solicitante, conforme ato publicado no Diário da Justiça daquele Estado (TJ-RS, 2011).

Instrumentos de controle legal devem agir para impedimento de agravos, inclusive à saúde humana e ambiental. O próprio Ministério da Saúde, por meio da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA, 2002, p.10), propõe a construção de um sistema de informação visando à “interação dos registros dos diversos sistemas da área de saúde com dados ambientais” e permitindo a produção de informações e indicadores necessários à gerência de riscos.

Utilizando como ferramenta fundamental, o georreferenciamento de dados dos sistemas de vigilância sanitária relacionados a componentes biológicos, contaminantes ambientais e qualidade da água, ar e solo, dentre outros, possibilita a elaboração de mapas de vulnerabilidade em apoio a tomadas de decisão, constituindo-se “no conjunto de ações e serviços que proporcionam o conhecimento e a detecção de fatores de risco ao meio ambiente que interferem na saúde humana” (FUNASA, 2002, p.20). Na época, havia atenção a ameaças biológicas relacionadas a vetores de doenças, ocorrendo na atualidade novas demandas, como aquelas relacionadas à interação com a COVID-19.

Os processos de urbanização geram consequências para saúde humana e qualidade ambiental, a partir da própria conformação da morfologia das cidades (LAMAS, 2014[1993]). Essas decorrências podem ser guiadas – ou não – por instrumentos de controle.

2.4.4.3 Ocupação dos espaços urbanos por cemitérios

Para Lefévre (2000[1974], p.47), o espaço “envolve as contradições da realidade à medida que é um produto social”. Assim é interpretado como algo multifacetado, constituído de dimensões que extrapolam os sentidos físico e geográfico, representando, além destes, o lugar da “não ação”.

De modo complementar, o entendimento de Corrêa (2002[1989], p.6) é de que o espaço urbano é “fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas”. Nesse contexto, é, em termos gerais, o conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si”.

De acordo com Foucault (2014[1975], p.184), “no final do século XIX já se podia observar a construção de ruas, quadras e lotes formados por túmulos”. Percebe-se, desde então, semelhanças da necrópole com o espaço urbano.

Vistos dessa maneira, os elementos morfológico-espaciais de ambas (necrópole e urbe) compõem um rol de edifícios, lotes, quarteirões, praças e mobiliário (LAMAS, 2014[1993]), dentre outros. Resultam, assim, em formas, materializadas sobre os aspectos quantitativo, relacionado a volumes, densidades e coeficientes; qualitativo, referente a conforto e comodidade; funcional, condizentes com usos a atividades humanas; e figurativo, comunicativo e orientativo, vinculados à paisagem, à imagem e à estética. Da variação de contextos, combinações e escalas, forma-se a cidade, cujas respostas ao enfrentamento de características como as topográficas, molda inclusive a configuração dos cemitérios.

Estes últimos elementos da paisagem antrópica, nas melhores realidades, seguem morfologias projetuais e especificações técnicas, constando em planos diretores, passando por avaliações constantes de institutos e sistemas municipais, subordinados a diretrizes estaduais e federais. Em vários sentidos, os projetos são cada vez mais necessários, considerando-se a observação de Thompson (2015) sobre o atual enfrentamento de problemas relacionados à falta de espaço físico, tanto em cidades quanto em cemitérios.

Para suas resoluções, há uma variedade de proposições, partindo do método conservador de implantação de “sepulturas rotativas” adaptadas ao sistema de sepultamento convencional, em que “manteriam enterrados apenas os corpos em estágio de decomposição. Após essa fase os ossos seriam retirados e encaminhados aos ossuários” (THOMPSON, 2015, p.20).

Além das soluções comentadas pelos respondentes do citado questionário, observam-se outras diversificadas para disposição dos mortos. Há, por exemplo, a verticalização, sugerida por Silva (1998), os sistemas de compostagem humana adotados principalmente nos Estados Unidos (MERCADO, 2021) e a cremação, que dentre os processos de ciclagem de corpos humanos, por enquanto é o de maior otimização espacial.

No entanto, para fazer ou refazer o espaço urbano, faz-se necessária a ação de atores sociais, conforme analisado por Corrêa (2012, p.43), caracterizados nas figuras do Estado, dos promotores imobiliários, de grupos sociais excluídos, de proprietários fundiários e de empresas comerciais, dentre outros capazes de interferir na morfologia, conforme a acessibilidade. Em se tratando de ocupação e usos do solo, a distinção entre núcleos centrais de interesse e zonas periféricas está sujeita a protagonismos sociais desses agentes espaciais.

Na avaliação de Serpa (2007) sobre espaços públicos da cidade contemporânea, a partir dos anos 1990 a implantação de parques públicos está subordinada a diretrizes políticas e ideológicas devido à sua alocação em áreas decadentes, que, assim, são recuperadas em atendimento a anseios da nova classe média, sendo, neste caso, computados diversos agentes. Quanto ao espaço e suas funcionalidades, Lamas (2014[1993]) menciona que este ator pode ser o próprio usuário, que, ao demonstrar seu gosto por programas culturais, por exemplo, tem como área de lazer não mais os parques e praças, mas os cemitérios.

Na prática do planejamento urbano, as necrópoles são, em síntese, construídas para sua função primordial, de destinação dos falecidos. Entretanto, embora seja uma situação paradoxal para muitos, tem se manifestado como ação cultural pela sua mercantilização como atração turística, sendo ambas as práticas mundialmente crescentes. A cidade de São Paulo, por exemplo, como outras tantas, apresenta roteiro aos participantes de visita guiada pelo Cemitério da Consolação (SFM-PMSP, 2021).

Estruturado para atender um público interessado no estabelecimento de vínculos proporcionados por projetos sociais e culturais, o cemitério da Saudade, em Piracicaba, São Paulo, teve sua fachada revitalizada por meio de pinturas murais, com o projeto “Colorindo a Saudade”. Internacionalmente, países como a Argentina, com o Recoleta e o Chacarita, certamente atraem turistas. Da mesma maneira, há interesse no Cemitério Jardim da Paz, onde recentemente foi sepultado o corpo de Diego Maradona.

Dessas condições podem derivar soluções para revitalização de áreas cemiteriais, ao funcionarem como equipamentos culturais, concentrando-se na visão de Serpa (2007), que tratando da cultura e participação popular, afirma que pessoas diferentes podem manifestar suas diferentes características culturais. Incorporando história e religiosidade, em espaços capazes de gerar identidade e representação social, este novo gosto, ainda em desenvolvimento no Brasil, pode atuar, em conjunto com diretrizes municipais e adequação da infraestrutura, na reestruturação de cenários antropizados.

Essas ações seguem o entendimento de Hardt e Hardt (2007, p.5301) de que “de maneira geral, as atividades humanas trazem reflexos imediatos à paisagem”. Na ocupação de espaços urbanos por cemitérios, a “integração, constância e participação”, segundo Hardt (2006), refletem na reestruturação paisagística, em alinhamento a instrumentos de coordenação, como planos diretores e leis orgânicas, dentre outros, melhorando os níveis gerais de implementação dos serviços ofertados pelos Municípios.

Outro modo possível de percepção da questão urbanística permitindo a ocupação de espaços urbanos por cemitérios é a inserção no discurso das capacidades locais de planejamento e gestão da área cemiterial. Tomando-se por exemplo duas cidades de porte médio (entre 25 a 100 mil habitantes – IBGE, 2018), como nos casos das vizinhas União da Vitória, Paraná, cuja população estimada para 2021 ultrapassa 58.000 habitantes, e Porto União, Santa Catarina, que abriga perto de 36.000 habitantes (IBGE, 2021b;c), há divergência dos seus sistemas de administração do sistema funerário.



Na última gestão do executivo local, a função da primeira foi desempenhada pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, diretamente pelo responsável pela pasta. A da segunda foi dividida entre três secretarias (de Obras, de Administração e Esporte, e de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente).

No Quadro 2.4-1, constam registros atuais em necrópoles municipais brasileiras. Uma das variáveis (3) mostra o mau estado de conservação de túmulos do Cemitério Municipal de Porto União, localizado na área central da cidade, próximo a moradias e ao hospital geral, havendo ao menos seis escolas em um raio de 800 m. Diversos dos seus túmulos estão avariados e não há sistema organizado de drenagem, nem arruamento em boas condições de acessibilidade, dentre outros problemas. Na cidade vizinha (União da Vitória), onde a situação é menos problemática (variável 2), foi publicado em 2020 edital de notificação dos responsáveis por sepulturas em condição de abandono e ruína nos cemitérios municipais Bom Jesus e São Cristóvão para regularização, sob pena de demolição e retomada dos lotes em desacordo.

Respaldadas por leis complementares e demais mecanismos legais de atribuições e competências, foi analisada uma cidade de grande porte próxima a Região Metropolitana de Curitiba, correspondente a Ponta Grossa, e a metrópole da própria capital paranaense, nas quais a gestão fica a cargo do serviço funerário municipal, mostrando melhora das condições quando comparadas a outros municípios, apesar de ainda não serem as desejáveis. O sistema nacional de políticas públicas e seus efeitos práticos mostram força quando somados às perspectivas organizacionais, havendo, no entanto, a necessidade de “esforços de elaboração de tipos ideais” (CORRÊA, 2000, p.121).

Quadro 2.4-1:

Síntese ilustrativa de relações técnicas entre variáveis de análise de cemitérios municipais brasileiros

VARIÁVEIS		REFERÊNCIAS	IMAGENS REPRESENTATIVAS
1	DIVERSIDADE NA TRATATIVA DO TEMA CEMITERIAL	Fatores histórico-patrimoniais explorados, como o turismo cemiterial em Curitiba, Paraná (SFM-PMC, 2020)	
		Projeto social e cultural Colorindo a Saudade, com pinturas murais no Cemitério da Saudade, Piracicaba, São Paulo (SEM-AC-PMP, 2021)	
2	QUESTÕES DE SAÚDE HUMANA E QUALIDADE AMBIENTAL	Cemitério Municipal Água Verde em Curitiba, Paraná, localizado em área inundável da bacia hidrográfica, em correlação positiva para contaminações (IPPUC, 1997)	
		Desobediências às normativas com riscos à saúde em União da Vitória, Paraná, onde túmulos abertos e acúmulo de detritos e água facilitam a proliferação de vetores de doenças (foto: autoria própria)	
3	OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS	Limitação do aumento da capacidade do cemitério por meio de ocupação consolidada em torno do Cemitério Municipal São Francisco de Paula, Curitiba, Paraná (GOOGLE EARTH, 2021)	
		Descumprimento da regra para cemitérios horizontais de recuo mínimo de 5 m da área de sepultamento em relação ao perímetro cemiterial com reflexos na vizinhança do Cemitério Municipal de Porto União, Santa Catarina (CONAMA, 2003) (foto: autoria própria)	
4	RESPONSABILIDADE DO PODER PÚBLICO E DA SOCIEDADE CIVIL	Déficit de vagas em cemitérios públicos de Curitiba, Paraná, com listas anuais com centenas de famílias inscritas para aquisição de terrenos (SFM-PMC, 2020)	
		Problemas de gestão visualizados em túmulos em situação de abandono no Cemitério Municipal de Porto União, Santa Catarina (foto: autoria própria)	

Fontes: Elaborado com base em Google Earth (2021), IPPUC (1997), CONAMA (2003), SFM-PMC (2020) e SEM-AC-PMP (2020).

Com relação a Curitiba, são necessários indicadores para caracterização da provisão de medidas para avaliação de decréscimos ou acréscimos do nível geral de implementação dos serviços públicos, com base em informações de determinado período, dados populacionais relacionados ao espaço territorial e demanda por sepulturas³. Resultados de pesquisa empírica mostram forte descontentamento dos cidadãos quanto aos produtos oferecidos pelos cemitérios municipais.

No que tange à percepção dos usuários, apenas cerca de 11% dos 483 respondentes do questionário nesta cidade entendem que, nos públicos, o controle de fluxo de sepulturas têm acompanhado demandas da população. Isso requer, além do apontado relativamente à qualidade dos serviços prestados, a análise comparativa com modelos existentes, já que pouco menos de 28% afirmam ter optado por cemitérios particulares devido à sua melhor organização, aproximadamente 14% por serem mais bonitos, quase 14% por oferecerem cremação e 30% por serem da configuração de "jardim".

Há que ser considerada a responsabilização do poder público em ofertar administração e infraestrutura adequadas às demandas populacionais, afinadas às dinâmicas socioespaciais. Observa-se, por meio de imagens de satélite no Google Earth, a condição de cemitérios municipais ilhados por construções alheias, assemelhando-se a minicidades superpovoadas, conforme pode ser visto em foto do anterior Quadro 2.4-1 (variável 3).

Tais dinâmicas, enfatizadas em função das “densidades demográficas, da renda e sua distribuição, e dos padrões culturais dominantes e subordinados” (CORRÊA, 2000, p.122), interferem nos usos do solo urbano. Nessa perspectiva, alteram a disposição anterior em ceder áreas de terra para cemitérios convencionais, em detrimento da disposição atual para outros fins, como moradia, sob os encargos de diferentes agentes.

³ Esta análise é feita nos itens relacionados aos resultados empírico-analíticos da presente tese.

2.4.4.4 Responsabilidades do poder público e da sociedade civil

Jacobi (2014[2010]) explica que, no contexto urbano, os problemas socioambientais se avolumam e a significância dos impactos resulta da dificuldade de gestão dos resíduos sólidos. Segundo o autor, são necessárias mudanças sociopolíticas que não comprometam os sistemas ecológicos e sociais relacionados aos usos e ocupação do solo, pois a ineficácia ou ausência de diretrizes públicas interferem negativamente na vida humana.

A resposta estaria no desenvolvimento de metas comuns para os resíduos sólidos, paralelamente ao esforço de “potencializar o envolvimento da população” (JACOBI, 2014[2010], p.180), aumentando a acessibilidade à informação de conteúdos educacionais. Com isso, enfatiza-se a importância das pesquisas exploratórias como base às políticas públicas.

Por outro lado, nota-se que, sob a perspectiva da atividade privada, tem havido sinergia entre administração e aplicação de recursos tecnológicos para o setor cemiterial, o qual, de certo modo, também atua na gestão de resíduos. Como membro do Sindicato dos Cemitérios e Crematórios Particulares do Brasil (SINCEP), Adissi (2010) apresenta sua visão como gestor particular dessas áreas, afirmando que este campo demanda processo eficiente, administração profissionalizada e investimento em novos serviços.

“Havendo boa vontade política” (JACOBI, 2014[2010], p.181), há meios de a administração pública lograr êxito ao suprir demandas, suplantando, ainda, a problemática ambiental. Há sinais de conquista de mecanismos técnicos, a exemplo da Lei Municipal N° 1.628, de 14 de dezembro de 2006, de São Lourenço do Oeste, Santa Catarina, que determina que “os cadáveres a inumar serão envoltos por invólucros absorvedores de necrochorume e serão encerrados em urnas constituídas por materiais biodegradáveis” e que “quando uma urna depositada em jazigo apresente ruptura ou qualquer outra deterioração, serão os interessados avisados a fim de o mandarem reparar”, embora falhe na sanção – “marcando-lhes o prazo julgado conveniente”, sem o especificar (SÃO LOURENÇO DO OESTE, 2006, Artigos 8° e 15). Em casos de urgência, caberá ao Governo Municipal a sua recuperação, sob os ônus dos responsáveis.

Entretanto, para Silva (2000), em obra que trata de implicações jurídicas da morte, o direito funerário se encontra difuso entre os demais ramos específicos da área. Esse fato dificulta a representação e o entendimento dentro de perspectivas do direito aplicado.

Com o falecimento da pessoa são disparadas questões que vão desde a abertura da sucessão até a destinação do cadáver. Entre essas questões estão o luto, a apuração da causa do evento morte, a possibilidade ou não de cremação, os serviços funerários que estão sendo ou serão disponibilizados, o transporte do corpo morto e o local do sepultamento ou da guarda das cinzas. Ao lado dessas questões, outras não menos relevantes, merecem referência: o respeito ao corpo, o direito à sepultura e a manutenção do local destinado ao cadáver (sepultura), bem como o respeito à história da pessoa falecida. Todas essas questões não são resolvidas em um único diploma legal (BARCELLOS, 2017, p.23).

Nesta esfera de ações jurídicas derivadas do evento da morte em si, Barcellos (2017, p.14) lembra que atuam leis que dispõem sobre bens de família, outras normas municipais e estaduais que direta ou indiretamente cuidam de questões relativas ao Direito Funerário. Nesse âmbito, algumas concedem gratuidade de sepultamento aos doadores de órgãos e serviços gratuitos para familiares de pessoas em estado de vulnerabilidade, enquanto outras disciplinam vários aspectos relacionados aos funerais.

Com relação às políticas públicas de enterramento e ao conhecimento acerca dos processos alocativos e do alcance do direito à cidade, há questões relacionadas a lapsos de entendimento. Essas insuficiências sobre normas regulamentadoras e legislação aplicada ocorrem tanto por parte de juristas quanto de gestores municipais, (BARCELLOS, 2017).

As falhas de compreensão são ainda mais marcantes em relação à população. Contudo é importante lembrar da importância da efetivação de direitos sociais quanto ao direito de sepultura, o *jus sepulchri*, com base no princípio da dignidade da pessoa humana, como garantia subjetiva de todo ser humano e dever objetivo do poder público.

Objetivando conhecer e distinguir o comportamento das pessoas quanto a processos e mecanismos técnicos na apropriação de espaços públicos cemiteriais, a aplicação de questionário, via formulário Google Forms, obteve 526 respostas até 03 de dezembro de 2020, mescladas em meio a ocupantes de cargos eletivos, funcionários públicos, representantes de empresas funerárias, profissionais liberais e estudantes, dentre outros perfis de entrevistados.

As respostas permitiram uma aproximação teórica com a percepção do usuário, oportunizando o conhecimento de aspectos particulares no âmbito da diversidade de entendimentos. Assim, compreendem referências nacionais para o tema, uma vez que a participação contou com pessoas de diversas cidades de vários estados (notadamente Ceará, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina e São Paulo, dentre outros).

Os questionados são compostos por representantes de ambos os sexos, em idades variadas (apesar de pouco mais de 41% na faixa entre 40 e 49 anos) e com diferenciados níveis de escolaridade. Em uma questão, voltada à opinião em relação ao nível de organização da prefeitura do seu município quanto aos cemitérios públicos de sua própria cidade, quase 35% não sabem responder, enquanto aproximadamente 29% e 19% afirmam ser mediana ou satisfatória, respectivamente, pois oferece ambiente e serviços de qualidade, ao passo que acima de 17% se dizem insatisfeitos com estes aspectos.

O fato de parte significativa das pessoas mostrar desconhecimento sobre a organização do município quanto à qualidade da provisão dos serviços e ambientes dos cemitérios públicos pode ser interpretado de várias maneiras. Uma delas é a possibilidade de que os usuários estejam gradativamente deixando de utilizar essas áreas municipais em detrimento da procura por espaços particulares.

Esta preferência pode ser corroborada pela identificação geral de respostas à outra questão, na qual é evidenciada a procura pela estrutura particular tanto por oferecer cemitério-jardim (aproximadamente 31%) ou por ser mais organizada (quase 28%), como por ser mais bonita ou ter cremação (cerca de 14% cada opção). Pouco menos de 12% afirmam ter sido necessário procurar serviços privados devido à falta de vagas na rede pública.

Sobre a oferta de crematórios, há municípios com impeditivos legais para sua implementação, como Curitiba, por exemplo, onde a despeito de ser permitida a implantação (Lei Municipal N° 6.419, de 11 de outubro de 1983 – CURITIBA, 1983), órgãos ambientais como a SMMA impõem restrições quanto ao plano de gerenciamento de resíduos e em relatórios de impactos ambientais. Como resultado, há apenas um crematório particular para uma cidade de mais de 1,96 milhões de habitantes (segundo estimativas populacionais para 2021 – IBGE, 2021a).

O conhecimento sobre dados e referências bibliográficas trazem responsabilidades, tanto ao poder público, para organizar e acompanhar os processos, quanto para a academia, para conhecer e disseminar resultados de novas pesquisas e meios de inclusão dos cemitérios no meio urbano. De sua parte, a sociedade como um todo é responsável para se informar, ser proativa e colaborar com a implementação e manutenção de sistemas.

Há uma diversidade de modelos, dentre os quais vale mencionar os *erthly graves* (sepulturas terrestres), que são práticas de tecno-enterro visando ao futuro ambiental pela prevenção do necro-desperdício (OLSON, 2015). O conhecimento sobre novas técnicas de sepultamento proporciona aumento da capacidade analítica, viabilizando a reabilitação das inumações.

Com o objetivo de distinguir fatores de influência nos processos de organização dos cemitérios brasileiros, buscou-se fundamentos teórico-conceituais de base ao direito à cidade dos mortos. Por meio da distinção de responsabilidades do poder governamental e da sociedade civil em questões relacionadas à saúde humana e à qualidade ambiental, procurou-se conhecer a materialidade da morte a partir das competências, normas e entendimentos específicos relativos à destinação dos corpos e à espacialidade dos óbitos para sepultamentos no espaço público.

Os resultados encontrados afetam o conhecimento existente na área ao sistematizar contribuições na abordagem do tema a partir da visão sistêmica de adaptação de procedimentos administrativos e legais, aumentando responsabilidades, inclusive da sociedade civil. Ressalta-se, por exemplo, que o chamamento público de concessionários de sepulturas em mau estado de conservação venha de fato a zelar pela eficiência, o que não tem acontecido na prática, vistas as condições das atuais necrópoles municipais na maioria das cidades brasileiras.

O poder público também deve adaptar a infraestrutura para novas possibilidades, como a verticalização e a cremação, suprimindo demandas com maior eficácia. Nessa conjuntura, é necessário que reavalie termos de concessão de uso, dentre outras providências.

Os resultados do questionário aplicado são alinhados a grande parte dos fatos observados *in loco* nos cemitérios públicos municipais, o que tem originado artigos científicos que, como o de Seguezzi (2019), tratam da sua gestão administrativa, propondo planos operacionais, estudos de viabilidade e disposições

normativas, como a mencionada Resolução CONAMA N°316/2002 (CONAMA, 2002), que considera o princípio da precaução como fundamento do desenvolvimento sustentável. Mesmo assim, a prática surpreende pela falta de integração institucional entre o que a legislação determina e como reage o mercado.

A incongruência do sistema é identificada tanto em situações em desacordo com normas como por adversidades inerentes ao processo. Ante a gravidade dos problemas socioambientais presentes nos locais pesquisados, a demanda por soluções é urgente. A título de exemplificação, a citada Resolução CONAMA N° 368/2006 determina que, para cemitérios horizontais, o nível inferior das sepulturas deverá estar a um distanciamento de, pelo menos, um metro e meio acima do mais alto nível do lençol freático, medido no fim da estação das cheias.

Também dispõe que a área prevista para a sua implantação deverá estar a uma distância segura de corpos de água, superficiais e subterrâneos, de modo a garantir a qualidade hídrica. No entanto essas determinações valem para a fase prévia de licenciamento.

Em Curitiba, os mapas hidrográficos mostram que existe um rio passando por baixo do Cemitério Municipal Água Verde (ver variável 2 do Quadro 2.4-1), havendo registros midiáticos de cheias com alagamento das sepulturas, misturando às águas do rio os produtos de coliquação, derivados dos corpos em decomposição. Como as determinações cabem à licença de implantação, há, na própria legislação, critérios de respaldo para adequação de áreas cemiteriais antigas, o que corresponde, essencialmente, à maioria das unidades públicas existentes atualmente no país.

Outras situações de descumprimento de regra imposta foram identificadas presencialmente. Como já comentado, a área de sepultamento deverá manter um recuo mínimo de cinco metros em relação ao perímetro do cemitério, o qual ainda deverá ser ampliado em casos de necessidade definida por caracterização hidrogeológica. Uma das imagens constantes no anterior Quadro 2.4-1 (variável 3) mostra justamente a ocupação desses espaços de afastamento edilício por sepulturas construídas em Porto União, Santa Catarina, não sendo este um caso isolado, pois é possível identificar ocorrências similares no país.

Mediante a diversidade na tratativa do tema cemiterial, optou-se pela abordagem holística para escolha dos fatores estruturantes, mesclando a tecnicidade das informações regulamentatórias às referências histórico-patrimoniais.

Estas, exemplificadas pela exploração do turismo cultural em visitas guiadas, oferecidas por diversos cemitérios nacionais, a exemplo de Curitiba e do projeto Colorindo a Saudade, , em Piracicaba, São Paulo (ver imagens da variável 1 no anterior Quadro 2.4-1). Esses são efeitos do conjunto de qualidades sociais inerentes à cidade (NETTO; VARGAS; SABOYA, 2012), oportunizadas como alternativas de vitalidade, como preconizada Jacobs (2011[1961]).

Quanto aos impactos ante as transformações em curso nas urbes contemporâneas, o alastramento dos índices de ocupação territorial dos centros urbanos traz, como consequência, a constrição das áreas cemiteriais antigas, bem como a proximidade com moradias e afins (ver imagem relacionada à variável 3 no Quadro 2.4-1). Além da existência de riscos derivados do potencial de contaminação devido à insuficiência de medidas de proteção ambiental no sepultamento de corpos humanos, em termos de ocupação espacial, Seguezzi (2019, p.16) reforça que “os estudos, análises e ações para otimização de espaços nos cemitérios ativos e na implantação de novos [...] devido a densidade demográfica crescente, devem ser contínuos e progressivos [...]”.

Diante do amplo conhecimento no país do fato de serem necessárias ações de manejo do espaço urbano ocupado por cemitérios, Silva (1998) discorre, em termos de manejo de fluxo, sobre a necessidade de construção de cemitérios verticais. O autor ainda aponta a tendência da progressão da concessão perpétua para licenças temporárias, mantendo, desse modo, ativa a capacidade de sepultamento. Essas ponderações suscitam reflexões gerais sobre a problemática.

2.4.5 Considerações finais

Com o atingimento do objetivo de distinguir questões centrais da temática no Brasil, sob o ponto de vista do suporte legal e técnico, os principais resultados alcançados revelam a luta pela eficiência na ocupação do espaço público destinado aos repositórios recicláveis de corpos humanos, observando atores e mecanismos organizacionais para a realidade brasileira. Observa-se, então, que sinais de que providências administrativas e jurídicas precisam ser tomadas visando à melhoria do desenvolvimento regulatório e social.

Os pontos chave da pesquisa repousam, em primeira instância, na distinção da legislação, vislumbrando o aumento da capacidade de resolução de

questões relativas às condições de uso dos cemitérios existentes, principalmente dos horizontais, os quais representam o modelo predominante no país. Em segundo lugar, recaem na compreensão do leque de participações, entre agentes e suas respectivas áreas de atuação. Conclusivamente, mostram lacunas quanto a planos e processos preventivos na mitigação de problemas incidentes na saúde humana e ambiental, ocasionados por contaminantes derivados da decomposição de corpos dispostos de maneira irresponsável.

Para a questão investigativa sobre quais são os processos que cercam a realidade da temática no Brasil, são expostas várias respostas, sobretudo dos usuários dos espaços em estudo, à gestão para mitigação de adversidades relacionadas às condições dos cemitérios públicos municipais, inclusive quando comparadas às dos serviços particulares. Evidencia-se, ainda, a quantidade expressiva de entidades participantes no funcionamento cemiterial, contrapondo-se a insuficiências levantadas pelos respondentes do questionário, expostas em textos científicos e constatadas presencialmente em visitas *in loco* ou por meios midiáticos.

Pela análise das diretrizes vigentes para atendimento e pela observação do panorama dos cemitérios públicos, há redundância do modelo de abordagem por parte dos agentes. Há, portanto, necessidade de alinhamento de esforços conjuntos que impliquem na conexão sistemática dos fatores relacionais, para garantir a continuidade dos serviços.

Como conclusão, as contribuições deste estudo, corroborada pelos resultados teóricos e empíricos, servem para revisão do curso para compreensão de problemas relacionados à capacidade de gestão dos cemitérios públicos, cuja análise representa recursos para acertos futuros no que diz respeito à extensão dos processos alocativos e decisórios. Entendendo-se deficientes no que diz respeito à responsabilidade legal pelo planejamento, implantação, fiscalização e acompanhamento a avaliação de dados, sugere-se a adaptação de procedimentos e aumento de responsabilidades tanto por parte do gestor público quanto do titular da concessão de uso e demais usuários do espaço.

REFERÊNCIAS ESPECÍFICAS

ADISSI, Jayme. **Quem quer comprar um túmulo?** São Paulo, SP, BR: Matrix, 2010. ISBN 9788563536204

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Gerência de Vigilância e Monitoramento em Serviços de Saúde – GVMSS; Gerência Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde – GGTSS. **Nota técnica N° 04**, de 20 de janeiro de 2020 (atualizada em 25 de fevereiro de 2021). Orientações para serviços de saúde: medidas de prevenção e controle que devem ser adotadas durante a assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). Brasília, DF, BR, 30 jan. 2020. Disponível em: <https://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/index.php/alertas>. Acesso em: 14 jul. 2021.

BARCELLOS, Carlos Alberto Kastein. Direito Funerário: conceito, competência e breves considerações sobre seus princípios informadores. **Acta Científica – Ciências Humanas [online]**, Engenheiro Coelho, SP, BR: Centro Universitário Adventista Engenheiro Coelho – UNASP, v.26, n.2, p.21-39, 2.sem. 2017. <https://revistas.unasp.edu.br/acch/article/view/965>

BAUM, Camila; BECEGATO, Valter Antônio. A atividade cemiterial nos municípios brasileiros: impactos ambientais, ordenamento jurídico e perspectivas futuras. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, DF, BR: Universidade de Brasília – UnB, v.9, n.3, p.160-170, 2018. <https://doi.org/10.18472/SustDeb.v9n3.2018.18185>

BRASIL. Decreto Federal N° 119-A, de 07 de janeiro de 1890. Prohibe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providências. **Diário Oficial [da] República dos Estados Unidos do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, BR, 24 fev. 1891. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. **Diário Oficial [da] República dos Estados Unidos do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, BR, 10 nov. 1937. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm

BRASIL. Lei Federal N° 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, BR, 02 set. 1981. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, BR, 05 out. 1988. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. Lei Federal Nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os Artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Estatuto da Cidade. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, BR, 10 jul. 2001.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm

BRASIL. Lei Federal Nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, BR, 11 jan. 2007. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm

BRASIL. Lei Federal Nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, BR, 03 ago. 2010. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm

CARMO, Marcos Roberto da Silva. Secularização da morte: Estado e religião no limiar da República. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento** [online]. São Paulo, SP, BR: Núcleo do Conhecimento, ano 03, ed.10, v.09, p.138-164, out. 2018. <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/ciencias-sociais/secularizacao-da-morte>

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente. Resolução Nº 316, de 29 de outubro de 2002. Dispõe sobre procedimentos e critérios para o funcionamento de sistemas de tratamento térmico de resíduos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Ministério do Meio Ambiente, Brasília, DF, BR, 20 nov. 2002. https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-316-2002_97677.html

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente. Resolução Nº 335, de 03 de abril de 2003. Dispõe sobre o licenciamento ambiental de cemitérios. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Ministério do Meio Ambiente, Brasília, DF, BR, 28 maio 2003. https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-335-2003_98855.html

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente. Resolução Nº 357, de 17 de março de 2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Ministério do Meio Ambiente, Brasília, DF, BR, 18 mar. 2005. https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-357-2005_103471.html

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente. Resolução Nº 368, de 28 de março de 2006. Altera dispositivos da Resolução Nº 335, de 03 de abril de 2003, que dispõe sobre o licenciamento ambiental de cemitérios. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Ministério do Meio Ambiente, Brasília, DF, BR, 29 mar. 2006. https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-368-2006_103471.html

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente. Resolução N° 402, de 17 de novembro de 2008. Altera os artigos 11 e 12 da Resolução N° 335, de 03 de abril de 2003. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Ministério do Meio Ambiente, Brasília, DF, BR, 18 nov.

https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-402-2008_107234.html

CORRÊA, Roberto Lobato. Rede urbana e formação espacial – uma reflexão considerando o Brasil. **Revista Território [online]**, Rio de Janeiro, RJ, BR: Garamond, ano V, n.8, p.121-129, jan. /jun. 2000.

http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/08_5_lobato.pdf

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4.ed. São Paulo, SP, BR: Ática, 2002[1989]. ISBN 978-8508032600

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOUZA, Marcelo Lopes de. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo, SP, BR: Contexto, 2012, p.41-51. ISBN 978-8572446334

CURITIBA. Decreto Municipal N° 1.202, de 11 de outubro de 1983. Aprova o regulamento para os cemitérios no município de Curitiba. **Diário Oficial [do] Município de Curitiba**, Poder Executivo, Curitiba, PR, BR, 11 out. 1983.

<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/decreto/2011/120/1202/decreto>

CURITIBA. Lei Municipal N° 6.419, de 11 de outubro de 1983. Institui a prática de cremação de cadáveres e incineração de restos mortais no município, e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Município de Curitiba**, Poder Executivo, Curitiba, PR, BR, 11 out. 1983. <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1983/641/6419/lei-ordinaria>

CURITIBA. **Plano Municipal de Saneamento Básico**. 2017. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/plano-municipal-de-saneamento-basico/2958>. Acesso em: 22 jul. 2021.

CYMBALISTA, Renato. **Cidades dos vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do estado de São Paulo**. São Paulo, SP, BR: Annablume; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, 2002. ISBN 978-8574193137

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42.ed. Tradução de Raquel Ramalheite. Petrópolis, RJ, BR: Vozes, 2014. (Título original: *Surveiller et punir: naissance de la prison*. Paris, FR: Gallimard, 1975) ISBN 978-8532605085

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde. **A vigilância em saúde ambiental**. Brasília, DF, BR: edição institucional, 2002.

GOOGLE EARTH. **Imagens aéreas e oblíquas de Curitiba, Paraná, Brasil**. 2021.

HARDT, Letícia Peret Antunes. Gestão do desenvolvimento metropolitano sustentável. In: SILVA, Cátia Antônia da; FREIRE, Desirée Guichard; OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. (Org.) **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2006, p.157-170. ISBN 978-8574903002

HARDT, Letícia Peret Antunes; HARDT, Carlos. Avaliação da qualidade da paisagem como fundamento à gestão urbana e regional: estudo de caso em Piraquara, Paraná, Brasil. In: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, XIII, Florianópolis, SC, BR, 2007. **Anais eletrônicos...** Florianópolis, SC, BR: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, 2007, p.5301-5307. <http://urlib.net/rep/dpi.inpe.br/sbsr@80/2006/11.15.23.42>

HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento**: as bases da política de saúde pública no Brasil. 3.ed. São Paulo, SP, BR: Hucitec, 2012[1998]. ISBN 978-8564806085

HOSN, Magda Sanjad Nagib Abou El. **O direito de sepultar e as consequências no mundo jurídico: jus sepulchri** Belém, PR, BR: GTR, 2014. ISBN 978-8589171427

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Saneamento básico**. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/22611-munic-mais-da-metade-dos-municipios-brasileiros-nao-tinha-plano-de-saneamento-basico-em-2017>. Acesso em: 20 nov. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades (REGIC)**: 2018. Brasília, DF, BR: edição institucional, 2018. ISBN: 978-6587201047

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**: Curitiba, Paraná. 2021a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/curitiba/panorama>. Acesso em: 22 jul. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**: Porto União, Santa Catarina. 2021b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/porto-uniao/panorama>. Acesso em: 22 jul. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**: União da Vitória, Paraná. 2021c. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/uniao-da-vitoria/panorama>. Acesso em: 22 jul. 2021.

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Mapas** – físicos: áreas inundáveis e bacias hidrográficas. 1997. Disponível em: <https://ippuc.org.br/mapas/353.html#fisicos>. Acesso em: 19 nov. 2020.

JACOBI, Pedro. Impactos socioambientais urbanos – do risco à busca de sustentabilidade. In: MENDONÇA, Francisco. (Org.). **Impactos socioambientais urbanos**. 2.reimp. Curitiba, PR, BR: Editora da Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2014[2010], p.169-184. ISBN: 978-8573352412

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3.ed. Tradução de Carlos Silveira Mendes Rosa. São Paulo, SP, BR: WMF Martins Fontes, 2011. (Título original: *The death and life of great American cities*. New York, NY, US: Vintage, 1961) ISBN 978-8578274214

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 7.ed. Lisboa, PT: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014[1993]. ISBN 978-9723109030

LEFÈBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução de Alcides Joao de Barros. São Paulo, SP, BR: Ática, 1991. (Título original: *La vie quotidienne dans le monde moderne*. Paris, FR: Gallimard, 1968) ISBN 978-8508037926

LEFÈBVRE, Henri. **La production de l'espace**, 4.ed. Paris, FR: Anthropos, 2000[1974]. ISBN 978-2717839548

MCIDADES – Ministério das Cidades. **Programa Nacional de Capacitação das Cidades** – PNCC. Brasília, DF, BR: edição institucional, 2016. (Coleção Cadernos Técnicos de Regulamentação e Implementação de Instrumentos do Estatuto da Cidade)

MERCADO, Angely. **Composting a human body, explained**. 2021. Disponível em: <https://www.popsoci.com/environment/composting-body-burial/>. Acesso em: 06 set. 2021.

MOTA JÚNIOR, José Agnaldo Pereira. **Diagnóstico ambiental de cemitérios: estudo de caso São Luís do Maranhão**. 2012. 118f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana e Ambiental) – Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa, PB, BR, 2012. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/11695>

MS – Ministério da Saúde. Instrução Normativa Nº1, de 07 de março de 2005. Regulamenta a Portaria Nº 1.172/2004/GM, no que se refere às competências da União, estados, municípios e Distrito Federal na área de vigilância em saúde ambiental. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Ministério da Saúde, Brasília, DF, BR, 07 mar. 2005.

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/2005/int0001_07_03_2005.html

NETTO, Vinicius de Moraes; VARGAS, Júlio Celso; SABOYA, Renato Tibiriçá de. (Buscando) Os efeitos sociais da morfologia arquitetônica. **Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, PR, BR: Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PPGTU-PUCPR, v.4, n.2, p.261-282, jul./dez. 2012. <https://doi.org/10.7213/urbe.7400>

OLSON, Philip R. *Knowing “necro-waste”*. **Social Epistemology**, Oxfordshire, EN, UK: Routledge, v.30, n.3, p.326-345, Jul. 2015. <https://doi.org/10.1080/02691728.2015.1015063>

ONU-BR – Organização das Nações Unidas Brasil. **Plataforma Agenda 2030: os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável**. 2018. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>. Acesso em: 11 jul. 2021.

PACHECO, Alberto. **Cemitério e meio ambiente**. 2000. 105f. Tese (Livre Docência em Geologia Ambiental) – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, SP, BR, 2000. https://teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/44/tde-23062015-131326/publico//Pacheco_LivreDocencia.pdf

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. 6.reimp. São Paulo, SP, BR: Companhia das Letras, 2012[1991]. ISBN 978-8571641914

RODRIGUES, Cláudia. **Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro, RJ, BR: Arquivo Nacional, 2005. <https://www.academia.edu/25526254/>

SÃO LOURENÇO DO OESTE. Lei Municipal Nº 1.628, de 14 de dezembro de 2006. Regulamenta o uso dos Cemitérios Públicos Municipais, estabelece preço público e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Município de São Lourenço do Oeste**, São Lourenço do Oeste, SC, BR, 15 dez. 2006.

<https://leismunicipais.com.br/a1/sc/s/sao-lourenco-do-oeste/lei-ordinaria/2006/163/1628/lei-ordinaria>

SEGUEZZI, Elaine Moraes Bargiela. Gestão administrativa dos cemitérios públicos municipais, aplicada a prevenção do esgotamento do espaço cemiterial. In: Encuentro de Cementerios Patrimoniales, XX, Málaga, ES, 2019. **Anales electronicos...** Málaga, ES: Red Espanhola de Cementerios Patrimoniales – RCP; Red Iberoamericana de Valoración y Gestión de Cementerios Patrimoniales – RIVGCP, 2019, p.1-20. file:///D:/User/Downloads/Dialnet-GestaoAdministrativaDosCemiteriosPublicosMunicipai-7952210.pdf

SEMAC-PMP – Secretaria Municipal da Ação cultural – Prefeitura Municipal de Piracicaba. **Colorindo a saudade**. 2021. Disponível em:

<http://www.piracicaba.sp.gov.br/imprimir/terceira+fase+do+projeto+colorindo+a+saudade.aspx>. Acesso em: 22 jul. 2021.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo, SP, BR: Contexto, 2007. ISBN 978-8572443494

SFM-PMC – Serviço Funerário Municipal – Prefeitura Municipal de Curitiba.

Aquisição de terrenos. 2020. Disponível em:

<https://obituarios.curitiba.pr.gov.br/publico/terrenos.aspx>. Acesso em: 15 dez. 2020.

SFM-PMC – Serviço Funerário Municipal – Prefeitura Municipal de Curitiba. **Visitas**

Guiadas ao Cemitério Municipal São Francisco de Paula. 2020. Disponível em:

<https://www.curitiba.pr.gov.br/servicos/visitas-guiadas-ao-cemiterio-municipal/599>.

Acesso em: 15 ago. 2020.

SFM-PMSP – Serviço Funerário Municipal – Prefeitura Municipal de São Paulo. **Arte tumular** – visita guiada. 2021. Disponível em:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/servico_funerario/arte_tumular/index.php?p=3560. Acesso em: 14 jul. 2021.

SILVA, Deuzair José. Secularização da morte e religião: o processo de secularização dos cemitérios em Goiás, um estudo de caso. **Revista Húmus [online]**, São Luís, MA, BR: Universidade Federal do Maranhão – UFMA, v.5, n.15, p.33-44, 2015.

<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/4254/2315>

SILVA, Justino Adriano Farias da. **Tratado do direito funerário**. São Paulo, SP, BR: Método, 2000. (v.1-2) ISBN 978-8586456121

SILVA, Leziro Marques. **Cemitérios**: fonte potencial de contaminação de aquíferos livres. In: Congresso Latino-Americano de Hidrologia Subterrânea, 4º, Montevideo, UY. **Anais eletrônicos...** Montevideo, UY: Associação Latino-Americana de Hidrologia Subterrânea para o Desenvolvimento – ALHSUD, 1998, s.p.

<http://www.alhsud.com/congresos>

SILVA, Leziro Marques. **Pesquisa Nacional de Cemitérios**: previsão do processo de decomposição de cadáveres adultos. São Paulo, SP: Universidade São Judas Tadeu – USJT, 2016.

SILVA, Valéria Teodoro da; CRISPIM, Jefferson de Queiroz; KUERTEN, Sidney; GOCH, P.; ROCHA, José Antônio da; SOUZA, Ivonete de Almeida; MORAES, A. C. da Silva de; OLIVEIRA, Márcia A. Um olhar sobre as necrópoles e seus impactos ambientais. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade – ANPPAS, 3, Brasília, DF, BR, 2006. **Anais eletrônicos...** Brasília, DF, BR: edição institucional, 2006, p.1-10. <https://anppas.org.br/iii-encontro-associacao-nacional-de-pos-graduacao-e-pesquisa-em-ambiente-e-sociedade-2006>

THOMPSON, Bárbara. **Cemitérios verticais, espaço urbano e meio ambiente: o novo discurso científico universitário de incentivo à verticalização e à cremação. Primeiros Estudos**, São Paulo, SP, BR: Universidade de São Paulo – USP, n.7, p.7-27, 2015. <https://doi.org/10.11606/issn.2237-2423.v0i7p07-26>

TJ-RS – Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **AC: 70038036968 RS**. 2011. (Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana; 23 maio). Disponível em: <https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/19292504/apelacao-civel-ac-70038036968-rs/inteiro-teor-19292505>. Acesso em: 19 nov. 2020.

3 GESTÃO MUNICIPAL DA NECRÓPOLE EM CURITIBA, PARANÁ: RESULTADOS EMPÍRICO-ANALÍTICOS

Este eixo investigativo, detalhado na Figura 3-1, é composto por dois artigos, também inter-relacionados. Seus conteúdos são voltados ao estudo de caso de cemitérios municipais na cidade de Curitiba, Paraná.

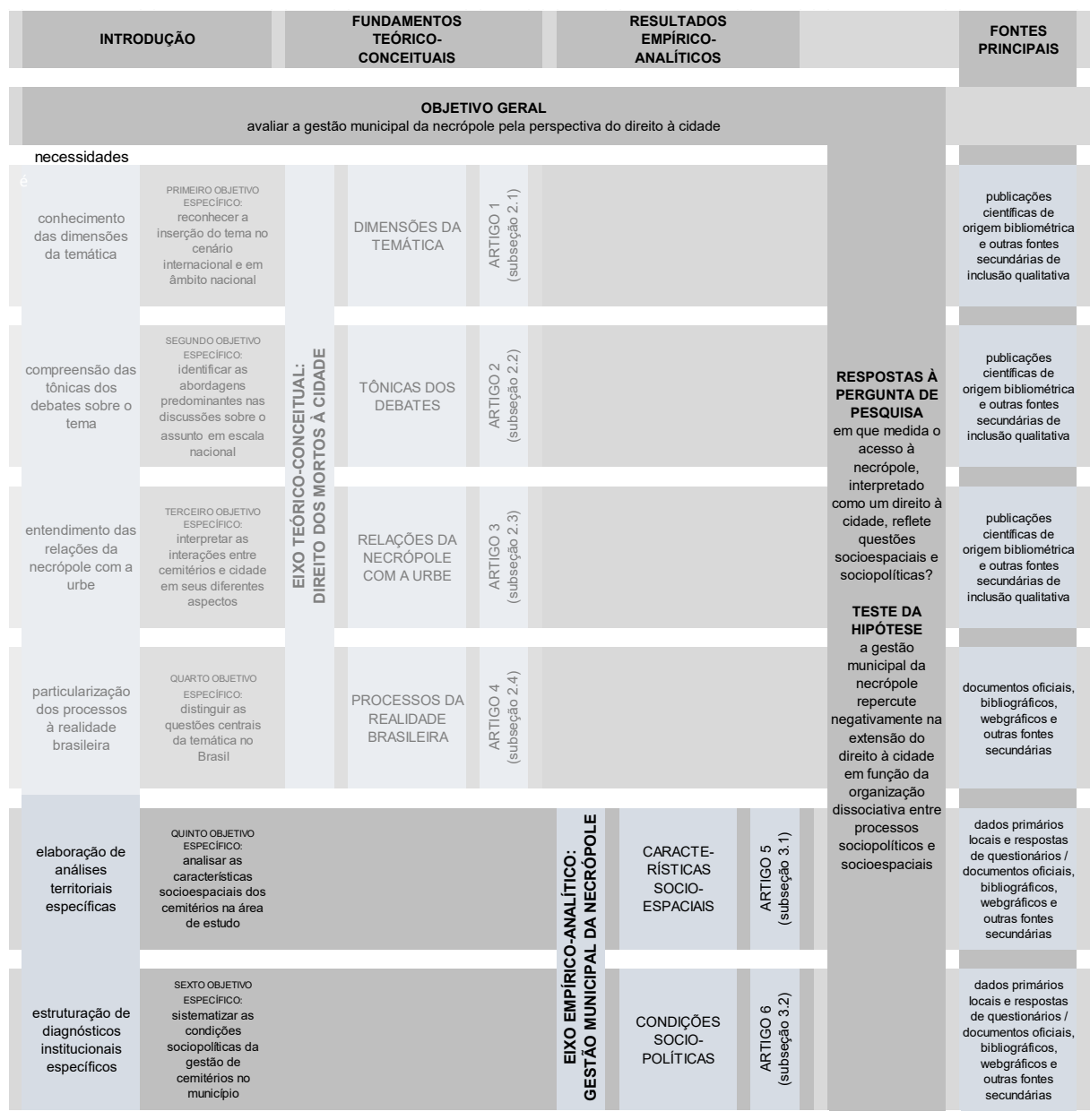
Direcionado à análise dos territórios cemiteriais da capital paranaense, o primeiro, adiante apresentado, foca em relações vinculadas ao espaço e à sociedade, derivadas e estabelecidas entre a necrópole e a urbe. Por sua vez, o segundo compreende diagnósticos político-institucionais.

Nessas perspectivas, suas elaborações são baseadas nos quatro artigos precedentes, que compõem o eixo teórico-conceitual da tese, no qual são reconhecidos, identificados, interpretados e distinguidos os direitos dos mortos à cidade. Subsidiando, então, as análises seguintes, sintetizam conhecimentos acerca das dimensões da temática, da compreensão das tônicas dos debates sobre a gestão municipal da necrópole pela perspectiva do direito à cidade, do entendimento das relações da necrópole com a urbe e da particularização dos processos à realidade brasileira.

3.1 ANALISANDO CARACTERÍSTICAS SOCIOESPACIAIS

A partir deste ponto, o trabalho transcorre explicitando outros vieses de originalidade da tese, pela sua complementação pelo eixo empírico-analítico, tratando da gestão municipal da necrópole, especificamente para o caso de Curitiba. Nesta subseção, as variáveis relativas ao espaço e à sociedade, pertinentes aos cemitérios públicos curitibanos, são interpretadas qualiquantitativamente, permitindo o alcance de resultados acerca dos seus processos de planejamento e gestão, bem como de seus modelos. O preâmbulo a seguir tem o intuito de contextualização da investigação desenvolvida.

Figura 3-1:
Diagrama do eixo empírico-analítico na estrutura geral da pesquisa



Fonte: Elaborada com base nos procedimentos metodológicos adotados.

3.1.1 Considerações iniciais

Em diferentes países do mundo, o debate em torno da gestão cemiterial tem ocorrido de maneira diversificada, dadas as emergências sociopolíticas, socioeconômicas, socioculturais e socioespaciais de cada nação. No tocante à realidade nacional, as ocorrências entre necrópole e urbe, bem como entre população e municipalidade, são tratadas no meio científico por áreas de estudo,

vistas neste trabalho como meio de identificação de desafios e oportunidade do planejamento urbano e regional.

Visando à elaboração de análises territoriais específicas, pretende-se contribuir para o aperfeiçoamento de formas de ocupação territorial e consequente bem-estar social. Nesse direcionamento, explora-se, em estudo de caso, a cidade de Curitiba, Paraná, com interpretação socioespacial de dados e indicativos.

Embora imprescindível às cidades e aos cidadãos, o cemitério não é algo que o brasileiro costume discutir, bem como não tem sido uma meta prioritária nos tempos anteriores à pandemia da *coronavirus disease 2019* (COVID-19), necessitando estruturação para enfrentamento das suas problemáticas. Por se assemelhar à urbe estrategicamente planejada, proposta por Castells e Borja (1996, p.166), que “unifica diagnósticos, concretiza atuações públicas e privadas, e estabelece um marco coerente de mobilização e de cooperação dos atores sociais urbanos”, também a necrópole precisa de respostas cooperativas.

Dentre os elementos práticos que permitem a visualização de problemas cotidianos, as manchetes de jornais esporadicamente trazem à tona alguma demanda além do obituário. No Paraná, os periódicos apresentam o assunto em temas relativamente variados, abrindo espaço todos os anos para noticiar algo sobre a temática. O Dia de Finados, falecidos de destaque e a ação de vândalos em áreas cemiteriais são temas recorrentes, assim como o turismo funerário e patrimonial.

Em 2017, uma notícia representativa dos assuntos desta pesquisa foi intitulada “Sem vagas para novos túmulos, Curitiba terá novo cemitério em 2018”, por ocasião da inauguração do denominado Cemitério Municipal Zona Sul (RAMOS, 2017, s.p.). Em 2020, em função da pandemia, aumentou a frequência temática e mudou o teor noticiado, falando-se da proibição de visitas no Dia das Mães ou da organização para o Dia de Finados.

Insegurança e roubos são aspectos mais frequentes, como no polêmico título “Jesus roubado e mendigo dormindo em túmulo: a realidade do Cemitério Municipal” (MAROS, 2017). Com a ótica direcionada para essas áreas, também é levantada a questão sobre “o que acontece com os restos mortais se a família do falecido não pagar a taxa do cemitério?” (PICCOLI, 2019).

Com o intuito de ampliar a discussão, foram coletadas informações por meio de levantamento bibliométrico em revistas científicas de bases indexadas (SciELO, Scopus e Web of Science) sobre os cemitérios ou necrópoles quando

relacionados aos meios urbanos. Em termos quantitativos, avolumam-se pesquisas principalmente nos campos de avaliação arqueológica e de manutenção histórica, além de expressivas quantidades de estudos relacionados ao controle ambiental e à promoção de espaços verdes, tanto em termos de biodiversidade quanto de práticas sustentáveis de destinação do corpo, dentre outros derivados da relação necrópole-urbe. Entretanto, diante do que pode ser constatado no cotidiano dos cemitérios públicos brasileiros, gestão e condições de uso propriamente ditos são fatores que precisam ser mais bem explorados, considerados em sua importância socioespacial.

Nos artigos científicos e demais fontes consultadas, as tratativas do cemitério como ponto focal mostram aumento gradativo de interesse, sobretudo como elemento de entendimento do uso territorial na esfera local. Acredita-se que resultados empírico-analíticos sobre a interpretação da percepção de condições infraestruturais e administrativas da necrópole municipal possa contribuir para o aperfeiçoamento de formas de ocupação do território e de equilíbrio socioespacial, em cooperação ao escopo verificado, no qual restam lacunas importantes.

A elaboração desta análise territorial específica foi baseada em artigos científicos e demais publicações, somadas às informações de órgãos municipais e a visitas aos cemitérios municipais e estabelecimentos particulares, no intuito de desvelamento de entendimentos a serem explorados em prol do bem-estar social. O estudo de caso na capital paranaense é justificado, dentre outros aspectos, pela existência de senso comum de que representa um exemplo, havendo, inclusive, o *slogan* de “Curitiba, cidade modelo”.

Profundas transformações provenientes dos processos de crescimento da cidade tinham no sepultamento em cemitério público uma forma tradicional de expressão da cidadania. Atualmente, há dificuldades de exercício deste direito da sociedade brasileira, colocado nas mãos do poder público no século XIX.

Procurando-se avaliar a fidedignidade dessa percepção, analisam-se neste trabalho aspectos socioeconômicos em dados e mapas técnicos oriundos principalmente do Instituto de Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), do Meio Ambiente Serviços Especiais (MASE), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC). Também são interpretados os pontos de vista de usuários.

Para tanto, foram questionadas necessidades, desafios e oportunidades de melhoria que podem ser exploradas a partir da avaliação do estado atual dos cemitérios públicos municipais de Curitiba. Considera-se que, embora haja regionalismos, partes da análise podem ser extensíveis ao território brasileiro, dadas várias similitudes, como a ocupação territorial central exercida por necrópoles convencionais nas plantas urbanas e a aceitação da população quanto à utilização de serviços complementares.

Com o **objetivo** de analisar as características socioespaciais dos cemitérios na área de estudo¹, faz-se a interpretação desses aspectos a partir do sistema de gestão municipal da necrópole em Curitiba. Pretende-se, em suma, estruturar respostas para a **questão investigativa** sobre quais são, nesta cidade, as principais condições do território e da sociedade relacionadas à temática da pesquisa? Ciente do fato de que a falta de espaço para sepultamento em áreas cemiteriais públicas no país é um fenômeno real, pretende-se aperfeiçoar a abordagem analítica no incremento à sua administração, inclusive com base em referências de teorias pertinentes.

3.1.2 Referenciais teóricos

A forma com que se propõe analisar o cemitério oferece informações sobre os sistemas espaciais e organizacionais que o estruturam. Esta pesquisa foi construída a partir de extensa revisão bibliográfica, de levantamentos de campo aos cemitérios da capital paranaense e de interpretação de mapas disponíveis na mapoteca do IPPUC e de imagens do Google Earth (2021), além de dados disponibilizados pela PMC e pela SMMA, afora o disposto em normas legislativas, em informações do IBGE e em respostas ao questionário elaborado na plataforma Google Forms².

O cemitério é elemento constitutivo da cidade e, como tal, o trabalho de Manuel Castells e Jordi Borja (1996) é referência na tratativa de atores políticos em âmbito urbanístico. Sob orientações na forma de percepção do espaço urbano, listam-se apontamentos de Roberto Lobato Corrêa (2002[1989]).

¹ Correspondente ao quinto objetivo específico da tese (ver Seção 1: Introdução).

² Ver Apêndice F.

Além do território físico, perpetuam-se relações sociais, em continuidade aos entendimentos de David Harvey (2013[1982]), explorando o viés do capital, e de Milton Santos (2007[1978]), com a compreensão da Geografia sobre a composição espacial, Essas bases teóricas fundamentam as decisões acerca dos métodos e técnicas adiante explicitados.

3.1.3 Procedimentos metodológicos

Por meio de estratégia multimétodos, a análise iniciou com o estabelecimento de variáveis, as quais, para que pudessem ser medidas, foram organizadas por pares, segundo dois questionamentos orientadores deste trabalho. Para responder ao primeiro, sobre uso do bem público, foram interpretados dados quantitativos fornecidos pelo Serviço Funerário Municipal (SFM), IPPUC e IBGE, correspondendo da mesma forma a busca por respostas ao segundo, sobre a estratificação social (Quadro 3.1-1).

Quadro 3.1-1:
Painel de variáveis socioespaciais estruturantes da pesquisa

VARIÁVEL	O QUE DEVE RESPONDER	FORMA DE MEDIÇÃO
Uso do bem público	Sub ou superocupação: se os cemitérios com menor proporção de utilização espacial dentre os municipais são os mais antigos, indicando necessidade de revisão dos critérios de uso e ocupação	Proporção de sepultamentos em relação ao ano de fundação
Estratificação social	Hierarquia: se as sepulturas para carentes ou indigentes são localizadas nos cemitérios com menor valor imobiliário	Valor de metragem quadrada das terras de localização das sepulturas disponibilizadas à população carente em comparação com o dos cemitérios onde não haja esta possibilidade

Fonte: Elaborado com base nos procedimentos metodológicos adotados.

Informações sistematizadas no Quadro 3.1-2 são relacionadas ao questionário, embasado em características socioespaciais, definidas durante o processo de interpretação teórica, realizada junto às bases indexadas Scielo, Scopus e Web of Science, além do Portal Domínio Público (PDP) de teses e dissertações, que ofereceram o suporte de áreas macroestruturantes de análise.

Quadro 3.1-2:

Estrutura do questionário relacional de variáveis socioespaciais em dados comparativos

VARIÁVEL	O QUE DEVE RESPONDER	QUESTIONAMENTO	RESPOSTA DE CURITIBA	UNIVERSO DE RESPOSTAS
RELIGIOSA	A religião tem importância na escolha do cemitério?	Em sua escolha pessoal, a religião para definição do cemitério é:	Indiferente; é importante mas não é determinante; determinante	Indiferente; é importante mas não é determinante; determinante
	O que motiva a rejeição ou aceite de determinados formatos de sepultamento?	Na sua opinião, qual(is) motivo(s) faz(em) com que as pessoas rejeitem ou aceitem melhor determinados formatos de sepultamento, como, por exemplo, crematórios, jazigos temporários e jazigos perpétuos?	Distinção ou prestígio que possam sugerir; a religião; a cultura; a condição financeira; outros	Distinção ou prestígio que possam sugerir; a religião; a cultura; a condição financeira; outros
CULTURAL	Como a população percebe relações de propriedade no uso do cemitério público?	Na sua opinião, a propriedade de terreno em cemitério público é:	Do cidadão titular do terreno; exclusivamente do Município, com permissão de uso particular; não sei responder	Do cidadão titular do terreno; exclusivamente do Município, com permissão de uso particular; não sei responder
	O bairro de localização do cemitério pode indicar diferenças sociais?	Na sua opinião, o(s) bairro(s) da cidade onde está(ão) localizado(s) o(s) cemitério(s) indicam de alguma maneira as classes sociais dos falecidos?	Sim; não; outros	Sim; não; outros
HISTÓRICA	O interesse histórico justifica ocupação seletiva do espaço público?	Na sua opinião, a importância histórico-cultural justifica a existência de certos cemitérios, independente de sua eficiência?	Sim, história é importante e a ineficiência pode ser aceitável neste caso; não, cemitério tem que sempre servir sua função principal e ser eficiente; outros	Sim, história é importante e a ineficiência pode ser aceitável neste caso; não, cemitério tem que sempre servir sua função principal e ser eficiente; outros
	O que motiva a escolha do cemitério?	Em sua família, o principal motivo da escolha do local de sepultamento de um parente é geralmente:	Econômico; religioso; estético; por tipo; emocional; menor distância; outros	Econômico; religioso; estético; por tipo; emocional; menor distância; outros
ECONÔMICA	Diferentes critérios de concessão oferecem indicativos econômicos?	Na sua opinião, o fato de existirem nos cemitérios públicos brasileiros diferentes formas para alocação do corpo (como a possibilidade de concessão perpétua de lote para construção de mausoléus familiares ou a concessão temporária de gavetas provisórias de uso coletivo), contribui para a noção de desigualdade socioeconômica ou faz parte da dinâmica de uso democrático do espaço, onde as pessoas também podem decidir?	Contribui para a noção de desigualdade econômica: sim; não; talvez	Contribui para a noção de desigualdade econômica: sim; não; talvez
	A relação na obtenção e utilização dos recursos materiais necessários ao bem-estar no uso do espaço público difere do particular?	Ao comparar a eficiência de cemitérios públicos e particulares, você considera que:	Faz parte da dinâmica de uso democrático do espaço, onde as pessoas também podem decidir; sim; não; talvez	Faz parte da dinâmica de uso democrático do espaço, onde as pessoas também podem decidir; sim; não; talvez
			Há contrastes, pois o público é mais eficiente; há contrastes, pois o particular é mais eficiente; ambos são eficientes; ambos são ineficientes	Há contrastes, pois o público é mais eficiente; há contrastes, pois o particular é mais eficiente; ambos são eficientes; ambos são ineficientes
POPULACIONAL	Como o usuário percebe oferta e demanda na infraestrutura de cemitérios públicos?	A infraestrutura atual dos cemitérios públicos da sua cidade atende às necessidades básicas?	Sim; não; outros	Sim; não; outros
	Há outros fatores influenciando a escolha do usuário além da proporção entre oferta e demanda de espaço em cemitérios públicos?	No caso de um familiar ter sido sepultado em cemitério particular, qual(is) foi(ram) o(s) motivo(s) desta opção?	Não tinha vaga em cemitério público; o particular oferecia cremação; o particular oferecia cemitério-jardim; o particular era mais organizado; o particular era mais bonito; outros	Não tinha vaga em cemitério público; o particular oferecia cremação; o particular oferecia cemitério-jardim; o particular era mais organizado; o particular era mais bonito; outros

Fonte: Elaborado com base no modelo desenvolvido a partir dos procedimentos metodológicos adotados³.

As áreas norteadoras da pesquisa predominam nos resultados bibliométricos quantitativos e englobam outras relacionais: histórica (recuperação, preservação, memória social e patrimônio), cultural (comunidade, cidade e representação), populacional (desenvolvimento urbano), religiosa (catolicismo, devoção e morte) e econômica (ambiente, secularização e mercado funerário). A partir do conjunto composto por seis pares de variáveis oriundas da fundamentação teórica e do levantamento bibliométrico, foram balizadas as questões do questionário.

Seguindo a plataforma Google Forms, o formulário totaliza 16 perguntas⁴, divididas em seis iniciais (sobre gênero, idade, escolaridade, bairro/cidade/estado de moradia, área de ocupação e respectivo cargo) e 10 de conotação socioespacial⁵.

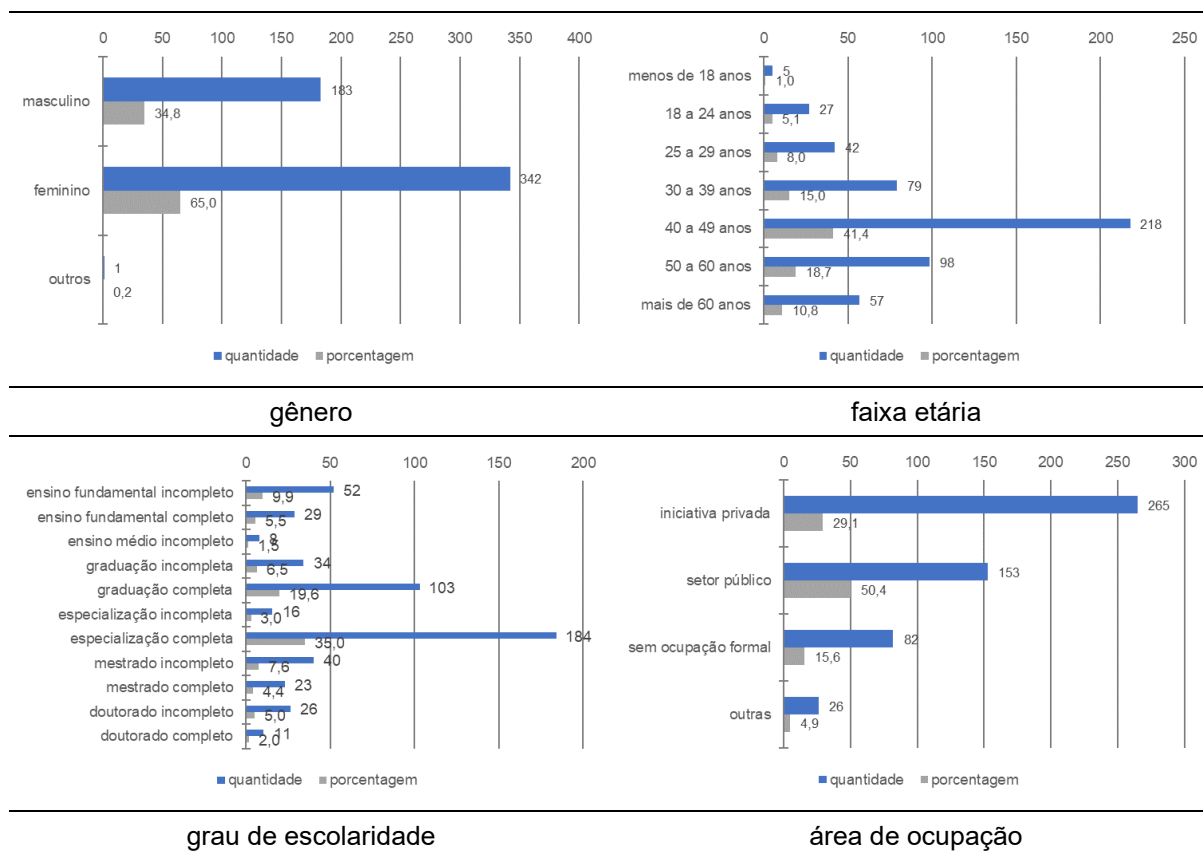
Como fontes do questionário no Google Forms, visou-se à distribuição heterogênea da população, atingindo um total de 526 participantes de variadas cidades e estados brasileiros (notadamente Ceará, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina e São Paulo). No entanto, considerando-se o interesse na especificidade da interpretação empírica para Curitiba e sua região metropolitana (RMC), foram computados os dados de modo comparativo, separando os dos participantes da capital paranaense e circunvizinhanças, cuja amostragem resultou no quantitativo de 279 participações, representando nível de confiança de 90% e erro amostral de 5% para estimativa de população regional de 3.693.817 pessoas (IBGE, 2021b), segundo parâmetros da Comento Pesquisa de Mercado.

Com a intenção de obter o máximo possível de participação de todas as categorias, fortalecendo a diversidade de opiniões e vivências, procurou-se o alcance de públicos distintos, dentro das possibilidades admissíveis em investigações sem controle rígido de distribuição. O perfil geral dos respondentes corresponde, então, a 34,8% de homens, 65,0% de mulheres e 0,2% outros gêneros, com predomínio da faixa etária entre 40 e 49 anos (41,4%), com escolaridade preponderante em nível de especialização completa (*lato sensu*) (35,0%) e área de ocupação prioritária na iniciativa privada (29,1%) (Gráfico 3.1-1).

4 Ver Apêndice E.

5 Outras 15 perguntas são referentes a variáveis sociopolíticas e compõem o teor da Subseção 3.2.

Gráfico 3.1-1:
Perfil geral dos respondentes do questionário aplicado



Fonte: Elaborado com base nas respectivas respostas.

Os resultados foram destacados em tabelas e gráficos, indicando, entre outras informações detalhadas na sequência, que o cemitério enquanto equipamento público demanda novos planos de ocupação territorial. Além da perspectiva técnica de planejamento a partir da análise de fatos, informações obtidas por meio de questionário dão indícios dos parâmetros e demandas da população para novos atos.

Em meio ao rol de equipamentos existentes na cidade, os cemitérios são visualizados em mapas de arruamento. Por esse motivo, foi feita a interpretação de fotos aéreas no *site* da PMC, cujas indicações eram desatualizadas em termos quantitativos e qualitativos na data da consulta, razão pela qual foram também consultadas tanto aquelas provenientes do MASE (GRASSI < 2020) quanto outras oriundas diretamente dos cemitérios municipais e particulares. Também foi feita consulta a mapas disponíveis no Google Maps e a imagens do Google Earth (2021), além de dados disponibilizados pelo IPPUC. Esses procedimentos permitiram as análises a seguir discutidas.

3.1.4 Resultados analíticos

As interpretações sobre as variáveis socioespaciais são expostas na sequência, partindo de aspectos numéricos da ocupação do espaço e da estratificação social. No momento seguinte, são abordados limites da gestão e dos modelos dos cemitérios públicos curitibanos.

3.1.4.1 Direito à cidade em números

Sob a perspectiva da primeira variável proposta, relacionada ao **uso do bem público**, e na intenção de analisar a sua gestão, como características socioespaciais inerentes às condições locais, foram verificados, dentre os 23 da cidade, os níveis de ocupação dos cinco cemitérios municipais, por ordem de antiguidade: São Francisco de Paula (1854), Água Verde (1888), Boqueirão (1950), Santa Cândida (1957) e Zona Sul (1996)⁶. Para tanto, foi considerada a sua data de fundação, o número de sepultados desde então, a área total em metros quadrados e a capacidade em número de túmulos e de gavetas (estas últimas não oferecidas pelos dois mais antigos).

Os demais cemitérios privados são divididos entre convencionais – cristão, israelita e muçulmano, parque e vertical. A não avaliação de áreas cemiteriais da RMC é devida às diferenças nas legislações municipais.

Em Curitiba, o Decreto Municipal N°1.080, de 05 de julho de 2011 (CURITIBA, 2011a), estabelece requisitos e condições técnicas para conservação do ambiente e prevê regras de licenciamento para empreendimentos, inclusive para necrópoles. Tais critérios não dizem respeito a crematórios, embora a modalidade seja ofertada, ainda que por uma única empresa da cidade, integrada ao Cemitério Vertical, a qual funciona por decisão liminar.

⁶ Ver Seção 1: Introdução.

As somas das áreas ocupadas por cemitérios dos tipos convencional e parque são de 381.345 m² para públicos e de 672.945 m² para particulares (GRASSI, 2020). Estes últimos oferecem outras tipologias (vertical e cremação) além das disponibilizadas pelos primeiros.

Somadas, as áreas cemiteriais representam menos de 0,3% da área territorial de praticamente 434 km² do município, que abriga população estimada em 1.963.726 habitantes em 2021 (IBGE, 2021a). Segundo estatísticas do registro civil, o número de óbitos por ano de ocorrência e referentes a 2019 foi de 10.996, quando considerada a cidade de Curitiba como local de residência do falecido, excluídos dados da RMC. A média anual da década 2010-2019 apresenta pouca variação, com leve aumento nos últimos três anos, sendo a menor (9.912) registrada em 2010 e a maior em 2016 (11.097).

Por meio de editais da SMMA, o Município publica a listagem de famílias inscritas para aquisição de terreno para quatro cemitérios municipais da capital, sendo que para Água Verde, Boqueirão e São Francisco, há um aviso de que não há previsão para atendimento, com a orientação de que requerentes somente entrem em contato se houver alteração de endereço ou telefones indicados no processo” (SFM-PMC, 2020). Inclusive, o SFM avisa sobre a suspensão de novas inscrições até que todas as da listagem sejam contempladas.

Em 2020, o número de sepultados nos cemitérios municipais foi de 364.044, distribuídos entre 38.177 túmulos. Deste total, 5.622 eram gavetas, sendo 3.286 temporárias, localizadas no Boqueirão e destinadas a carentes e indigentes, entre crianças e adultos (SFM-PMC, 2020).

A distribuição não é uniforme, portanto não seria verdadeira a estimativa da ocupação em quantidade média de corpos por sepultura, como 16,71 para o São Francisco, 12,08 para o Santa Cândida, 8,7 para o Água Verde, 5,18 para o Boqueirão e 2,19 no Zona Sul uma vez que, segundo informações do MASE, há centenas de túmulos com um sepultamento e outros com até 53 (GRASSI, 2020).

Além do fato de apresentarem tipologias e sistemas de rodízio diferentes (Tabela 3.1-1), os dois mais antigos e tradicionais não dispõem de gavetas, por exemplo. Por lei, com base no Parágrafo 2º do Artigo 1 do Decreto Municipal Nº 1.202, de 26 de julho de 2011 (CURITIBA, 2011b), a PMC dever disponibilizar áreas para enterramentos de emergência para carentes e indigentes nos cemitérios Boqueirão e Santa Cândida. Porém esta população tem sido concentrada no

primeiro, que possui apenas 1.918 gavetas para adultos e 684 para crianças com vistas ao atendimento dessas pessoas. Outro ponto que modifica estatísticas é o rodízio por exumação nas sepulturas.

Tabela 3.1-1:
Dados quantitativos dos cemitérios municipais de Curitiba – 2020

CEMITÉRIO MUNICIPAL	BAIRRO	TIPO	TÚMULOS/ PERMISSIONÁRIOS	GAVETAS	SEPULTADOS	ÁREA (m ²)	ANO DE FUNDAÇÃO
São Francisco de Paula	São Francisco	Convencional	5.743	0	96.000	51.414	1854
Água Verde	Água Verde	Convencional	12.031	0	104.748	97.827	1888
Boqueirão	Boqueirão	Convencional	5.879	3.286**	47.563	54.853	1950
Santa Cândida	Santa Cândida	Cemitério-parque	8.650	562	111.303	132.300	1957
Zona Sul	Umbará	Cemitério-parque	252	1.774	4.430	44.951	1996*
TOTAL			32.555	5.622	364.044	381.345	

Fonte: Elaborada com base em Curitiba (2020) e Grassi (2020).

Notas: * = desde 2014 sob administração da Prefeitura Municipal de Curitiba

** = 2.602 para pessoas carentes e indigentes

O mesmo decreto municipal regulamenta períodos mínimos para exumação, de acordo com o seguinte teor:

Artigo 27°. Nenhuma exumação será feita, anteriormente ao prazo de 3 (três) anos de enterramento, salvo decisão e/ou sentença de autoridade judicial.

Parágrafo único. No caso de finado com falecimento em idade de 0 a 6 anos, o prazo estipulado para a exumação é de 2 (dois) anos (CURITIBA, 2011b).

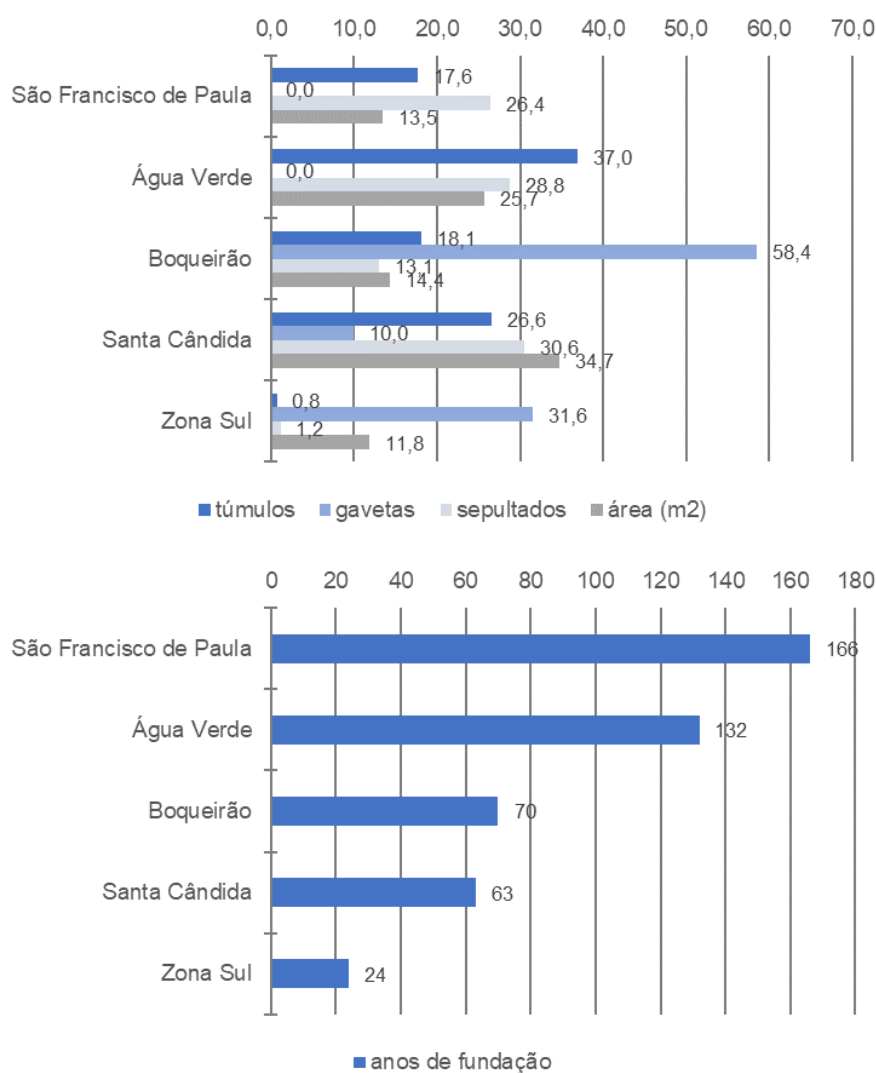
Decorridos esses interstícios, a sepultura pode ser liberada para novas ocupações, mas, no caso das concessões perpétuas, o sistema fica condicionado à

decisão do titular da permissão de uso ou de herdeiros. Somente quando da concessão temporária, geralmente de gavetas provisórias, o controle fica sob o encargo direto da Administração Municipal.

O Gráfico 3.1-2 expõe a proporcionalidade entre alguns dados anteriores, extraído-se que o cemitério municipal com menor proporção de uso do espaço no tempo é o do tipo associado convencional e parque (Santa Cândida), situado na zona norte da cidade, que possui outras quatro áreas cemiteriais. Por sua vez, o de melhor relação é o que apresenta maior número de gavetas (Boqueirão), porém está localizado em um dos bairros mais adensados, a leste do município.

Gráfico 3.1-2:

Comparativo de resultados percentuais de componentes e de antiguidade dos cemitérios municipais de Curitiba – 2020



Fonte: Elaborado com base em Curitiba (2020) e Grassi (2020).

Proporcionalmente, os cemitérios Santa Cândida e Boqueirão apresentam quantidades próximas de sepulturas (9.212 e 9.165, respectivamente) e datas aproximadas de fundação, com diferença de sete anos. No entanto a área do primeiro é quase o dobro da do segundo e a estatística de ocupação por sepultura é próxima (1,19% e 1,15%, nesta ordem). Zona Sul é o equipamento mais novo, de tipologia mista, tem boa capacidade de recepção futura e está localizado no Umbará, bairro que conta oficialmente com cinco cemitérios.

Os dados censitários mais recentes sobre os bairros (IBGE, 2010) revelam que Umbará e São Francisco estão respectivamente entre os 10 com maior e menor crescimento populacional na década 2000-2010. Este último está situado no centro antigo da cidade, próximo ao setor histórico. O Água Verde está entre os 10 mais densos de Curitiba, dificultando sua expansão radial. Na proporção entre número de sepultamentos e ano de fundação, este deveria ser o expoente, mas isso não se confirma.

Segundo informações prestadas pela Diretora do MASE (GRASSI, 2020), a ocupação dos túmulos nos cemitérios municipais não segue critério quantitativo por unidade, sendo possível tanto aquelas que acolhem apenas um sepultado, quanto outras com dezenas de corpos sepultados ao longo do tempo no mesmo túmulo. Por este motivo, o comparativo entre antiguidade e quantidade de sepultados não é factível.

Sob a perspectiva da variável de **hierarquia social** de sepulturas para carentes ou indigentes em função de sua localização, os dados para avaliação do valor imobiliário são provenientes da planta genérica de valores disponível para consulta *online* (IPPUC, 2017). Para os bairros dos cinco cemitérios públicos em estudo, confirma-se valor menor para Boqueirão (R\$ 525,47/m² na parte da frente da área cemiterial e R\$ 503,40 na parte dos fundos) e Santa Cândida (R\$ 467,54/m²), além do Umbará (Zona Sul), este com registro mais baixo (R\$ 339,28/m²), todos com atendimento àquelas pessoas. São Francisco de Paula e Água Verde estão situados em áreas mais valorizadas (R\$ 710,28/m² e R\$ 1.289,55/m², respectivamente).

Retornando aos dados censitários mais recentes (IBGE, 2010), nos bairros Boqueirão e Santa Cândida, onde é possível a alocação *post mortem* de população carente, eram encontradas em 2010 as duas menores faixas de renda na cidade. Também são aqueles com maior índice de rotatividade; em 2017, no segundo eram “aproximadamente 500 famílias na fila de espera por uma vaga no local” (RAMOS, 2017, s.p.) e o problema persiste até os dias atuais.

As perspectivas de análise sobre características socioespaciais de cemitérios públicos na contemporaneidade são ampliadas diante da resposta amostral de Curitiba e RMC em comparação com o total de participantes em território nacional respondentes do questionário aplicado.

De modo a compreender o contexto da maioria da população moradora na capital paranaense e na RMC, e a sua noção de desigualdade socioeconômica como perspectiva do direito à cidade, os indicadores censitários de rendimento (IBGE, 2010) apontam que 50,7% dos bairros abrigavam em 2010 pessoas recebendo mensalmente entre 1 e 1,9 salários mínimos. Em valores regionais de 2021, representam rendas aproximadas entre cerca de R\$ 1.600,00 a R\$ 3.000,00.

Para o caso de moradores ou familiares não terem titularidade de terreno em cemitérios públicos em Curitiba, 29,1% relatam serem titulares de jazigo em cidades diferentes de onde moram, ensejando apoio ao sistema local e, quando necessário, contribuindo para evitar o comprometimento da renda familiar em gastos com o empreendimento particular. No entanto cerca de 25% deles afirmam não ter vivenciado sepultamento no sistema público e outros quase 5% não lembram.

Com relação ao uso do bem público, a expectativa de subocupação nos equipamentos cemiteriais mais antigos não é confirmada quando comparado o número de túmulos em relação à quantidade de sepultados, tendo o São Francisco de Paula mais proporcionalidade do que alguns dos mais recentes. O Água Verde e o Boqueirão poderiam ser mais bem aproveitados. Quando considerados sepultados por área, a maior deficiência cabe ao Zona Sul, porém este foi inaugurado mais recentemente.

Problematizando a experiência do indivíduo perante os lugares reservados aos mortos e o entendimento da comunidade onde está inserido, depreende-se do entendimento de Harvey (2013[1982, p.375) sobre o espaço ser “um atributo material de todos os valores de uso”. Esta assertiva vem de encontro a

resultados suscitados a partir da complexidade inerente às relações estabelecidas na cidade.

Para Bellomo (2008[2000]), o cemitério tem valor de fonte histórica para preservação da memória familiar e coletiva, por meio do qual são estudadas simbologias de crenças religiosas, expresso o gosto artístico, manifesta a ideologia política e protegido o patrimônio e suas identidades. Nessa perspectiva, são adiante apresentadas socioespacialidades que marcam a cultura brasileira e curitibana no espaço-tempo, denotando seus contextos de inserção.

3.1.4.2 Variáveis socioespaciais de gestão da necrópole

Diante da expectativa de avaliar a gestão da necrópole de Curitiba pela perspectiva do direito à cidade, as respostas ao questionário aplicado contribuem com dados socioespaciais para análise. O Quadro 3.1-2 mostra o corpo total de variáveis, questionamentos e opções de respostas, conforme suas categorias de variáveis, expostas nas tabelas apresentadas no subitem 3.1.4.3.

Comparativamente, pelos dados exclusivos de Curitiba e RMC em relação aos demais da totalidade amostral, observam-se diferenças em alguns pontos e similitudes em outros, o que confirma o entendimento de que o homem é “um ser social por excelência” (SANTOS, 2007[1978], p.14). Percebe-se, inclusive, que o local e o modo de gerenciar o encaminhamento do corpo sem vida também interferem na forma “qualitativa e quantitativa do espaço habitado” (SANTOS, 2007[1978], p.14).

Das maneiras de perceber, utilizar e gerir as áreas cemiteriais brasileiras, corrobora-se da visão de Corrêa (2002[1989], p.11) sobre o meio urbano como reflexo de condicionantes sociais e articulado e fragmentado pelo capitalismo, o qual, “cheio de símbolos e campo de lutas, é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço”.

Quadro 3.1-2:

Estrutura do questionário relacional de variáveis socioespaciais em dados comparativos

VARIÁVEL	O QUE DEVE RESPONDER	QUESTIONAMENTO	RESPOSTA DE CURITIBA	UNIVERSO DE RESPOSTAS
RELIGIOSA	A religião tem importância na escolha do cemitério?	Em sua escolha pessoal, a religião para definição do cemitério é:	Indiferente; é importante mas não é determinante; determinante	Indiferente; é importante mas não é determinante; determinante
	O que motiva a rejeição ou aceite de determinados formatos de sepultamento?	Na sua opinião, qual(is) motivo(s) faz(em) com que as pessoas rejeitem ou aceitem melhor determinados formatos de sepultamento, como, por exemplo, crematórios, jazigos temporários e, jazigos perpétuos?	Distinção ou prestígio que possam sugerir; a religião; a cultura; a condição financeira; outros	Distinção ou prestígio que possam sugerir; a religião; a cultura; a condição financeira; outros
CULTURAL	Como a população percebe relações de propriedade no uso do cemitério público?	Na sua opinião, a propriedade de terreno em cemitério público é:	Do cidadão titular do terreno; exclusivamente do Município, com permissão de uso particular; não sei responder	Do cidadão titular do terreno; exclusivamente do Município, com permissão de uso particular; não sei responder
	O bairro de localização do cemitério pode indicar diferenças sociais?	Na sua opinião, o(s) bairro(s) da cidade onde está(ão) localizado(s) o(s) cemitério(s) indicam de alguma maneira as classes sociais dos falecidos?	Sim; não; outros	Sim; não; outros
HISTÓRICA	O interesse histórico justifica ocupação seletiva do espaço público?	Na sua opinião, a importância histórico-cultural justifica a existência de certos cemitérios, independente de sua eficiência?	Sim, história é importante e a ineficiência pode ser aceitável neste caso; não, cemitério tem que sempre servir sua função principal e ser eficiente; outros	Sim, história é importante e a ineficiência pode ser aceitável neste caso; não, cemitério tem que sempre servir sua função principal e ser eficiente; outros
	O que motiva a escolha do cemitério?	Em sua família, o principal motivo da escolha do local de sepultamento de um parente é geralmente:	Econômico; religioso; estético; por tipo; emocional; menor distância; outros	Econômico; religioso; estético; por tipo; emocional; menor distância; outros
ECONÔMICA	Diferentes critérios de concessão oferecem indicativos econômicos?	Na sua opinião, o fato de existirem nos cemitérios públicos brasileiros diferentes formas para alocação do corpo (como a possibilidade de concessão perpétua de lote para construção de mausoléus familiares ou a concessão temporária de gavetas provisórias de uso coletivo), contribui para a noção de desigualdade socioeconômica ou faz parte da dinâmica de uso democrático do espaço, onde as pessoas também podem decidir?	Contribui para a noção de desigualdade econômica: sim; não; talvez	Contribui para a noção de desigualdade econômica: sim; não; talvez
	A relação na obtenção e utilização dos recursos materiais necessários ao bem-estar no uso do espaço público difere do particular?	Ao comparar a eficiência de cemitérios públicos e particulares, você considera que:	Faz parte da dinâmica de uso democrático do espaço, onde as pessoas também podem decidir; sim; não; talvez	Faz parte da dinâmica de uso democrático do espaço, onde as pessoas também podem decidir; sim; não; talvez
			Há contrastes, pois o público é mais eficiente; há contrastes, pois o particular é mais eficiente; ambos são eficientes; ambos são ineficientes	Há contrastes, pois o público é mais eficiente; há contrastes, pois o particular é mais eficiente; ambos são eficientes; ambos são ineficientes
POPULACIONAL	Como o usuário percebe oferta e demanda na infraestrutura de cemitérios públicos?	A infraestrutura atual dos cemitérios públicos da sua cidade atende às necessidades básicas?	Sim; não; outros	Sim; não; outros
	Há outros fatores influenciando a escolha do usuário além da proporção entre oferta e demanda de espaço em cemitérios públicos?	No caso de um familiar ter sido sepultado em cemitério particular, qual(is) foi(ram) o(s) motivo(s) desta opção?	Não tinha vaga em cemitério público; o particular oferecia cremação; o particular oferecia cemitério-jardim; o particular era mais organizado; o particular era mais bonito; outros	Não tinha vaga em cemitério público; o particular oferecia cremação; o particular oferecia cemitério-jardim; o particular era mais organizado; o particular era mais bonito; outros

Fonte: Elaborado com base no modelo desenvolvido a partir dos procedimentos metodológicos adotados⁷.

Desse entendimento do cemitério urge analisar a gestão e os espaços resultantes do conjunto de ações, os quais são retratados neste trabalho como setor ainda carente de planejamento. Além das questões derivadas desta carência, são observados produtos historicamente reconhecíveis no meio urbano, oriundos de condicionantes socioambientais.

Esses problemas agravaram durante a elaboração desta pesquisa, vista a ocorrência da pandemia da *coronavirus disease 2019* (COVID-19). Assim, há diferenças socioambientais perceptíveis, tanto em cemitérios públicos de Curitiba quanto de diversas outras partes do Brasil. Em se tratando de questões econômicas, por exemplo, enquanto a população economicamente menos favorecida da cidade tem, em parte, seus corpos alocados pelo sistema de rodízio de sepulturas temporárias, outra parcela contrasta pela oportunidade de alocação nos mausoléus, em túmulos concedidos às famílias abastadas.

Portanto a cidade dos mortos se subordina ao que o poder público tem oferecido, mediante certo desconhecimento de responsabilidades tanto por parte da sociedade civil quanto do Município. Conforme a percepção do usuário se mostre capaz de captar diferenças entre a estrutura dos cemitérios públicos e a dos privados, pela análise do produto final disponibilizado pela estrutura municipal, verifica-se certa passividade dos cidadãos quanto aos modelos oferecidos, número de vagas e demais consequências observadas.

3.1.4.3 Repercussões dos modelos de cemitérios municipais

Como comentado, a área disponibilizada por cemitérios particulares em Curitiba corresponde a quase o dobro da oferecida pela esfera pública. Quanto ao atendimento, respostas ao questionário aplicado apontam que parte considerável das pessoas que vivenciam situações envolvendo o produto oferecido pelo município mostra descontentamentos.

Ao comparar a eficiência de cemitérios públicos e particulares, 53,7% dos entrevistados de Curitiba e RMC afirmam haver contrastes, como evidencia a Tabela 3.1-2, voltada ao **foco econômico**. Não somente essa resposta é alinhada com a totalidade dos respondentes (incluindo outras cidades), mas a grande maioria delas. Em geral, os consultados percebem maior eficiência das necrópoles privadas. Inclusive, um dos respondentes entende que a sociedade do século XXI prefere a

prática da cremação, “então a infraestrutura dos cemitérios públicos não está satisfatória porque não possuímos”, em crítica ao sistema oferecido.

Tabela 3.1-2:

Resultados dos questionários aplicados sobre variáveis socioespaciais sob o foco econômico

O QUE DEVE RESPONDER	QUESTIONAMENTO		
Diferentes critérios de concessão oferecem indicativos econômicos?	Na sua opinião, o fato de existirem nos cemitérios públicos brasileiros diferentes formas para alocação do corpo (como a possibilidade de concessão perpétua de lote para construção de mausoléus familiares ou a concessão temporária de gavetas provisórias de uso coletivo), contribui para a noção de desigualdade socioeconômica ou faz parte da dinâmica de uso democrático do espaço, em que as pessoas também podem decidir?		
	Contribui para a noção de desigualdade econômica:	Curitiba e RMC (%)	Todos (%)
	sim	52,3	54,9
	não	21,2	20,0
	talvez	26,5	25,1
	Faz parte da dinâmica de uso democrático do espaço, em que as pessoas também podem decidir:	Curitiba e RMC (%)	Todos (%)
	sim	43,8	43,0
	não	30,1	29,6
	talvez	26,1	27,4
	A relação na obtenção e utilização dos recursos materiais necessários ao bem-estar no uso do espaço público difere do particular?	Ao comparar a eficiência de cemitérios públicos e particulares, você considera que:	
Opções		Curitiba e RMC (%)	Todos (%)
Há contrastes, pois o público é mais eficiente		2,2	1,9
Há contrastes, pois o particular é mais eficiente		53,7	56,8
Ambos são eficientes		39,4	35,4
	Ambos são ineficientes	4,7	5,9

Fonte: Elaborada com base nas respectivas respostas⁸.

Nota: RMC = Região Metropolitana de Curitiba

Somada à distância tecnológica e organizacional dos serviços prestados em Curitiba por empresas particulares em relação às públicas, “a população aumentou em 9,77 vezes do ano de 1950 até 2011” (IPPUC, 2012, s.p.) seguindo linha ascendente. De acordo com a mesma pesquisa, a cidade atingirá pouco mais de 2,7 milhões de pessoas em 2050, embora, segundo dados censitários, a taxa de crescimento populacional passou de 1,7% (IBGE, 1980) do decênio 1970-1980 para 1,1% de 2000 a 2010 (IBGE, 2010).

Considerando a tipologia tradicionalmente implantada nesta cidade até o momento, que explora a horizontalidade para alocação das sepulturas, a ocupação de menos de 0,3% da área territorial da cidade se mostra insuficiente quando comparada com a necessidade de destinação dos mais de 10.000 falecimentos anuais, em média (IBGE, 2020). A situação é preocupante se forem distribuídos apenas entre os 38.177 túmulos e gavetas públicas.

Os cemitérios antigos estão localizados em regiões de zoneamento consolidado, fato que, se não impede, dificulta a aquisição de áreas para expansão horizontal. É conveniente, assim, análise sistêmica do poder público, pois se preserva há décadas, senão séculos, o mesmo modo de implantação horizontal, privilegiando túmulos perpétuos, o que dificulta o sistema de rodízio. No entanto a cidade passou por mudanças na sua espacialização e crescimento e essas características precisam ser consideradas se houver interesse governamental em manter a eficiência da atividade. Com gestão capaz de “se adaptar com eficiência a sistemas regulatórios e fiscalizadores rígidos” (DINIZ FILHO; VICENTINI, 2004, p.141), além da incorporação de novos conceitos projetuais, a ação e o entendimento dos cidadãos podem contribuir para as melhorias requeridas.

No **foco populacional** (Tabela 3.1-3), 40,5% dos moradores de Curitiba e RMC, contra 19,0% do total incluindo outras cidades, o que é importante diferença de resposta, expressam dúvidas quanto ao atendimento às necessidades básicas em termos infraestruturais dos cemitérios públicos da cidade. Isso pode indicar, entre outras coisas, que não sabem responder, pois não estão usando o serviço municipal (“nunca fui num cemitério público”) ou desconhecem o fato da atividade ser pública porque entendem erroneamente ser algo sobre o qual têm a posse, tendo, no entanto, apenas o direito real de uso (“não conheço muito sobre cemitério público”).

Tabela 3.1-3:
Resultados dos questionários aplicados sobre variáveis socioespaciais sob o foco populacional

O QUE DEVE RESPONDER	QUESTIONAMENTO		
	A infraestrutura atual dos cemitérios públicos da sua cidade atende às necessidades básicas?		
Como o usuário percebe oferta e demanda na infraestrutura de cemitérios públicos?	Opções	Curitiba e RMC	Todos (%)
	Sim	43,7	48,7
	Não	15,8	32,3
	Outras	40,5	19,0
	No caso de um familiar ter sido sepultado em cemitério particular, qual(is) foi(ram) o(s) motivo(s) desta opção?		
Há outros fatores influenciando a escolha do usuário além da proporção entre oferta e demanda de espaço em cemitérios públicos?	Opções	Curitiba e RMC	Todos (%)
	Não tinha vaga em cemitério público	10,0	11,6
	O particular oferecia cremação	12,0	14,6
	O particular oferecia cemitério-jardim	26,0	30,8
	O particular era mais organizado	20,0	26,6
	O particular era mais bonito	13,0	14,4
Outras	19,0	2,0	

Fonte: Elaborada com base nas respectivas respostas⁹.

Notas: RMC = Região Metropolitana de Curitiba

X,X = diferença superior a 20%.

Os respondentes também não observam criticamente o espaço (“não sei opinar”), não costumam assistir enterros ou ir a necrópoles (“há muito tempo não frequento”), com uma pessoa comentando que “as necessidades básicas serão subjetivas e as experiências serão diversas nesta situação”.

Dentre a maioria das explicações dos 40,5% de respostas de moradores de Curitiba e RMC serem nem afirmativas nem negativas, são recorrentes as observações: “não sei” e “não sei responder”. Isso também pode ser um indicativo de que sobre esta questão incidam diversas interpretações, sobre o significado acerca de “necessidades básicas”, principalmente.

Há respostas diferentes das opções propostas, as quais oferecem subsídios para se interpretar que o estado dos cemitérios públicos demonstra carência, inclusive de reflexão crítica por parte da população. Alguns exemplos de devolutivas que apoiam esta análise são: “não estou a par do assunto”, “não saberia responder por nunca ter me dedicado a tal questionamento” e “não vejo notícias sobre isso”.

A falta de debate entre sociedade e poder público sobre o atendimento, expectativas e novas demandas é evidenciada pela opinião do usuário, lembrando da queixa de respondentes do questionário de que se tem preferência, por exemplo, por crematórios. Constatado o fato da inexistência deste sistema na oferta municipal, é compreensível a insatisfação diagnosticada.

Como parte desta análise, verifica-se que, dentre as tipologias projetuais adotadas na implantação dos cemitérios públicos de Curitiba, há predominância da horizontal, com jazigos familiares ou individuais, que podem ou não conter algum tipo de monumento. Os túmulos familiares podem conter sobreposições de charneiras (também denominadas gavetas) e, neste caso, geralmente há até três, como um esboço de verticalização. Este tipo de estrutura verticalizada ocorre mais frequentemente no Boqueirão.

A alocação por sobreposição minimiza a necessidade de ampliação espacial ou perímetro cemiterial conforme ocorram novas solicitações de sepultamentos porque se acomoda um número maior de corpos. Comparando as áreas e a quantidade de corpos sepultados, o Boqueirão, embora seja menor em extensão territorial, atende quase a mesma proporção que o Santa Cândida, que contém a tipologia parque, obviamente demandando maiores dimensões, sendo exceção à expansão horizontal baseada na construção de lápides, gavetas sobrepostas e mausoléus, comuns na paisagem não só desta, como das cidades brasileiras.

O custo da terra para ambos é diferente dos dois mais centrais e antigos, cujo metro quadrado vale mais devido à localização. Contudo se a prioridade for o atendimento do gosto da população, o cemitério-parque ganha em preferência. Embora por lei ambos devam receber classes menos privilegiadas, esta tarefa tem ficado a cargo do Boqueirão, que oferece gavetas para carentes e indigentes (GRASSI, 2020).

O aumento da classe média coincide com a tendência de parte da população sepultar seus mortos por meio de serviços particulares. Mais da metade dos moradores de Curitiba e RMC participantes do questionário (ver Tabela 3.1-3) afirmam haver contrastes entre os serviços, reiterando a eficiência superior do particular, assim como expressam os consultados de outras cidades.

Esta é uma classe que, se não possui túmulo no cemitério público, poderá escolher o particular, deixando de exercer pressão junto ao gestor governamental. Porém o aumento da faixa mais pobre reflete na procura por gavetas temporárias, que podem ser ocupadas por autodeclarados carentes, ou considerados indigentes. Dessa maneira, compreende-se a dificuldade na disponibilização eventual de parte do orçamento familiar daqueles que não possuem titularidade de terreno nas necrópoles municipais, nem se configuram entre os mais carentes e precisam organizar o destino de um parente falecido.

No **foco cultural** e se questionando se os bairros onde estão localizados os cemitérios indicam, de alguma maneira, as classes sociais dos falecidos (Tabela 3.1-4), a percepção dominante é afirmativa para 59,5% dos moradores de Curitiba e RMC, e 56,1% quando considerado o total de respostas.

Tabela 3.1-4:
Resultados dos questionários aplicados sobre variáveis socioespaciais sob o foco cultural

O QUE DEVE RESPONDER	QUESTIONAMENTO		
	Na sua opinião, a propriedade de terreno em cemitério público é:		
Como a população percebe relações de propriedade no uso do cemitério público?	Opções	Curitiba e RMC (%)	Todos (%)
	Do cidadão titular do terreno	23,6	26,0
	Exclusivamente do Município, com permissão de uso particular	52,4	54,2
	Não sei responder	24,0	19,8
	Na sua opinião, o(s) bairro(s) da cidade onde está(ão) localizado(s) o(s) cemitério(s) indicam de alguma maneira as classes sociais dos falecidos?		
O bairro de localização do cemitério pode indicar diferenças sociais?	Opções	Curitiba e RMC (%)	Todos (%)
	Sim	59,5	56,1
	Não	35,1	39,0
	Outros	5,4	4,9

Fonte: Elaborada com base nas respectivas respostas¹⁰.

Nota: RMC = Região Metropolitana de Curitiba

Procurando equilibrar a criticidade quanto à localização enfocando por outro prisma, o que se pode argumentar é que os cemitérios são planejados, instaurados e ampliados em conformidade com parâmetros urbanísticos de época. Todavia Frampton (2020[1980]) recorda que nos anos de 1928 e 1956, os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAMs) discutiram planos e teorias urbanísticas para a cidade, sendo básica a categorizações das funções urbanas por zoneamento.

Os princípios do racionalismo funcionalista, implementados por meio de diretrizes reguladoras do tecido urbano, os planos diretores “se estruturam conforme um modelo hierárquico no espaço” (DINIZ FILHO; VICENTINI, 2004, p.130). Essa ideia é complementar à visão de Castells e Borja (1996), pela qual as cidades são analisadas como atores políticos e sociais, no planejamento pautado em redes de produção. Curitiba tem quatro cemitérios iniciados nesta época.

Caso a avaliação considere não mais a ideologia estruturante do projeto no momento em que foram estabelecidos, nem o valor imobiliário atual, mas a área ocupada em metros quadrados, o maior é o do Santa Cândida, com 132.299,75 m². Entretanto os outros dois – Boqueirão e Zona Sul – são os menores em dimensões, o que significa que este não é fator determinante para alocação de pessoas de baixa renda, como também não é o critério antiguidade, visto serem estes três citados os mais novos.

Com exceção do bairro Prado Velho, de baixa renda e localização central, as regiões que concentram a população de menor renda estão ao sul e oeste da cidade, e quando a menor distância pode ser um critério na definição do local, as oportunidades de sepultamento dessa classe se posicionam na região oposta, ao norte, onde está o Santa Cândida, ou a leste, no Boqueirão. Contudo essa questão não é critério principal que motiva a escolha, representando apenas 4,7% das respostas para Curitiba e RMC (Tabela 3.1-5). Por outro lado, quanto à desvalorização imobiliária nas regiões sul e oeste, há o cemitério Zona Sul e outros três particulares localizados no mesmo bairro (Umbará), entre paroquial, parque e israelita, sendo o valor dos terrenos nessa região um dos menores do município.

Tabela 3.1-5:
Resultados dos questionários aplicados sobre variáveis socioespaciais sob o foco histórico

O QUE DEVE RESPONDER	QUESTIONAMENTO		
O interesse histórico justifica ocupação seletiva do espaço público?	Na sua opinião, a importância histórico-cultural justifica a existência de certos cemitérios, independentemente de sua eficiência?		
	Opções	Curitiba e RMC	Todos %
	Sim, história é importante e a ineficiência pode ser aceitável neste caso	38,4	42,0
	Não, cemitério tem que sempre servir sua função principal e ser eficiente	55,2	51,7
	Outros	6,4	6,3
O que motiva a escolha do cemitério?	Em sua família, o principal motivo da escolha do local de sepultamento de um parente é geralmente:		
	Opções	Curitiba e RMC	Todos %
	Econômico	11,5	15,2
	Religioso	10,0	8,9
	Estético	0,4	1,7
	Tipo	13,3	11,4
	Emocional	47,6	50,6
	Menor distância	4,7	4,9
	Outros	12,5	7,3

Fonte: Elaborada com base nas respectivas respostas¹¹.

Nota: RMC = Região Metropolitana de Curitiba

A população à espera de vaga nos cemitérios enfrenta a combinação de perda do poder aquisitivo, limitação de área para expansão em três das cinco unidades cemiteriais públicas, persistência do modelo que desconsidera cremação e verticalização, existência de listas com centenas de cidadãos à espera de vagas em lotes do sistema público. Mesmo assim, a proporção de pessoas que aceitaria a ineficiência justificada pela relevância do **foco histórico** é de 38,4% em Curitiba e RMC, e de 42,0% do total.

Porém, nesta cidade e sua região metropolitana, outros 55,2% não aceitam que a importância da história e da cultura releve a existência de cemitérios que não cumpram com sua função principal e deixem de ser eficientes para priorizar esses aspectos. Os dados mostram que a gestão da necrópole pelo poder público municipal em Curitiba não se sustenta de forma ampla.

Por outro lado, emotividade predomina entre os motivos da escolha do local de sepultamento de parentes em Curitiba (47,6%). Destaca-se a expressividade desta resposta quando comparada a motivos religiosos (10,0%) e estéticos (0,4%), ou mesmo os já citados de distância (4,7%). Motivados por tipo (13,3%) e questões econômicas (11,5%) aparecem em seguida. A história é importante, mas a condição financeira pode ser determinante na escolha do formato de sepultamento.

Para análise dos resultados sob o **foco religioso** (Tabela 3.1-6), preliminarmente se considera informações de que apenas cerca de 10% da população brasileira afirma não ter religião, sendo quase 50% católicos e 31% evangélicos (IBGE, 2020). Apesar disso, para parte dos entrevistados, a religião não é um fator determinante na escolha do cemitério (52,7% para Curitiba e RMC, e 51,2% no contexto geral). Para os moradores da capital paranaense e sua região metropolitana, o fator de maior interferência para seleção de formato cemiterial reside na cultura (38,0%), o que difere significativamente das respostas oriundas do total de cidades (6,5%).

Tabela 3.1-6:
Resultados dos questionários aplicados sobre variáveis socioespaciais sob o foco religioso

O QUE DEVE RESPONDER	QUESTIONAMENTO		
	Em sua escolha pessoal, a religião para definição do cemitério é:		
	Opções	Curitiba e RMC	Todos (%)
A religião tem importância na escolha do cemitério?	Indiferente	52,7	51,2
	É importante, mas não é determinante	32,6	38,0
	Determinante	14,7	10,8
	Na sua opinião, qual(is) motivo(s) faz(em) com que as pessoas rejeitem ou aceitem melhor determinados formatos de sepultamento, como, por exemplo, crematórios, jazigos temporários e, jazigos perpétuos?		
	Opções	Curitiba e RMC	Todos (%)
O que motiva a rejeição ou aceite de determinados formatos de sepultamento?	Distinção ou prestígio que possam sugerir:	5,0	14,4
	Religião	28,0	46,8
	Cultura	38,0	6,5
	Condição financeira	28,0	27,8
	Outros	1,0	4,5

Fonte: Elaborada com base nas respectivas respostas¹².

Notas: RMC = Região Metropolitana de Curitiba

X,X = diferença superior a 20%.

Mesmo que se pudesse esperar que o volume de discussões técnicas, debates legislatórios e percepções de usuários sobre viabilidade e vitalidade do caminho seguido pelo gestor cemiterial no país correspondesse à realidade do problema, os resultados anteriores ficam aquém do esperado.

Pareceres técnicos sugerem modelos para superação de impasses, como os de Silva (1998) no tocante à administração político-sanitária, de Corrêa (2002[1989]) em análises do espaço urbano e conformação espacial, Pacheco (2000) na discussão sobre o conjunto de condições para minimização de impactos e Silva (2000) pela indicação de responsabilidades do poder público e da sociedade civil no Direito Funerário, dentre outras referências.

Um dos grandes desafios do gestor é seguir assertivamente em meio a tantas diretrizes, como o caminho traçado por Born, Oliveira e Cubas (2014), ao avaliarem aspectos construtivos e vulnerabilidade em áreas de cemitérios municipais de Curitiba, no que compete a aspectos normativos e ambientais. Além disso, deve atender aspectos sociológicos, como os apontados por Carlos (2007), tratando do “lugar no/do mundo” das pessoas, com atendimento a anseios culturais e turísticos dos cidadãos.

Na capital paranaense, esses quesitos são, pelo menos em parte, apoiados por Grassi (2014), procurando resguardar identidade e memória. Esses aspectos são também lembrados por Castro (2008), com associação de condições de patrimônio a parâmetros de planejamento urbano (DUARTE, 2012[2007]), assegurando ainda a permeabilidade entre as várias camadas socioeconômicas e culturais que formam a cidade.

Contudo as dificuldades não eximem o gestor público de sua responsabilidade maior perante os deveres constitucionalmente previstos pela Constituição Federal (BRASIL, 1988), estabelecendo a competência municipal para legislar sobre seus serviços públicos locais, inclusive funerários e de sepultamento. Representam, assim, atividades de “precípua interesse local” (MEIRELLES, 2020[1979], p.330), acompanhando e se mantendo ao longo da história entre inovações urbanísticas e deficiências técnicas.

Mumford (2001[1961]) lembra que a cidade sofre relevantes transformações ao longo da história, enfrentando limites impostos pelo seu próprio crescimento, assumindo novos papéis. No que tange às urbes, podem se estender às necrópoles, com o autor alertando para o cuidado em evitar que se pareçam com a Antiga Roma, onde havia “distinção entre o recipiente e o conteúdo” (MUMFORD, 2001[1961], p.228), narrando o ocorrido nas *polis* romanas, cujo “conteúdo muitas vezes era revoltante, algumas vezes um verdadeiro esgoto de mesquinhez e iniquidade humana”. Trazendo para o interesse local, o estado físico e a condição

funcional dos cemitérios públicos investigados dão mostras da necessidade de revisão, principalmente de teor.

Na área de estudo, as principais condições territoriais relacionadas à temática da pesquisa são vinculadas a processos de distribuição da infraestrutura e a mecanismos de regulação de interesses. Pelo entendimento de que o Estado e, especificamente o sistema legal, possuem papel basilar na sustentação e na garantia da estabilidade desses relacionamentos básicos (HARVEY, 2004[2003], p.91), entende-se a existência de contradições expressas no antigo debate sobre valores de uso e de troca (MARX, 2017[1867]).

Os resultados anteriormente expostos permitem colocações como a necessidade de reorganização de usos dos espaços públicos destinados aos cemitérios, entendendo a ocorrência de mudanças intensas e providências rápidas, tanto tecnológicas como organizacionais. Quanto mais tempo dispendido para decisões e elaboração de planos, maiores os riscos funcionais (SANTOS, 1990[1981]). As necrópoles curitibanas e brasileiras carecem de medidas técnicas por se imbricarem em características como o tratamento privatizado aos usos de benfeitorias coletivas (SANTOS, 2007[1978]), acarretando problemas sociofísicos. Tais questões ensejam reflexões sobre a temática.

3.1.5 Considerações finais

Alcançando o objetivo de analisar características socioespaciais dos cemitérios diante do sistema de gestão municipal em Curitiba e traçando respostas para a questão investigativa sobre quais são as principais condições do território e da sociedade relacionadas à temática, são identificados inúmeros descontentamentos. A compreensão deste fato pode residir na motivação contemporânea na escolha de áreas particulares na contemporaneidade, centrada em outros fatores que não a falta de vagas, a qual é representativa para pequena parcela daqueles que moram na capital paranaense e RMC, assim como no todo. As respostas podem, então, estar nos que preferem modelos diferentes como cremação ou cemitérios-parque, ou, ainda, na organização e beleza.

Considerando as diversas aplicações deste estudo, ressalta-se um ponto sensível para as possibilidades de alocação do corpo inanimado, ao se constatar que, além de ser a cidade dos mortos, à necrópole são atribuídos significados para

além de sua funcionalidade. Para a maioria dos participantes, sob o ponto de vista do cidadão, a existência de diferentes critérios de concessão pode oferecer indicativos socioeconômicos, seja por perpetuidade ou temporalidade, com existência de mausoléus e gavetas, usos coletivos ou individuais.

Porém próximo a um quarto dos respondentes manifestam hesitação. Um dos participantes, por exemplo, explica que algumas características “demonstram claramente quem tem dinheiro e prestígio e quem não tem. O nome está na lápide”, referindo-se às gavetas identificadas por números, diferentes das que recebem placas nominais nos jazigos individuais ou familiares.

Opiniões se dividem ao resolver se tais diferenças fazem parte da dinâmica de uso democrático do espaço, em que as pessoas também podem decidir sobre as formas de alocação. Muitas são categóricas em dizer que sim, mas há proximidade percentual com outras que negam ou que titubeiam para a possibilidade de decisão sobre o cemitério público.

Vale mencionar que a aplicação do questionário surpreendeu pela ampla participação (526 respondentes) em pouco tempo (menos de um mês). Recebendo incentivos quanto à importância na abordagem do tema, revela o interesse das pessoas em discutir o assunto.

Pela interpretação dos dados estruturados nas tabelas anteriores, há indispensabilidade de revisão dos critérios de uso e ocupação do espaço. Para moradores de Curitiba e sua região metropolitana, em expectativas e experiências da amostra populacional, percebe-se descontentamento sistemático sobre infraestrutura atual dos cemitérios públicos curitibanos quanto ao atendimento de necessidades básicas. Nesses termos, o direito à sepultura em áreas municipais repercute negativamente na extensão do direito à cidade, em função da organização dissociativa entre os processos socioespaciais, como aumento de demanda e limitação de crescimento dentro do modelo e localização adotados.

Por meio desta pesquisa, evidencia-se que conquistas alcançadas a partir da secularização das necrópoles, passado o controle para as mãos do Estado, estão ameaçadas pelas profundas transformações provenientes dos processos de crescimento urbano, provocando uma crise da tradicional forma de cidadania em virtude de falhas no sistema de sepultamento em cemitérios públicos municipais. Embora Curitiba apresente melhor organização quando comparada a outras cidades

brasileiras, há resistência na adaptação e modernização do sistema para novos modelos.

Dada a existência de alternativas viáveis para fazer frente ao acompanhamento da demanda, como os crematórios, como visto nas respostas do público ao questionário, faz-se necessária a intensificação do monitoramento das vacâncias e agilidade na verificação das condições de jazigos perpétuos. Também é urgente o reconhecimento de limitações de crescimento na extensão horizontal em função da localização e modelo dos cemitérios municipais curitibanos, à exceção do Zona Sul, que fora do anel central, não tem os mesmos impasses a serem superados.

Conclui-se, por fim, que as ações municipais ainda são insuficientes, considerando as listas de espera por lotes em cemitérios públicos de Curitiba e o modelo predominante, de sepulturas dispostas horizontalmente, pois a situação tende ao progressivo agravamento da perda de capacidade. Concomitante à integração do mercado fúnebre por parte da rede particular, há o fortalecimento do reconhecimento do usuário pela qualidade superior do atendimento em comparação com os serviços e infraestrutura oferecidos pela administração governamental. A continuidade da sistemática predominante tende a dispersar a atenção do sistema público para o privado.

REFERÊNCIAS ESPECÍFICAS

BELLOMO, Harry. **Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia**. 2.ed. Porto Alegre, RS, BR: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – EdiPUCRS, 2008[2000]. ISBN 978-8574307176

BORN, Cristiane Maria; OLIVEIRA, Cintia Mara Ribas de; CUBAS, Selma Aparecida. Avaliação dos aspectos construtivos e vulnerabilidade das águas subterrâneas em áreas de cemitérios municipais de Curitiba (Paraná). **Revista Brasileira de Ciências Ambientais** [online], Rio de Janeiro, RJ, BR: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES, n.32, p.88-105, 2014.

http://www.rbciamb.com.br/index.php/Publicacoes_RBCIAMB/article/view/251

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, BR, 05 out. 1988. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo, SP, BR: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH-USP, 2007. ISBN 978-8575061435

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. Tradução de Omar Ribeiro Thomaz. **Novos Estudos** [online], São Paulo, SP, BR: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP, n.45, p.152-166, jul. 1996. [http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/CASTELLS,%20Manuel%20%20BORJA,%20Jordi.%20As%20cidades%20como%20atores%20pol%C3%ADticos.%20Novos%20Estudos.%20CEBRAP%20N.%C2%BA%2045,%20julho%201996.%20\(pp.152-166\)_0.pdf](http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/CASTELLS,%20Manuel%20%20BORJA,%20Jordi.%20As%20cidades%20como%20atores%20pol%C3%ADticos.%20Novos%20Estudos.%20CEBRAP%20N.%C2%BA%2045,%20julho%201996.%20(pp.152-166)_0.pdf)

CASTRO, Elisiana Trilha. **Aqui também jaz um patrimônio: identidade, memória e preservação patrimonial a partir do tombamento de um cemitério (o caso do Cemitério do Imigrante de Joinville/SC, 1962- 2008)**. 2008. 210f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, SC, BR, 2008. <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91822>.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4.ed. São Paulo, SP, BR: Ática, 2002[1989]. ISBN 978-8508032600

CURITIBA. Decreto Municipal N° 1.080, de 05 de julho de 2011. Aprova o regulamento sobre licenciamento ambiental de cemitérios e estabelece requisitos e condições técnicas, no que tange à proteção e conservação do ambiente, em particular do solo e das águas subterrâneas. **Diário Oficial [do] Município de Curitiba**, Poder Executivo, Curitiba, PR, BR, 05 jul. 2011a. <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/decreto/2011/108/1080/decreto>

CURITIBA. Decreto Municipal N° 1.202, de 26 de julho de 2011. Aprova o regulamento para os cemitérios no município de Curitiba. **Diário Oficial [do] Município de Curitiba**, Poder Executivo, Curitiba, PR, BR, 26 jul. 2011b. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/decreto/2011/120/1202/decreto>

CURITIBA. **Cemitérios Municipais de Curitiba: um pouco de história sobre os cemitérios do município de Curitiba**. 2020. Disponível em: <http://obituarios.curitiba.pr.gov.br/publico/cemiterios.aspx>. Acesso em: 11 out.2020.

DINIZ FILHO, Luís Lopes; VICENTINI, Yara. Teorias espaciais contemporâneas: o conceito de competitividade sistêmica e o paradigma da sustentabilidade ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, PR, BR: Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná – MAD-UFPR, v.9, p.107-116, jan./jun. 2004. <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v9i0.3086>

DUARTE, Fábio. **Planejamento urbano**. Curitiba, PR, BR: InterSaberes [Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão – IBPEX], 2012[2007]. (Série Gestão Pública) ISBN 978-8582123492

FRAMPTON, Kennet. **História crítica da arquitetura moderna**. 5.ed. Tradução de Jefferson Luiz Camargo e Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo, SP, BR: Martins Fontes, 2020. (Título original: *Modern architecture: A critical history*. London, UK: Thames & Hudson, 1980). ISBN 978-8580632101

GOOGLE EARTH. **Imagens aéreas e oblíquas de Curitiba, Paraná, Brasil**. 2021.

GRASSI, Clarissa. **Guia de visitação ao Cemitério Municipal São Francisco de Paula** – arte e memória do espaço urbano. Curitiba, PR, BR: edição da autora, 2014.

GRASSI, Clarissa. **Informações sobre os cemitérios municipais de Curitiba** – atualização de dados. 2020. Curitiba, PR, BR: Departamento de Serviços Especiais da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA, 2020.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo, SP, BR: Boitempo, 2013. (Título original: *The limits to capital*. London, UK: Verso, 1982) ISBN 978-85755933585

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo, SP, BR: Loyola, 2004. (Título original: *The new imperialism*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2003). ISBN 978-8515029716

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse preliminar do Censo Demográfico 1980**: Paraná. População residente em 1970 e 1980 – Município de Curitiba. IX Recenseamento geral do Brasil – 1980. 1980. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/310/cd_1980_v1_t1_n19_pr.pdf. Acesso em: 15 jul. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**: Paraná. População residente em 2000 e 2010 – Município de Curitiba. 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=29&uf=41>. Acesso em: 15 jul. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tabela de óbitos**. 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2682>. Acesso em: 16 dez. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**: Curitiba. 2021a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/curitiba/panorama>. Acesso em: 22 jul. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**: municípios da Região Metropolitana de Curitiba. 2021b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/curitiba/panorama>. Acesso em: 22 jul. 2021.

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Comparação de rendimento**: comparação Curitiba 2000 e 2010. 2012. Disponível em: https://www.ippuc.org.br/visualizar.php?doc=https://admsite2013.ippuc.org.br/arquivos/documentos/D356/D356_005_BR.pdf. Acesso em 17 dez. 2020.

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Planta Genérica de Valores**. 2017. Disponível em: <http://geoapp.ippuc.org.br/plantagenericadevalores/>. Acesso em: 17 dez. 2020.

MAROS, Angieli. **Jesus roubado, assaltos e mendigo dormindo em túmulo**: a realidade do Cemitério Municipal em Curitiba. 2017. (30 maio). Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/curitiba/jesus-roubado-e-mendigo-dormindo-em-tumulo-a-realidade-do-cemiterio-municipal-ezaqsdg5ffelt3663c0nuuffx/>. Acesso em: 15 dez. 2020.

MARX, Karl. **O capital** [Livro 1]: crítica da economia política. O processo de produção do capital. 2.ed. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo, SP, BR: Boitempo, 2017. (Título original: *Das kapital [Buch I]: Kritik der politischen Ökonomie – Der kapitalproduktionsprozess*. Hamburg, GE: Otto Meissner, 1867) ISBN-13 978-8575595480

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 44.ed. São Paulo, SP, BR: JuPodivm; Malheiros, 2020[1979]. ISBN 978-8539201037

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. Tradução de Neil Ribeiro da Silva. 5.ed. São Paulo, SP, BR: WMF Martins Fontes, 2001. (Título original: *The city in history: Its origins, its transformations, and its prospects*. San Diego, CA, US: Harcourt, Brace & World, 1961) ISBN 978-8533624092

PACHECO, Alberto. **Cemitério e meio ambiente**. 2000. 105f. Tese (Livre Docência em Geologia Ambiental) – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, SP, BR, 2000. https://teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/44/tde-23062015-131326/publico//Pacheco_LivreDocencia.pdf

PICCOLI, Maria Luiza. **O que acontece com os restos mortais se a família do falecido não pagar a taxa do cemitério?** 2019. (11 jan.) Disponível em: <https://tribunapr.uol.com.br/cacadores-de-noticias/curitiba/inadimplencia-taxa-cemiterio-cresce-cobranca-polemica-curitiba>. Acesso em: 15 dez. 2020.

RAMOS, Durval. **Sem vagas para novos túmulos, Curitiba terá novo cemitério em 2018**. 2017. (08 jun.) Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/curitiba/sem-vagas-para-novos-tumulos-curitiba-tera-novo-cemiterio-em-2018-67ub7fvajvh02suitszb2wfok3/>. Acesso em: 15 dez. 2020.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **O uso do solo e o município**. 3.ed. Rio de Janeiro, RJ, BR: Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, 1990[1981].

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da Geografia**. 6.ed. São Paulo, SP, BR: Editora da Universidade de São Paulo – EdUSP; [Hucitec], 2007[1978]. ISBN 978-8531410444

SFM-PMC – Serviço Funerário Municipal – Prefeitura Municipal de Curitiba. **Aquisição de terrenos**. 2020. Disponível em: <https://obituarios.curitiba.pr.gov.br/publico/terrenos.aspx>. Acesso em: 15 dez. 2020.

SILVA, Justino Adriano Farias da. **Tratado de Direito Funerário**. São Paulo, SP, BR: Método, 2000. (v.1-2) ISBN 978-8586456121

SILVA, Leziro Marques. **Cemitérios: fonte potencial de contaminação de aquíferos livres**. In: Congresso Latino-Americano de Hidrologia Subterrânea, 4º, Montevideo, UY. **Anais eletrônicos...** Montevideo, UY: Associação Latino-Americana de Hidrologia Subterrânea para o Desenvolvimento – ALHSUD, 1998, s.p. <http://www.alhsud.com/congresos>

3.2 SISTEMATIZANDO CONDIÇÕES SOCIOPOLÍTICAS

O eixo empírico-analítico é finalizado com o sexto artigo componente da tese, baseado em diagnósticos institucionais e elaborado com fundamentos em variáveis sociais e políticas de gestão municipal da necrópole. Suas colocações introdutórias são a seguir argumentadas.

3.2.1 Considerações iniciais

Ariès (2003[1975]) pondera que o espaço destinado aos mortos sofre constantes mudanças ao longo dos tempos, da condição de vizinho das igrejas ao longo da Idade Média na Europa, para a fase da monumentalidade nos séculos XVIII e XIX, encontrando-se longe das habitações, passando aos cemitérios-parque e crematórios na contemporaneidade. Essa colocação vai ao encontro de questionamentos sobre a situação em que se encontra a gestão das necrópoles públicas brasileiras para acompanhamento de melhorias técnicas disponíveis.

Em posicionamento analítico, procurando-se sistematizar condições sociopolíticas das quais resultam a gestão municipal de áreas cemiteriais, traz-se a realidade local de Curitiba, Paraná. Nesta abordagem empírica, são mescladas informações científicas e de planos urbanísticos e agentes diretamente interessados em manter a cidadania, representados por pesquisa de opinião.

Compreendendo pressões, como a explorada por Cunha Filho (1998, p.9) “sobre os formuladores de políticas”, aproxima-se do entendimento sobre os processos decisórios, “com o intuito de gerar, manter ou extinguir demandas”. A esses procedimentos que agem na estruturação da cidade dos mortos correspondem ações de diversas frentes, desde influenciadores diretos nas tomadas de decisão, como agentes governamentais, até a capacidade de criticidade de cidadãos comuns. A busca por informações dessa natureza visa contribuir na adoção e desenvolvimento de políticas, as quais, para Lindblom (1981[1968], p.40), respondem a interesses diversos, pois:

entre os formuladores de políticas e os cidadãos comuns há muitos outros participantes especializados no processo de decisão política, que têm um desempenho variável, de sistema para sistema: são os

líderes de grupos de interesse, membros ativistas dos partidos, os jornalistas e outros formadores de opinião, homens de negócios [...].

Representando um sistema, busca-se compreender as dinâmicas que têm contribuído para a dispersão de usuários do sistema público de cemitérios para o particular. A interpretação deve avançar quanto ao entendimento do rumo das políticas governamentais, no alcance da Lei Federal N°10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade – BRASIL, 2001), para a qual devem ser observados tanto o cumprimento da função social da urbe e da propriedade urbana, quanto o respeito ao direito à cidade e à sua gestão democrática (CYMBALISTA, 2006).

Nesse contexto, o **objetivo** deste trabalho corresponde ao de sistematizar as condições sociopolíticas da gestão de cemitérios públicos no município de Curitiba¹. A partir de referências de teorias pertinentes, visa responder a seguinte **questão investigativa**: quais são os diagnósticos mais relevantes acerca de circunstâncias institucionais específicas?

3.2.2 Referenciais teóricos

O delineamento de relações subjacentes à gestão municipal da necrópole, no que concerne às condições sociopolíticas na cidade de Curitiba, é parte significativa da proposição que cabe ao balanço de percepções cidadãs sobre variáveis analíticas, cujos pressupostos partem de revisão sistemática de literatura (RSL) previamente executada. A avaliação de Capra (2012[1996], p.23) de que os problemas atuais “precisam ser vistos, exatamente, como diferentes facetas de uma única crise, que é, em grande medida, [...] de percepção”, encoraja o entendimento de que seja cabível nesta análise, de modo inclusivo, sondagens do processo perceptual em âmbito social.

Dados técnicos provenientes de órgãos públicos são utilizados no escopo, mas o pano de fundo da abordagem é segmentado sobre relações do trato no entendimento sistêmico do cemitério. Este, como um direito à cidade, é observado sob a abordagem integrada de múltiplos fatores que culminam na construção do ambiente antrópico.

¹ Atinente ao sexto objetivo específico da tese (ver Seção 1: Introdução).

Nessa visão sistêmica, evidencia-se que todos os elementos interagem em uma complexa rede de relações (FRANCO, 2003[1997]), sendo a individualidade suplantada pela somatória das propriedades que formam o todo. Sob esses preceitos foram desenvolvidos os métodos e técnicas de desenvolvimento da pesquisa.

3.2.3 Procedimentos metodológicos

Adotou-se estratégia investigativa multimétodos, com estabelecimento de variáveis sistematizantes de análise. Os procedimentos metodológicos para sistematização das condições sociopolíticas da gestão de cemitérios em Curitiba foram preliminarmente baseados em levantamento de dados quantitativos derivados de informações obtidas junto ao Serviço Funerário Municipal (SFM), Meio Ambiente Serviços Especiais (MASE), Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Essa estratégia foi utilizada para analisar o interesse público, possibilitando a interpretação da infraestrutura atual resultante de ações do poder municipal para atendimento à demanda de sepulturas na capital paranaense. As respostas foram obtidas a partir de cálculos de proporcionalidade, demonstrados na sequência.

Somam-se a essas, outras informações provenientes de uma segunda estratégia de análise, que explora variáveis organizadas sob a forma de perguntas e respostas extraídas de questionário aplicado, seguindo o documento elaborado na plataforma Google Docs, o qual totaliza 21 questões, divididas entre seis iniciais gerais (sobre gênero, idade, escolaridade, bairro/cidade/estado de moradia, área de ocupação e respectivo cargo) e outras 15 de relacionadas a variáveis sociopolíticas².

Para fontes de dados do questionário³, visou-se à distribuição heterogênea da população e ao alcance da quantidade máxima possível de participantes. Como resultado, chegou-se ao total de 526 respondentes.

² Outras 10 perguntas são referentes a variáveis socioespaciais e compõem o teor da Subseção 3.1.

³ Ver Apêndice E.

O compartilhamento do questionário foi aberto e aleatório, atingindo várias cidades e estados (notadamente Ceará, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina e São Paulo). Diante da especificidade empírica para Curitiba e sua região metropolitana (RMC), houve a seleção dos dados exclusivos da capital paranaense, correspondendo a 279 participações, equivalentes ao nível de confiança de 90% e erro amostral de 5% para uma população regional estimada em 3.693.817 pessoas (IBGE, 2021), em conformidade com parâmetros da Comento Pesquisa de Mercado. Essas respostas foram sistematicamente comparadas com as da amostra total, cujo

Sem controle rígido de distribuição e com a quantidade alcançada de participações entre todas as categorias, houve o fortalecimento da diversidade de opiniões e vivências pela diversificação de públicos distintos. A síntese do perfil geral dos respondentes corresponde à preponderância de mulheres (65,0%), da faixa etária entre 40 e 49 anos (41,4%), do grau de escolaridade em nível de especialização completa (*lato sensu*) (35,0%) e da área de ocupação vinculada à iniciativa privada (29,1%).

Por fim, baseada em síntese bibliométrica proveniente da RSL, foram sumarizados possíveis paradigmas intervenientes no predomínio dos modelos convencionais de sepultamento. Extraídos de categorias destacadas, os dados auxiliares foram sintetizados para o entendimento da gestão de cemitérios geridos pelo município de Curitiba, conforme o constante no próximo item.

3.2.4 Resultados analíticos

As principais dinâmicas sociopolíticas municipais e o desenvolvimento da necrópole em Curitiba constituem os primeiros componentes de análise dos resultados alcançados. O processo é continuado com a avaliação da gestão e uso de cemitérios públicos, para, por fim, serem tecidas reflexões acerca de paradigmas intervenientes.

3.2.4.1 Dinâmicas sociopolíticas municipais e necropolitanas

Como princípio constitucional, a legitimidade sobre o tratamento dos cemitérios é do poder público municipal, mantendo a infraestrutura e observando as dinâmicas sociopolíticas existentes. É a partir da “capacidade de promover e manter o desenvolvimento” (CASTELLS, 2009[1996], p.242) em projetos conduzidos pelo poder estatal em nome da sociedade que se avalia a sua administração, combinando taxas de crescimento populacional ao acompanhamento da transformação estrutural e de demandas relacionadas ao Estado democrático. Doravante, o interesse em responder se a gestão da necrópole em Curitiba atende ao interesse comum de direito à cidade, promovendo e mantendo o desenvolvimento, é sistematizado no Quadro 3.2-1, que sintetiza o primeiro questionamento condutor da análise.

Quadro 3.2-1:
Painel de variáveis sociopolíticas estruturantes da pesquisa

VARIÁVEL	O QUE DEVE RESPONDER	FORMA DE MEDIÇÃO
Interesse público	Infraestrutura: o município realizou ações suficientes para cobertura no atendimento à demanda por sepulturas públicas.	Proporção entre a quantidade sepulturas públicas ofertadas em relação ao crescimento populacional.

Fonte: Elaborado com base nos procedimentos metodológicos adotados.

Pelo exame de políticas locais de planejamento, em busca de entendimentos sobre temporalidades e circunstâncias do processo de urbanização, salienta-se o rápido aumento do contingente populacional curitibano nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do XX, associado a “epidemias que assolaram a cidade entre os anos de 1889 e 1891” (CUNHA FILHO, 1998, p.83). Evidenciando a questão no início da década de 1920, Martins (1922, p.140) comenta que Curitiba era a sétima “dentre as capitais de Estados da República quanto à população. Em 1900, tinha 49.755 habitantes, em 1910, 60.800 e, em 1920, 78.986. Vê-se daí seu rápido crescimento”.

O então Prefeito Cândido de Abreu, visando adquirir maior controle e realizar intervenções no espaço urbanizado, aparelhando-o com recursos técnicos e humanos, propôs à Câmara Municipal a revisão do antigo Código de Posturas, criando nova legislação urbana em 1895, visando regulamentar, dentre outros, “as

construções, o alinhamento das ruas, a limpeza e segurança pública, a higiene e salubridade da cidade, cemitérios e enterramentos, o mercado, o matadouro, os curtumes, as fábricas e oficinas, o comércio, as casas de jogos e divertimentos públicos [...]” (CUNHA FILHO, 1998, p.77).

Em meio a embates técnicos e processos decisórios, alguns setores da sociedade exerciam pressão sobre as decisões políticas e o capital privado ligado às obras públicas, com o objetivo de “ver a cidade ajustada à nova sensibilidade, aos parâmetros civilizados, às normas do progresso” (CUNHA FILHO, 1998, p.92). Entre 1911 e 1920, o poder municipal reconheceu os problemas urbanos e agiu mais intensamente para o seu combate no governo de Carlos Cavalcanti de Albuquerque; porém, as mudanças ocorreram principalmente na área central.

Na Tabela 3.2-1, observa-se a lista de despesas com pessoal na década de 1920, na qual as do Departamento de Cemitérios eram contabilizadas em nono lugar, na intenção de implementar melhoramentos da capital. Esses aspectos representam ideologias de intervenção técnico-científica pelo poder público à época em que se implantava o “urbanismo moderno”.

Tabela 3.2-1:

Valores de registro de despesas de departamentos institucionais de Curitiba, com destaque para o Departamento de Cemitérios – década de 1920

DEPARTAMENTOS	DESPESAS
Diretoria Geral	84:200\$000
Fiscalização	65:164\$966
Diretoria do Tesouro e Contabilidade	41:464\$000
Matadouro	38:728\$000
Secretaria	18:764\$000
Diretoria de Higiene	17:600\$000
Pessoal inativo	17:186\$037
Prefeitura	12:000\$000
Cemitérios	9.800\$500
Gabinete do Prefeito	5:400\$000
Mercados	4:140\$000
TOTAL	314.447\$003

Fonte: Adaptado de IMAP (1993, p.136)

Para Cunha Filho (1998, p.56), este modelo urbanístico foi “exclusivamente estatal e burocratizado”, com o Estado conferindo autoridade a especialistas. Segundo o mesmo autor, nas primeiras décadas do século XX, o ambiente esteve propício à imposição de planos de ação da engenharia, conformando interesses que proliferavam pela cidade, dotando-a dos requisitos de conforto requeridos por novas sensibilidades burguesas.

As políticas da época almejavam esse tipo de desenvolvimento, interessadas em estruturar a cidade oferecendo equipamentos públicos. Houve o progressivo aprimoramento técnico por uma sequência de iniciativas nos anos 1910, culminando no Plano Agache nos anos 1940 e no atual plano diretor municipal (Quadro 3.2-2). Em meio às sucessivas ações, foram inaugurados ou passaram a ser de domínio da prefeitura os cinco cemitérios municipais da cidade.

Quadro 3.2-2:

Marcos administrativos de planos urbanísticos e cemitérios municipais de Curitiba – 1854 a 2014

MARCOS ADMINISTRATIVOS	RESPONSÁVEIS	ANOS
Cemitério Municipal São Francisco de Paula	Presidente da Província do Paraná Zacarias de Góes e Vasconcelos	1854
Cemitério Municipal Água Verde	Capelania Curada do Água Verde (Prefeito João Moreira Garcez)	1888 (municipalização: 1928)
Plano de Saneamento (Plano Saturnino de Brito)	Engenheiro Francisco Saturnino Rodrigues de Brito	1920-1921
Plano de Urbanização (Plano Agache)	Empresa Coimbra e Bueno (Urbanista Alfred Hubert Donat Agache)	1941-1943
Cemitério Municipal Boqueirão	Prefeito Lineu do Amaral	1950
Cemitério Municipal Santa Cândida	Prefeito Ney Amintas de Barros Braga	1957
Plano Piloto de Zoneamento (Lei de Unidades de Vizinhança)	Prefeito Iberê de Mattos	1960
Plano de Desenvolvimento do Paraná (Plano SAGMACS)	Empresa SAGMACS	1963
Plano Diretor (Plano Serete)	Empresa Serete (Jorge Wilhelm e grupo local de acompanhamento do IPPUC)	1964-1966
Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano	Prefeito Roberto Requião de Mello e Silva	1985-1988
Cemitério Municipal Zona Sul	Associação Beneficente Parque São Pedro (Prefeito Gustavo Bonato Fruet)	1996 (municipalização: 2014)

Fonte: Elaborado com base em Dudeque (2010) e IPPUC (2021).

Nota: IPPUC = Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

SAGMACS = Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais

As transformações da cidade e suas partes passam até alcançarem a identificação conhecida no momento presente foram estabelecidas por alterações na atribuição de responsabilidades, em investimentos e nas dinâmicas sociais, bem como pela implementação de políticas correlatas em diversos níveis. Em geral quanto aos cemitérios, pode-se dizer que “as mudanças institucionais e as inovações do ponto de vista técnico são condições necessárias, mas não suficientes” (CYMBALISTA, 2006, p.35) para adaptá-los à realidade territorial das urbes. Avanços nesta seara são, porém, desafiadores.

Estudos locais como os Born, Oliveira e Cubas (2014) e de Pires (2009) apresentam dados de base técnica e analítica, observados aspectos construtivos e de implantação que comprovam o comprometimento da qualidade das águas subterrâneas nas áreas dos cemitérios municipais de Curitiba. Este é um ponto a ser mais bem observado.

Dentre outras, há a vertente de Cunha Filho (1998, p.7), pela qual se tem a ideia da existência de mescla de políticas aos planos urbanísticos, as quais “são resultantes dos fluxos e refluxos nas relações entre dominantes e dominados”. É possível que as “reformas urbanas, ocorridas entre o final do século XIX e início do XX, dentro da dicotomia burguesia-proletariado, existente no interior do conceito de luta de classes” (CUNHA FILHO, 1998, p.10) continue a ser significativa nos resultados sociopolíticos dos quais se pode tomar como exemplo a necrópole pública.

3.2.4.2 Externalidades e interfaces da gestão e uso dos cemitérios públicos

Com vistas à sistematização de resultados de conotação sociopolítica provenientes das respostas de moradores de Curitiba e região metropolitana, em dados comparados aos do total de participantes, estes domiciliados em quaisquer cidades brasileiras, são organizadas informações do questionário aplicado por meio de tabelas e respectivas análises.

A concentração de perguntas segundo variáveis-guia revela percepções quanto a ações municipais, legalidade, espacialidade, cobertura, questões ambientais e ocupação territorial. A Tabela 3.2-2 inicia o ordenamento de condições necropolíticas sob o **foco da necropolítica**, baseando-se em questionamentos respondidos por voluntários, entre os quais distinguem-se na coluna da esquerda

somente os moradores de Curitiba e RMC, e na da direita, o conjunto de 526 participantes da amostra geral de várias cidades brasileiras.

Tabela 3.2-2:

Resultados dos questionários aplicados sobre condições sociopolíticas sob o foco da necropolítica

O QUE DEVE RESPONDER	QUESTIONAMENTO		
	O cemitério público (que pode ser municipal ou paroquial) deve atender:		
	Opções	Curitiba e RMC	Todos (%)
Como as pessoas entendem o direito à sepultura pública.	Apenas pessoas de baixa renda, como um programa social	10,8	7,8
	A todos, independentemente de renda, como obrigação do governo	51,2	53,8
	A todos, em parceria público-privada e com gavetas reservadas a pessoas de baixa renda	35,5	36,1
	Outras	2,5	10,0
	Na sua opinião, além das sepulturas de uso temporário em cemitérios públicos, os novos devem continuar oferecendo as maiores áreas para sepulturas, jazigos ou capelas de uso perpétuo, ou seja, aquelas de uso exclusivo de um indivíduo ou grupo?		
	Opções	Curitiba e RMC	Todos (%)
Há subordinação da população à diretrizes particulares no uso do espaço público.	Sim	47,0	48,9
	Não	47,0	46,4
	Outro	6,0	4,7

Fonte: Elaborada com base nas respectivas respostas⁴.

Nota: RMC = Região Metropolitana de Curitiba

Como processo de entendimento das externalidades e interfaces no contexto da gestão de espaços designados pelo poder governamental para o sepultamento dos mortos, dedicou-se as primeiras questões para testagem da visão foucaultiana quanto à materialidade da inclusão e exclusão em torno da morte (FOUCAULT, 2014[1975]), de acordo com a qual o Estado pondera diversidades internas no tempo e no espaço.

A maioria das respostas às perguntas elaboradas demonstra compreensão comum de que o direito à cidade em termos de acesso ao cemitério municipal deve ser para qualquer pessoa, independentemente de renda (51,2% para Curitiba e RMC, e 53,8% para todas).

Além das opções expostas, como o interesse em parcerias público-privadas para melhoria do sistema, há outros entendimentos. Um dos respondentes comenta que “deve ser um serviço ofertado de forma pública que garanta dignidade mínima a todos, sem distinção. No caso de haver demanda por algo além desse mínimo, deveriam ser abertas concessões para que a iniciativa particular possa explorar”.

O que surge em meio aos comentários pessoais convém às contribuições de melhoramentos. Um exemplo é proveniente da visão do outro respondente que expõe que “tem que atender a todos, não significa que deve ser gratuito”. Esta sugestão é entendida como a proposição de valores administráveis no cotidiano de despesas do cidadão.

Em meio aos questionamentos da anterior Tabela 3.2-2, procura-se medir a subordinação ou aceite da população quanto à continuidade de diretrizes particulares na tratativa e uso do espaço público para novos cemitérios. Intenciona-se saber se é vontade da maioria continuar com a perpetuidade na utilização espacial, além das sepulturas temporárias em necrópoles municipais.

Para a mesma quantidade de pessoas de Curitiba e RMC (47,0%) para quem os novos espaços cemiteriais devem continuar oferecendo as maiores áreas para sepulturas, jazigos ou capelas de uso perpétuo, ou seja, aquelas de utilização exclusiva de um indivíduo ou grupo, há outra parcela exatamente igual que deseja mudança nesse sistema público.

Como na visão de Foucault (2001[1982]), observa-se que os conjuntos de relações sociais construídas em torno de políticas, instituições, leis, disciplinas, afirmações científicas e filosóficas, conceitos e proposições morais, dentre outros, caracterizam subjetividades, cujos resultados embasam tomadas de decisões e se estabelecem como um aparelho. Este surte efeito, por exemplo, na forma como o espaço é convencionalmente utilizado nos arranjos das áreas dos cemitérios públicos brasileiros, com diferenças nas porções e proporções.

O funcionamento de equipamentos funerários depende de variados fatores, sendo importante o **foco do planejamento urbano**, por organizar as relações das pessoas com os espaços e lugares da cidade, antevendo perspectivas futuras de crescimento. Vinasco-Ñustes (2019), ao apresentar a associação do ambiente colombiano com o planejamento territorial, soma à função pública ao alto grau de interferência dos habitantes do território.

Na visão do usuário quanto às perspectivas de crescimento dos cemitérios ante o modelo convencionalmente adotado e sobre medidas para abertura de novas vagas, mais de um quarto dos depoentes acredita não haver possibilidade de ampliação a não ser pela construção de novos equipamentos além dos existentes, sendo que 39,3% dos moradores de Curitiba e RMC, e 35,5% dos de todas as cidades, sugerem a implantação de crematórios como solução para a demanda (Tabela 3.2-3).

Parcela mínima (inferior a 10%) acredita no aumento de vagas pela ampliação, mas a remodelagem é opção para 21,6% dos moradores de Curitiba e sua região metropolitana. Os que julgam que a solução não seja possível no espaço atual por entenderem serem insuficientes as áreas disponíveis correspondem a 33,4% daquela amostra e a 35,9% da relativa a todas as cidades, além dos que enfatizam ineficiência no sistema administrativo ou desorganização espacial (mais de um quarto das duas populações amostrais).

A Tabela 3.2-4 traz o **foco das ciências sociais interdisciplinares**, que regem estudos integrados às informações sobre serviços públicos, ocupação e usos do espaço urbano interpretados na RSL. Respostas sobre utilização de cemitério, podem desvelar debates relacionais, como alguns dos encontrados nas referências científicas selecionadas na citada revisão.

Tabela 3.2-3:
Resultados dos questionários aplicados sobre condições sociopolíticas sob o foco do planejamento urbano

O QUE DEVE RESPONDER	QUESTIONAMENTO		
	Sobre a gestão do espaço para novos sepultamentos em cemitérios públicos, que medida você acredita ser prioritária para a abertura de novas vagas?		
Qual é a visão do usuário quanto às perspectivas de crescimento dos cemitérios ante o modelo convencionalmente adotado.	Opções	Curitiba e RMC	Todos (%)
	Remodelagem do(s) cemitério(s) existente(s)	21,6	25,3
	Ampliação do(s) cemitério(s) existente(s)	7,9	9,8
	Criação de novo(s) cemitério(s) pois a área disponível não é mais suficiente	29,0	26,9
	Construção de crematório(s)	39,3	35,5
	Outras	2,2	2,5
	Na sua opinião, a principal causa de falta de vagas em cemitério público é:		
Como o usuário enxerga o espaço em relação às soluções possíveis para ampliação da demanda dos cemitérios públicos.	Opções	Curitiba e RMC	Todos (%)
	Insuficiência de área no cemitério, resultando em falta de espaço para construção de novas sepulturas	33,4	35,9
	Desorganização do espaço do cemitério, apesar de haver área suficiente para sepulturas	14,0	15,8
	Ineficiência do sistema de administração do cemitério	27,2	25,7
	Não sei responder	23,6	20,0
	Outras	1,8	2,6

Fonte: Elaborada com base nas respectivas respostas⁵.

Nota: RMC = Região Metropolitana de Curitiba

Tabela 3.2-4:

Resultados dos questionários aplicados sobre condições sociopolíticas sob o foco das ciências sociais interdisciplinares

O QUE DEVE RESPONDER	QUESTIONAMENTO		
	Você já vivenciou algum sepultamento em cemitério público?		
Se as pessoas têm utilizado o serviço público	Opções	Curitiba e RMC	Todos (%)
	Sim	69,6	74,7
	Não	24,7	19,8
	Não lembro	5,7	5,5
	Em caso de resposta afirmativa à questão anterior, qual(is) foi(ram) a(s) situação(ões) de sepultamento(s) em cemitério(s) público(s):		
De que forma é organizada a ocupação do espaço edificado.	Opções	Curitiba e RMC	Todos (%)
	Havia gaveta temporária	8,6	9,2
	Havia grau de parentesco com o titular do jazigo	33,4	37,9
	Havia a titularidade do jazigo	23,7	23,1
	Não havia a titularidade de jazigo, mas houve vaga de terreno	1,9	3,4
	Não havia a titularidade de jazigo, mas houve empréstimo do titular	7,8	4,6
	Não havia a titularidade de jazigo, mas houve ampliação da área do cemitério	0,3	0,4
	Minha resposta à questão anterior foi negativa	21,7	18,6
Outras	2,6	2,8	

Fonte: Elaborada com base nas respectivas respostas⁶.

Nota: RMC = Região Metropolitana de Curitiba

Os cemitérios e seus sistemas são objetos de estudo em diversos campos de pesquisa científica, tratados por categorias interdisciplinares das ciências, em temáticas estendidas entre continentes, apresentando variações. O intuito de análise local é massivo entre pesquisadores, devido às diferenças na formação dos povos, cujas características evidenciam condescendências, interesses e costumes no encaminhamento do corpo.

Visando à avaliação de questões sociopolíticas e contribuindo para o bem-estar dos vivos sobre a memória dos mortos, sabe-se da insuficiência da capacidade atual dos cemitérios públicos de Curitiba. Juntos, esses equipamentos somavam, à época, 38.177 lóculos (entre túmulos e gavetas), distribuídos entre perpétuos e temporários, para uma população de 364.044 sepultados e média de 10.444 mortes anuais na década 2010-2019 (IBGE, 2019).

Diante desses dados, não é de estranhar o fato de 24,7% dos moradores de Curitiba e RMC não terem vivenciado algum sepultamento em cemitério público, contra 19,8% do total de entrevistados. Essa análise é corroborada por informações do obituário da cidade de 27 de dezembro de 2020, quando, entre os 90 óbitos registrados em dois dias, 57 corpos foram encaminhados para áreas cemiteriais particulares de Curitiba e região metropolitana, 25 para públicos e oito registrados como “outros”.

Sob o **foco da geografia**, há que se considerar problemas de espaço e ambiente pelo costume brasileiro, também presente no restante dos continentes e países transcontinentais, de sepultamento em túmulos. Esse tipo de sepultura está relacionado a aspectos culturais, constituindo lugar ritualístico ou de caráter religioso para muitos, cujos símbolos sustentam memórias de indivíduos, grupos e povos (ARIÈS, 2003[1975]; KOURY, 2001; LE GOFF, 2014[1988]; MOTTA, 2010; RODRIGUES, 2017[1983]).

Além dessa questão, os projetos cemiteriais contemporâneos devem considerar o agravamento de problemas ambientais associados, tanto em escala local quanto global (SILVEIRA; PALMA, 2011). Portanto devem tratar os poluentes gerados no processo natural de decomposição do corpo humano (OLIVEIRA et al., 2012; PRETTI, 2015) e, ainda, considerar tipologias de maior eficiência físico-química e espacial.

Propostas de cemitérios ideais frente à expansão urbana contemplam a verticalização, quando são construídos edifícios, nos quais pode haver a cremação ou o sistema de sepultamento. Embora especialistas defendam as sepulturas verticais como um tipo de estrutura com melhor aproveitamento espacial quando comparado às plantas horizontais amplamente adotadas local e nacionalmente, as gavetas temporárias dos cemitérios de Curitiba, representando a solução vertical de pequena escala, normalmente sobrepostas em até quatro níveis a partir do piso, fazem parte da experiência de pouco mais de 8,5% do universo total da amostra.

Um dos pontos analisados nesta investigação quanto à gestão da necrópole pela perspectiva do direito à cidade, é sobre a ocupação de espaços urbanos para cemitérios públicos e o que de fato justifica a continuidade dos modelos convencionais adotados e mantidos por séculos nem Curitiba. As áreas centrais, onde se localizam três das cinco unidades municipais já não dão conta de suprir necessidades de ampliação.

Pela ocorrência comum de migrações em relação à população curitibana e regional (ver questionamentos sobre ocorrência de sepultamentos familiares em cidades diferentes daquela de moradia sistematizados na Tabela 3.2-5), é de se pensar o quanto seja justificável manter sepulturas *ad aeternum*. Esses deslocamentos populacionais contribuem para abandono de sepulturas e para dificuldades oriundas do baixo fluxo de sua reocupação devido a limitações pela perpetuidade.

A geografia é, então, uma das categorias em que o Brasil tem produzido material de pesquisa, tendo por base o próprio Estado, ao explorar relações entre crescimento e limites urbanos, além de aspectos sociais dos cemitérios e suas relações com a sustentabilidade ambiental, dentre outras temas. Nesse sentido, vale destacar o equivalente a 18,6% de moradores de Curitiba e RMC, e 16,9 do total de respondentes afirmarem seu desconhecimento sobre titularidade de si ou familiares em cidade diferente de sua moradia atual.

Tabela 3.2-5:
Resultados dos questionários aplicados sobre condições sociopolíticas sob o foco da geografia

O QUE DEVE RESPONDER	QUESTIONAMENTO		
Se as migrações podem justificar em parte o abandono de sepulturas, prejudicando a ocupação por outros.	No(s) mesmo(s) caso(s) anterior(es) os familiares eram titulares de jazigo em cemitério público em cidade(s) diferente(s) de onde moram?		
	Opções	Curitiba e RMC	Todos (%)
	Não vivenciei sepultamento em cemitério público	22,9	17,1
	Sim	21,1	29,1
	Não	37,3	36,9
	Não sei responder	18,6	16,9
Se o histórico de ampliação da área e/ou capacidade dos cemitérios municipais acompanha o crescimento populacional.	No(s) cemitério(s) público(s) da cidade onde você mora, o controle de fluxo e demanda de sepulturas têm acompanhado as necessidades da população?		
	Opções	Curitiba e RMC	Todos (%)
	Sim, pois há controle do número de vagas	1,8	9,9
	Não, pois faltam vagas	16,1	21,1
	Não sei responder	73,0	66,5
	Outras	8,2	2,5

Fonte: Elaborada com base nas respectivas respostas⁷.

Nota: RMC = Região Metropolitana de Curitiba

A importância atribuída à memória relacionada à materialidade da sepultura no cultivo da lembrança do falecido pode ser um fator que dificulte a tomada de decisão do poder público sobre as sepulturas em estado de abandono. No entanto esta situação agrava questões de qualidade ambiental e as crises por espaço.

Nesse ponto, os respondentes mostram importante desconhecimento sobre a percepção no controle de demanda e fluxo dos cemitérios (73,0% para Curitiba e RMC, e 66,5% para todos). Em contraponto, porém, são públicas e conhecidas da população, as listas de espera por vagas nos quatro dos cinco cemitérios municipais da capital paranaense. Também são periódicas as manchetes sobre o assunto em jornais de grande circulação local e estadual, sendo, inclusive, visualizada a situação de abandono nas visitas *in loco* às áreas cemiteriais da cidade.

Autores do campo da Sociologia, como Ariès (2003[1975]), Le Goff (2014[1988]) e Motta (2010), defendem a existência de um processo de apagamento da memória dos mortos, o que pode ser justificado como “recusa à morte” (THOMPSON, 2015, p.23). Esse comportamento pode explicar o abandono de sepulturas e a procura por crematórios e cemitérios-parque, como tentativas de evitar-se o confronto e o tipo de vivência desagradável de proximidade com a extinção da vida.

Na fase de fundamentação teórica da pesquisa, mais especificamente na RSL, uma das categorias de publicações científicas que se destaca quantitativamente para a abordagem de cemitério-cidade (e suas variações conforme seis pares de palavras de busca) abrange estudos organizados em torno da expressão *public work* (trabalho público) e suas derivações infraestruturais na necrópole municipal. Termo estruturante da sistematização de dados da Tabela 3.2-6, enseja a avaliação pessoal quanto à satisfação do cidadão relacionada às experiências (quando existentes) em sepultamentos de familiares. A quantidade de pessoas que percebem algo positivo ou negativo durante este processo se assemelha à quantidade de respondentes que afirmam não terem essa vivência.

Tabela 3.2-6:
Resultados dos questionários aplicados sobre condições sociopolíticas sob o foco do trabalho público

O QUE DEVE RESPONDER	QUESTIONAMENTO		
	Caso tenha acontecido sepultamento(s) de familiar(es) em cemitério(s) público(s), a(s) experiência(s) em geral foi(ram):		
	Opções	Curitiba e RMC	Todos (%)
Se a avaliação do uso do espaço público é positiva	Satisfatória(s)	37,7	38,4
	Parcialmente satisfatória(s)	22,6	25,9
	Insatisfatória(s)	3,9	3,8
	Não tive esse tipo de experiência	35,8	31,9
	Caso sua experiência tenha sido insatisfatória, explicar o(s) motivo(s):		
	Exemplos de depoimentos: Curitiba e RMC	Exemplos de depoimentos: todos	
Sob quais aspectos o usuário se ressentiu da infraestrutura disponibilizada	"pequeno e desorganizado" "só tem bom atendimento para "ricos" "lugar mal-cuidado e em péssimo estado" "o maior problema é a manutenção dos cemitérios, em razão de furtos nos jazigos, depredações e segurança" "mais capelas para os cemitérios, principalmente do Água Verde. Tivemos que velar em um lugar e enterrar em outro [...]"	"falta de profissionalismo, falta de higiene do espaço, da roupa de funcionários da exumação, mau cheiro de sepulturas mal lacradas, rituais de seitas espíritistas e muita sujeira deixada por estes durante a noite etc." "o deslocamento do caixão no terreno do cemitério até a sepultura era bastante ruim." "muito cheio, sem espaço sequer para caminhar entre os túmulos, um horror"	

Fonte: Elaborada com base nas respectivas respostas⁸.

Nota: RMC = Região Metropolitana de Curitiba

Várias interpretações são possíveis. Por um lado, as pessoas evitam se ater a questões mórbidas e estão voltadas para outros aspectos, como os emocionais em função da ligação familiar com o falecido. Por outro, os números podem ser justificados pelo aumento da procura por cemitérios do tipo normalmente oferecidos por empresas particulares (no caso da realidade de Curitiba) como os dos tipos "jardim" e vertical, além de crematórios, justamente por características como organização, bom estado e segurança.

A saúde ocupacional ambiental pública (Tabela 3.2-7) (traduzida do inglês *public environmental occupational health*), da mesma maneira como observado em outras categorias, pode apresentar variação nos termos relacionais, conforme a base de pesquisa. Entre Web of Science e Scopus, por exemplo, em um repositório, o artigo (ou textos semelhantes) pode estar contido na categoria *environmental studies* e ambas as terminologias podem oferecer discussões e argumentos sobre a tratativa das problemáticas cemiteriais, porém não em português.

Tabela 3.2-7:

Resultados dos questionários aplicados sobre condições sociopolíticas sob o foco da saúde ocupacional ambiental pública

O QUE DEVE RESPONDER	QUESTIONAMENTO		
	O modo como os corpos são sepultados nos cemitérios tradicionais pode causar algum tipo de poluição que traga eventual risco à saúde humana ou ao meio ambiente?		
		Opções	Curitiba e RMC Todos (%)
Se as pessoas percebem o potencial de risco dos cemitérios		Sim	53,8 57,0
		Não	18,3 15,4
		Não sei responder	25,4 25,1
		Outro	2,5 2,5
	Na sua opinião, a organização da prefeitura municipal quanto ao(s) cemitério(s) público(s) de sua cidade é:		
		Opções	Curitiba e RMC Todos (%)
Como o usuário percebe a eficiência da cobertura		Satisfatória, pois oferece ambiente e serviços de qualidade	26,2 20,0
		Insatisfatória, pois não oferece ambiente e serviços de qualidade	7,9 16,3
		Mediana	25,7 28,1
		Não sei responder	40,2 35,6

Fonte: Elaborada com base nas respectivas respostas⁹.

Quanto à primeira questão, pouco mais metade das pessoas percebe o potencial de risco dos cemitérios à saúde ou ao ambiente. Todavia as demais ou não sabem responder ou negam a possibilidade. Mesmo que haja diversidade de artigos científicos contemplando esses relacionamentos, o acesso às informações técnicas das bases se dá por meio da instituição de ensino à qual o pesquisador está vinculado e, portanto, neste nível de organização, não são acessíveis à população externa à academia.

Uma proporção de 40,2% dos respondentes da RMC não sabe responder se a eficiência na cobertura dos serviços públicos é satisfatória ou não. Este pode ser um indicativo de que a população não tem se dedicado a refletir acerca da qualificação da gestão cemiterial, a ponto de que, sem potencializar articulações e movimentos no segmento, deixam de exercer pressão sobre as representações políticas, que são dedicadas a outros setores. A participação dos segmentos sociais tem mostrado importância no desenvolvimento urbano, tanto que, em 2004, o Ministério das Cidades organizou campanha nacional destinada a viabilizar a construção de processos democráticos nos municípios brasileiros por meio de planos diretores participativos (CYMBALISTA, 2006, p.34).

A renovação de práticas se mostra necessária, tanto no contexto de participação popular quanto na questão específica de melhorias dos cemitérios e de questões ambientais. Há uma diversidade de estudos urbanos em repositórios institucionais que evidenciam relações deste equipamento com a ineficiência de planejamento, como a contaminação de águas subterrâneas em Curitiba (BORN; OLIVEIRA; CUBAS, 2014; PIRES, 2009) e em outras localidades brasileiras. Nesses casos, destacam-se a tese de doutorado de Matos (2001) sobre o cemitério de Vila Nova Cachoeirinha, São Paulo, na área de Recursos Minerais e Hidrogeologia, e a dissertação de Rocha (2014), que aborda a (des)urbanização cemiterial em Aracaju, Sergipe, do século XIX à primeira década dos anos 2000, dentre outras pesquisas afins.

A interpretação da última variável de análise – lei (Tabela 3.2-8) (traduzido do inglês *law*), em meio às informações disponíveis quanto às regras de uso do espaço territorial público, tem como intenção resolver problemáticas ligadas à saturação oriunda do posicionamento central da necrópole no espaço urbanizado. Rio Negrinho, Paraná, tem legislação específica, datada de 1999, que especifica que os cemitérios, mediante ato do Prefeito Municipal, poderão ser condenados quando

atingido determinado grau de saturação, que torne difícil a composição dos corpos, ou quando tenham se tornado muito centrais. Devido à essa centralidade, é comum que os cemitérios municipais antigos no país sofram limitações em planos de expansão.

Tabela 3.2-8:

Resultados dos questionários aplicados sobre condições sociopolíticas sob o foco da legislação

O QUE DEVE RESPONDER	QUESTIONAMENTO		
	Você ou algum parente próximo é titular de terreno em cemitério público?		
Se as regras de uso estão suficientemente claras para a população	Opções	Curitiba e RMC	Todos (%)
	Sim	47,3	51,0
	Não	38,0	35,3
	Não sei responder	14,7	13,7
	Em caso de resposta afirmativa à pergunta anterior, houve recebimento de algum tipo de notificação para regularização de situação do jazigo?		
Se as ações com fins de regularização ou reversão têm sido efetivas.	Opções	Curitiba e RMC	Todos (%)
	Sim	10,8	13,1
	Não	20,8	23,2
	Não sei responder	28,0	27,8
	Minha resposta à pergunta acima foi negativa*	40,4	35,9

Fonte: Elaborada com base nas respectivas respostas¹⁰.

Notas: RMC = Região Metropolitana de Curitiba

* = desconformidade numérica em função de possível inadequação na compreensão da pergunta por parte dos respondentes

Outro entendimento quanto às regras de uso dos terrenos concedidos a indivíduos em cemitérios públicos recai sobre a suspeita, no caso desta penúltima pergunta, de que a desinformação pode levar a confusões para alguns quanto ao fato de determinado cemitério ser público ou não, o que poderia justificar os 38,0% de pessoas que responderam que “não” são titulares e os 14,7% daquelas que não souberam responder. Outro fato é a relação entre idades e vivências dos cerca de 16% de participantes de até 29 anos, os quais, em tese, são ainda pouco experientes em assuntos relacionados à morte e suas tratativas.

Distinções corretas entre bens públicos ou privados, desconhecimento de regras, falhas por parte do agente público em comunicar e impor sanções, como ações de notificação e efetivação de penalidades, somadas a outras influências, como investimentos ou sua falta, resultam em longas listas de espera para novas titularidades de terrenos e nos cenários decadentes do setor.

O Artigo 31 do Decreto Municipal 1.202, de 26 de julho de 2011 (CURITIBA, 2011) prevê que, após constatado abandono de sepultura em vistoria pela Divisão de Cemitérios, o permissionário será notificado no Diário Oficial e terá o prazo de 90 dias para efetuar os reparos e, para o caso de não atendimento, o terreno em abandono reverterá ao Município. Levada a cabo a reversão, torna-se fonte de abertura de vagas. Contudo o impacto teria que ser medido por hora, o que foi constatado em entrevista extraoficial com representante do Departamento de Serviços Especiais da Prefeitura Municipal de Curitiba, do mesmo modo que constatado em outros municípios, como o de Porto União, Santa Catarina, onde as reversões são raras até o momento presente.

Há soluções para aperfeiçoamento na comunicação, como é o caso de Maringá, Paraná. No intuito de melhorar a conservação das áreas cemiteriais, este Município oferece a possibilidade de consulta de débitos da comunidade pela internet, como pode ser visualizado na Figura 3.2-1.

Figura 3.2-1:
Recorte de tela virtual de visualização de solução para controle de débitos relacionados às sepulturas em Maringá, Paraná

The screenshot displays the 'Consulta de Débitos' (Debt Inquiry) page of the Cemitério Municipal de Maringá. The interface includes a sidebar with 'Consultas' (Inquiries) and 'Informações' (Information) sections. The main area features search filters for 'Nome' (Name), 'Documento' (Document), and 'Localização Sepultura' (Burial Location) with sub-fields for 'Quadra' (Block), 'Linha' (Line), 'Lote' (Lot), and 'Unidade' (Unit). Search and clear buttons are provided. Below the filters is a table with columns: Cadastro, Ano, Nome, CPF/CNPJ, Lançamento, Parcelas, Total, Situação, and Detalhes. The table content is empty, showing 'Nenhum registro encontrado.' (No records found). A pagination bar at the bottom indicates '1 de 1'.

Fonte: Elaborada com base em Maringá (2021).

Tanto quanto a variável “lei”, como nas demais, a aplicação de questionário e posterior sistematização dos dados como modelo avaliativo da gestão da necrópole em Curitiba mostra resultados sinérgicos quando há comparação com o total de dados alcançados, mostrando variações de pequena escala entre dados locais e nacionais. Isso indica que o modelo de análise é replicável, articulando-se em outras realidades além da capital paranaense.

A composição das perguntas e intenções sobre o que se intencionou conhecer quanto à percepção do usuário aponta que o processo de planejamento público deve considerar a resposta popular como parte da estratégia na requalificação de usos e modelos adotados até então. Porém outro indicativo é a presença de fatores emocionais na tratativa das providências para condução do corpo inanimado, o que pode sugerir a possibilidade tardia de iniciativa por parte do poder municipal, evitando descontentamentos de permissionários perpétuos ou outros.

Buscando maior equilíbrio e eficiência no sistema, há necessidade de revisão dos meios e fins, considerando o incremento de políticas, a capacitação técnica e a melhoria na operacionalização do sistema, inclusive em termos de legislação, verificando ausências do Estado no atendimento à sociedade. Há medidas a serem tomadas como respostas aos anseios da população.

3.2.4.3 Paradigmas intervenientes na gestão dos cemitérios

Para os cemitérios municipais de Curitiba, a necessidade de apoio legal básico é suprida basicamente por seis fontes. A primeira se refere ao Artigo 30 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), que estabelece a competência para legislar sobre os serviços funerários e de sepultamento, função que cabe aos municípios. Estes devem, portanto, observar, entre outras, a necessidade da correta destinação dos cadáveres, para atender questões relacionadas à urbanização, com observância ao plano diretor, mas, principalmente, às questões relacionadas à saúde pública e à proteção ambiental.

A segunda fonte corresponde ao citado Decreto Municipal Nº 1202/2011 regulamenta os cemitérios da capital e prevê, a exemplo do Capítulo VIII, entre outras prerrogativas, que, após vistoria, diante da constatação de abandono do jazigo, comprometendo a decência, segurança e/ou salubridade, haverá chamamento público do responsável via Diário Oficial. O permissionário deverá executar as obras exigidas na notificação e, caso decorrido o prazo estipulado sem resposta ou providência do permissionário, o corpo será exumado, sendo o espaço no qual esteve enterrado devolvido ao Município e a ossada trasladada para o ossário geral, na mesma área cemiterial.

As demais fontes dizem respeito a questões específicas. A Resolução CONAMA Nº 335, de 03 de abril de 2003, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos (CONAMA, 2003), padroniza os procedimentos de licenciamento ambiental de cemitérios em todo o Brasil. O SFM é regido pela Lei Municipal Nº 10.595, de 05 de dezembro de 2002 (CURITIBA, 2002). A Lei Municipal Nº 15.515, de 10 de outubro de 2019, regulamenta o zoneamento de ocupação e uso do solo (CURITIBA, 2019).

Os cemitérios públicos são geridos pelo Município, enquanto os privados são administrados por concessionárias ou permissionárias. Em ambos os casos, são cobrados tributos para manutenção dos serviços. Nos primeiros, a falta de pagamento, abandono do jazigo e ocupação irregular são problemas causados pelos usuários. Falta de vagas, sujeira, insegurança e falhas gerais de infraestrutura são de responsabilidade da gestão municipal.

Da integração entre essas normativas legais, oficializa-se o âmbito regimental, correspondendo a apenas uma parte do todo que interfere no funcionamento e gerenciamento da necrópole. Há ainda outros fatores de influência, regidos por questões de ordem social, econômica e espacial, dentre outros paradigmas que exercem algum domínio no resultado pós-secular.

Frisa-se, nesse ponto, a atuação da secularização por seu poder de conexão de diversos grupos, quando a aceitação da diversidade elimina diferenças antigas (MARR, 2019). Nesse sentido, ainda restam na capital paranaense algumas manifestações mais exclusivas quando se fala de cemitérios, geralmente ligadas ao ambiente religioso, como na área muçulmana Jardim de Alah, no rito católico no claustro das Irmãs Carmelitas e nos casos israelitas, por exemplo. Por esse motivo, a considera-se os dados qualiquantitativos de maneira generalista, compreendendo a relação entre necrópole e urbe como elemento único.

Dessa maneira, para entendimento dos processos de funcionamento, observam-se dados do obituário municipal de Curitiba (SFM, 2020) em análise amostral dos sepultamentos de corpos que passaram pelo Instituto Médico Legal da capital entre os dias 27 e 28 de dezembro de 2020. Sobre um total de 90 casos, ocorreram 25 sepultamentos em cemitérios públicos (correspondendo a 27,8% do total), sendo que, em meio a estes, 17 se dissiparam entre as cidades vizinhas de Almirante Tamandaré, Campo Largo, Colombo, Contenda, Pinhais, Quitandinha, Rio Negro, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais, permanecendo apenas oito em território curitibano.

Para cemitérios particulares de Curitiba e RMC, foram encaminhados 63,3% dos sepultados ou cremados, sendo a cremação a opção para 13 dos falecidos). A parcela restante dos sepultamentos foram especificados como “outros” locais na página do obituário.

Esses dados enfatizam a atual integração de agentes públicos e particulares na geração de capacidade para atendimento das 10.445 mortes anuais em Curitiba, conforme taxa média de mortalidade para a última década (IBGE, 2019). Como a estrutura municipal é composta de 32.555 túmulos de permissionários e 5.622 gavetas, sabe-se que quatro dos cinco cemitérios não apresentam vagas para novos permissionários.

O aumento da capacidade de sepultamento da rede privada tem compensado o déficit na abertura de novas vagas, cuja competitividade também tem influência da adoção de novas tipologias, como o oferecimento de planos funerários em crematórios, cemitérios verticais e do tipo “jardim”. Castells (2009[1996], p.468) comenta que o ordenamento espacial é “historicamente enraizado” a partir da experiência comum, conformando o “espaço de lugares”.

O formato de sepultamentos em túmulos convencionais, construídos de alvenaria de tijolos, revestidos de tinta ou pedras como granito e mármore, perde interesse devido à oferta de outros modelos. Estes são normalmente caracterizados por facilidades de acesso, oferta de planos facilitadores na organização do orçamento familiar e preferências ligadas ao bem-estar em casos de cemitérios cuja ambientação remeta ao ambiente natural. Quando a opção é a cremação, as cinzas preservadas em columbários, sob regime de concessão perpétua ou temporária, ocupam áreas reduzidas em função das dimensões ocupadas pelas urnas, quando comparadas ao sistema tradicional de disposição do corpo em caixão.

Segundo dados levantados em estudo bibliométrico, nas bases Scielo, Scopus, Web of Sciece e Portal Domínio Público, elaborado em uma primeira parte da pesquisa, mecanismos socioambientais, políticos e econômicos compõem modalidades de destinação dos corpos. Produções simbólicas tratadas por Soares (2019), o mercado funerário sob o ponto de vista de Neves e Damo (2016), a análise de contaminantes por Xavier, Malagutti Filho e Silva (2018) e novas tipologias (NECKEL et al., 2017) contribuem na construção de uma estrutura analítica de contemporaneidades na condução e destinação do corpo. No Quadro 3.2-3, são sintetizados paradigmas estruturantes dos processos de sepultamento, elaborados a partir da compilação de palavras-chave de artigos em categorias quantitativamente dominantes nos processos de bibliometria e RSL.

Quadro 3.2-3:
Painel de paradigmas incidentes sobre sistemas de sepultamento

VARIÁVEIS DE DESEMPENHO	COMPOSIÇÃO SINTÉTICA AMOSTRAL DE PARADIGMAS INTERVENIENTES NO SISTEMA DE SEPULTAMENTO
Necessidades sociais	história, patrimônio, arte funerária, emoção, luto, memória social, adornos, representação social
Necessidades morais	religiosidade, caridade, filantropia, segregação racial, etnias, inclusão, economia emocional
Necessidades econômicas	mercado fúnebre, política social, geoturismo, impacto ambiental, controle estatístico
Necessidades regulatórias	legislação, antropologia forense, identificação de cadáveres, segurança pública, cidadania, conflito de jurisdição
Necessidades de eficiência administrativa no controle de contaminantes	impacto ambiental, poluição ambiental, doença, morte, urbanismo, salubridade, acidentes por escorpião, necrochorume, metais tóxicos, sífilis, vulnerabilidade da água subterrânea
Necessidades de recuperação de áreas degradadas	tecnologias ambientais para tratamento físico-químico de efluentes, coleta e tratamento de resíduos sólidos, geoprocessamento, análise de bioindicadores, biodiversidade, controle de contaminantes, eletrorresistividade

Fonte: Elaborado com base nos procedimentos metodológicos adotados.

Em função de similitudes, a sistematização de paradigmas dentro do critério hierárquico da pesquisa nacionalmente e quantitativamente referida, cujos entendimentos científicos são, em grande soma, extensíveis ao sistema territorial específico, impulsiona, como bases, melhorias na gestão pública dos cemitérios curitibanos. Em escala linear de evolução, a gestão cemiterial no Brasil (e Curitiba segue a mesma linha) vem desde o monopólio e organização eclesiástica, passando para a autoridade política constitucionalmente estabelecida pela Constituição Federal de 1891, resolvendo pela secularização:

A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes: § 5º - Os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal, ficando livre a todos os cultos religiosos a prática dos respectivos ritos em relação aos seus crentes, desde que não ofendam a moral pública e as leis. (BRASIL, 1891, Artigo 72, Parágrafo 5).

A tendência para os falecidos urbanos na contemporaneidade da capital paranaense parece caminhar para relações público-privadas, combinando administração governamental, religiosa e comercial. Nesse sentido, um aspecto a ser considerado é o cuidado em evitar a exclusão social e a marginalização urbana em ambientes de pouca interação. Como via de solução, a Comisión Económica

para América Latina y el Caribe (CEPAL, 2016), ante a extrema desigualdade e as diversas formas de discriminação características de países latino-americanos e caribenhos, elenca, dentre outros mecanismos de eficácia para atingir coesão social, além do emprego e sistemas educacionais, a proteção social, a titularidade de direitos, as políticas de fomento visando a equidade e o sentido de pertencimento. São aspectos importantes a serem considerados na garantia do direito à cidade e à necrópole.

3.2.5 Considerações finais

Com a consecução do objetivo de sistematizar as condições sociopolíticas da gestão de cemitérios públicos no município de Curitiba, várias são as respostas à questão investigativa sobre quais são os diagnósticos mais relevantes acerca de circunstâncias institucionais específicas. Baseada no acompanhamento de proposições científicas nacionais e internacionais, nos quantitativos locais e na consulta social com usuários da infraestrutura oferecida, a análise dos dados orienta a conclusão de que é imprescindível o aperfeiçoamento da gerência cemiterial na capital paranaense. Nesse contexto, é fundamental a observação de demandas tipológicas em ações de melhoria no uso do solo disponível para esses equipamentos urbanos, com eficiente aplicação da lei em casos omissos por parte dos permissionários.

O advento de soluções inovadoras na área cemiterial, o aumento populacional e as mudanças nas dinâmicas urbanísticas relevam a importância de estudos para adequado aproveitamento da ocupação espacial, revendo questões como a perpetuidade na concessão de direito de uso, tendo em vista melhores dinâmicas na concessão temporária. Os serviços da capital paranaense devem avançar com a adesão aos novos modelos como alternativa para a oferta atual, de tipologia predominante em sistema de sepulturas horizontalizadas, em obediência ao direito à cidade ambientalmente saudável e sensível às necessidades sociais, econômicas, urbanísticas.

Como instrumento tecnológico de apoio à sistematização de ações fiscalizatórias e de auxílio na tomada de ciência dos titulares de concessão, destaca-se a unificação dos dados em sistema nacional. Esta possibilidade oferece suporte a trâmites, legalização e vacância de lotes.

Diante do exposto, uma opção ao regime de concessão perpétua, para o caso de haver insistência na modalidade de concessão pelos gestores públicos, consiste na oferta de crematórios ou outros sistemas com menor demanda espacial. Mediante a manifestação de interesse na preservação de cinzas em columbário local específico, individual ou familiar, que este possa mantido por meio de cobrança de taxa, a qual poderá ser utilizada para financiar o gerenciamento da infraestrutura existente, com aumento dos espaços ou aquisição de novas áreas.

Além disso, visando à ampliação da oferta dos serviços públicos e à eficiência administrativa, há a alternativa do planejamento de cemitérios exclusivos para sepultamentos em sistema de rodízio. Ainda podem ser ressaltados a vistoria e o registro de condições da infraestrutura existente, em regime de concessão perpétua, aplicando-se sanções efetivas ao titular quando em situação de desconformidade, e, principalmente, a reversão efetiva ao Município, quando inconclusa a sanção, porém retornando ao domínio municipal como túmulo ou lote a ser reutilizado em formato de revezamento.

Diante dos dados sociopolíticos sistematizados, depreende-se que uma das tarefas fundamentais das instâncias políticas municipais é relacionada à concretização de objetivos econômicos de modo associado às funções de integração social. Visando ao bem-estar social como meta de desenvolvimento, as diretrizes voltadas à economia e à sociedade devem ser integradas, ocupando lugar relevante nos estudos mais recentes sobre orientações urbanísticas.

Os diagnósticos mais relevantes acerca de condições institucionais específicas inerentes à necrópole pública curitibana estão na sistematização de dados e análise propostas. Nesse corolário, torna-se basilar o posicionamento mais intenso das políticas públicas da gestão cemiterial no município de Curitiba, para que emanem a vontade da sociedade, representando seus interesses de melhoria em infraestrutura e acesso.

REFERÊNCIAS ESPECÍFICAS

- ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente**: da Idade Média aos nossos dias. Tradução de Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro, RJ, BR: Ediouro, 2003. (Título original: *Essais sur la mort en Occident: du Moyen Âge à nos jours*. Paris, FR: Seuil, 1975) ISBN 978-8520941317
- BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. **Local y global. La gestión de las ciudades en la era de la Información**. 2.reimp. Ciudad de México, MX: Taurus, 2006[1997]. ISBN 978-8430605446
- BORN, Cristiane Maria; OLIVEIRA, Cintia Mara Ribas de; CUBAS, Selma Aparecida. Avaliação dos aspectos construtivos e vulnerabilidade das águas subterrâneas em áreas de cemitérios municipais de Curitiba (Paraná). **Revista Brasileira de Ciências Ambientais [online]**, Rio de Janeiro, RJ, BR: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES, n.32, p.88-105, 2014.
http://www.rbciamb.com.br/index.php/Publicacoes_RBCIAMB/article/view/251
- BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891. **Diário Oficial [da] República dos Estados Unidos do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, BR, 24 fev. 1891.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, BR, 05 out. 1988. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- BRASIL. Lei Federal N° 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os Artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Estatuto da Cidade. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, BR, 11 jul. 2001.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm
- CAPRA, Fridjof. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Tradução de Newton Roberval Eicheberg. 9.ed. São Paulo, SP, BR: Cultrix, 2012. (Título original: *The web of life: A new scientific understanding of living systems*. New York, NY, US: Ankor 1996) ISBN-13 978-8531605567
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**: a era da informação – economia, sociedade e cultura. Tradução de Roneide Venancio Majer. 10.ed. São Paulo, SP, BR: Paz e Terra, 2009. (Título original: *The network society: the information age - economy, society and culture*. Cambridge, MA, US: Blackwell, 1996) ISBN 978-8577530366
- CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe. **Cohesión social, inclusión y sentido de pertenencia en América Latina y el Caribe**. 2016. Disponível em: <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/4/27814/2006-932Cohesion%20socialSintesis.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2020.

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente. Resolução Nº 335, de 03 de abril de 2003. Dispõe sobre o licenciamento ambiental de cemitérios. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Ministério do Meio Ambiente, Brasília, DF, BR, 28 maio 2003. https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-335-2003_98855.html

CUNHA FILHO, Valter Fernandes da. **Cidade e sociedade: a gênese do urbanismo moderno em Curitiba (1889-1940)**. 1998. 171f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, PR, BR, 1998. <https://hdl.handle.net/1884/27079>

CURITIBA. Lei Municipal Nº 10.595, de 05 de dezembro de 2002. Dispõe sobre o serviço funerário no município de Curitiba, revogando as Leis Nº 2.819/66 e 5.000/74. **Diário Oficial [do] Município de Curitiba**, Poder Executivo, Curitiba, PR, BR, 05 dez. 2002. <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2002/1060/10595/lei-ordinaria>

CURITIBA. Decreto Municipal Nº 1.202, de 26 de julho de 2011. Aprova o Regulamento para os cemitérios no município de Curitiba. **Diário Oficial [do] Município de Curitiba**, Poder Executivo, Curitiba, PR, BR, 26 jul. 2011. <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/decreto/2011/120/1202/decreto>

CURITIBA. Lei Municipal Nº 15.511, de 10 de outubro de 2019. Dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo no Município de Curitiba e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Município de Curitiba**, Poder Executivo, Curitiba, PR, BR, 10 out. 2019. <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2019/1551/15511/lei-ordinaria>

CYMBALISTA, Renato. A trajetória recente do planejamento territorial no Brasil: apostas e pontos a observar. **Revista Paranaense de Desenvolvimento [online]**, Curitiba, PR, BR: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, n.111, p.29-45, jul./dez. 2006. <http://www.ipardes.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/60/63>

DUDEQUE, Irã. **Nenhum dia sem uma linha: uma história do urbanismo em Curitiba**. São Paulo, SP, BR: Studio Nobel, 2010. ISBN 978-8575530665

FOUCAULT, Michel. **L'Hermeneutique du sujet: Cours au Collège de France (1981-1982)**. Paris, FR: Gallimard; Seuil, 2001[1982]. ISBN 978-2020308007

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42.ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ, BR: Vozes, 2014. (Título original: *Surveiller et punir: naissance de la prison*. Paris, FR: Gallimard, 1975) ISBN 978-8532605085

FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. **Desenho Ambiental: uma introdução à arquitetura da paisagem com o paradigma ecológico**. 2.ed. São Paulo, SP, BR: Martins Fontes [Annablume; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP], 2003[1997]. ISBN-13 978-8574195940

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas do registro civil**. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/curitiba.html>. Acesso em: 21 dez. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades: municípios da Região Metropolitana de Curitiba**. 2021a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/curitiba/panorama>. Acesso em: 22 jul. 2021.

IMAP – Instituto Municipal de Administração Pública. **História administrativa de Curitiba: leis, decretos & atos – 1900/1920.** Curitiba, PR, BR: edição institucional, 1993. (v.1-11)

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Planejamento urbano: história.** 2021. Disponível em: <https://www.ippuc.org.br/>. Acesso em: 22 jul. 2021.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Você fotografa os seus mortos? In: KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. (Org.) **Imagem e memória: ensaios em Antropologia Visual.** Rio de Janeiro, RJ, BR: Garamond, 2001, p.51-94. ISBN 978-8586435447

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Tradução de Bernardo Leitão. 7.ed.rev. Campinas, SP, BR: Editora da Universidade Estadual de Campinas – EdUNICAMP, 2014. (Título original: *Histoire et mémoir.* Paris, PT: Gallimard, 1988) ISBN 978-8526810082

LINDBLOM, Charles Edward. **O processo de decisão política.** Tradução de Sérgio Bath. Brasília, DF, BR: Editora da Universidade de Brasília – EdUnB, 1981. (Título original: *The policy making process.* Hoboken, NJ, US: Prentice Hall, 1968) ISBN 978-0136823605

MARINGÁ. **Cemitério Municipal de Maringá.** 2021.

<http://venus.maringa.pr.gov.br:9900/cemiterio/app/main;jsessionid=F3CA40A204831866DE7C8D311930ED87?execution=e1s1>. Acesso em: 22 jul. 2021.

MARR, Matthew D. *The Ohaka (Grave) Project: Post-secular social service delivery and resistant necropolitics in San'ya, Tokyo.* **Ethnography,** London, UK: Sage, 46613811984539, 2019. <https://doi.org/10.1177/1466138119845393>

MARTINS, Alfredo Romário. **Curitiba de Outr'ora e de Hoje.** Curitiba, PR, BR: Prefeitura Municipal de Curitiba – PMC, 1922 (Edição Comemorativa da Independência do Brasil)

MATOS, Bolivar Antunes. **Avaliação da ocorrência e do transporte de microrganismos no aquífero freático do Cemitério de Vila Nova Cachoeirinha, município de São Paulo.** 2001. 172f. Tese (Doutorado em Recursos Minerais e Hidrogeologia) – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, SP, BR, 2001. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/44/44133/tde-19122001-082301/pt-br.php>

MIDGLEY, James. **Social development: The development perspective in social welfare.** London, EN, UK: Sage, 1995. ISBN 978-0803977730

MOTTA, Antônio. Estilos mortuários e modos de sociabilidade em cemitérios brasileiros oitocentistas. **Horizontes Antropológicos [online],** Porto Alegre, RS, BR: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS v.16, n.33, p.55-80, 2010. <https://www.scielo.br/j/ha/a/wJjKsbncPPNh9QCPrJNnd/?format=pdf&lang=pt>

NECKEL, Alcindo; COSTA, Carlos; MARIO, Débora Nunes; SABADIN, Clarice Elvira Saggin; BODAH, Eliane Thaines. Dano ambiental e ameaça à saúde pública por cemitérios: uma proposta de cemitério ideal diante da crescente expansão urbana. **Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana,** Curitiba, PR, BR: Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PPGTU-PUCPR, v.9, n.2, p.216-230, maio/ago. 2017. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.009.002.ao05>

NEVES, Marcos Freire de Andrade; DAMO, Arlei Sander. Dinheiro, emoção e agência: uma etnografia no mercado funerário de Porto Alegre. **Mana: Estudos de Antropologia Social**, Rio de Janeiro, RJ, BR: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, v.22, n.1, p.7-36, 2016. <https://doi.org/10.1590/0104-93132016v22n1p007>

OLIVEIRA, Bruna; QUINTEIRO, Paula; CAETANO, Carla; NADAIS, Helena; ARROJA, Luís; SILVA, Eduardo Ferreira da; MATIAS, Manuel Senos. *Burial grounds' impact on groundwater and public health: an overview*. **Water and Environment Journal**, v.27, n.1, p.99-106, 2012. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1747-6593.2012.00330.x>

PIRES, Anna Sylvia. **Avaliação das necrópoles: estudo de caso – Curitiba – PR**. 2009. 110f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, PR, BR, 2009. http://www.biblioteca.pucpr.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1421

PRETTI, Marco Antônio. **Cadaverina (C₅H₁₄N₂) e Putrescina (C₄H₁₂N₂)**. 2015. Disponível em: http://qnint.sbq.org.br/qni/popup_visualizarMolecula.php?id=yIEibWJ_JADHSv2psd5MNZ03bSvbp5qEk9j8z3bwJ6w0glCRz2hl2pD8Cgv8r437AQeCUt5-OF_-UqvXNaIog. Acesso em: 04 jan. 2021.

ROCHA, Diana Chiara Oliveira. **(Des)urbanização cemiterial na cidade de Aracaju/SE: séculos XIX a primeira década do século XXI**. 2014. 66f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe – UFSE, São Cristóvão, SE, BR, 2014. <https://ri.ufs.br/handle/riufs/4117>

RODRIGUES, José Carlos. **Tabu da morte**. 2.reimp. Rio de Janeiro, RJ, BR: Editora da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz [Achiarné], 2017[1983]. ISBN 978-8575410905

SFM-PMC – Serviço Funerário Municipal – Prefeitura Municipal de Curitiba. **Falecimentos dos últimos 2 dias**. 2020. Disponível em: <https://obituarios.curitiba.pr.gov.br/publico/falecimentos.aspx>. Acesso em: 28 dez. 2020.

SFM-PMC – Serviço Funerário Municipal – Prefeitura Municipal de Curitiba. **Cemitérios Municipais de Curitiba**. 2020. Disponível em: <https://obituarios.curitiba.pr.gov.br/publico/cemiterios.aspx>. Acesso em: 02 jan.2021.

SILVEIRA, Djalma Dias da; PALMA, Saete Retamoso. A saude **ecologicamente correta: a educação ambiental e os problemas ambientais em cemitérios**. **Remoa – Revista Monografias Ambientais [online]**, Santa Maria, RS, BR: Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM v.2, n.2, p.262-274, mar. 2011. <https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/view/2766/1608>

SOARES, Hugo Ricardo. Narrativas hagiográficas e devoção aos santos: notas sobre a (re)produção simbólica da santidade nos cemitérios. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, RJ, BR: Centro de Estudos da Religião – CER; Instituto de Estudos da Religião – ISER, v.3, n.1, p.36-59, 2019. <https://doi.org/10.1590/0100-85872019v39n1cap02>

THOMPSON, Bárbara. **Cemitérios verticais, espaço urbano e meio ambiente: o novo discurso científico universitário de incentivo à verticalização e à cremação. Primeiros Estudos**, São Paulo, SP, BR: Universidade de São Paulo – USP, n.7, p.7-27, 2015. <https://doi.org/10.11606/issn.2237-2423.v0i7p07-26>

VINASCO-ÑUSTES, Fabio Andres. *El equipamiento funerario visto desde la sustentabilidad ambiental*. Plan Maestro de Equipamientos Funerarios de Bogotá. **Bitácora Urbano Territorial**, Bogotá, CO: Universidad Nacional de Colombia – UNAL, v.29, n.1, p.163-170, 2019. <https://doi.org/10.15446/bitacora.v29n1.69097>

XAVIER, Fernanda.Vieira; MALAGUTTI FILHO, Walter; SILVA, Robson Willians da Costa; MOREIRA, César Augusto. Emprego da sondagem elétrica vertical integrada às análises químicas e microbiológicas no diagnóstico preliminar da contaminação do solo e da água subterrânea no cemitério municipal da cidade de Rio Claro (SP). **Engenharia Sanitária e Ambiental**, Rio de Janeiro, RJ, BR: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES, v.23, n.2, p.333-344, 2018. <https://doi.org/10.1590/s1413-41522018152375>

4 CONCLUSÃO

Em termos genéricos, há cumprimento dos **objetivos da pesquisa**, notadamente o geral, ou seja, avaliar a gestão municipal da necrópole pela perspectiva do direito à cidade, em aspectos teóricos e práticos, sintetizando a análise por meio de estudo de caso sobre os cemitérios públicos de Curitiba, Paraná. Para a viabilização desse intuito maior, os específicos foram gradativamente consolidados no decorrer dos dois eixos estruturantes da tese, gerando **contribuições** próprias da investigação (Figura 4-1).

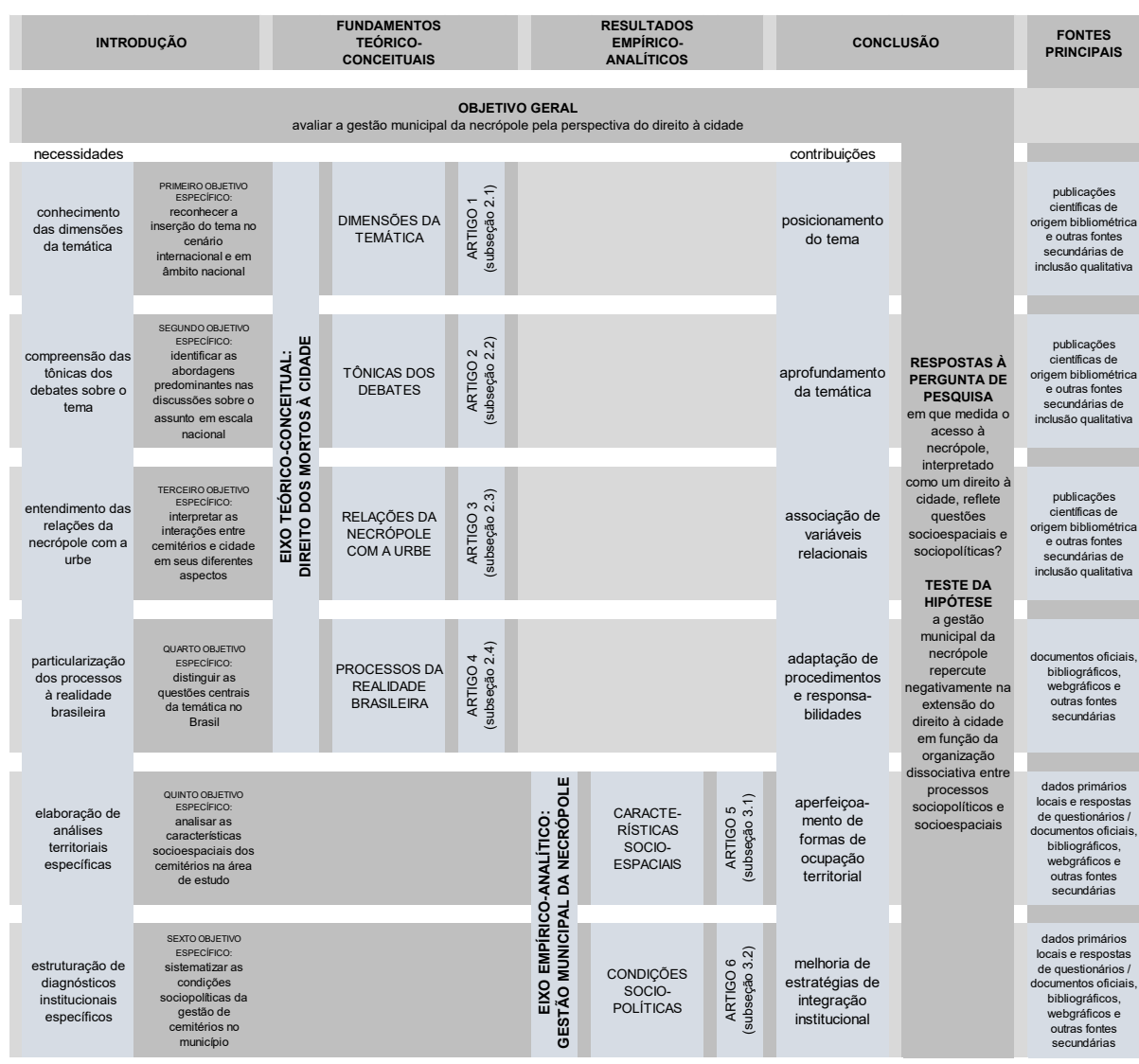
Na primeira estrutura axial, de cunho teórico-conceitual, preliminarmente foi reconhecida a inserção dos assuntos de interesse no cenário internacional e em âmbito nacional¹ para melhoria do conhecimento das dimensões da temática, possibilitando o posicionamento do tema. Pelo conjunto dos diversos estudos consultados a partir do levantamento bibliométrico e da revisão sistemática de literatura, constata-se que, entre 2010 e 2019, os trabalhos se concentraram nos continentes europeu e americano, nas áreas de Arqueologia, Antropologia e Ecologia, demonstrando crescimento nos últimos anos para os campos das ciências ambientais e urbanísticas. Sugere-se, então, que seja dispensada especial atenção ao desenvolvimento de investigações semelhantes nos países onde a situação cemiterial é particularmente preocupante, como é o caso do Brasil.

Na sequência, visando à compreensão das tônicas dos debates e ao aprofundamento da temática, foram identificadas as abordagens predominantes nas discussões em escala nacional², que mostram que a pesquisa brasileira, com cobertura insuficiente de publicações, está objetivamente voltada à ótica do cemitério como um sistema multifacetado e complexo, que oferece riscos e demanda recursos de diversas ordens. Esses achados corroboram a importância da problemática tratada, revelando a necessidade de exames mais efetivos sobre a gestão de cemitérios municipais, considerando direitos de vivos e mortos à cidade de maneira mais ampla.

¹ Ver primeiro objetivo específico da tese na Seção 1 – Introdução.

² Ver segundo objetivo específico da tese na Seção 1 – Introdução.

Figura 4-1:
Diagrama de detalhamento da estrutura geral da pesquisa



Fonte: Elaborada com base nos procedimentos metodológicos adotados e nos resultados alcançados.

Na terceira parte do mesmo eixo, foram interpretados diferentes aspectos para entendimento das relações da necrópole com a urbe³. Os resultados de associação de variáveis relacionais conduzem a distintos contextos e dinâmicas, cabendo destaque ao fato de que administradores públicos devem ser responsabilizados pelo dever de representar indistintamente direitos dos cidadãos, independente de raça, credo, classe ou gênero, por exemplo, com sua coexistência equânime em meios efetivamente sustentáveis.

3

Ver terceiro objetivo específico da tese na Seção 1 – Introdução.

Por outro lado, também são aferidas possibilidades de diálogos interdisciplinares oferecidos pela comunidade acadêmica, reforçando capacidades analíticas para implementação de políticas públicas. Reforça-se, então, que parte das falhas relacionadas aos cemitérios analisados pode ser compensada pela integração de disciplinas e pela transferência de conhecimento ao universo prático.

Na finalização desta fase preliminar de confrontação de teorias e conceitos, foram distinguidos processos, normativas e variáveis com particularização à realidade brasileira⁴. Esse escopo favorece a indicação de modos de adaptação de procedimentos e responsabilidades, especialmente quanto a papéis desempenhados pela necrópole em sua capacidade de acolhimento de mudanças em tempos de incertezas, levando-se em conta os fatores plurais da sociedade que refletem práticas culturais. Discriminados os principais atos normativos e fatos técnicos encontrados, revela-se a indispensabilidade de regulações de caráter efetivo para melhoria dos serviços públicos de sepultamento de corpos inanimados.

No segundo eixo estruturante, de ordem empírico-analítica, a interpretação das características socioespaciais dos cemitérios públicos na área de estudo⁵ permitiu a inferência da primordialidade para o aperfeiçoamento de formas de ocupação territorial. As evidências levantadas demonstram desempenho aquém da urbanidade requerida pelas cidades contemporâneas. Recomenda-se, assim, a adaptação de procedimentos e o aumento de responsabilidades, tanto para gestores públicos quanto para titulares da concessão de uso e demais usuários do espaço.

A etapa finalística de sistematização das condições sociopolíticas da administração cemiterial na capital paranaense⁶, a partir da elaboração de diagnósticos específicos, aponta para a necessidade de enfrentamento de problemas relacionados à gestão da necrópole pelo entendimento do direito à cidade. Essa assertiva conduz à proposição de medidas de melhoria de estratégias de integração institucional, a exemplo da revisão do modelo tradicionalmente implantado pelo poder público, visando à cobertura da demanda territorial em projeções futuras, atualmente insuficiente, o que tem refletido no descontentamento da população na comparação entre serviços públicos e particulares.

⁴ Ver quarto objetivo específico da tese na Seção 1 – Introdução.

⁵ Ver quinto objetivo específico da tese na Seção 1 – Introdução.

⁶ Ver sexto objetivo específico da tese na Seção 1 – Introdução.

Baseada na amostra de respondentes do questionário aplicado, pelo balanço da receptividade quanto a características socioespaciais e sociopolíticas, identificam-se maiores similitudes do que diferenças entre a condição local e a nacional. Todavia vale ressaltar que o sistema de gestão da necrópole em Curitiba, embora possa apresentar condições desiguais quando comparado aos de outras localidades brasileiras, está diante de pontos nevrálgicos, comprometendo o acesso ao sepultamento público. Este, inclusive, em função da continuidade na adoção de tipologia convencional horizontalizada e na provisão insuficiente de fiscalização e de cobrança de infraestrutura, contribui para a contaminação ambiental e para a detração da paisagem.

A partir de duplo registro quali-quantitativo, com uma faceta abstrata e outra prática, após interpretação de diretrizes de pesquisas nacionais e internacionais, marcos legais e realidades locais, detecta-se o comprometimento do direito à cidade. Paralelamente, atesta-se a **hipótese investigativa** de que a gestão municipal da necrópole repercute negativamente na sua extensão a todos os cidadãos em função da organização dissociativa entre processos sociopolíticos e socioespaciais.

Nessa conjuntura, as respostas à **pergunta de pesquisa** sobre em que medida o acesso à necrópole, interpretado como um direito à cidade, reflete a dissociação acima mencionada, reforçam essa desvinculação e podem ser resumidas na tendência gradativa de aumento das dificuldades referentes a vagas em razão do expressivo crescimento da demanda. Essa condição é decorrente da insistência na preservação do modo convencional de construção das sepulturas, com crescente migração de usuários para os empreendimentos privados.

Consequentemente, os principais resultados e contribuições da presente tese estão na distinção de responsabilidades do poder público e da sociedade civil em questões referentes à ocupação de espaços urbanos por cemitérios. Reafirma-se, então, que suas características têm relações diretas com a saúde humana e com o equilíbrio ambiental.

O fio condutor que fundamenta a teoria desta pesquisa doutoral é o entendimento do acesso ao sepultamento em cemitério público como um direito à cidade. A partir desse ângulo, identificam-se modos para o seu resgate no âmbito da gestão urbana na contemporaneidade brasileira. Nesse sentido, orienta-se para a

otimização das buscas teóricas por meio das variáveis propostas, finalizando a investigação com análise da vertente local, em estudo de caso.

Passando pelo estágio de leitura histórica, social, ambiental, legal, política e cultural, considera-se o plano deste trabalho como um sistema de composição múltipla, no qual cemitério e cidade formam um conjunto simbiótico. Inerente aos processos de adaptação da humanidade ao espaço urbanizado, em interação de longo prazo, sua evolução transita entre fases benéficas, neutras e prejudiciais, requerendo constantes e cruciais ajustes.

Em qualquer pesquisa, é preciso tomar decisões e são normais as **limitações**. No presente caso, foram diversos os ajustes metodológicos efetuados, desde os procedimentos de levantamento bibliométrico e de revisão sistemática da literatura, pertinentes principalmente ao eixo teórico-conceitual, até as interpretações analíticas dos dados oficiais e da consulta à população, com vistas à análise das variáveis socioespaciais e sociopolíticas que fundamentam o eixo empírico-processual.

Além dessas dificuldades, no que concerne à esfera do poder público, concessionar fontes para escrita do texto àquelas requeridas em entidades governamentais significou mudanças nas formas de averiguar o objeto para ajustar variáveis aos dados disponibilizados, e vice-versa. Some-se a esses contratemplos, as restrições de circulação devido ao período pandêmico concomitante à finalização do trabalho. Destaca-se, portanto, a relevância da disponibilização de informações em redes tecnológicas de comunicação.

Como **recomendações** adicionais, diante do amplo conjunto de aspectos promotores de constantes retomadas do foco da tese, devido à vasta diversidade de abordagens do objeto tratado, aconselha-se o avanço em campos investigativos cujos impactos futuros podem ser relevantes. O condicionamento bibliométrico de artigos por áreas cria setores ricos em informações, os quais podem ser explorados individualmente, sendo expressivas as possibilidades direcionadas à gestão urbana.

Em função da identificação de diferentes técnicas no trato do corpo humano sem vida, como o emprego em outros países de técnicas sustentáveis, a exemplo da recomposição ambiental e vegetal nas áreas de cemitérios, caracteriza-se o meio como campo de forte tendência para estudos futuros relacionados a sepultamentos, facilitados pela mediação de imagens de satélites. Também se recomenda a avaliação pormenorizada de questões legais no ordenamento de usos

justos, éticos e coerentes desses espaços públicos, procurando maximizar a disposição e ocupação das estruturas existentes.

Em cumprimento à sua função comum especificada no Código Civil brasileiro, indica-se a revisão das várias interpretações de natureza jurídica da necrópole, de maneira a reforçar o direito dos mortos à cidade. Ao mesmo tempo, o cemitério pode ser analisado enquanto elemento da paisagem, sendo exploradas, por exemplo, as condições de regiões decadentes ou vitalizadas nos seus entornos, incluindo índices de violência nas circunvizinhanças e, ainda, parâmetros de apreciação visual.

No que concerne ao planejamento urbano, tanto na sua inserção temática em planos diretores quanto nas propostas para melhoria da arquitetura e da vivência na cidade, considera-se basilar a interpretação de características geográficas, sanitárias, ambientais, econômicas e socioculturais, estimando-se, também, a disseminação em território nacional de programas específicos de tratamento socioespacial de cemitérios públicos.

Outra frente investigativa com prováveis desdobramentos positivos diz respeito à implantação de processos contínuos de avaliação, por meio de rotinas e processos técnicos, como o diagnóstico de fatores por sistemas de qualidade e certificação de excelência, com vistas à organização de responsabilidades da administração e de recursos humanos e materiais aplicados, com estruturação dos procedimentos. Posteriormente ao diagnóstico, sua sistematização permite a implementação de ações corretivas, minimizadoras e, preferencialmente, preventivas de interferências deletérias das necrópoles.

De outro modo, focando no direito à cidade, sugere-se a abordagem relacionada aos trâmites e ritos mortuários correlatos aos fluxos migratórios atuais, diante da constante entrada de imigrantes nas fronteiras brasileiras nos últimos anos. Aos mercados e negócios relacionados ao morto propriamente dito, cabem reflexões sobre categorizações do ponto de vista do porte urbano quando a análise recai sobre o aumento proporcional na procura por serviços particulares em detrimento dos públicos, com avaliação de custos e trâmites para usuários, bem como de soluções legais para administradores, dentre outras opções.

Por fim, considera-se que o estudo teórico e a análise empírica, incluindo as respostas do questionário aplicado, contêm informações inexploradas, propiciando desenvolvimentos futuros. Em resumo, são diversas as perspectivas para avaliação da gestão municipal da necrópole com vistas à garantia do direito dos mortos à cidade.

Como síntese geral da tese, formada por partes interconectadas, compondo o corpo da pesquisa, ressaltam-se alguns pontos-chaves, centrados no argumento fundamental trazido pela hipótese da repercussão negativa da gestão municipal da necrópole no direito à cidade pela dissociação entre processos sociopolíticos e socioespaciais. A questão basilar reside nas áreas urbanizadas contemporâneas sujeitas a inúmeros problemas no tratamento de cemitérios públicos, sendo a destinação dos mortos assunto de interesse global.

Há proliferação de dificuldades e aos gestores públicos recai a incumbência de resolvê-las, uma vez que a condição desses equipamentos urbanos repercute na qualidade de vida. A necrópole traz em si a representação de direitos, como o de vivenciar qualidades urbanísticas, oportunizando ao cidadão destinar condignamente os restos mortais de seus entes próximos.

O eixo teórico-conceitual fundamenta as argumentações do eixo empírico-analítico ao revelar tanto os debates da ciência nacional e internacional, quanto os apontamentos de problemáticas da atualidade. Compreendendo inter-relações na convivência da urbe com a necrópole e distinguindo particularidades dos respectivos processos da realidade cemiterial pública brasileira, embasam-se conduções para elaboração de análises territoriais específicas e estruturação de diagnósticos ao ponto de especificar características socioespaciais e condições sociopolíticas concernentes à administração de cemitérios em Curitiba, Paraná, no entendimento da própria sociedade que deles usufrui. Em última instância, almeja-se o fortalecimento do direito dos mortos à cidade pela avaliação da gestão necropolitana municipal.

REFERÊNCIAS

ADISSI, Jayme. **Quem quer comprar um túmulo?** São Paulo, SP, BR: Matrix, 2010. ISBN 9788563536204

AIRES, Anderson Pires; GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. Tradição e saúde e as mudanças nas necrópoles de Pelotas/RS. **Cadernos de História da Ciência [online]**, São Paulo, SP, BR: Instituto Butantan, v.6, n.2, p.110-135, 2010. https://bibliotecadigital.butantan.gov.br/arquivos/173/PDF/5_Aires.pdf.

ALLAM, Zaheer. *The city of the living or the dead: On the ethics and morality of land use for graveyards in a rapidly urbanised world.* **Land Use Policy**, London, UK: Elsevier, v.87, n.104037, s.p., Sep. 2019. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2019.104037>

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Gerência de Vigilância e Monitoramento em Serviços de Saúde – GVMSS; Gerência Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde – GGTSS. **Nota técnica Nº 04**, de 20 de janeiro de 2020 (atualizada em 25 de fevereiro de 2021). Orientações para serviços de saúde: medidas de prevenção e controle que devem ser adotadas durante a assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). Brasília, DF, DF, 30 jan. 2020. Disponível em: <https://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/index.php/alertas>. Acesso em: 14 jul. 2021.

AQUINO, José Rembrant Fontes de; CRUZ, Manoel Jeronimo Moreira. Os riscos ambientais do cemitério do Campo Santo, Salvador, Bahia, Brasil. **Cadernos de Geociências [online]**, Salvador, BA, BR: Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia – UFBA, v.7, n.1, p.19-30, 2010. <https://cienciasmedicasbiologicas.ufba.br/index.php/cadgeoc/article/view/4094/2998>

ARAGÃO, Solange de. Jazigos e covas rasas: o livro que Gilberto Freyre não escreveu? **Oculum Ensaios**, Campinas, SP, BR: Programa de Pós-Graduação em Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade de Campinas – PUC-Camp., n.13, p.88-96, jan/jun. 2011. <https://doi.org/10.24220/2318-0919v0n13>

ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente:** da Idade Média aos nossos dias. Tradução de Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro, RJ, BR: Ediouro, 2003. (Título original: *Essais sur la mort en Occident: du Moyen Âge à nos jours*. Paris, FR: Seuil, 1975) ISBN 978-8520941317

ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte.** Tradução de Luiza Ribeiro. São Paulo, SP, BR: Editora da Universidade Estadual Paulista – EdUNESP, 2014. (Título original: *L'Homme devant la mort*. Paris, FR: Seuil, 1977) ISBN 978-8539305353

ARIÈS, Philippe. **O tempo da história.** Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo, SP, BR: Editora da Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2013. (Título original: *Le temps de l'histoire*. Ville de Monaco, MN: Le Rocher, 1954]. ISBN 978-8539304714

BACIGALUPO, Rosiane. Cemitérios: fontes potenciais de impactos ambientais. **História, Natureza e Espaço**, Rio de Janeiro, RJ, BR [online]: Grupo de Pesquisa do Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Baixada Fluminense da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – NIESBF-UERJ, v.1, n.1, s.p., dez. 2012. <http://dx.doi.org/10.12957/hne.2012.4461>

BARBOSA, Amanda Duarte; SILVA, José Ailton da; CARDOSO, Maria de Fátima Eyer Cabral; MENESES, José Newton Coelho; CUNHA, Maria da Consolação Magalhães; HADDAD, João Paulo Amaral; NICOLINO, Rafael Romero; MAGALHÃES, Danielle Ferreira de. Distribuição espacial de acidentes escorpionicos em Belo Horizonte, Minas Gerais, 2005 a 2009. **Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia**, Belo Horizonte, MG, BR: Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, v.66, n.3, p.721-730, jun. 2014. <https://doi.org/10.1590/1678416-7116>

BARCELLOS, Carlos Alberto Kastein. Direito Funerário: conceito, competência e breves considerações sobre seus princípios informadores. **Acta Científica – Ciências Humanas** [online], Engenheiro Coelho, SP, BR: Centro Universitário Adventista Engenheiro Coelho – UNASP, v.26, n.2, p.21-39, 2.sem. 2017. <https://revistas.unasp.edu.br/acch/article/view/965>

BARROS, Marcos Antonio Loschiavo de; PINHEIRO, Gabriel Calil. A proteção ampliada dos direitos fundamentais no judiciário: um estudo de caso do reconhecimento pelo Tribunal de Justiça de São Paulo acerca do direito fundamental funerário. **Espaço Jurídico Journal of Law**, Joaçaba, SC, BR: Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, v.9, n.1, p.181-200, 2018. <http://dx.doi.org/10.18593/ejll.v19i1.11040>

BAUM, Camila; BECEGATO, Valter Antônio. A atividade cemiterial nos municípios brasileiros: impactos ambientais, ordenamento jurídico e perspectivas futuras. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, DF, BR: Universidade de Brasília – UnB, v.9, n.3, p.160-170, 2018. <https://doi.org/10.18472/SustDeb.v9n3.2018.18185>

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro, RJ, BR: Jorge Zahar, 1998. (Título original: *Postmodernity and its discontents*. New York, NY, US: Polity Press, 1997) ISBN 978-8571104648

BELLOMO, Harry. **Cemitérios do Rio Grande do Sul**: arte, sociedade, ideologia. 2.ed. Porto Alegre, RS, BR: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – EdiPUCRS, 2008[2000]. ISBN 978-8574307176

BENEVOLO, Leonardo. **Storia della città**. 6.ed. Bari, IT: Laterza, 2006[1975]. (v.1-4) ISBN 978-8842008880

BENNETT, Gemma; DAVIES, Peter J. *Urban cemetery planning and the conflict role of local and regional interests*. **Land Use Policy**, London, UK: Elsevier, v.42, p.450-459, Jan. 2015. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2014.08.011>

BORGES, Maria Elizia. **Arte tumular**: a produção dos marmoristas de Ribeirão Preto no período da Primeira República. 1991. 444f. Tese (Doutorado em Arte) – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, SP, BR, 1991. <https://repositorio.usp.br/item/000719495>

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. *Local y global. La gestión de las ciudades en la era de la Información*. 2.reimp. Ciudad de México, MX: Taurus, 2006[1997]. ISBN 978-8430605446

BORN, Cristiane Maria; OLIVEIRA, Cintia Mara Ribas de; CUBAS, Selma Aparecida. Avaliação dos aspectos construtivos e vulnerabilidade das águas subterrâneas em áreas de cemitérios municipais de Curitiba (Paraná). **Revista Brasileira de Ciências Ambientais** [online], Rio de Janeiro, RJ, BR: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES, n.32, p.88-105, 2014.
http://www.rbciamb.com.br/index.php/Publicacoes_RBCIAMB/article/view/251

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução de Sérgio Miceli. 7.ed. São Paulo, SP, BR: Perspectiva, 2011. (Título original: *L'économie des échanges symboliques*. Paris, FR: Persée, 1977) ISBN 978-8527301404

BRASIL. Decreto Federal N° 119-A, de 07 de janeiro de 1890. Prohibe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providências. **Diário Oficial [da] República dos Estados Unidos do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, BR, 24 fev. 1891. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891. **Diário Oficial [da] República dos Estados Unidos do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, BR, 24 fev. 1891. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. **Diário Oficial [da] República dos Estados Unidos do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, BR, 10 nov. 1937.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm

BRASIL. Decreto-Lei Federal N° 271, de 28 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre loteamento urbano, responsabilidade do loteador, concessão de uso e espaço aéreo e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 fev. 1967.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0271.htm

BRASIL. Lei Federal N° 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, BR, 02 set. 1981.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, BR, 05 out. 1988. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. Lei Federal N° 9.434, de 04 de fevereiro de 1997. Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, BR, 04 fev. 1997.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9434.htm

BRASIL. Lei Federal N° 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os Artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Estatuto da Cidade. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, BR, 11 jul. 2001.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm

BRASIL. Lei Federal N° 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil.

Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, BR, 11 jan. 2002. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm

BRASIL. Lei Federal N° 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, BR, 11 jan. 2007. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm

BRASIL. Lei Federal N° 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei N° 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, BR, 03 ago. 2010. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm

BRAVO, Thiago. **Direito funerário** – cemitérios. 2014. Disponível em:

<https://thibravo.jusbrasil.com.br/artigos/169156416/direito-funerario-cemiterios>.

Acesso em: 13 out. 2020.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. A casa em Gilberto Freyre: síntese do ser brasileiro? In: CHIAPPINI, Lígia; BRESCIANI, Maria Stella Martins. (Org.). **Literatura e cultura no Brasil: identidades e fronteiras**. São Paulo, SP, BR: Cortez, 2002, p.39-51. ISBN 978-8524908750

BUQUE, Lina Ivette Bartolomeu; RIBEIRO, Helena. Panorama da coleta seletiva com catadores no município de Maputo, Moçambique: desafios e perspectivas.

Saúde e Sociedade, São Paulo, SP, BR: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo – FSP-USP; Associação Paulista de Saúde Pública – APSP, v.24, n.1, p.298-307, 2015. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902015000100023>

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portal de periódicos**. 2010-2019. Disponível em: <https://www.periodicos-capes.gov.br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?> Acesso em: 25 jan. 2021.

CAPRA, Fridjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. Tradução de Newton Roberval Eicheberg. 9.ed. São Paulo, SP, BR: Cultrix, 2012. (Título original: *The web of life: A new scientific understanding of living systems*. New York, NY, US: Ankor 1996) ISBN-13 978-8531605567

CARLETTI, Amilcare. **Dicionário de latim forense**. 10.ed.rev. São Paulo, SP, BR: Livraria e Editora Universitária de Direito – LEUD, 2017[1985]. ISBN 978-8574560342

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo, SP, BR: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH-USP, 2007. ISBN 978-8575061435

CARMO, Marcos Roberto da Silva. Secularização da morte: Estado e religião no limiar da República. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento** [online]. São Paulo, SP, BR: Núcleo do Conhecimento, ano 03, ed.10, v.09, p.138-164, out. 2018. <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/ciencias-sociais/secularizacao-da-morte>

CARTA CAPITAL. **Quais são e onde estão os cemitérios públicos em São Paulo?** 2018. (29 mar.: s.a.). Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/32xsp/quais-sao-e-onde-estao-os-cemiterios-publicos-em-sp/>. Acesso em: 20 ago. 2019.

CARVALHO, Luiza Fabiana Neitzke de. **A Antiguidade Clássica na representação do feminino: pranteadoras do Cemitério Evangélico de Porto Alegre (1890-1930)**. 2009. 255f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, BR, 2009. <http://hdl.handle.net/10183/15708>

CARVALHO, Luiza Fabiana Neitzke de. **História e arte funerária dos cemitérios São José I e II em Porto Alegre (1888-2014)**. 2015. 458f. Tese (Doutorado em Artes Visuais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, BR, 2015. <http://hdl.handle.net/10183/122577>

CASTELLS, Manuel. **La cuestión urbana**. 5.ed. Tres Cantos, ES: Siglo XXI, 2004[1972]. ISBN 978-9682321733

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação – economia, sociedade e cultura**. Tradução de Roneide Venancio Majer. 23.ed. São Paulo, SP, BR: Paz e Terra, 2013. (Título original: *The network society: the information age - economy, society and culture*. Cambridge, MA, US: Blackwell, 1996) ISBN 978-8577530366

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. Tradução de Omar Ribeiro Thomaz. **Novos Estudos** [online], São Paulo, SP, BR: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP, n.45, p.152-166, jul. 1996. [http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/CASTELLS,%20Manuel%20%20BORJA,%20Jordi.%20As%20cidades%20como%20atores%20pol%C3%ADticos.%20Novos%20Estudos.%20CEBRAP%20N.%20BA%2045,%20julho%201996.%20\(pp.152-166\)_0.pdf](http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/CASTELLS,%20Manuel%20%20BORJA,%20Jordi.%20As%20cidades%20como%20atores%20pol%C3%ADticos.%20Novos%20Estudos.%20CEBRAP%20N.%20BA%2045,%20julho%201996.%20(pp.152-166)_0.pdf).

CASTRO, Elisiana Trilha. **Aqui também jaz um patrimônio: identidade, memória e preservação patrimonial a partir do tombamento de um cemitério (o caso do Cemitério do Imigrante de Joinville/SC, 1962- 2008)**. 2008. 210f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, SC, BR, 2008. <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91822>.

CASTRO, Elisiana Trilha. **Aqui jaz uma morte: atitudes fúnebres na trajetória da empresa funerária da Família Haas de Blumenau**. 2013. 399f. Tese. (Doutorado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, SC, BR, 2013. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/107130>

CATROGA, Fernando. Recordar e comemorar. A raiz tanatológica dos ritos comemorativos. **Mimesis** [online], Bauru, SP: UniSagrado, v.23, n.2, p.13-47, 2002. https://secure.unisagrado.edu.br/static/biblioteca/mimesis/mimesis_v23_n2_2002_art_01.pdf

CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe. **Cohesión social, inclusión y sentido de pertenencia en América Latina y el Caribe**. 2016. Disponível em: <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/4/27814/2006-932Cohesion%20socialSintesis.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2020.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 3.ed. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro, RJ, BR: Forense Universitária, 2011. (Título original: *L'Écriture de l'histoire*. Paris, FR: Gallimard, 1975). ISBN 978-8530935733

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. 22.ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ, BR: Vozes, 2014. (Título original: *L'invention du quotidien: 1. Arts de faire*, Paris, FR: Gallimard, 1980) ISBN 978-8532611482

CM – Cemitério Metropolitano. **Velório online**: novidade para agora e depois da pandemia. São Vicente, SP, BR, jul. 2020. Disponível em: <http://cemiteriometropolitano.com.br/velorio-online-novidade-para-agora-e-depois-da-pandemia/>. Acesso em: 10 out. 2020.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; LOBO, Lilia Ferreira; NASCIMENTO, Maria Lívia do. Por uma invenção ética para os Direitos Humanos. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, RJ, BR: Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, v.20, n.2, p.89-102, 2008. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652008000200007>

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente. Resolução Nº 316, de 29 de outubro de 2002. Dispõe sobre procedimentos e critérios para o funcionamento de sistemas de tratamento térmico de resíduos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Ministério do Meio Ambiente, Brasília, DF, BR, 20 nov. 2002. https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-316-2002_97677.html

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente. Resolução Nº 335, de 03 de abril de 2003. Dispõe sobre o licenciamento ambiental de cemitérios. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Ministério do Meio Ambiente, Brasília, DF, BR, 28 maio 2003. https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-335-2003_98855.htm

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente. Resolução Nº 357, de 17 de março de 2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Ministério do Meio Ambiente, Brasília, DF, BR, 18 mar. 2005. https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-357-2005_103471.html

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente. Resolução Nº 368, de 28 de março de 2006. Altera dispositivos da Resolução Nº 335, de 03 de abril de 2003, que dispõe sobre o licenciamento ambiental de cemitérios. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Ministério do Meio Ambiente, Brasília, DF, BR, 29 mar. 2006. https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-368-2006_103471.html

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente. Resolução N° 402, de 17 de novembro de 2008. Altera os artigos 11 e 12 da Resolução N° 335, de 03 de abril de 2003. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Ministério do Meio Ambiente, Brasília, DF, BR, 18 nov. 2008.

https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-402-2008_107234.html

CORRÊA, Roberto Lobato. Rede urbana e formação espacial – uma reflexão considerando o Brasil. **Revista Território [online]**, Rio de Janeiro, RJ, BR: Garamond, ano V, n.8, p.121-129, jan./jun. 2000.

http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/08_5_lobato.pdf

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4.ed. São Paulo, SP, BR: Ática, 2002[1989]. ISBN 978-8508032600

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOUZA, Marcelo Lopes de. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo, SP, BR: Contexto, 2012, p.41-51. ISBN 978-8572446334

CRESTANI, Andrei; ULTRAMARI, Clovis; OLIVEIRA, Jelson. **Que cidades restam em nós? Diálogo sobre a cidade: entre filosofia, arquitetura e urbanismo**. Curitiba, PR, BR: PUCPRes; Champagnat, 2017. ISBN 978-8554945008

CUNHA FILHO, Valter Fernandes da. **Cidade e sociedade: a gênese do urbanismo moderno em Curitiba (1889-1940)**. 1998. 171f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, PR, BR, 1998.

<https://hdl.handle.net/1884/27079>

CURITIBA. Decreto Municipal N° 1.202, de 11 de outubro de 1983. Aprova o regulamento para os cemitérios no município de Curitiba. **Diário Oficial [do] Município de Curitiba**, Poder Executivo, Curitiba, PR, BR, 11 out. 1983.

<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/decreto/2011/120/1202/decreto>

CURITIBA. Lei Municipal N° 6.419, de 11 de outubro de 1983. Institui a prática de cremação de cadáveres e incineração de restos mortais no município, e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Município de Curitiba**, Poder Executivo, Curitiba, PR, BR, 11 out. 1983. <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1983/641/6419/lei-ordinaria>

CURITIBA. Lei Municipal N° 10.595, de 05 de dezembro de 2002. Dispõe sobre o serviço funerário no município de Curitiba, revogando as Leis N° 2.819/66 e 5.000/74. **Diário Oficial [do] Município de Curitiba**, Poder Executivo, Curitiba, PR, BR, 05 dez. 2002. <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2002/1060/10595/lei-ordinaria>

CURITIBA. Decreto Municipal N° 1.080, de 05 de julho de 2011. Aprova o regulamento sobre licenciamento ambiental de cemitérios e estabelece requisitos e condições técnicas, no que tange à proteção e conservação do ambiente, em particular do solo e das águas subterrâneas. **Diário Oficial [do] Município de Curitiba**, Poder Executivo, Curitiba, PR, BR, 05 jul. 2011.

<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/decreto/2011/108/1080/decreto>

CURITIBA. Decreto Municipal N° 1.202, de 26 de julho de 2011. Aprova o regulamento para os cemitérios no município de Curitiba. **Diário Oficial [do] Município de Curitiba**, Poder Executivo, Curitiba, PR, BR, 26 jul. 2011. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/decreto/2011/120/1202/decreto>

CURITIBA. **Plano Municipal de Saneamento Básico**. 2017. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/plano-municipal-de-saneamento-basico/2958>. Acesso em: 22 jul. 2021.

CURITIBA. Lei Municipal N° 15.511, de 10 de outubro de 2019. Dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo no Município de Curitiba e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Município de Curitiba**, Poder Executivo, Curitiba, PR, BR, 10 out. 2019. <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2019/1551/15511/lei-ordinaria>

CURITIBA. **Cemitérios Municipais de Curitiba**: um pouco de história sobre os cemitérios do município de Curitiba. 2020. Disponível em: <http://obituarios.curitiba.pr.gov.br/publico/cemiterios.aspx>. Acesso em: 11 out. 2020.

CYMBALISTA, Renato. **Cidades dos vivos**: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do estado de São Paulo. São Paulo, SP, BR: Annablume; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, 2002. ISBN 978-8574193137

CYMBALISTA, Renato. A trajetória recente do planejamento territorial no Brasil: apostas e pontos a observar. **Revista Paranaense de Desenvolvimento [online]**, Curitiba, PR, BR: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, n.111, p.29-45, jul./dez. 2006. <http://www.ipardes.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/60/63>

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 1997. ISBN 978-8532507600

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Común: ensayo sobre la revolución en el Siglo XXI**. Barcelona, ES: Gedisa, 2015. ISBN 978-8497848800

DILLMANN, Mauro. A morte esconde-se sob a beleza dos túmulos: fotografias do arquivo da Irmandade São Miguel e Almas de Porto Alegre. **Revista Memória em Rede [online]**, Pelotas, RS, BR: Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, v.3, n.9, p.327-344, jul./dez. 2013. <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/9459/6206>

DINIZ FILHO, Luís Lopes; VICENTINI, Yara. Teorias espaciais contemporâneas: o conceito de competitividade sistêmica e o paradigma da sustentabilidade ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, PR, BR: Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná – MAD-UFPR, v.9, p.107-116, jan./jun. 2004. <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v9i0.3086>

DUARTE, Fábio. **Planejamento urbano**. Curitiba, PR, BR: InterSaberes [Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão – IBPEX], 2012[2007]. (Série Gestão Pública) ISBN 978-8582123492

DUDEQUE, Irã. **Nenhum dia sem uma linha**: uma história do urbanismo em Curitiba. São Paulo, SP, BR: Studio Nobel, 2010. ISBN 978-8575530665

ERASMO, Mario. **Death: Antiquity and its legacy**. London, UK: I.B. Tauris, 2012. ISBN 978-0195380972

FAYE, Benoit; CHANNAC, Frederique. *A hedonik approach to burial plot value in French cemeteries*. **Urban Studies**, London, UK: Sage, v.54, n.12, p.2835-2855, 2016. <https://doi.org/10.1177/0042098016655036>

FN – Funerária.Net. **Prefeitura tem que pagar sepultamento particular por falta de vagas no cemitério público**. 2019. Disponível em: <https://funerarianet.com.br/noticias/prefeitura-tem-que-pagar-sepultamento-particular-por-falta-de-vagas-no-cemiterio-publico/>. Acesso em: 10 out. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42.ed. Tradução de Raquel Ramalheite. Petrópolis, RJ, BR: Vozes, 2014. (Título original: *Surveiller et punir: naissance de la prison*. Paris, FR: Gallimard, 1975) ISBN 978-8532605085

FOUCAULT, Michel. *Il faut défendre la société: Cours au Collège de France 1975-1976*. (rev.ed.). Paris, FR: Gallimard; Seuil, 1997[1976]. ISBN 978-2020231695

FOUCAULT, Michel. **L'Hermeneutique du sujet: Cours au Collège de France (1981-1982)**. Paris, FR: Gallimard; Seuil, 2001[1982]. ISBN 978-2020308007

FOUCAULT, Michel. **La naissance de la biopolitique: Cours au Collège de France 1978-1979**. (rev.ed.). Paris, FR: Gallimard; Seuil, 2004[1979]. ISBN 978-2020324014

FRAMPTON, Kennet. **História crítica da arquitetura moderna**. 5.ed. Tradução de Jefferson Luiz Camargo e Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo, SP, BR: Martins Fontes, 2020. (Título original: *Modern architecture: A critical history*. London, UK: Thames & Hudson, 1980). ISBN 978-8580632101

FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. **Desenho Ambiental: uma introdução à arquitetura da paisagem com o paradigma ecológico**. 2.ed. São Paulo, SP, BR: Martins Fontes [Annablume; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP], 2003[1997]. ISBN-13 978-8574195940

FREIRE, Milena Carvalho Bezzerra. **O som do silêncio: a angústia social que encobre o luto: um estudo sobre isolamento e sociabilidade entre enlutados do cemitério Morada da Paz (Natal/RN)**. 2005. 144f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional, Cultura e Representações) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal, RN, BR, 2005. https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/13762/1/SomSil%C3%A0AancioAng%C3%BAstia_Freire_2005.pdf

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 51.ed. São Paulo, SP, BR: Global, 2006[1933]. ISBN 978-8526008694

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde. **A vigilância em saúde ambiental**. Brasília, DF, BR: edição institucional, 2002.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro, RJ, BR: Jorge Zahar, 2002. (Título original: *Modernity and self-identity: Self and society in the Late Modern Age*. Palo Alto, CA, US: Stanford University Press, 1991) ISBN 978-8571106697

GOMES, Bruno Casanova Vilaverde, KUMMER, Gislaine; PEREIRA, Márcia Maria da Silva Monteiro; IZÁRIO FILHO, Hécio José; SALAZAR, Rodrigo Fernando dos Santos; VASCONCELLOS, Noeli Júlia Schüssler de. Potencial toxicológico de metais presentes em solos de cemitérios de Santa Maria – RS. **Revista Ambiente & Água**, Taubaté, SP, BR: Instituto de Pesquisas Ambientais em Bacias Hidrográficas – IPABH, v.11, n.1, p.145-155, 2016. <http://dx.doi.org/10.4136/ambi-agua.1723>

GONÇALVES, José António Saraiva Ferraz. **A boa morte: ética no fim da vida**. 2006. 251f. Dissertação (Mestrado em Bioética) – Universidade do Porto – UP, Porto, PT, 2006. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/22105/3/A%20Boa%20Morte%20%20tica%20no%20Fim%20da%20Vida.pdf>

GONZÁLEZ, Mikel A.; RODRÍGUEZ SOSA, María Altagracia; VÁSQUEZ BAUTISTA, Yohan Enmanuel, DIÉGUEZ FERNÁNDEZ, Lorenzo; PRADA, Miguel Borge de; GUERRERO, Kelvin A.; ALARCÓN-ELBAL, Pedro María. *Micro-environmental features associated to container-dwelling mosquitoes (Diptera: Culicidae) in an urban cemetery of the Dominican Republic*. **Revista de Biología Tropical**, San José, CR: Universidad de Costa Rica – UCR, v.67, n.1, p.132-145, 2019. <http://dx.doi.org/10.15517/rbt.v67i1.33158>

GOOGLE EARTH. **Imagens aéreas e oblíquas de Curitiba, Paraná, Brasil**. 2021.

GP – Gazeta do Povo. **Do Rio ao Japão, conheça dez cemitérios famosos pelo mundo**. 2017 (Curitiba, PR, BR: 03 nov. – Redação). Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/viver-bem/turismo/cemiterios-mais-famosos/>. Acesso em: 15 dez. 2020.

GRASSI, Clarissa. **Guia de visitação ao Cemitério Municipal São Francisco de Paula** – arte e memória do espaço urbano. Curitiba, PR, BR: edição da autora, 2014.

GRASSI, Clarissa. **Informações sobre os cemitérios municipais de Curitiba** – atualização de dados. 2020. Curitiba, PR, BR: Departamento de Serviços Especiais da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA, 2020.

GURGEL, Wildoberto Batista. **Direitos sociais dos moribundos: controle social e expropriação da morte nas sociedades capitalistas**. 2008. 312f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão –UFMA, São Luís, MA, 2008. <http://tedebc.ufma.br:8080/jspui/handle/tede/1526>

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. 2.ed. São Paulo, SP: Centauro, 2013. (Título original: *La mémoire collective*. Paris, FR: Les Press Universitaires de France, 1950). ISBN 978-8588208742

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 12.ed. Rio de Janeiro, RJ, BR: Lamparina, 2019. (Título original: *The question of cultural identity*. London, EN, UK: Sage, 1996) ISBN 978-8583160076

HARDT, Letícia Peret Antunes. Gestão do desenvolvimento metropolitano sustentável. In: SILVA, Cátia Antônia da; FREIRE, Desirée Guichard; OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. (Org.) **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2006, p.157-170. ISBN 978-8574903002

HARDT, Letícia Peret Antunes; HARDT, Carlos. Avaliação da qualidade da paisagem como fundamento à gestão urbana e regional: estudo de caso em Piraquara, Paraná, Brasil. In: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, XIII, Florianópolis, SC, BR, 2007. **Anais eletrônicos...** Florianópolis, SC, BR: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, 2007, p.5301-5307. <http://urlib.net/rep/dpi.inpe.br/sbsr@80/2006/11.15.23.42>

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Commonwealth**. Cambridge, MA, US: Harvard University Press, 2009. ISBN 978-0674060289

HARIYONO, Wahyu P. *Vertical cemetery*. **Procedia Engineering**, Amsterdam, NL: Elsevier BV, n.118, p.201-214, 2015. <https://doi.org/10.1016/j.proeng.2015.08.419>

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo, SP, BR: Loyola, 2004. (Título original: *The new imperialism*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2003). ISBN 978-8515029716

HARVEY, David. **Os limites do capital**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo, SP, BR: Boitempo, 2013. (Título original: *The limits to capital*. London, UK: Verso, 1982) ISBN 978-85755933585

HELENE, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, SP, BR: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, v.21, n.46, p.951-974, set./dez. 2019. dez 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4612>

HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil**. 3.ed. São Paulo, SP, BR: Hucitec, 2012[1998]. ISBN 978-8564806085

HOSN, Magda Sanjad Nagib Abou El. **O direito de sepultar e as consequências no mundo jurídico: jus sepulchri** Belém, PR, BR: GTR, 2014. ISBN 978-8589171427

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse preliminar do Censo Demográfico 1980**: Paraná. População residente em 1970 e 1980 – Município de Curitiba. IX Recenseamento geral do Brasil – 1980. 1980. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/310/cd_1980_v1_t1_n19_pr.pdf. Acesso em: 15 jul. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**: Paraná. População residente em 2000 e 2010 – Município de Curitiba. 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=29&uf=41>. Acesso em: 15 jul. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades (REGIC)**: 2018. Brasília, DF, BR: edição institucional, 2018. ISBN: 978-6587201047

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Saneamento básico**. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/22611-munic-mais-da-metade-dos-municipios-brasileiros-nao-tinha-plano-de-saneamento-basico-em-2017>. Acesso em: 20 nov. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas do registro civil.** 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/curitiba.html>. Acesso em: 21 dez. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tabela de óbitos.** 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2682>. Acesso em: 16 dez. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades:** Curitiba, Paraná. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/curitiba/panorama>. Acesso em: 22 jul. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades:** municípios da Região Metropolitana de Curitiba. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/curitiba/panorama>. Acesso em: 22 jul. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades:** Porto União, Santa Catarina. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/porto-uniao/panorama>. Acesso em: 22 jul. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades:** União da Vitória, Paraná. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/uniao-da-vitoria/panorama>. Acesso em: 22 jul. 2021.

IMAP – Instituto Municipal de Administração Pública. **História administrativa de Curitiba:** leis, decretos & atos – 1900/1920. Curitiba, PR, BR: edição institucional, 1993. (v.1-11)

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Mapas** – físicos: áreas inundáveis e bacias hidrográficas. 1997. Disponível em: <https://ippuc.org.br/mapas/353.html#fisicos>. Acesso em: 19 nov. 2020.

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Comparação de rendimento:** comparação Curitiba 2000 e 2010. 2012. Disponível em: https://www.ippuc.org.br/visualizar.php?doc=https://admsite2013.ippuc.org.br/arquivos/documentos/D356/D356_005_BR.pdf. Acesso em 17 dez. 2020.

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Planta Genérica de Valores.** 2017. Disponível em: <http://geoapp.ippuc.org.br/plantagenericadevalores/>. Acesso em: 17 dez. 2020.

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Planejamento urbano:** história. 2021. Disponível em: <https://www.ippuc.org.br/>. Acesso em: 22 jul. 2021.

JACOBI, Pedro. Impactos socioambientais urbanos – do risco à busca de sustentabilidade. In. MENDONÇA, Francisco. (Org.). **Impactos socioambientais urbanos.** 2.reimp. Curitiba, PR, BR: Editora da Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2014[2010], p.169-184. ISBN: 978-8573352412

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades.** 3.ed. Tradução de Carlos Silveira Mendes Rosa. São Paulo, SP, BR: WMF Martins Fontes, 2011. (Título original: *The death and life of great American cities*. New York, NY, US: Vintage, 1961) ISBN 978-8578274214

JOHNSON, Peter. *The modern cemetery: A design for life.* **Social & Cultural Geography**, Abingdon, UK: Routledge, v.9. n.7, p.777-790, 2008. <https://doi.org/10.1080/14649360802383154>

JOHNSON, Steven. **O mapa fantasma**: como a luta de dois homens contra o cólera mudou o destino de nossas metrópoles. Tradução de Sérgio Lopes. Rio de Janeiro, RJ, BR: Jorge Zahar, 2008. (Título original: *The ghost map: The story of London's most terrifying epidemic – and how it changed science, cities, and the modern world*, 2006) ISBN 978-8537800553

JORGE, Karina Camarneiro. **Urbanismo no Brasil Império**: a saúde pública na cidade de São Paulo no século XIX (hospitais, lazaretos e cemitérios). 2006. 224f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas, Campinas, SP, BR, 2006.
http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_arquivos/7/TDE-2007-03-14T105857Z-1284/Publico/Karina%20Jorge.pdf

KLAUFUS, Chistien. *Deathscape politics in Colombian metropolises: Conservation, grave recycling and the position of the bereaved*. **Urban Studies**, London, UK: Sage, v.53, n.12, p.2453-2468, Sep. 2016. <https://doi.org/10.1177/0042098015593012>

KLAUFUS, Chistien. *The dead are killing the living: Spatial justice, funerary services, and cemetery land use in urban Colombia*. **Habitat International**, London, UK: Elsevier, n.54-1, p.74-79, 2016. <https://doi.org/10.1016/j.habitatint.2015.11.032>

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Você fotografa os seus mortos? In: KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. (Org.) **Imagem e memória**: ensaios em Antropologia Visual. Rio de Janeiro, RJ, BR: Garamond, 2001, p.51-94. ISBN 978-8586435447

KUZMICKAS, Luciane; DEL LAMA, Eliane Aparecida. Roteiro geoturístico pelo Cemitério da Consolação, São Paulo. **Geociências [online]**, Rio Claro, SP, BR: Universidade Estadual Paulista – UNESP, v.34, n.1, p.41-54, 2015.
<http://www.ppegeo.igc.usp.br/index.php/GEOSP/article/view/8489>

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 7.ed. Lisboa, PT: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014[1993]. ISBN 978-9723109030

LE GROFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. 7.ed.rev. Campinas, SP, BR: Editora da Universidade Estadual de Campinas – EdUNICAMP, 2014. (Título original: *Histoire et mémoir*. Paris, PT: Gallimard, 1988) ISBN 978-8526810082

LEFÈBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução de Alcides Joao de Barros. São Paulo, SP, BR: Ática, 1991. (Título original: *La vie quotidienne dans le monde moderne*. Paris, FR: Gallimard, 1968) ISBN 978-8508037926

LEFÈBVRE, Henri. **La production de l'espace**, 4.ed. Paris, FR: Anthropos, 2000[1974]. ISBN 978-2717839548

LEFÈBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 5.ed. São Paulo, SP, BR: Centauro, 2009. (Título original: *Le droit à la ville*. Paris, FR: Anthropos, 1968). ISBN 978-8588208971

LINDBLOM, Charles Edward. **O processo de decisão política**. Tradução de Sérgio Bath. Brasília, DF, BR: Editora da Universidade de Brasília – EdUnB, 1981. (Título original: *The policy making process*. Hoboken, NJ, US: Prentice Hall, 1968) ISBN 978-0136823605

LYNCH, Kevin Andrew. **A imagem da cidade**. 3.ed. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo, SP: WMF Martin Fontes, 2011. (Título original: *The image of the city*. Cambridge, MA, US: Massachusetts Institute of Technology – MIT – Press, 1960) ISBN 978-8578274726

MACHADO, Silvestre Sales. Análise ambiental dos cemitérios: um desafio atual para a administração pública. **Revista de Ciências Humanas** [online], Florianópolis, SC, BR: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina – EdUFSC, v.6, n.1, jan./jun. 2006. <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/3577>

MAGRINI, Maria Angélica de Oliveira. A busca por segurança nas cidades contemporâneas: reflexões a partir da violência e da insegurança urbana. In: Simpósio Nacional de Geografia – SIMPURB, XII, Belo Horizonte, MG, BR, 2011. **Anais...** Belo Horizonte, MG, BR: Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 2011, s.p. <https://scholar.google.com.br/citations?user=SmdcidsAAAAJ&hl=pt-BR>

MARICATO, Erminia. Direito à terra ou direito à cidade? **Vozes – Revista de Cultura** [online], Petrópolis, RJ, BR: Vozes, v.79, n.6, p.405-411, 1985. <https://erminiamaricato.files.wordpress.com/2016/12/vozes.pdf>.

MARICATO, Erminia. Nossas cidades estão ficando inviáveis. **Desafios do Desenvolvimento** [online], Brasília, DF, BR: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, v.8, n.66, s.p., 2011. https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2508%3Acatid%3D28&Itemid=23

MARINGÁ. **Cemitério Municipal de Maringá**. 2021. <http://venus.maringa.pr.gov.br:9900/cemiterio/app/main;jsessionid=F3CA40A204831866DE7C8D311930ED87?execution=e1s1>. Acesso em: 22 jul. 2021.

MAROS, Angieli. **Jesus roubado, assaltos e mendigo dormindo em túmulo: a realidade do Cemitério Municipal em Curitiba**. 2017. (30 maio). Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/curitiba/jesus-roubado-e-mendigo-dormindo-em-tumulo-a-realidade-do-cemiterio-municipal-ezaqsdg5ffelt3663c0nuuffx/>. Acesso em: 15 dez. 2020.

MARR, Matthew D. *The Ohaka (Grave) Project: Post-secular social service delivery and resistant necropolitics in San'ya, Tokyo*. **Ethnography**, London, UK: Sage, 46613811984539, 2019. <https://doi.org/10.1177/1466138119845393>

MARTIM, Aline Giseli. **Análise do levantamento geossistêmico do cemitério público horizontal urbano do município de Maringá, Estado do Paraná**. 2010. 191f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá, PR, BR, 2010. <http://www.peu.uem.br/AlineMartim.pdf>

MARTINS, Alfredo Romário. **Curitiba de Outr'ora e de Hoje**. Curitiba, PR, BR: Prefeitura Municipal de Curitiba – PMC, 1922 (Edição Comemorativa da Independência do Brasil)

MARX, Karl. **O capital** [Livro 1]: crítica da economia política. O processo de produção do capital. 2.ed. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo, SP, BR: Boitempo, 2017. (Título original: *Das kapital [Buch I]: Kritik der politischen Ökonomie - Der kapitalproduktionsprozess*. Hamburg, GE: Otto Meissner, 1867) ISBN-13 978-8575595480

- MATOS, Bolivar Antunes. **Avaliação da ocorrência e do transporte de microrganismos no aquífero freático do Cemitério de Vila Nova Cachoeirinha, município de São Paulo**. 2001. 172f. Tese (Doutorado em Recursos Minerais e Hidrogeologia) – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, SP, BR, 2001. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/44/44133/tde-19122001-082301/pt-br.php>
- MBEMBE, Achille. **Politiques de l'inimitié**. Paris, FR: La Decouverte, 2016. ISBN 9782707188182
- MCIDADES – Ministério das Cidades. **Programa Nacional de Capacitação das Cidades – PNCC**. Brasília, DF, BR: edição institucional, 2016. (Coleção Cadernos Técnicos de Regulamentação e Implementação de Instrumentos do Estatuto da Cidade)
- MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 44.ed. São Paulo, SP, BR: JuPodivm; Malheiros, 2020[1979]. ISBN 978-8539201037
- MERCADO, Angely. **Composting a human body, explained**. 2021. Disponível em: <https://www.popsoci.com/environment/composting-body-burial/>. Acesso em: 06 set. 2021.
- MIDGLEY, James. **Social development: The development perspective in social welfare**. London, EN, UK: Sage, 1995. ISBN 978-0803977730
- MOLYARENKO, Olga. **Local mass-media and the problems of municipal cemeteries. Asia and Africa Today [online]**: Department of Historical and Philological Sciences of Russian Academy of Sciences – RAS, v.26. n.3. p.142-164, 2017. <https://publications.hse.ru/en/articles/207252377>
- MONTE-MÓR, Roberto Luís de. A cidade e o urbano. In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. (Org.) **As cidades da cidade**. Belo Horizonte, MG, BR: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais – EdUFMG, 2006, p.185-197. ISBN 978-8570415059
- MOTA JÚNIOR, José Agnaldo Pereira. **Diagnóstico ambiental de cemitérios: estudo de caso São Luís do Maranhão**. 2012. 118f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana e Ambiental) – Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa, PB, BR, 2012. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/11695>
- MOTTA, Antônio. **À flor da pedra: formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros**. Recife, RE, BR: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2009. ISBN 9788570194824
- MOTTA, Antônio. Formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, SP, BR: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, v.24, n.71, p.73-93, out. 2009. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092009000300006>
- MOTTA, Antônio. Estilos mortuários e modos de sociabilidade em cemitérios brasileiros oitocentistas. **Horizontes Antropológicos [online]**, Porto Alegre, RS, BR: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS v.16, n.33, p.55-80, 2010. <https://www.scielo.br/j/ha/a/wJkSbnckPPNh9QCPrJNnd/?format=pdf&lang=pt>

MS – Ministério da Saúde. Instrução Normativa Nº1, de 07 de março de 2005. Regulamenta a Portaria Nº 1.172/2004/GM, no que se refere às competências da União, estados, municípios e Distrito Federal na área de vigilância em saúde ambiental. **Diário Oficial [da] União, República Federativa do Brasil**, Ministério da Saúde, Brasília, DF, BR, 07 mar. 2005.

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/2005/int0001_07_03_2005.html

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. Tradução de Neil Ribeiro da Silva. 5.ed. São Paulo, SP, BR: WMF Martins Fontes, 2001. (Título original: *The city in history: Its origins, its transformations, and its prospects*. San Diego, CA, US: Harcourt, Brace & World, 1961) ISBN 978-8533624092

NDEMBA, Roger Ekongo. *Cemeteries off in Kisangani: The example of a hidden debate on the management of public spaces in the DRC*. **Africa Development [online]**, Dakar, SN: Council for the Development of Social Science Research in Africa – CODESRIA, v.35, n.4, p.179-193, Jan. 2010.

https://www.researchgate.net/publication/296727896_Cemeteries_off_in_Kisangani_The_example_of_a_hidden_debate_on_the_management_of_public_spaces_in_the_DRC.

NECKEL, Alcindo; COSTA, Carlos; MARIO, Débora Nunes; SABADIN, Clarice Elvira Saggin; BODAH, Eliane Thaines. Dano ambiental e ameaça à saúde pública por cemitérios: uma proposta de cemitério ideal diante da crescente expansão urbana.

Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana, Curitiba, PR, BR: Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PPGTU-PUCPR, v.9, n.2, p.216-230, maio/ago. 2017. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.009.002.ao05>

NETTO, Vinicius de Moraes; VARGAS, Júlio Celso; SABOYA, Renato Tibiriçá de. (Buscando) Os efeitos sociais da morfologia arquitetônica. **Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, PR, BR: Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PPGTU-PUCPR, v.4, n.2, p.261-282, jul./dez. 2012. <https://doi.org/10.7213/urbe.7400>

NEVES, Marcos Freire de Andrade; DAMO, Arlei Sander. Dinheiro, emoção e agência: uma etnografia no mercado funerário de Porto Alegre. **Mana: Estudos de Antropologia Social**, Rio de Janeiro, RJ, BR: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, v.22, n.1, p.7-36, 2016. <https://doi.org/10.1590/0104-93132016v22n1p007>

OKA, Mateus; LAURENTI, Carolina. Entre sexo e gênero: um estudo bibliográfico-exploratório das ciências da saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, SP, BR: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo – USP; Associação Paulista de Saúde Pública – APSP, v.27, n.1, p.238-251, jan.-mar. 2018. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902018170524>

OLHAR DIRETO. **Diminui frequência de visitas a cemitérios no dia de finados**. 2009 (02 nov.: Ronaldo Couto). Disponível em:

<https://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=60725¬icia=diminui-frequencia-de-visitas-a-cemiterios-no-dia-de-finados>. Acesso em: 10 out. 2020.

OLIVEIRA, Bruna; QUINTEIRO, Paula; CAETANO, Carla; NADAIS, Helena; ARROJA, Luís; SILVA, Eduardo Ferreira da; MATIAS, Manuel Senos. *Burial grounds' impact on groundwater and public health: an overview*. **Water and Environment Journal**, v.27, n.1, p.99-106, 2012. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1747-6593.2012.00330.x>

OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de; JUNQUEIRA, Nathalia Monseff. Representações sociais de sírios e libaneses em Corumbá, MS: comércio, casamento e cemitério. **Revista Transporte y Territorio**, Buenos Aires, AG: Universidad de Buenos Aires – UBA, n.15, p.288-403, 2016. <https://doi.org/10.34096/rtt.i15.2867>

OLSON, Philip R. *Knowing “necro-waste”*. **Social Epistemology**, Oxfordshire, EN, UK: Routledge, v.30, n.3, p.326-345, Jul. 2015. <https://doi.org/10.1080/02691728.2015.1015063>

ONU-BR – Organização das Nações Unidas Brasil. **Plataforma Agenda 2030: os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável**. 2018. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>. Acesso em: 11 jul. 2021.

PACHECO, Alberto. **Cemitério e meio ambiente**. 2000. 105f. Tese (Livre Docência em Geologia Ambiental) – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, SP, BR, 2000. https://teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/44/tde-23062015-131326/publico//Pacheco_LivreDocencia.pdf

PDP – Portal Domínio Público. **Publicações**. 2000-2019. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br>. Acesso em: 18 maio 2021.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. **À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ, BR: Garamond; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, 2007. ISBN 978-8576171232

PETRUSKI, Maura Regina. A cidade dos mortos no mundo dos vivos – os cemitérios. **Revista de História Regional** [online], Ponta Grossa, PR, BR: Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, v.1, n.2, p.93-108, inv. 2006. <https://revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2232>

PEZZINI, Francesco. *Disciplina della sepoltura nella Napoli del Settecento*. *Note di Ricerca*. **Studi Storici** [online], Roma, IT: Fondazione Gramsci, v.51, n.1, p.155-208, 2010. <https://www.jstor.org/stable/41057785>

PICCOLI, Maria Luiza. **O que acontece com os restos mortais se a família do falecido não pagar a taxa do cemitério?** 2019. (11 jan.) Disponível em: <https://tribunapr.uol.com.br/cacadores-de-noticias/curitiba/inadimplencia-taxa-cemiterio-cresce-cobranca-polemica-curitiba>. Acesso em: 15 dez. 2020.

PIRES, Anna Sylvia. **Avaliação das necrópoles: estudo de caso – Curitiba – PR**. 2009. 110f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, PR, BR, 2009. http://www.biblioteca.pucpr.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1421

PIRES, Anna Sylvia; GARCIAS, Carlos de Melo. São os cemitérios a melhor solução para a destinação dos mortos? In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, IV, Brasília, DF, BR, 2008. **Anais eletrônicos...** Brasília, DF, BR: ANPPAS, 2008, p.1-9.

<https://silo.tips/download/sao-os-cemiterios-a-melhor-soluao-para-a-destinaao-dos-mortos>

PPGTU – Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana. **Normativa para teses de doutorado em formato de conjunto de artigos**. Curitiba, PR: Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, 2017.

PRETTI, Marco Antônio. **Cadaverina (C₅H₁₄N₂) e Putrescina (C₄H₁₂N₂)**. 2015. Disponível em:

http://qnint.sbq.org.br/qni/popup_visualizarMolecula.php?id=yIEibWJ_JADHSv2psd5MNZ03bSvbp5qEk9j8z3bwJ6w0glCRz2hI2pD8Cgv8r437AQeCUt5-OF_I-UqvXNalOg. Acesso em: 04 jan. 2021.

PRIORE, Mary Del. **Histórias da gente brasileira: volume 1 – colônia**. São Paulo, SP, BR: Leya, 2016. ISBN 978-8544103852

PRITCHARD, Alan. *Statistical bibliography or bibliometrics?* **Journal of Documentation** [online], Bingley, UK: Emerald, v.24, n.4, p.348-349, 1969. <https://www.semanticscholar.org/paper/Statistical-bibliography-or-bibliometrics-Pritchard/0be426317b9001813ece55e91c77281e9bd48205?sort=relevance&pdf=true>.

RAMOS, Durval. **Sem vagas para novos túmulos, Curitiba terá novo cemitério em 2018**. 2017. (08 jun.) Disponível em:

<https://www.gazetadopovo.com.br/curitiba/sem-vagas-para-novos-tumulos-curitiba-tera-novo-cemiterio-em-2018-67ub7fvajvh02suitsb2wfok3/>. Acesso em: 15 dez. 2020.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. 6.reimp. São Paulo, SP, BR: Companhia das Letras, 2012[1991]. ISBN 978-8571641914

RIBEIRO, André Luiz Rosa. **Urbanização, poder e práticas relativas à morte no sul da Bahia, 1880-1950**. 2008. 281f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, BA, BR, 2008.

<http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11238>

RIGO, Kate Fabiani. **Vamos começar pelo fim? A pedagogia cemiterial como projeto educativo no espaço escolar**. 2015. 208f. Tese (Doutorado em Teologia) – Faculdades EST, São Leopoldo, RS, BR, 2015.

<http://dspace.est.edu.br:8080/xmlui/handle/BR-SIFE/593>

ROCHA, Diana Chiara Oliveira. **(Des)urbanização cemiterial na cidade de Aracaju/SE: séculos XIX a primeira década do século XXI**. 2014. 66f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe – UFSE, São Cristóvão, SE, BR, 2014. <https://ri.ufs.br/handle/riufs/4117>

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos nas cidades dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ, BR: Departamento Geral de Documentação da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1997. ISBN 978-8585815035

RODRIGUES, Cláudia. **Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro, RJ, BR: Arquivo Nacional, 2005. <https://www.academia.edu/25526254/>

RODRIGUES, José Carlos. **O corpo na história**. 3.reimp. Rio de Janeiro, RJ, BR: Editora da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, 2014. ISBN 978-8575415559

RODRIGUES, José Carlos. **Tabu da morte**. 2.reimp. Rio de Janeiro, RJ, BR: Editora da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz [Achiomé], 2017[1983]. ISBN 978-8575410905

ROSA, Edna Teresinha da. **A relação das áreas de cemitérios públicos com o crescimento urbano**. 2003. 112f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, SC, BR, 2003. <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/86568>

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **O uso do solo e o município**. 3.ed. Rio de Janeiro, RJ, BR: Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, 1990[1981].

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5.ed. São Paulo, SP, BR: Editora da Universidade de São Paulo – EdUSP, 2005[1993]. ISBN 978-8531408601

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da Geografia**. 6.ed. São Paulo, SP, BR: Editora da Universidade de São Paulo – EdUSP; [Hucitec], 2007[1978]. ISBN 978-8531410444

SÃO LOURENÇO DO OESTE. Lei Municipal Nº 1.628, de 14 de dezembro de 2006. Regulamenta o uso dos Cemitérios Públicos Municipais, estabelece preço público e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Município de São Lourenço do Oeste**, São Lourenço do Oeste, SC, BR, 15 dez. 2006. <https://leismunicipais.com.br/a1/sc/s/sao-lourenco-do-oeste/lei-ordinaria/2006/163/1628/lei-ordinaria>

SCHWARTZ, Roberto. **Cultura e política**. São Paulo, SP, BR: Paz e Terra, 2005. ISBN 978-8577530816

SCIELO – Scientific Electronic Library Online. **Periódicos**. 2010-2019. Disponível em: <https://www.scielo.org/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

SCOPUS. **Database**. 2010-2019. Disponível em: <https://www.scopus.com/standard/marketing.uri>. Acesso em: 25 jan. 2021.

SEGUEZZI, Elaine Moraes Bargiela. Gestão administrativa dos cemitérios públicos municipais, aplicada a prevenção do esgotamento do espaço cemiterial. In: Encuentro de Cementerios Patrimoniales, XX, Málaga, ES, 2019. **Anales electronicos...** Málaga, ES: Red Española de Cementerios Patrimoniales – RCP; Red Iberoamericana de Valoración y Gestión de Cementerios Patrimoniales – RIVGCP, 2019, p.1-20. file:///D:/User/Downloads/Dialnet-GestaoAdministrativaDosCemiteriosPublicosMunicipai-7952210.pdf

SEMAC-PMP – Secretaria Municipal da Ação cultural – Prefeitura Municipal de Piracicaba. **Colorindo a saudade**. 2021. Disponível em: <http://www.piracicaba.sp.gov.br/imprimir/terceira+fase+do+projeto+colorindo+a+saudade.aspx>. Acesso em: 22 jul. 2021.

SEMA-PR – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná. Resolução SEMA-PR N° 002, de 23 de abril de 2009. Dispõe sobre o licenciamento ambiental de cemitérios, estabelece condições e critérios e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado do Paraná**, Poder Executivo, Curitiba, PR, BR, 23 abr. 2009. <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=144336>

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo, SP, BR: Contexto, 2007. ISBN 978-8572443494

SFM-PMC – Serviço Funerário Municipal – Prefeitura Municipal de Curitiba. **Aquisição de terrenos**. 2020. Disponível em: <https://obituarios.curitiba.pr.gov.br/publico/terrenos.aspx>. Acesso em: 15 dez. 2020.

SFM-PMC – Serviço Funerário Municipal – Prefeitura Municipal de Curitiba. **Cemitérios Municipais de Curitiba**. 2020. Disponível em: <https://obituarios.curitiba.pr.gov.br/publico/cemiterios.aspx>. Acesso em: 02 jan. 2021.

SFM-PMC – Serviço Funerário Municipal – Prefeitura Municipal de Curitiba. **Falecimentos dos últimos 2 dias**. 2020. Disponível em: <https://obituarios.curitiba.pr.gov.br/publico/falecimentos.aspx>. Acesso em: 28 dez. 2020.

SFM-PMC – Serviço Funerário Municipal – Prefeitura Municipal de Curitiba. **Visitas Guiadas ao Cemitério Municipal São Francisco de Paula**. 2020. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/servicos/visitas-guiadas-ao-cemiterio-municipal/599>. Acesso em: 15 ago. 2020.

SFM-PMC – Serviço Funerário Municipal – Prefeitura Municipal de Curitiba. **Listagem de inscritos: terrenos**. 2020. Disponível em: <http://obituarios.curitiba.pr.gov.br/publico/cemiterios.aspx>. Acesso em: 10 ago. 2020.

SFM-PMSP – Serviço Funerário Municipal – Prefeitura Municipal de São Paulo. **Arte tumular** – visita guiada. 2021. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/servico_funerario/arte_tumular/index.php?p=3560. Acesso em: 14 jul. 2021.

SHOWKAT, Nayeem. *Coverage of sanitation issues in India*. **Sage Open**, Thousand Oaks, CA, US: Sage, e.6, n.4, p.1-6, 2016. <https://doi.org/10.1177/2158244016675395>

SIEN, Thien Ee; RAMACHANDIRAN, Chandra. *Conceptualizing smart city initiative via e-cemetery portal*. **Journal of Advanced Research in Dynamical and Control Systems**, Irvine, CA, US [online]: Institute of Advanced Scientific Research – IASR, v.11, n.1 (special), p.1416-1422, 2019. <https://www.jardcs.org/abstract.php?id=250>.

SILVA, Carlo Henrique Dantas da. **Plano diretor: teoria e prática**. São Paulo, SP, BR: Saraiva, 2008. ISBN 978-8502068506

SILVA, Deuzair José. Secularização da morte e religião: o processo de secularização dos cemitérios em Goiás, um estudo de caso. **Revista Húmus** [online], São Luís, MA, BR: Universidade Federal do Maranhão – UFMA, v.5, n.15, p.33-44, 2015. <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/4254/2315>

- SILVA, Érika Amorim da. **O cotidiano da morte e a secularização dos cemitérios em Belém na segunda metade do século XVIII (1850-1891)**. 2005. 234f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo, SP, BR, 2005.
<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/13175/1/ErikaASilva.pdf>
- SILVA, Justino Adriano Farias da. **Tratado do direito funerário**. São Paulo, SP, BR: Método, 2000. (v.1-2) ISBN 978-8586456121
- SILVA, Leziro Marques. **Cemitérios**: fonte potencial de contaminação de aquíferos livres. In: Congresso Latino-Americano de Hidrologia Subterrânea, 4º, Montevideo, UY. **Anais eletrônicos...** Montevideo, UY: Associação Latino-Americana de Hidrologia Subterrânea para o Desenvolvimento – ALHSUD, 1998, s.p.
<http://www.alhsud.com/congresos>
- SILVA, Leziro Marques. **Pesquisa Nacional de Cemitérios**: previsão do processo de decomposição de cadáveres adultos. São Paulo, SP: Universidade São Judas Tadeu – USJT, 2016.
- SILVA, Robson Willians da Costa. **Aplicação do método da eletrorresistividade na investigação e mapeamento da contaminação por cemitérios**: o exemplo do cemitério de Vila Rezende, Piracicaba, SP. 2008. 156f. Dissertação (Mestrado em Geociências e Meio Ambiente) – Universidade Estadual Paulista – UNESP, São Paulo, SP, BR, 2008.
https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/99873/silva_rwc_me_rcla.pdf?sequence=1. 2008
- SILVA, Valéria Teodoro da; CRISPIM, Jefferson de Queiroz; KUERTEN, Sidney; GOCH, P.; ROCHA, José Antônio da; SOUZA, Ivonete de Almeida; MORAES, A. C. da Silva de; OLIVEIRA, Márcia A. Um olhar sobre as necrópoles e seus impactos ambientais. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade – ANPPAS, 3, Brasília, DF, BR, 2006. **Anais eletrônicos...** Brasília, DF, BR: edição institucional, 2006, p.1-10. Disponível em:
<https://anppas.org.br/iii-encontro-associacao-nacional-de-pos-graduacao-e-pesquisa-em-ambiente-e-sociedade-2006/>. Acesso em: 14 jul. 2021.
- SILVA, Yuno. **MP vai avaliar dificuldade de vagas para indigentes**. 2019 (24 maio). Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/mp-vai-avaliar-dificuldade-de-vagas-para-indigentes/448928>. Acesso em: 10 out. 2020.
- SILVEIRA, Djalma Dias da; PALMA, Salete Retamoso. A saudade **ecologicamente correta: a educação ambiental e os problemas ambientais em cemitérios**. **Remoa – Revista Monografias Ambientais [online]**, Santa Maria, RS, BR: Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM v.2, n.2, p.262-274, mar. 2011.
<https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/view/2766/1608>
- SOARES, Hugo Ricardo. Narrativas hagiográficas e devoção aos santos: notas sobre a (re)produção simbólica da santidade nos cemitérios. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, RJ, BR: Centro de Estudos da Religião – CER; Instituto de Estudos da Religião – ISER, v.3, n.1, p.36-59, 2019. <https://doi.org/10.1590/0100-85872019v39n1cap02>

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. *Introduction: Archaeology of African diaspora contexts in Brazil*. **Journal of African Diaspora Archaeology and Heritage**, London, UK: Taylor and Francis, v.5, n.2, p.63-70, 2016. <https://doi.org/10.1080/21619441.2016.1204795>

TARTUCE, Flávio. Os direitos da personalidade no novo Código Civil. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, PI: JusBrasil, ano 10, n.878, s.p., nov. 2005. <http://jus.com.br/artigos/7590>

THE GUARDIAN. **Human composting could be the future of deathcare**. 2019 (s.d.). Disponível em: <https://www.theguardian.com/society/2020/feb/16/human-composting-could-be-the-future-of-deathcare>. Acesso em: 02 fev. 2020.

THOMPSON, Bárbara. **Cemitérios verticais, espaço urbano e meio ambiente: o novo discurso científico universitário de incentivo à verticalização e à cremação**. **Primeiros Estudos**, São Paulo, SP, BR: Universidade de São Paulo – USP, n.7, p.7-27, 2015. <https://doi.org/10.11606/issn.2237-2423.v0i7p07-26>

TIERNEY, Brian. *Dominion of self and natural rights before Locke and after*. In: MÄKINEN, Virpi, KORMAN, Petter. (Ed.) **Transformations in Medieval and Early-Modern rights discourse**. Dordrecht, NL: Springer, 2006, 173-203. ISBN 978-9048170746

TJ-RS – Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **AC: 70038036968 RS**. 2011. (Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana; 23 maio). Disponível em: <https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/19292504/apelacao-civel-ac-70038036968-rs/inteiro-teor-19292505>. Acesso em: 19 nov. 2020.

UN – United Nations. **The New Urban Agenda**. 2015. Disponível em: <https://habitat3.org/the-new-urban-agenda/>. Acesso em: 02 fev. 2020.

UN – United Nations. **Transforming our world: The 2030 Agenda for Sustainable Development**. 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 02 fev. 2020.

VALLADARES, Clarival do Prado. **Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros**. Rio de Janeiro, RJ, BR: Conselho Federal de Cultura – CFC, 1972. (2v.)

VÁZQUEZ, Claudia Lazcano; TONELI, Maria Juracy Filgueiras; OLIVEIRA, João Manuel de. Necropolítica, políticas públicas interseccionais e cidadania trans. **Ex Aequo**, Lisboa, PT: Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres – APEM, n.40, p.141-156, 2019. <http://dx.doi.org/10.22355/exaequo.2019.40.09>

VIEIRA, Karime Massignan Grassi; HARDT, Letícia Peret Antunes. Necrópole em perspectiva: paradigmas urbanos e direito à cidade. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, Málaga, ES: Servicios Académicos Intercontinentales – Eumed.net, v.1, n.2, p.1-20, Feb. 2021. <https://doi.org/10.51896/CCS/IWAB5984>

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2.ed. São Paulo, SP, BR: Studio Nobel; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP; Lincoln Institute, 2001[1998]. ISBN 978-8575530757

VINASCO-ÑUSTES, Fabio Andres. *El equipamiento funerario visto desde la sustentabilidad ambiental*. Plan Maestro de Equipamientos Funerarios de Bogotá. **Bitácora Urbano Territorial**, Bogotá, CO: Universidad Nacional de Colombia – UNAL, v.29, n.1, p.163-170, 2019. <https://doi.org/10.15446/bitacora.v29n1.69097>

VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. 2.ed. Tradução de Maria Julia Goldwasser. São Paulo, SP: Brasiliense, 2004. (Título original: *Idéologies et mentalités*. Paris, FR: Gallimard, 1982) ISBN 978-8511140590

WAUGH, Earle. **Funeral practices in Canada**. 2017. Disponível em: <https://www.thecanadianencyclopedia.ca/en/article/funeral-practices>. Acesso em: 15 jul. 2019.

WHO – World Health Organization. **WHO coronavirus disease (COVID-19) dashboard**. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em: 22 jul. 2021.

WoS – Web of Science. **Platform**. 2010-2019. Disponível em: <https://clarivate.com/webofsciencelgroup/solutions/webofscience-platform/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

WU, Keping. Ghost city: *Religion, urbanization and spatial anxieties in contemporary China*. **Geoforum**, Oxford, UK: Pergamon, n.65, p.243-245, 2015. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2015.08.005>

XAVIER, Cleber Carmino; AMORIM, Marleide Rodrigues; VALENTINI, Carla Maria Abido; FARIA, Rozilaine Aparecida Pelegrine Gomes. *Diagnosis of the current situation of the cemeteries in Cuiaba-MT from the perspective of environmental management: case study the Cemetery Parque Bom Jesus of Cuiaba and São Gonçalo Municipal*. **Revista Eletrônica em Gestão Educação e Tecnologia Ambiental [online]**, Santa Maria, RS, BR: Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, v.19, n.3, p.450-461, 2015. <https://periodicos.ufsm.br/reget/article/view/17199>

XAVIER, Fernanda.Vieira; MALAGUTTI FILHO, Walter; SILVA, Robson Willians da Costa; MOREIRA, César Augusto. Emprego da sondagem elétrica vertical integrada às análises químicas e microbiológicas no diagnóstico preliminar da contaminação do solo e da água subterrânea no cemitério municipal da cidade de Rio Claro (SP). **Engenharia Sanitária e Ambiental**, Rio de Janeiro, RJ, BR: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES, v.23, n.2, p.333-344, 2018. <https://doi.org/10.1590/s1413-41522018152375>

XIMENES, Lionel. **Mais de 60 corpos de indigentes estão à espera de enterro digno no Espírito Santo**. 2020 (Espírito Santo, BR, 07 jan). Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/colunas/leonel-ximenes/mais-de-60-corpos-de-indigentes-estao-a-espera-de-enterro-digno-no-es-0120>. Acesso em: 11 out. 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE A:

RESULTADOS DE LEVANTAMENTO PRÉVIO DE IDENTIFICAÇÃO BIBLIOMÉTRICA POR PARES DE TERMOS DE BUSCA NAS BASES DE PERIÓDICOS SELECIONADAS – 2010 A 2019

Scopus					
	cidade(s) – city(ies)	urbano(s)(as) – urbans	cemitério(s)- cemetery(ies)/graveyard(s)	cemitério(s)- cemetery(ies)/graveyard(s)	necrópole(s)- necropolis(es)
cidade(s) – city(ies)	522.953				
urbano(s)(as) – urbans	96.268	293.829			
cemitério(s)- cemetery(ies)/graveyard(s)	407	350	3.172		
cemitério(s)- cemetery(ies)/graveyard(s)	34	26	72	433	
necrópole(s)-necropolis(es)	148	67	149	8	1090
WoS					
	cidade(s) – city(ies)	urbano(s)(as) – urbans	cemitério(s)- cemetery(ies)/graveyard(s)	cemitério(s)- cemetery(ies)/graveyard(s)	necrópole(s)- necropolis(es)
cidade(s) – city(ies)	806.540				
urbano(s)(as) – urbans	135.126	481.821			
cemitério(s)- cemetery(ies)/graveyard(s)	682	473	6.419		
cemitério(s)- cemetery(ies)/graveyard(s)	64	45		1.086	
necrópole(s)-necropolis(es)	207	80	174	14	1.981
SciELO					
	cidade(s) – city(ies)	urbano(s)(as) – urbans	cemitério(s)- cemetery(ies)/graveyard(s)	cemitério(s)- cemetery(ies)/graveyard(s)	necrópole(s)- necropolis(es)
cidade(s) – city(ies)	12.377 53.479				
urbano(s)(as) – urbans	1.632 6.783	7.579 16.925			
cemitério(s)- cemetery(ies)/graveyard(s)	15 41	6 25	70 209		
cemitério(s)- cemetery(ies)/graveyard(s)	15 3	2 2	70 3	70 18	
necrópole(s)-necropolis(es)	0 7	0 3	3 9	3 0	5 43
Portal Domínio Público - Teses e Dissertações Capes					
	cidade(s) – city(ies)	urbano(s)(as) – urbans	cemitério(s)- cemetery(ies)/graveyard(s)	cemitério(s)- cemetery(ies)/graveyard(s)	necrópole(s)- necropolis(es)
cidade(s) – city(ies)	5.966				
urbano(s)(as) – urbans					
cemitério(s)- cemetery(ies)/graveyard(s)			173		
cemitério(s)- cemetery(ies)/graveyard(s)					
necrópole(s)-necropolis(es)					

Fonte: Baseado nos procedimentos de levantamento bibliométrico.

APÊNDICE B:
 RESULTADOS BIBLIOMÉTRICOS INTERNACIONAIS POR PAÍSES NAS BASES
 DE PERIÓDICOS SELECIONADAS – 2010 A 2019

	soma WoS	ranking WoS	soma Scopus	ranking Scopus	soma Scielo	ranking Scielo	soma total	ranking total
EUA	154	1	142	1			296	1
RÚSSIA	68	3	12	11			80	8
INGLATERRA	89	2	106	2			195	2
FRANÇA	62	6	53	5	1	6	116	5
ESPAÑA	68	3	50	6			118	4
ALEMANHA	54	7	58	4			112	7
TURQUIA	65	4	50	6			115	6
BRASIL	18	9	40	7	13	1	71	9
CANADÁ	33	8	31	9			64	10
ITÁLIA	64	5	69	3			133	3
POLÔNIA	17	10	33	8			50	11
CROÁCIA	14	11	8	12			22	12
HUNGRIA	5	12					5	18
ÍNDIA	2	14	3	15	1	6	6	17
PAQUISTÃO	4	13	5	13			9	15
CHINA	2	14	4	14			6	17
NORUEGA	4	13	4	14			8	16
PAÍSES BAIXOS	2	14	4	14			6	17
AUSTRÁLIA	1	15	13	10			14	13
PORTUGAL	4	13			1	6	5	18
ÁUSTRIA	2	14	2	16			4	19
CHIPRE			1	17			1	22
ROMÊNIA			2	16			2	21
MÉXICO					12	2	12	14
ARGENTINA					9	3	9	15
COLÔMBIA					8	4	8	16
EQUADOR					3	5	3	20
CUBA					1	6	1	22

Fonte: Baseado nos procedimentos de levantamento bibliométrico.

APÊNDICE C:
RESULTADOS BIBLIOMÉTRICOS NACIONAIS POR BASES DE PERIÓDICOS
SELECIONADAS – 2010 A 2019

SCIELO				
CC	ANO	TÍTULO	PERIÓDICO	AUTOR
1	2019	Narrativas hagiográficas e devoção aos santos: notas sobre a (re)produção simbólica da santidade nos cemitérios	Religião & Sociedade Volume: 39 Edição: 1 Páginas: 36-59	Soares, Hugo Ricardo
2	2018	Emprego da sondagem elétrica vertical integrada às análises químicas e microbiológicas no diagnóstico preliminar da contaminação do solo e da água subterrânea no cemitério municipal da cidade de Rio Claro (SP)	Engenharia Sanitária e Ambiental Volume: 23 Edição: 2 Páginas: 333-344	Xavier, Fernanda Vieira; Malagutti Filho, Walter; da Costa Silva, Robson Willians; et al.
3	2017	Requiem for a neurologist: the funeral rites of Jean-Martin Charcot	Arquivos de Neuro-psiquiatria Vol.75 Edição: 11 Páginas: 827-829	Ghizoni Teive, Helio Afonso; Marques, Paula; Branco Germiniani, Francisco Manoel; et al.
4	2016	Dinheiro, emoção e agência - uma etnografia no mercado funerário de Porto Alegre	Mana Volume: 22 Edição: 1 Páginas: 7-36	Neves, Marcos Freire de Andrade; Damo, Arlei Sander
5	2015	Panorama da coleta seletiva com catadores no município de Maputo, Moçambique: desafios e perspectivas	Saúde e Sociedade Volume: 24 Edição: 1 Páginas: 298-307	Buque, Lina Ivette Bartolomeu; Ribeiro, Helena
6	2014	Spatial distribution of scorpion sting accidents in Belo Horizonte, Minas Gerais, 2005 to 2009	Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia Volume: 66 Edição: 3 Páginas: 721-730	Barbosa, A. D.; Silva, J. A.; Cardoso, M. F. E. C.; et al.
7	2013	Sex Determination from Occipital Condylar Measurements by Baudoin Index in Forensic Purposes	International Journal of Morphology Volume: 31 Edição: 4 Páginas: 1297-1300 Publicado: 2013-12	Oliviera, Osvaldo Fortes de; Tinoco, Rachel Lima Ribeiro; Daruge Júnior, Eduardo; et al.
CU	ANO	TÍTULO	PERIÓDICO	AUTOR
1	2018	Emprego da sondagem elétrica vertical integrada às análises químicas e microbiológicas no diagnóstico preliminar da contaminação do solo e da água subterrânea no cemitério municipal da cidade de Rio Claro (SP)	Engenharia Sanitária e Ambiental Volume: 23 Edição: 2 Páginas: 333-344	Xavier, Fernanda Vieira; Malagutti Filho, Walter; Silva, Robson Willians da Costa; et al.

2	2017	Dano ambiental e ameaça à saúde pública por cemitérios: uma proposta de cemitério ideal diante da crescente expansão urbana	urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana Volume: 9 Edição: 2 Páginas: 216-230	Neckel, Alcindo; Costa, Carlos; Mario, Débora Nunes; et al.
3	2016	Potencial toxicológico de metais presentes em solos de cemitérios de Santa Maria - RS	Revista Ambiente & Água Volume: 11 Edição: 1 Páginas: 145-155	VilaverdeGomes, Bruno Casanova; Kummer, Gislaine; Pereira, Márcia Maria da Silva Monteiro; et al.
4	2015	Panorama da coleta seletiva com catadores no município de Maputo, Moçambique: desafios e perspectivas	Saúde e Sociedade Volume: 24 Edição: 1 Páginas: 298-307	Buque, Lina Ivette Bartolomeu; Ribeiro, Helena
GC	ANO	TÍTULO	PERIÓDICO	AUTOR
1	2015	Ditadura e repressão: locais de recordação e memória social na cidade de São Paulo	Lua Nova: Revista de Cultura e Política Volume: 0 Edição: 96 Páginas: 191-220	Teles, Janaina de Almeida
GU	ANO	TÍTULO	PERIÓDICO	AUTOR
-	-	-	-	-
NC	ANO	TÍTULO	PERIÓDICO	AUTOR
1	2019	Necropolítica, políticas públicas interseccionais e cidadania trans*	Ex aequo Edição: 40 Páginas: 141-156	Vázquez, Claudia Lazcano; Toneli, Maria Juracy Filgueiras; Oliveira, João Manuel de
2	2018	Os Tentáculos da Tarântula: Abjeção e Necropolítica em Operações Policiais a Través no Brasil Pós-redemocratização	Psicologia: Ciência e Profissão Volume: 38 Edição: spe2 Páginas: 175-191	Cavalcanti, Céu; Barbosa, Roberta Brasilino; Bicalho, Pedro Paulo Gastalho
NU	ANO	TÍTULO	PERIÓDICO	AUTOR
1	2018	Necropolítica e Pesquisa-Intervenção sobre Homicídios de Adolescentes e Jovens em Fortaleza, CE	Psicologia: Ciência e Profissão Volume: 38 Edição: spe2 Páginas: 192-207	Benicio, Luis Fernando de Souza; Barros, João Paulo Pereira; Rodrigues, Jéssica Silva; et al.
WEB OF SCIENCE				
CC	ANO	TÍTULO	PERIÓDICO	AUTOR
1	2019	When the cemiterial heritage comes news: Santa Maria (RS) journalistic agenda for a local fumble memory space	Estudios Historicos ed.22	Pedrazzi, Fernanda Kieling
2	2019	Potential for Urban Geotourism: Churches and Cemeteries	Geoheritage Volume: 11 Edição: 3 Páginas: 717-728	Del Lama, Eliane Aparecida
3	2018	Use of the vertical electrical survey integrated to the chemical and microbiological analyzes in the preliminary diagnosis of soil and groundwater contamination in the Rio	Engenharia Sanitária e Ambiental Volume: 23 Edição: 2 Páginas: 333-344	Xavier, Fernanda Vieira; Malagutti Filho, Walter; da Costa Silva, Robson Willians; et al.

		Claro city (SP) municipal cemetery		
4	2018	First Paleogenetic Evidence of Probable Syphilis and Treponematoses Cases in the Brazilian Colonial Period	Biomed Research International	Guedes, Lucelia; Dias, Ondemar; Neto, Jandira; et al.
5	2017	Requiem for a neurologist: the funeral rites of Jean-Martin Charcot	Arquivos de Neuro-Psiquiatria Volume: 75 Edição: 11 Páginas: 827-829	Ghizoni Teive, Helio Afonso; Marques, Paula; Branco Germiniani, Francisco Manoel; et al.
6	2016	Show of consternations - The jurisdictional conflicts in Administration of daily cemeterial in Piratini in the second half of the XIX century	AEDOS-Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS Volume: 8 Edição: 18 Páginas: 167-187	Meirelles, Pedro von Mengden
7	2016	A representação da morte infantil em imagens cemiteriais no Brasil (séculos XIX e XX)	Revista História-Debates e Tendências Volume: 16 Edição: 2 Páginas: 291-313	Gawryszewski, Alberto
8	2016	Social representations of syrian and lebanese in corumba, ms: trade, marriage and cemetery.	Revista de Transporte y Territorio Edição: 15 Páginas: 388-403	Machado de Oliveira, Marco Aurelio; Junqueira, Nathalia Monseff
9	2016	Analysis of the Tomb Cemetery Municipal Garden of Maringa, state of Parana	Revista Eletrônica em Gestão Educação e Tecnologia Ambiental Volume: 20 Edição: 1 Páginas: 475-486	Neves, Marcos Freire de Andrade; Damo, Arlei Sander
10	2015	Diagnosis of the current situation of the cemeteries in Cuiaba-MT from the perspective of environmental management: case study the Cemetery Parque Bom Jesus of Cuiaba and Sao Goncalo Municipal	Revista Eletrônica em Gestão Educação e Tecnologia Ambiental Volume: 19 Edição: 3 Páginas: 450-461	Xavier, Cleber Carmino; Amorim, Marleide Rodrigues; Abido Valentini, Carla Maria; et al.
11	2014	Occurrence of two autochthonous cases of American cutaneous leishmaniasis in the neighborhood of Caju, city of Rio de Janeiro, Brazil	Anais Brasileiros de Dermatologia Volume: 89 Edição: 5 Páginas: 848-850	Bernardes Filho, Fred; Maier, Leonardo de Medeiros; Bonatto, Danielle Cristine; et al.
12	2014	Spatial distribution of scorpion sting accidents in Belo Horizonte, Minas Gerais, 2005 to 2009	Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia Volume: 66 Edição: 3 Páginas: 721-730	Barbosa, A. D.; Silva, J. A.; Cardoso, M. F. E. C.; et al.
13	2013	Sex Determination from Occipital Condylar Measurements by Baudoin Index in Forensic Purposes	International Journal of Morphology Volume: 31 Edição: 4 Páginas: 1297-1300 Publicado: 2013-12	Oliviera, Osvaldo Fortes de; Tinoco, Rachel Lima Ribeiro; Daruge Júnior, Eduardo; et al.
14	2011	Childbearing during adolescence and offspring	BMC Public Health Volume:	Restrepo-Mendez, Maria C.; Barros, Aluisio J.

		mortality: findings from three population-based cohorts in southern Brazil	11 Número do artigo: 781	D.; Santos, InaS; et al.
15	2010	Fungal microbiota dynamics as a postmortem investigation tool: focus on Aspergillus, Penicillium and Candida species	Journal of Applied Microbiology Volume: 108 Edição: 5 Páginas: 1751-1756	Sidrim, J. J. C.; Moreira Filho, R. E.; Cordeiro, R. A.; et al.
CU	ANO	TÍTULO	PERIÓDICO	AUTOR
1	2019	Potential for Urban Geotourism: Churches and Cemeteries	Geoheritage Volume: 11 Edição: 3 Páginas: 717-728	Del Lama, Eliane Aparecida
2	2019	Geotouristic trail in the Senhor da Boa Sentença Cemetery, Joao Pessoa, State of Paraíba (PB), Northeastern Brazil	Geoheritage Volume: 11 Edição: 3 Páginas: 1133-1149	Pereira, Luciano Schaefer; Leite do Nascimento, Marcos Antonio; Mantesso-Neto, Virginio
3	2018	Use of the vertical electrical survey integrated to the chemical and microbiological analyzes in the preliminary diagnosis of soil and groundwater contamination in the Rio Claro city (SP) municipal cemetery	Engenharia Sanitária e Ambiental Volume: 23 Edição: 2 Páginas: 333-344	Xavier, Fernanda Vieira; Malagutti Filho, Walter; da Costa Silva, Robson Willians; et al.
4	2017	Environmental damage and public health threat caused by cemeteries: a proposal of ideal cemeteries for the growing urban sprawl	URBE- Volume: 9 Edição: 2 Páginas:	Neckel, Alcindo; Costa, Carlos; Mario, Débora Nunes; et al.
5	2015	Overview of the selective waste collection with pickers in Maputo municipality, Mozambique: challenges and perspectives	Saúde e Sociedade Volume: 24 Edição: 1 Páginas: 298-307	Bartolomeu Buque, Lina Ivette; Ribeiro, Helena
6	2011	Pollen abortion rates, nitrogen dioxide by passive diffusive tubes and bioaccumulation in tree barks are effective in the characterization of air pollution	Environmental and Experimental Botany Volume: 72 Edição: 2 Páginas: 272-277	Carneiro, M. F. H.; Ribeiro, F. Q.; Fernandes-Filho, F. N.; et al.
GU	ANO	TÍTULO	PERIÓDICO	AUTOR
GU	2019	Opening a turtle graveyard: Size distribution of dead individuals of Phrynos geoffroanus (Pleurodira, Chelidae)	Herpetozoa Volume: 32 Páginas: 33-37	Mota Rodrigues, Joao Fabricio; Friol, Natalia Rizzo; Silva, Wagner C.; et al.
GC	-	-	-	-
NC	-	-	-	-
NU	2019	Urban militarization and Social Control: first impressions on the policing by "drones" in Brazil	Revista de Direito da Cidade-City Law Volume: 11 Edição: 2 Páginas:	Amaral, Augusto Jobim; Carvalho Salles, Eduardo Baldissera; Medina, Roberta da Silva

SCOPUS				
CC	ANO	TÍTULO	PERIÓDICO	AUTOR
1	2019	Potential for Urban Geotourism: Churches and Cemeteries	Geoheritage Volume: 11 Edição: 3 Páginas: 717-728	Del Lama, Eliane Aparecida
2	2018	First Paleogenetic Evidence of Probable Syphilis and Treponematoses Cases in the Brazilian Colonial Period	Biomed Research International	Guedes, Lucelia; Dias, Ondemar; Neto, Jandira; et al.
3	2018	Use of the vertical electrical survey integrated to the chemical and microbiological analyzes in the preliminary diagnosis of soil and groundwater contamination in the Rio Claro city (SP) municipal cemetery	Engenharia Sanitária e Ambiental Volume: 23 Edição: 2 Páginas: 333-344	Xavier, Fernanda Vieira; Malagutti Filho, Walter; da Costa Silva, Robson Willians; et al.
4	2017	Vulnerabilidade do aquífero nas proximidades do cemitério municipal de caçapava do Sul – Rio Grande do Sul, Brasil]	Anuário do Instituto de Neurociências	E Silva, M.P., da Silva, L.R., Liesenfeld, K.A., (...), Filho, L.L.V.D., Fernandes, G.D.
5	2017	Impactos ambientais no cemitério público de Queimadas-PB, Brasil	Espacios	de Albuquerque, H.N., Cerqueira, J.S., de Albuquerque, I.C.S.
6	2016	Dinheiro, emoção e agência - uma etnografia no mercado funerário de Porto Alegre	Mana Volume: 22 Edição: 1 Páginas: 7-36	Neves, Marcos Freire de Andrade; Damo, Arlei Sander
7	2015	Geotouristic trail in Consolação Cemetery, São Paulo [Roteiro geoturístico pelo cemitério da consolação, São Paulo]	Geociências	Kuzmickas, L., Del Lama, E.A
8	2014	Occurrence of two autochthonous cases of American cutaneous leishmaniasis in the neighborhood of Caju, city of Rio de Janeiro, Brazil	Anais Brasileiros de Dermatologia Volume: 89 Edição: 5 Páginas: 848-850	Bernardes Filho, Fred; Maier, Leonardo de Medeiros; Bonatto, Danielle Cristine; et al.
9	2014	Spatial distribution of scorpion sting accidents in Belo Horizonte, Minas Gerais, 2005 to 2009	Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia Volume: 66 Edição: 3 Páginas: 721-730	Barbosa, A. D.; Silva, J. A.; Cardoso, M. F. E. C.; et al.
10	2014	Avaliação de impactos potenciais nas águas subterrâneas urbanas de Sinop (MT) usando a matriz de Leopold	Geociências	Boldrin, M.T.N., Cutrim, A.O.
11	2013	Sex Determination from Occipital Condylar Measurements by Baudoin Index in Forensic Purposes	International Journal of Morphology Volume: 31 Edição: 4 Páginas: 1297-1300 Publicado: 2013-12	Oliviera, Osvaldo Fortes de; Tinoco, Rachel Lima Ribeiro; Daruge Júnior, Eduardo; et al.

12	2011	Childbearing during adolescence and offspring mortality: findings from three population-based cohorts in southern Brazil	BMC Public Health Volume: 11 Número do artigo: 781	Restrepo-Mendez, Maria C.; Barros, Aluisio J. D.; Santos, InaS; et al.
13	2010	Fungal microbiota dynamics as a postmortem investigation tool: Focus on Aspergillus, Penicillium and Candida species	Journal of Applied Microbiology	Sidrim, J.J.C., Moreira Filho, R.E., Cordeiro, R.A., (...), Monteiro, A.J., Brilhante, R.S.N.
CU	ANO	TÍTULO	PERIÓDICO	AUTOR
1	2019	Potential for Urban Geotourism: Churches and Cemeteries	Geoheritage Volume: 11 Edição: 3 Páginas: 717-728	Del Lama, Eliane Aparecida
2	2018	Use of the vertical electrical survey integrated to the chemical and microbiological analyzes in the preliminary diagnosis of soil and groundwater contamination in the Rio Claro city (SP) municipal cemetery	Engenharia Sanitária e Ambiental Volume: 23 Edição: 2 Páginas: 333-344	Xavier, Fernanda Vieira; Malagutti Filho, Walter; da Costa Silva, Robson Willians; et al.
4	2017	Vulnerabilidade do aquífero nas proximidades do cemitério municipal de caçapava do Sul – Rio Grande do Sul, Brasil]	Anuário do Instituto de Neurociências	E Silva, M.P., da Silva, L.R., Liesenfeld, K.A., (...), Filho, L.L.V.D., Fernandes, G.D.
5	2017	Captação de óbitos não informados ao ministério da saúde: Pesquisa de busca ativa de óbitos em municípios brasileiros	Revista Brasileira de Epidemiologia	De Almeida, W.S., Szwarcwald, C.L., De Frias, P.G., (...), De Lyra Rabello Neto, D., Escalante, J.J.C.
6	2016	Potencial toxicológico de metais presentes em solos de cemitérios de Santa Maria - RS	Revista Ambiente & Água Volume: 11 Edição: 1 Páginas: 145-155	VilaverdeGomes, Bruno Casanova; Kummer, Gislaine; Pereira, Márcia Maria da Silva Monteiro; et al.
7	2016	Introduction: Archaeology of African diaspora contexts in Brazil	Journal of African Diaspora Archaeology and Heritage	Symanski, L.C.P.
8	2015	Geotouristic trail in Consolação Cemetery, São Paulo [Roteiro geoturístico pelo cemitério da consolação, São Paulo]	Geociências	Kuzmickas, L., Del Lama, E.A
9	2014	Avaliação de impactos potenciais nas águas subterrâneas urbanas de Sinop (MT) usando a matriz de Leopold	Geociências	Boldrin, M.T.N., Cutrim, A.O.
10	2011	Pollen abortion rates, nitrogen dioxide by passive diffusive tubes and bioaccumulation in tree barks are effective in the characterization of air pollution	Environmental and Experimental Botany Volume: 72 Edição: 2 Páginas: 272-277	Carneiro, M. F. H.; Ribeiro, F. Q.; Fernandes-Filho, F. N.; et al.

	ANO	TÍTULO	PERIÓDICO	AUTOR
GC	2015	Ditadura e repressão: locais de recordação e memória social na cidade de São Paulo	Lua Nova: Revista de Cultura e Política Volume: 0 Edição: 96 Páginas: 191-220	Teles, Janaina de Almeida
	ANO	TÍTULO	PERIÓDICO	AUTOR
GU	0	0		
	ANO	TÍTULO	PERIÓDICO	AUTOR
NC				
1	2017	Vulnerabilidade do aquífero nas proximidades do cemitério municipal de caçapava do Sul – Rio Grande do Sul, Brasil]	Anuário do Instituto de Neurociências	E Silva, M.P., da Silva, L.R., Liesenfeld, K.A., (...), Filho, L.L.V.D., Fernandes, G.D.
2	2017	Impactos ambientais no cemitério público de Queimadas-PB, Brasil	Espacios	de Albuquerque, H.N., Cerqueira, J.S., de Albuquerque, I.C.S.
	ANO	TÍTULO	PERIÓDICO	AUTOR
NU				
1	2017	Vulnerabilidade do aquífero nas proximidades do cemitério municipal de caçapava do Sul – Rio Grande do Sul, Brasil]	Anuário do Instituto de Neurociências	E Silva, M.P., da Silva, L.R., Liesenfeld, K.A., (...), Filho, L.L.V.D., Fernandes, G.D.

Fonte: Baseado nos procedimentos de levantamento bibliométrico.

APÊNDICE D:
RESULTADOS BIBLIOMÉTRICOS NACIONAIS IDENTIFICADOS NO PORTAL
DOMÍNIO PÚBLICO (PDP) – 2010 A 2019

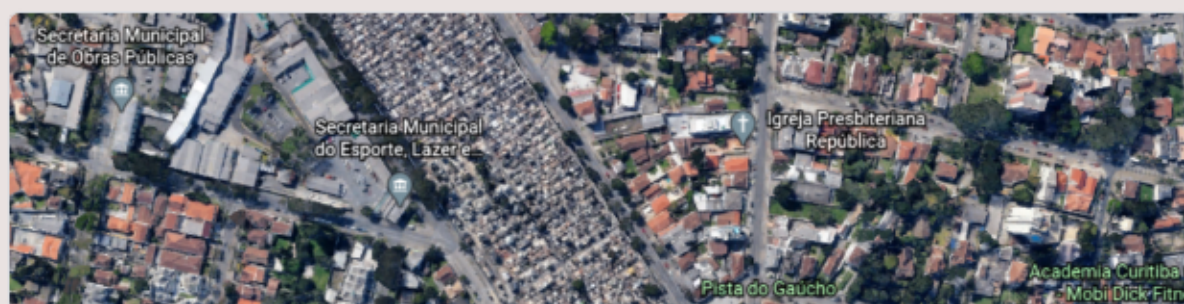
NÍVEL	ANO	TÍTULO	AUTOR	IFES/PROGRAMA
DOUTORADO	2009	Pela hora da morte estudo sobre o empresariar da morte e do morrer uma etnografia no grupo parque das flores, em Alagoas	Isabela Andrade de Lima Morais	UFPE/Antropologia
	2008	Da barraca ao túmulo: cigana Sebinca Christo e as construções de uma devoção	Lourival Andrade Júnior	UFPR/História
	2007	Morte, cultura, memória - múltiplas interseções: Uma interpretação acerca dos cemitérios oitocentistas situados nas cidades do Porto e Belo Horizonte.	Marcelina das Graças de Almeida	UFMG/História
	2007	Viver e morrer em São Paulo: a vida, as doenças e a morte na cidade do século XIX	Luis Soares de Camargo	PUC/SP/História
MESTRADO	2010	Análise do levantamento geossistêmico do cemitério público horizontal urbano do município de Maringá, estado do Paraná Maringá	Aline Giseli Martim	UEM/Engenharia Urbana
	2010	O cemitério de Santa Cruz como patrimônio cultural	Eduardo Silva	UNIVILLE/Patrimônio Cultural e Sociedade
	2009	Pequenas romarias para pequenos santos: um estudo sociográfico sobre o dia de finados	Maria das Graças Ferreira de Araújo	PUC/MG/Ciências da Religião/Teologia
	2009	Preservação de artefatos ornamentais de ferro integrados à arquitetura-estudo de caso: cemitério do imigrante, Joinville, SC	Gessonia Leite de Andrade Carrasco	UFSC/Arquitetura E Urbanismo
	2008	Aplicação do método da eletrorresistividade na investigação e mapeamento da contaminação por cemitérios: o exemplo do cemitério de Vila Rezende, Piracicaba/SP	Robson Willians Da Costa Silva	UNESP/RC/Geociências E Meio Ambiente
	2008	Aqui também jaz um patrimônio: identidade, memória e preservação patrimonial a partir do tombamento de um cemitério (o caso do Cemitério do Imigrante de Joinville/SC, 1962-2008)	Elisiana Trilha Castro	UFSC/Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade

2008	Urbanismo e salubridade na São Paulo imperial: o hospital de isolamento e o cemitério do Araçá	Giovana Carla Mastromauro	PUCCAMP/Urbanismo
2008	Visita ao museu de pedra: arte no Cemitério da Saudade de Campinas - SP (1881 - 1950)	Halima Alves de Lima Elusta	UFG/Cultura Visual
2007	Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a irmandade da santa casa de misericórdia de Pelotas - RS (1847-1922)	Cláudia Tomaschewski	PUCRS/História
2007	Práticas e representações artísticas nos cemitérios do Convento de São Francisco e Venerável Ordem Terceira do Carmo. Salvador, século XIX (1850-1920)	Cibele de Mattos Mendes	UFBA/Artes Visuais
2007	Tratamento físico-químico de efluente de uma usina de reciclagem de plástico de Campo Grande-MS	Mariza Elizabeth De Almeida Sales Abrão	UFMS/Tecnologias Ambientais/Engenharia Sanitária
2006	Descanse em paz: testamentos e cemitérios extramuros na Santa Maria de 1850 a 1900	Ana Paula Marquesini Flores	PUCRS/História
2006	Túmulos celebrativos de Porto Alegre: múltiplos olhares sobre o espaço cemiterial (1889 -1930)	Thiago Nicolau de Araújo	PUCRS/História
2006	Urbanismo no Brasil Império: a saúde pública na cidade de São Paulo no século XIX (hospitais, lazaretos e cemitérios)	Karina Camarneiro Jorge	PUCCAMP/Urbanismo
2006	À flor da terra: o cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro	Júlio César Medeiros da Silva Pereira	UFRJ/História Social
2005	O som do silêncio: a angústia social que encobre o luto - um estudo sobre isolamento e sociabilidade entre enlutados do cemitério Morada da Paz (Natal/RN)	Milena Carvalho Bezerra Freire	UFRN/Ciências Sociais
2004	A normatização dos sepultamentos em nossa senhora do desterro: Uma história funerária	Johanna Wolfram Heuer	UFSC/História

Fonte: Baseado nos procedimentos de levantamento bibliométricos

APÊNDICE E: MODELO DE QUESTIONÁRIO APLICADO

Perguntas Respostas 526



Direitos dos mortos à cidade: gestão municipal da necrópole

Sou Karime Massignan, graduada em Arquitetura e Urbanismo e mestre em Tecnologia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Estou concluindo doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, sob orientação da Profa. Dra. Leticia Peret Antunes Hardt. Convido você a participar desta pesquisa anônima, restrita exclusivamente a fins acadêmicos e com a finalidade de subsidiar a avaliação da gestão municipal da necrópole.

O questionário é composto de questões objetivas, buscando identificar percepções, problemas e desafios relacionados aos cemitérios públicos brasileiros.

Tempo médio de preenchimento: entre 5 e 10 minutos.

Sua participação é fundamental e antecipadamente agradeço a sua colaboração!

Qual é o seu gênero? (Deve ser assinalada apenas uma resposta.) Ao marcar "outro", especificar. *

- Masculino.
 - Feminino.
 - Outros...
-

Qual é a sua idade em anos completos? (Deve ser assinalada apenas uma resposta.) *

- Menos de 18.
 - De 18 a 24.
 - De 25 a 29.
 - De 30 a 39.
 - De 40 a 49.
 - De 50 a 60.
 - Mais de 60.
-

Qual é o seu grau de escolaridade? (Deve ser assinalada apenas uma resposta.) *

- Ensino fundamental (1° ao 9° ano) – incompleto.
- Ensino fundamental (1° ao 9° ano) – completo.
- Ensino médio – incompleto.
- Ensino médio – completo.
- Graduação – incompleta.
- Graduação – completa.
- Especialização (ou MBA) – incompleta.
- Especialização (ou MBA) – completa.
- Mestrado – incompleto.
- Mestrado – completo.
- Doutorado – incompleto.
- Doutorado – completo.

Em que bairro, cidade e estado você mora? *

Texto de resposta curta
.....

Qual(is) é(são) sua(s) área(s) de ocupação? (Pode ser assinalada mais de uma resposta.) Ao marcar "outro", especificar. *

- Setor público.
 - Iniciativa privada.
 - Não estou trabalhando no momento.
 - Outros...
-

Se você trabalha na gestão pública, qual(is) é(são) seu(s) cargo (s) ou função(ões)? (Pode ser assinalada mais de uma resposta.) Ao marcar "outro", especificar. *

- Não trabalho no setor público.
- Cargo administrativo municipal.
- Cargo administrativo estadual.
- Cargo administrativo federal.
- Cargo eletivo municipal.
- Cargo eletivo estadual.
- Cargo eletivo federal.
- Funcionário público municipal.
- Funcionário público estadual.
- Funcionário público federal.
- Outros...

Em sua escolha pessoal, a religião para definição do cemitério é: (Deve ser assinalada apenas uma resposta.) *

- Determinante.
 - É importante mas não é determinante.
 - Indiferente.
-

Na sua opinião, qual(is) motivo(s) faz(em) com que as pessoas rejeitem ou aceitem melhor determinados formatos de sepultamento, como, por exemplo, crematórios, jazigos temporários e, jazigos perpétuos? (Pode ser assinalada mais de uma resposta.) Ao marcar "outro", especificar. *

Distinção ou prestígio que possam sugerir.

A religião.

A cultura.

A condição financeira.

Outros...

Na sua opinião, o fato de existirem nos cemitérios públicos brasileiros diferentes formas para alocação do corpo (como a possibilidade de concessão perpétua de lote para construção de mausoléus familiares ou a concessão temporária de gavetas provisórias de uso coletivo), contribui para a noção de desigualdade socioeconômica ou faz parte da dinâmica de uso democrático do espaço, onde as pessoas também podem decidir? (Deve ser assinalada apenas uma resposta por item.) *

	sim	não	talvez
Contribui para a noção d...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Faz parte da dinâmica d...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Para o caso de entender que contribui para a noção de desigualdade socioeconômica, explicar:

Texto de resposta longa

.....

O cemitério público (que pode ser municipal ou paroquial) deve atender: (Deve ser assinalada apenas uma resposta.) Ao marcar "outro", especificar. *

Apenas pessoas de baixa renda, como um programa social.

A todos, independente da renda, como obrigação do governo.

A todos, em parceria público-privada e com gavetas reservadas a pessoas de baixa renda.

Outros...

Em sua família, o principal motivo da escolha do local de sepultamento de um parente é geralmente: (Deve ser assinalada apenas uma resposta.) Ao marcar "outro", especificar. *

- Econômico.
- Religioso.
- Estético.
- Por tipo, como crematório, por exemplo.
- Emocional, ligado à cultura familiar.
- Menor distância.
- Outros...

Na sua opinião, a importância histórico-cultural justifica a existência de certos cemitérios, independente de sua eficiência? (Deve ser assinalada apenas uma resposta.) No caso de dúvida para resposta afirmativa ou negativa, assinalar "outro" e explicar o(s) motivo(s) para esta opção. *

- Sim, história é importante e a ineficiência pode ser aceitável neste caso.
- Não, cemitério tem que sempre servir sua função principal e ser eficiente.
- Outros...

Na sua opinião, a organização da prefeitura municipal quanto ao(s) cemitério(s) público(s) de sua cidade é: (Deve ser assinalada apenas uma resposta.) *

- Satisfatória, pois oferece ambiente e serviços de qualidade.
 - Insatisfatória, pois não oferece ambiente e serviços de qualidade.
 - Mediana.
 - Não sei responder.
-

Na sua opinião, o(s) bairro(s) da cidade onde está(ão) localizado(s) o(s) cemitério(s) indicam de alguma maneira as classes sociais dos falecidos? (Deve ser assinalada apenas uma resposta.) No caso de dúvida para resposta afirmativa ou negativa, assinalar "outro" e explicar o(s) motivo(s) para esta opção. *

- Sim.
- Não.
- Outros...

No caso de um familiar ter sido sepultado em cemitério particular, qual(is) foi(ram) o(s) motivo(s) desta opção? (Pode ser assinalada mais de uma resposta.) Ao marcar "outro", especificar. *

- Não tinha vaga em cemitério público.
- O particular oferecia cremação.
- O particular oferecia cemitério-jardim.
- O particular era mais organizado.
- O particular era mais bonito.
- Outros...

Sobre a gestão do espaço para novos sepultamentos em cemitérios públicos, que medida você acredita ser prioritária para a abertura de novas vagas? (Pode ser assinalada mais de uma resposta.) Ao marcar "outro", especificar. *

- Remodelagem do(s) cemitério(s) existente(s).
- Ampliação do(s) cemitério(s) existente(s).
- Criação de novo(s) cemitério(s) pois a área disponível não é mais suficiente.
- Construção de crematório(s).
- Outros...
-

No(s) cemitério(s) público(s) da cidade onde você mora, o controle de fluxo e demanda de sepulturas têm acompanhado as necessidades da população? (Deve ser assinalada apenas uma resposta.) No caso de dúvida para resposta afirmativa ou negativa, assinalar "outro" e explicar o(s) motivo(s) para esta opção. *

- Sim, pois há controle do número de vagas.
- Não, pois faltam vagas.
- Não sei responder.
- Outros...

Na sua opinião, além das sepulturas de uso temporário em cemitérios públicos, os novos cemitérios devem continuar oferecendo as maiores áreas para sepulturas, jazigos ou capelas de uso perpétuo, ou seja, aquelas de uso exclusivo de um indivíduo ou grupo? (Deve ser assinalada apenas uma resposta.) No caso de dúvida para resposta afirmativa ou negativa, assinalar "outro" e explicar o(s) motivo(s) para esta opção. *

- Sim.
- Não.
- Outros...

Você já vivenciou algum sepultamento em cemitério público? (Deve ser assinalada apenas uma resposta.) *

- Sim.
- Não.
- Não lembro.

Em caso de resposta afirmativa à questão anterior, qual(is) foi(ram) a(s) situação(ões) de sepultamento(s) em cemitério(s) público(s): (Pode ser marcada mais de uma resposta.) Ao marcar "outro", especificar. *

- Havia gaveta temporária.
- Havia grau de parentesco com o titular do jazigo.
- Havia a titularidade do jazigo.
- Não havia a titularidade de jazigo, mas houve vaga de terreno.
- Não havia a titularidade de jazigo, mas houve empréstimo do titular.
- Não havia a titularidade de jazigo, mas houve ampliação da área do cemitério.
- Minha resposta à questão anterior foi negativa.
- Outros...

Em caso de resposta afirmativa à questão anterior, qual(is) foi(ram) a(s) situação(ões) de sepultamento(s) em cemitério(s) público(s): (Pode ser marcada mais de uma resposta.) Ao marcar "outro", especificar. *

- Havia gaveta temporária.
 - Havia grau de parentesco com o titular do jazigo.
 - Havia a titularidade do jazigo.
 - Não havia a titularidade de jazigo, mas houve vaga de terreno.
 - Não havia a titularidade de jazigo, mas houve empréstimo do titular.
 - Não havia a titularidade de jazigo, mas houve ampliação da área do cemitério.
 - Minha resposta à questão anterior foi negativa.
 - Outros...
-

No(s) mesmo(s) caso(s) anterior(es) os familiares eram titulares de jazigo em cemitério público em cidade(s) diferente(s) de onde moram? (Deve ser assinalada apenas uma resposta.) *

- Não vivenciei sepultamento em cemitério público.
- Sim.
- Não.
- Não sei responder.

Na sua opinião, a propriedade de terreno em cemitério público é: (Deve ser assinalada apenas uma resposta.) *

- Do cidadão titular do terreno.
- Exclusivamente do Município, com permissão de uso particular.
- Não sei responder.

O modo como os corpos são sepultados nos cemitérios tradicionais pode causar algum tipo de poluição que traga eventual risco à saúde humana ou ao meio ambiente? (Deve ser assinalada apenas uma resposta.) No caso de dúvida para resposta afirmativa ou negativa, assinalar "outro" e explicar o(s) motivo(s) para esta opção. *

- Sim.
 - Não.
 - Não sei responder.
 - Outros...
-

Na sua opinião, a principal causa de falta de vagas em cemitério público é: (Deve ser assinalada apenas uma resposta.) Ao marcar "outro", especificar. *

- Insuficiência de área no cemitério, resultando em falta de espaço para construção de novas sepulturas.
- Desorganização do espaço do cemitério, apesar de haver área suficiente para sepulturas.
- Ineficiência do sistema de administração do cemitério.
- Não sei responder.
- Outros...

Caso tenha acontecido sepultamento(s) de familiar(es) em cemitério(s) público(s), a(s) experiência(s) em geral foi(ram): (Deve ser assinalada apenas uma resposta.) *

- Satisfatória(s).
- Parcialmente satisfatória(s).
- Insatisfatória(s).
- Não tive esse tipo de experiência.

Caso sua experiência tenha sido insatisfatória, explicar o(s) motivo(s):

Texto de resposta longa
.....

Você ou algum parente próximo é titular de terreno em cemitério público? (Deve ser assinalada apenas uma resposta.) *

- Sim.
- Não.
- Não sei responder.

Em caso de resposta afirmativa à pergunta anterior, houve recebimento de algum tipo de notificação para regularização de situação do jazigo? (Deve ser assinalada apenas uma resposta.) *

- Sim.
- Não.
- Não sei responder.
- Minha resposta à pergunta anterior foi negativa.

Ao comparar a eficiência de cemitérios públicos e particulares , você considera que: (Deve ser assinalada apenas uma resposta.) *

- Há contrastes, pois o público é mais eficiente.
- Há contrastes, pois o particular é mais eficiente.
- Ambos são eficientes.
- Ambos são ineficientes.

A infraestrutura atual dos cemitérios públicos da sua cidade atende às necessidades básicas? *
(Deve ser assinalada apenas uma resposta.) No caso de dúvida para resposta afirmativa ou negativa, assinalar "outro" e explicar o(s) motivo(s) para esta opção.

- Sim.
- Não.
- Outros...

Fonte: Baseado nos procedimentos metodológicos adotados.

APÊNDICE F:
RESULTADOS DE RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO APLICADO

526 respostas



Não está aceitando respostas

Mensagem para os participantes

Este formulário não aceita mais respostas

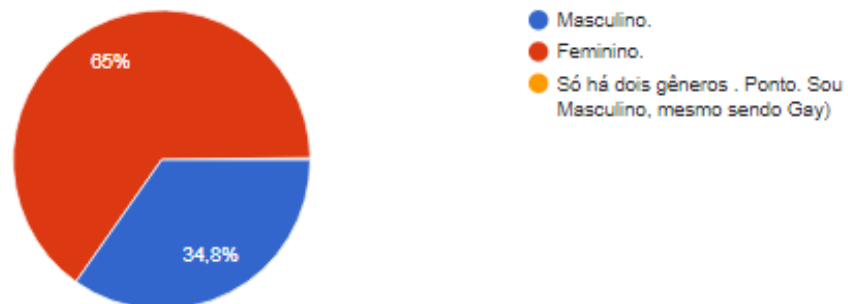
Resumo

Pergunta

Individual

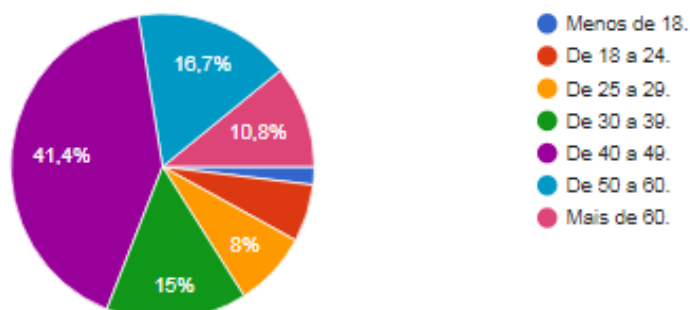
Qual é o seu gênero? (Deve ser assinalada apenas uma resposta.) Ao marcar "outro", especificar.

526 respostas



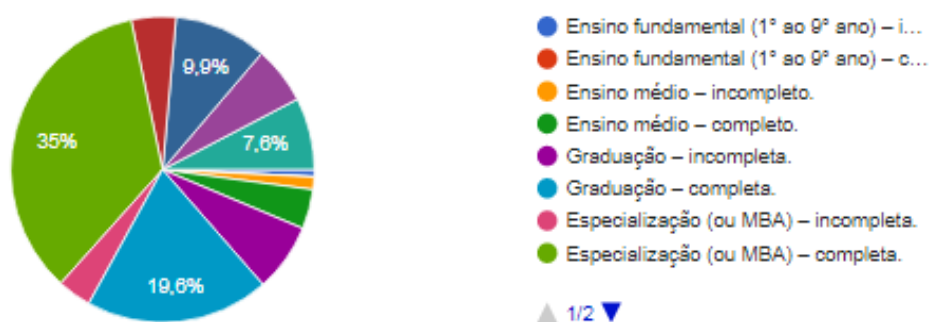
Qual é a sua idade em anos completos? (Deve ser assinalada apenas uma resposta.)

526 respostas



Qual é o seu grau de escolaridade? (Deve ser assinalada apenas uma resposta.)

526 respostas



Em que bairro, cidade e estado você mora?

526 respostas

Centro

Bigorriho

Água Verde

Centro Porto União SC

Itapema, SC

Zacarias Gonçalves, Crato-CE

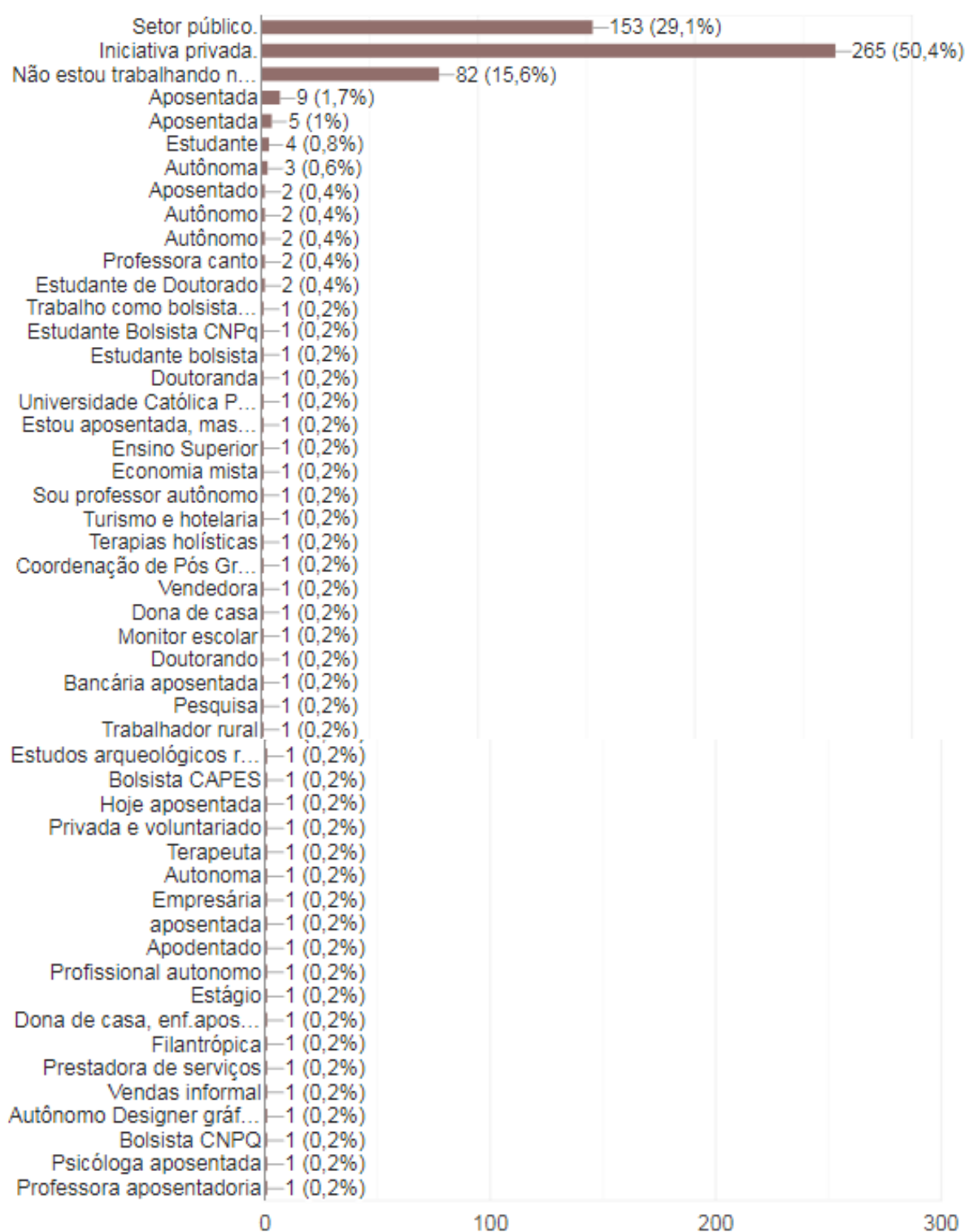
Água Verde, Curitiba, Paraná

Batel

Itajai SC

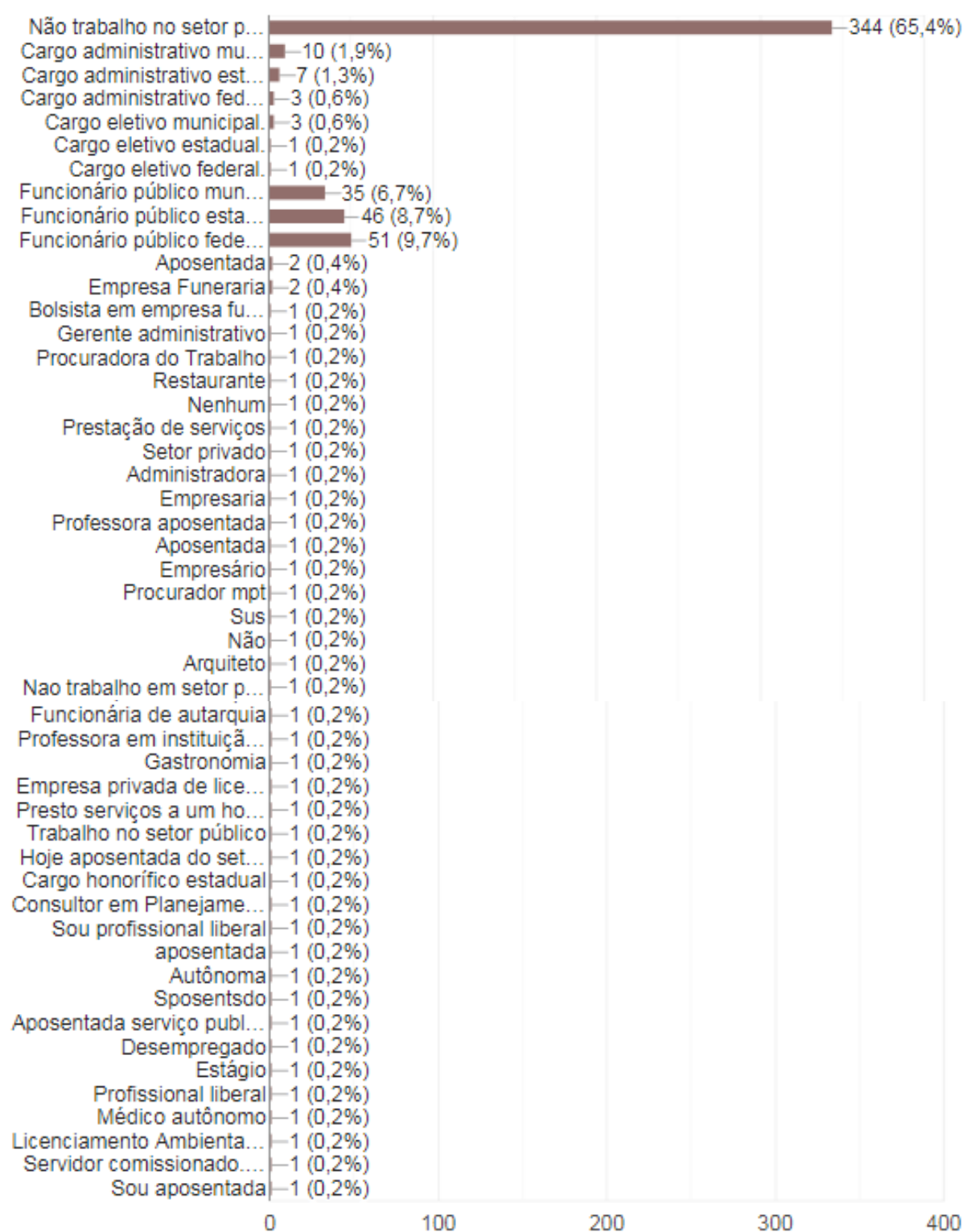
Qual(is) é(são) sua(s) área(s) de ocupação? (Pode ser assinalada mais de uma resposta.) Ao marcar "outro", especificar.

526 respostas



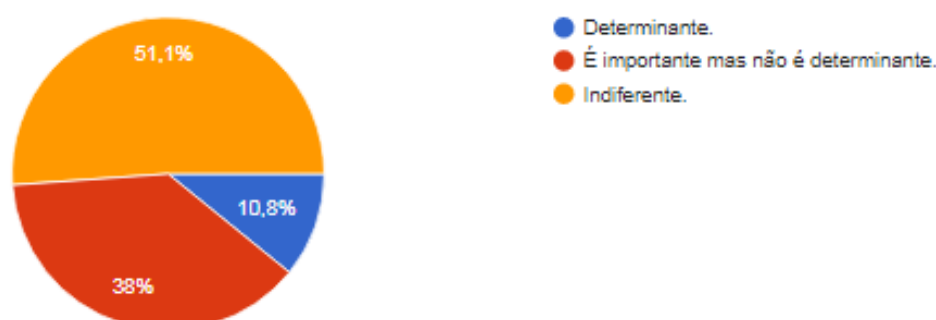
Se você trabalha na gestão pública, qual(is) é(são) seu(s) cargo (s) ou função(ões)? (Pode ser assinalada mais de uma resposta.) Ao marcar "outro", especificar.

526 respostas



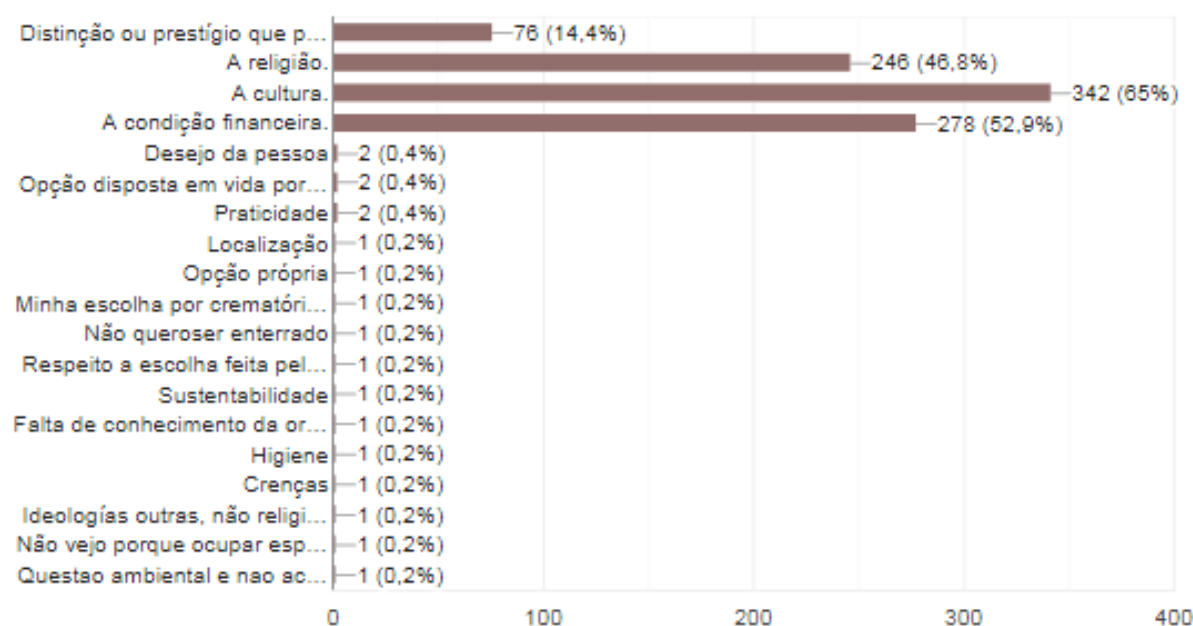
Em sua escolha pessoal, a religião para definição do cemitério é: (Deve ser assinalada apenas uma resposta.)

526 respostas

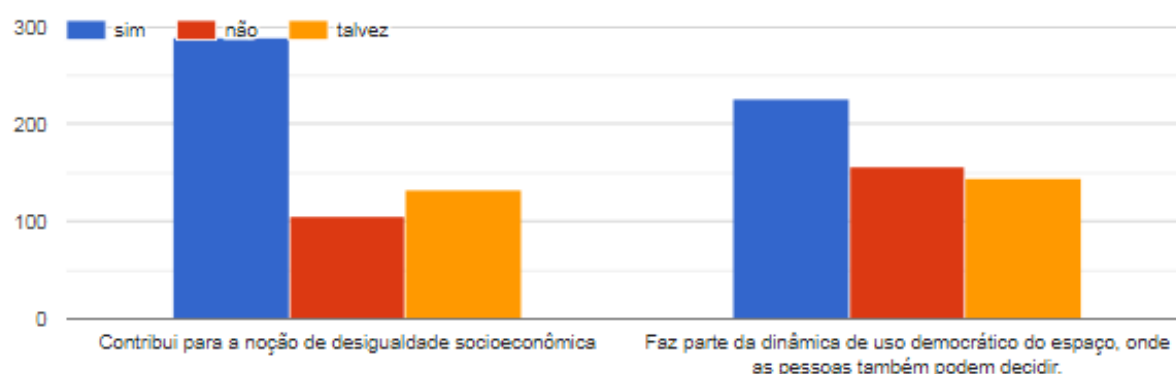


Na sua opinião, qual(is) motivo(s) faz(em) com que as pessoas rejeitem ou aceitem melhor determinados formatos de sepultamento, como, por exemplo, crematórios, jazigos temporários e, jazigos perpétuos? (Pode ser assinalada mais de uma resposta.) Ao marcar "outro", especificar.

526 respostas



Na sua opinião, o fato de existirem nos cemitérios públicos brasileiros diferentes formas para alocação do corpo (como a possibilidade de concessão perpétua de lote para construção de mausoléus familiares ou a concessão temporária de gavetas provisórias de uso coletivo), contribui para a noção de desigualdade socioeconômica ou faz parte da dinâmica de uso democrático do espaço, onde as pessoas também podem decidir? (Deve ser assinalada apenas uma resposta por item.)



Para o caso de entender que contribui para a noção de desigualdade socioeconômica, explicar:

259 respostas

As relações de poder dos vivos interferem nas posições e artefatos cemiterias. E isso também retorna nas relações de poder entre os vivos.

O status social é demonstrado pelo opulência de mausoléus com esculturas, enquanto a parte menos favorecida é enterrada em locais precários. Tal como são as cidades.

Nunca pensei nisso..

A desigualdade social , deve ser combatida com trabalho desde os princípios básicos de sua infância

A concessão perpétua é financeiramente mais cara e conseqüentemente poucas pessoas tem condições de obter. Sendo assim, os "ricos" ficam com o de concessão perpétua e os "pobres " temporária.

Ricos acesso a parte nobre, r\$5000 um lote em cemitério municipal, conforme o espaço em PU. Pobre não tem 5000

Dificuldade de muitas vezes de não conseguir nem ter o que comer quanto mais para enterrar seus entes queridos

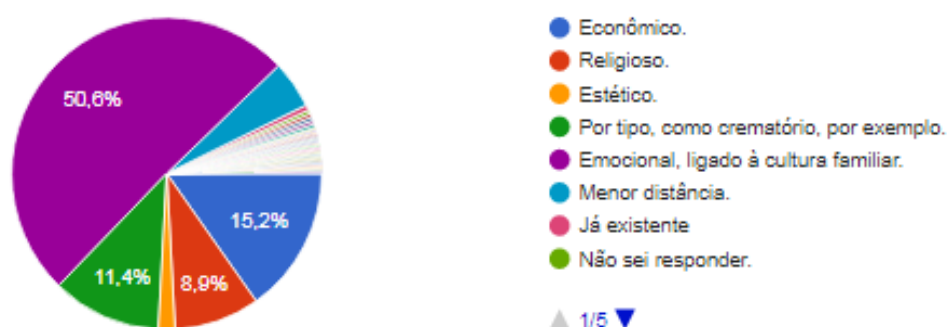
O cemitério público (que pode ser municipal ou paroquial) deve atender: (Deve ser assinalada apenas uma resposta.) Ao marcar "outro", especificar.

526 respostas



Em sua família, o principal motivo da escolha do local de sepultamento de um parente é geralmente: (Deve ser assinalada apenas uma resposta.) Ao marcar "outro", especificar.

526 respostas



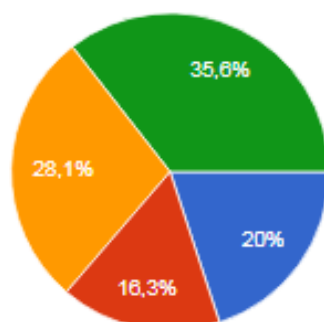
Na sua opinião, a importância histórico-cultural justifica a existência de certos cemitérios, independente de sua eficiência? (Deve ser assinalada apenas uma resposta.) No caso de dúvida para resposta afirmativa ou negativa, assinalar "outro" e explicar o(s) motivo(s) para esta opção.

526 respostas



Na sua opinião, a organização da prefeitura municipal quanto ao(s) cemitério(s) público(s) de sua cidade é: (Deve ser assinalada apenas uma resposta.)

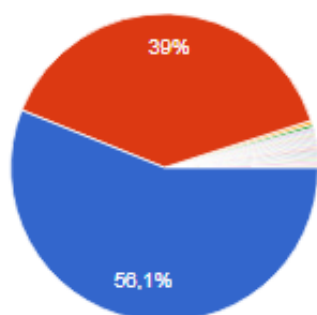
526 respostas



- Satisfatória, pois oferece ambiente e serviços de qualidade.
- Insatisfatória, pois não oferece ambiente e serviços de qualidade.
- Mediana.
- Não sei responder.

Na sua opinião, o(s) bairro(s) da cidade onde está(ão) localizado(s) o(s) cemitério(s) indicam de alguma maneira as classes sociais dos falecidos? (Deve ser assinalada apenas uma resposta.) No caso de dúvida para resposta afirmativa ou negativa, assinalar "outro" e explicar o(s) motivo(s) para esta opção.

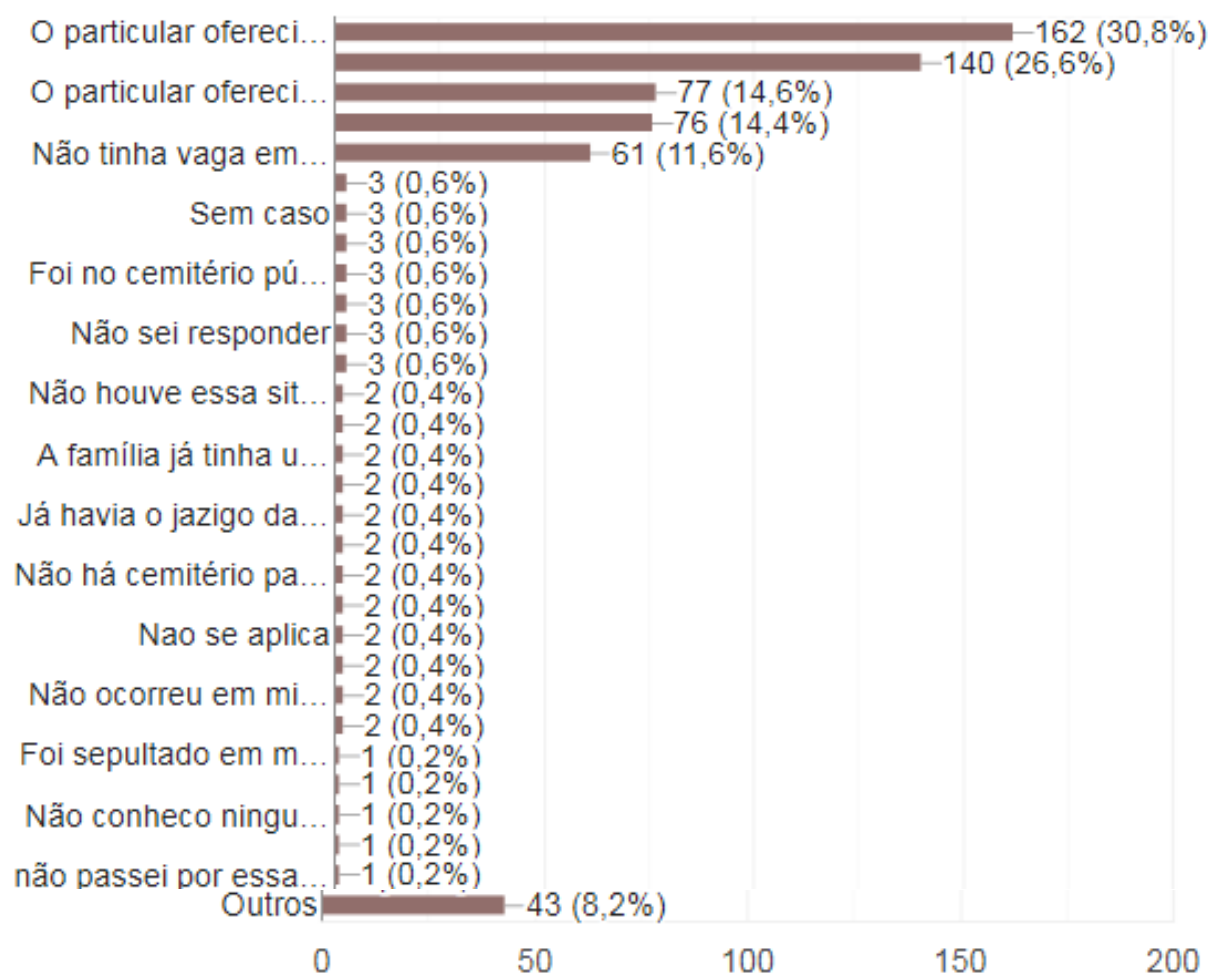
526 respostas



- Sim.
 - Não.
 - Não sei pois moro a pouco tempo em...
 - Nao sei responder
 - Hoje em dia nao vejo mais essa relaç...
 - Os cemitérios foram construídos ao lo...
 - NÃO SEI OPINAR
 - Na minha cidade só existe um cemitério
- ▲ 1/4 ▼

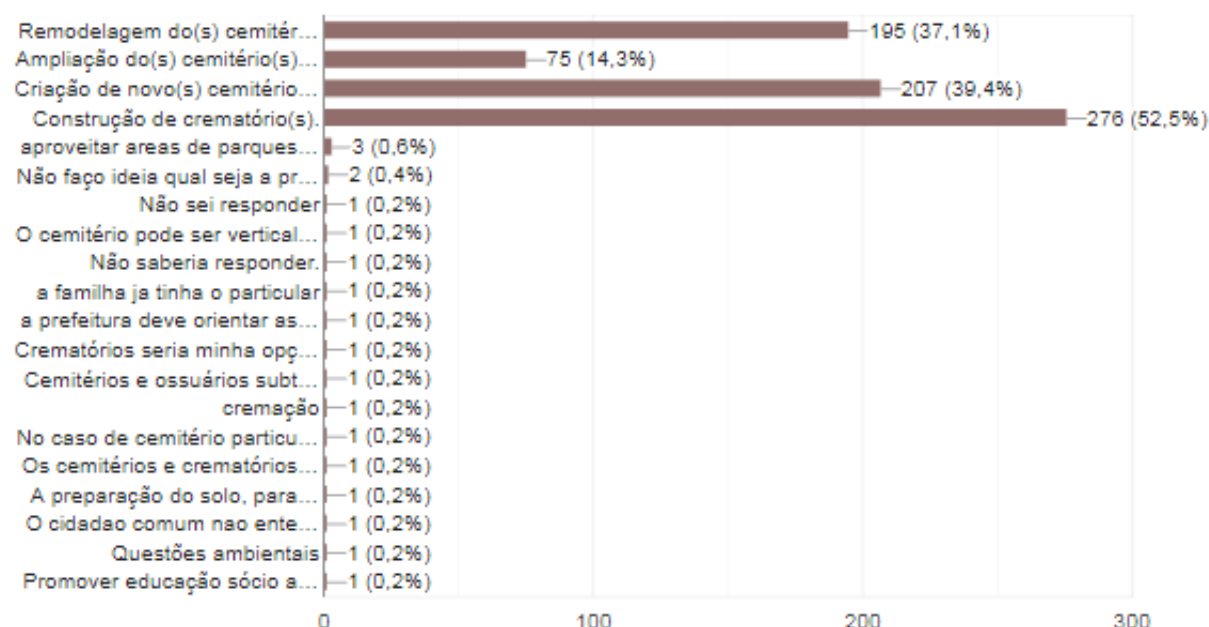
No caso de um familiar ter sido sepultado em cemitério particular, qual(is) foi(ram) o(s) motivo(s) desta opção? (Pode ser assinalada mais de uma resposta.) Ao marcar "outro", especificar.

526 respostas



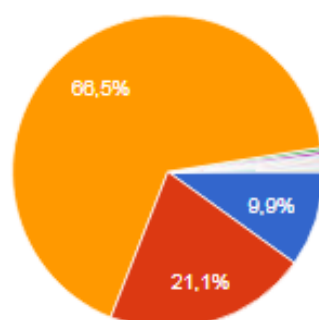
Sobre a gestão do espaço para novos sepultamentos em cemitérios públicos, que medida você acredita ser prioritária para a abertura de novas vagas? (Pode ser assinalada mais de uma resposta.) Ao marcar "outro", especificar.

526 respostas



No(s) cemitério(s) público(s) da cidade onde você mora, o controle de fluxo e demanda de sepulturas têm acompanhado as necessidades da população? (Deve ser assinalada apenas uma resposta.) No caso de dúvida para resposta afirmativa ou negativa, assinalar "outro" e explicar o(s) motivo(s) para esta opção.

526 respostas



- Sim, pois há controle do número de v...
 - Não, pois faltam vagas.
 - Não sei responder.
 - Não faço ideia
 - Em geral todas as cidades tem proble...
 - Acredito que não, mas não tenho cert...
 - A pandemia demonstrou a necessida...
 - Não frequento esse cemitério, acredit...
- ▲ 1/2 ▼

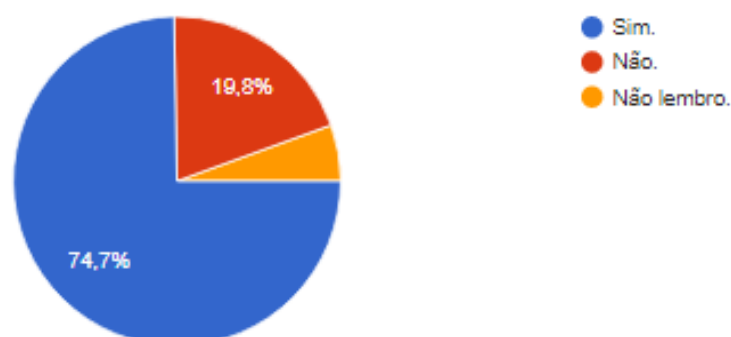
Na sua opinião, além das sepulturas de uso temporário em cemitérios públicos, os novos cemitérios devem continuar oferecendo as maiores áreas para sepulturas, jazigos ou capelas de uso perpétuo, ou seja, aquelas de uso exclusivo de um indivíduo ou grupo? (Deve ser assinalada apenas uma resposta.) No caso de dúvida para resposta afirmativa ou negativa, assinalar "outro" e explicar o(s) motivo(s) para esta opção.

526 respostas



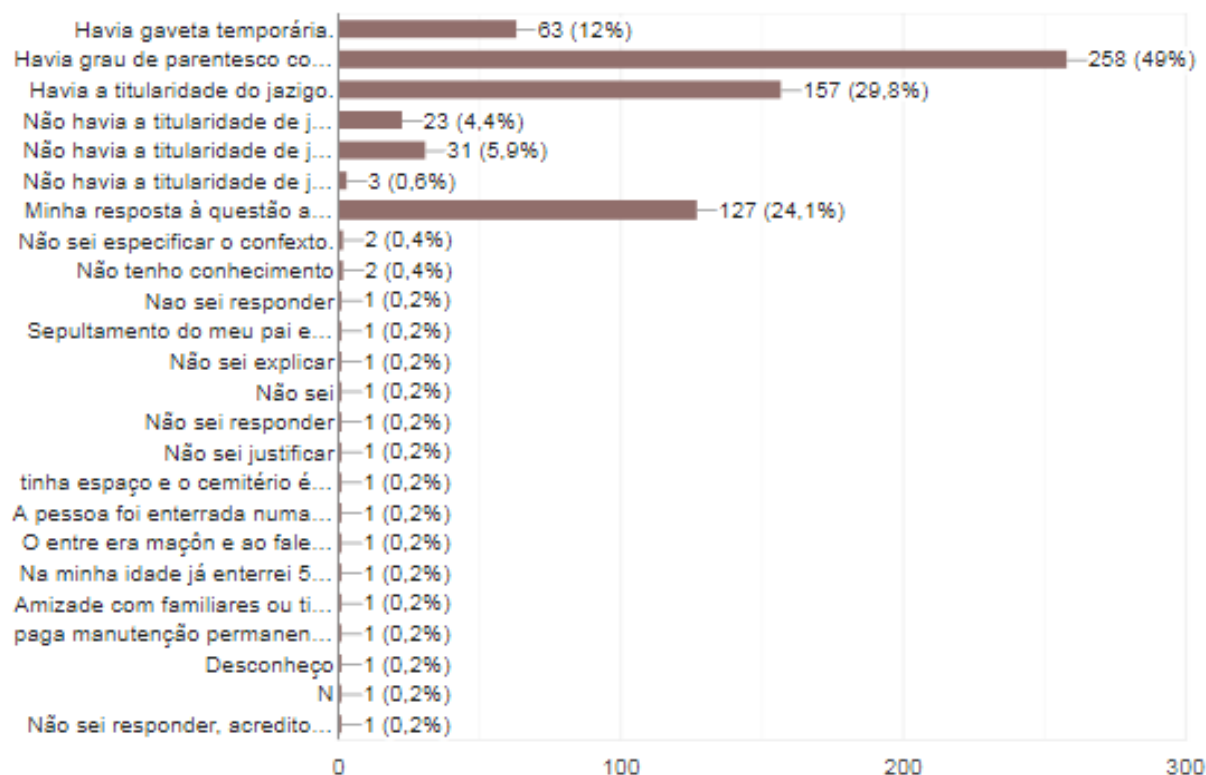
Você já vivenciou algum sepultamento em cemitério público? (Deve ser assinalada apenas uma resposta.)

526 respostas



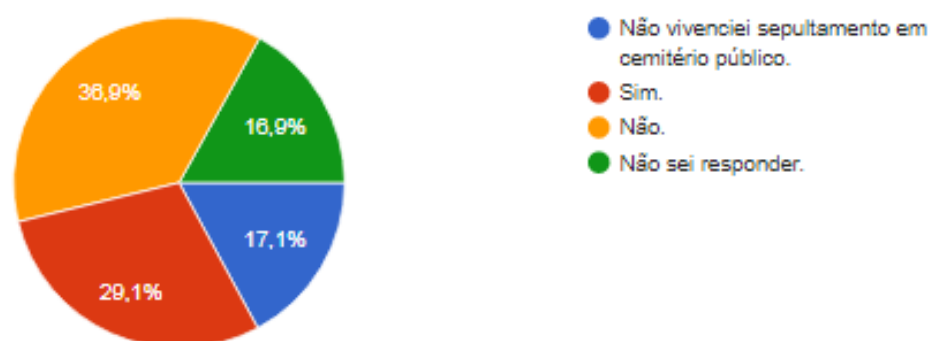
Em caso de resposta afirmativa à questão anterior, qual(is) foi(ram) a(s) situação(ões) de sepultamento(s) em cemitério(s) público(s): (Pode ser marcada mais de uma resposta.) Ao marcar "outro", especificar.

526 respostas



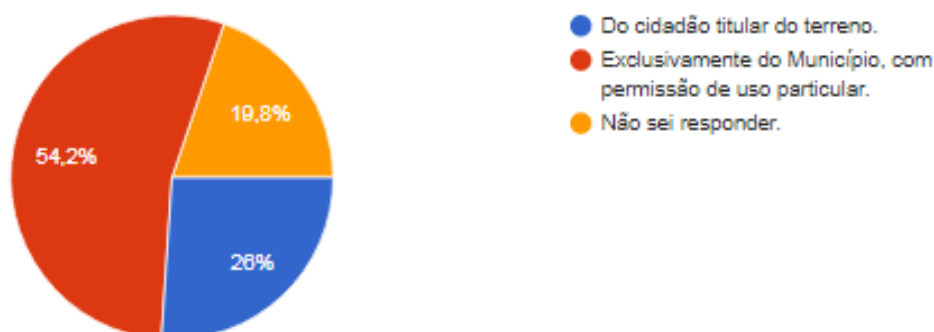
No(s) mesmo(s) caso(s) anterior(es) os familiares eram titulares de jazigo em cemitério público em cidade(s) diferente(s) de onde moram? (Deve ser assinalada apenas uma resposta.)

526 respostas



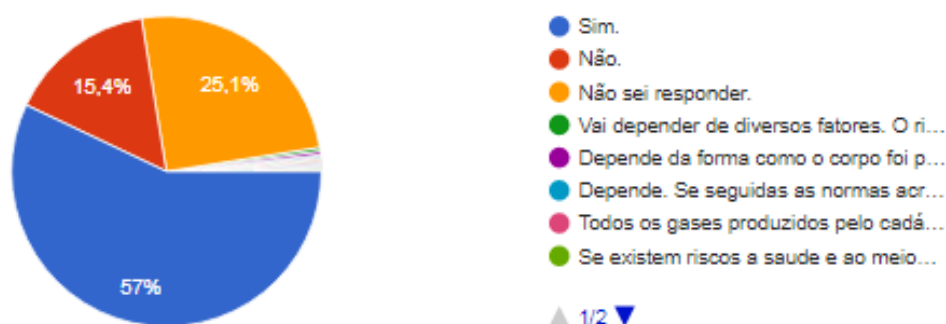
Na sua opinião, a propriedade de terreno em cemitério público é: (Deve ser assinalada apenas uma resposta.)

526 respostas



O modo como os corpos são sepultados nos cemitérios tradicionais pode causar algum tipo de poluição que traga eventual risco à saúde humana ou ao meio ambiente? (Deve ser assinalada apenas uma resposta.) No caso de dúvida para resposta afirmativa ou negativa, assinalar "outro" e explicar o(s) motivo(s) para esta opção.

526 respostas



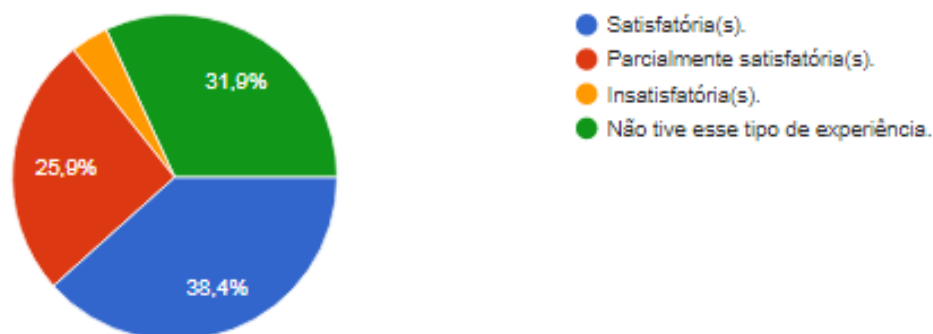
Na sua opinião, a principal causa de falta de vagas em cemitério público é: (Deve ser assinalada apenas uma resposta.) Ao marcar "outro", especificar.

526 respostas



Caso tenha acontecido sepultamento(s) de familiar(es) em cemitério(s) público(s), a(s) experiência(s) em geral foi(ram): (Deve ser assinalada apenas uma resposta.)

526 respostas



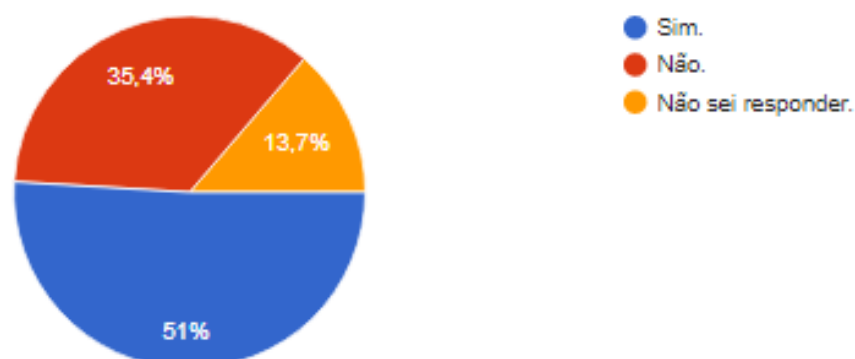
Caso sua experiência tenha sido insatisfatória, explicar o(s) motivo(s):

23 respostas

Pequeno e desorganizado
Só tem bom atendimento para "ricos".
A família fica meio que "perdida"... Outra pessoa coordena e as vezes até age de na fé.
lugar mal cuidado e em péssimo estado
Falta cuidados com o caixao
O maior problema é a manutenção dos cemitérios, em razão de furtos nos jazigos, depredações e segurança.
Não tive esse tipo de experiência.
A pessoa não era familiar próximo, era ex marido de uma tia. Como mencionei anteriormente em alguma das questões houve um descaso. O corpo do falecido havia passado do tempo de sepultar, o caixão estava cheio de moscas e não foi possível deixar o caixão aberto por conta das moscas. A área onde ele

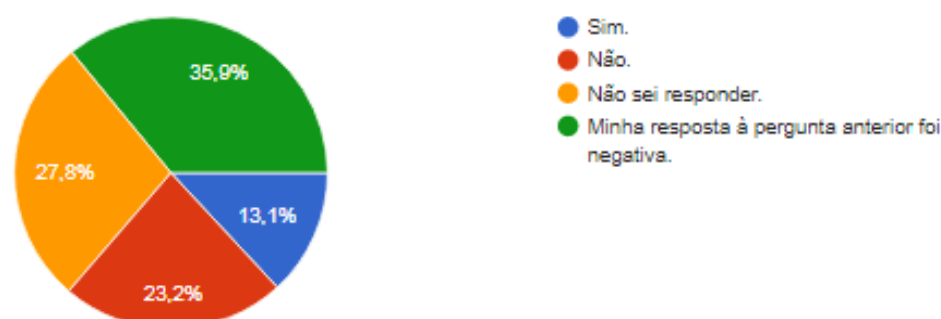
Você ou algum parente próximo é titular de terreno em cemitério público? (Deve ser assinalada apenas uma resposta.)

526 respostas



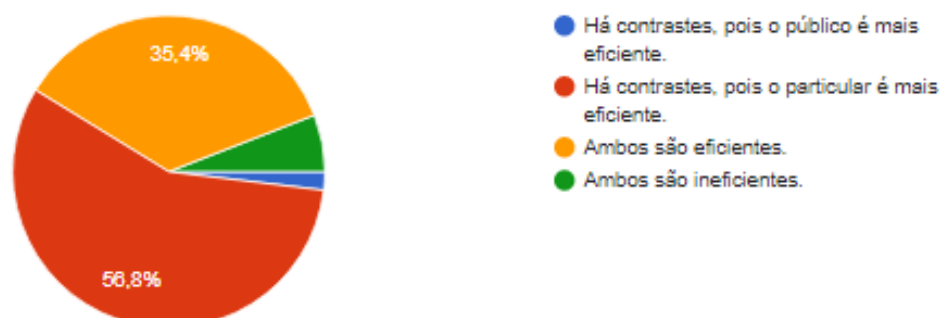
Em caso de resposta afirmativa à pergunta anterior, houve recebimento de algum tipo de notificação para regularização de situação do jazigo? (Deve ser assinalada apenas uma resposta.)

526 respostas



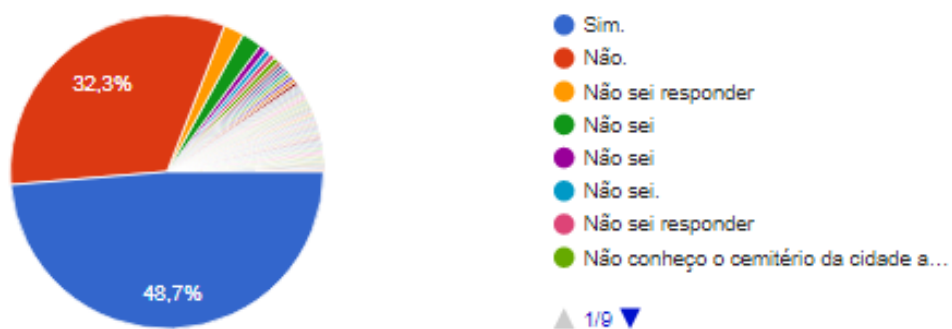
Ao comparar a eficiência de cemitérios públicos e particulares, você considera que: (Deve ser assinalada apenas uma resposta.)

526 respostas



A infraestrutura atual dos cemitérios públicos da sua cidade atende às necessidades básicas? (Deve ser assinalada apenas uma resposta.) No caso de dúvida para resposta afirmativa ou negativa, assinalar "outro" e explicar o(s) motivo(s) para esta opção.

526 respostas



Fonte: Baseado nas respostas dos questionários aplicados.

ANEXO

ANEXO A:

DEFINIÇÕES OFICIAIS ADOTADAS NO TEXTO

I. cemitério	área destinada a sepultamentos de cadáveres humanos ou não
	a. cemitério horizontal cemitério localizado em área descoberta compreendendo os cemitérios tradicionais e os cemitérios parques ou jardins
	b. cemitérios parque ou jardim cemitério predominantemente recoberto por jardins, isento de construções tumulares, e no qual as sepulturas são identificadas por uma lápide ao nível do solo, de pequenas dimensões
	c. cemitério vertical cemitério em edificação de um ou mais pavimentos dotados de compartimentos destinados a sepultamentos d. cemitérios de animais local destinado ao sepultamento de animais
II. sepultar ou inumar	ato de colocar cadáveres humanos ou não, membros amputados e restos mortais em local adequado à sua degradação natural
III. sepultura	espaço unitário, destinado a sepultamentos
IV. jazigo	conjunto de compartimentos destinados a sepultamentos conjuntos monumento ou capela sobre sepulturas
V. carneiro ou gaveta	unidade de cada um dos compartimentos para sepultamentos existentes em uma construção tumular
VI. cripta	compartimento destinado a sepultamento no interior de edificações, templos ou suas dependências
VII. lóculo	compartimento destinado a sepultamento contido no cemitério vertical
VIII. produto da coliquação ou necrochorume	líquido biodegradável oriundo do processo de decomposição dos corpos ou partes
IX. exumar	ato de retirar o cadáver ou restos mortais, do local em que se acha sepultado
X. urna, caixão, ataúde ou esquife	receptáculo com formato adequado para conter pessoa falecida ou partes
XI. urna ossuária	recipiente de tamanho adequado para conter ossos ou partes de corpos exumados
XII. ossuário ou ossário	local para acomodação de ossos, contidos ou não em urna ossuária
XIII. columbário	local para guardar urnas e cinza funerárias
XIV. nicho	local para colocar urnas com cinza funerárias ou ossos
XV. translado	ato de transportar cadáveres ou restos mortais

Fonte SEMA/PR (2009)¹

¹ Ver seção de referências.